

SATIE MIZUBUTI

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO  
DE BAIRRO EM NITERÓI

TESE DE DOUTORADO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

1986

SATIE MIZUBUTI

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE BAIRRO EM NITERÓI (RJ)

Tese apresentada à Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São  
Paulo, para obtenção do título  
de Doutor.

SÃO PAULO

Dezembro 1986

À memória de meu irmão,  
Caio Mizubuti,  
que não pode ver  
um novo amanhecer.

## SUMÁRIO

	<u>Página</u>
INTRODUÇÃO .....	1
1. DA ESCOLHA DO TEMA .....	1
2. PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA PESQUISA .....	7
 I - EM BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO .....	 13
 II - PROBLEMAS QUE PROPICIAM O MOVIMENTO DE BAIRRO ...	 50
1. O CRESCIMENTO DA CIDADE E DOS PROBLEMAS .....	54
2. ASPECTOS DA ESTRUTURA INTERNA DA CIDADE .....	61
3. O PROBLEMA DAS FAVELAS .....	77
4. A POLÍTICA PARA AS FAVELAS .....	84
5. DA FAVELA À PERIFERIA - A PERIFERIZAÇÃO EM NI- TERÓI .....	 90
 III - O CENÁRIO RECRIADO DO MOVIMENTO DE BAIRRO .....	 104
1. O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE BAIRRO NO FINAL DOS ANOS 70 .....	 104
2. A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE BAIR- RO EM NITERÓI .....	 119
 IV - ESTUDOS DE CASOS .....	 124
1. O CASO DA PERIFERIA DE PENDOTIBA .....	127
1.1. A LUTA PELOS TRANSPORTES COLETIVOS .....	128
1.2. A LUTA PELA POSSE DA TERRA .....	141

	<u>Página</u>
1.3. A QUESTÃO PARTIDÁRIA .....	149
1.4. SEGUNDA FASE DO MOVIMENTO DE PINDOTIBA ..	153
2. O CASO DO JACARÉ - BAIRRO DE PADRÃO FAVELADO .	158
2.1. A LUTA PELO DIREITO DE MORAR .....	158
2.2. A ESTRUTURA INTERNA DO MOVIMENTO .....	165
2.3. A QUESTÃO PARTIDÁRIA .....	166
3. O CASO DE ITITIÓCA - BAIRRO TÍPICO DE PERIFE- RIA .....	172
3.1. A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES .....	175
3.2. A ESTRUTURA INTERNA DO MOVIMENTO .....	179
3.3. A QUESTÃO PARTIDÁRIA .....	184
4. VIÇOSO JARDIM - UMA PERIFERIA EM TRANSFORMAÇÃO	186
4.1. A LUTA PELA DESATIVAÇÃO DO VAZADOURO DO LIXO MUNICIPAL .....	186
5. A "CONQUISTA" DA ILHA DA CONCEIÇÃO POR UM PRO- LETARIADO NASCENTE .....	192
5.1. PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO .....	192
5.2. A MOBILIZAÇÃO POPULAR .....	196
6. ICARAÍ - UM EXEMPLO DE MOVIMENTO EM BAIRRO DE CLASSE MÉDIA .....	202
6.1. O CENÁRIO DA MOBILIZAÇÃO .....	204
6.2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO .....	210
7. ALGUMAS NOTAS EM TORNO DOS CASOS ESTUDADOS ...	217

V - O MOVIMENTO PRÓ-FEDERAÇÃO .....	225
1. O PAPEL DA FAMERJ .....	225
2. A PRIMEIRA TENTATIVA DE ARTICULAÇÃO HORIZONTAL A NÍVEL MUNICIPAL .....	231
3. A TRAJETÓRIA PARA SE CHEGAR À FEDERAÇÃO .....	233
3.1. O PAPEL DO "AGENTE EXTERNO" - O SESC ....	240
3.2. O I ENCAMON (ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE NITERÓI) .....	247
4. A FUNDAÇÃO DA FAMNIT (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIA- ÇÕES DE MORADORES DE NITERÓI) .....	252
VI - JUNTANDO AS PARTES ... E CONCLUINDO .....	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	286

## LISTA DE QUADROS

- I.1 - População total, rural e urbana do Brasil - 1940-80  
(1.000 hab.)
- I.2 - Estrutura da renda interna do Estado do Rio de Janeiro, por ramo de atividade - 1939-1980
- II.1 - RMRJ - Densidade demográfica, 1980
- II.2 - Evolução da população total, urbana e rural da RMRJ, exceto Petrópolis - 1940-80
- II.3 - Distribuição de aceite de obras (comercial e residencial) - bairros selecionados de Niterói
- II.4 - Ritmo de crescimento da população da RMRJ exceto Petrópolis - 1940=100
- II.5 - Distribuição de aceite de obras (comercial e residencial) 1964-1984
- II.6 - Média anual de aceites de obras para estabelecimentos comerciais/industriais - Niterói
- II.7 - População favelada de Niterói
- II.8 - Evolução da população favelada no município do Rio de Janeiro - 1950-1980
- II.9 - Taxa de desemprego da PEA - 1981
- II.10 - Distribuição dos "não naturais" por tempo de residência - Municípios Selecionados da RMRJ

- II.11 - Favelas segundo a propriedade da terra e a localização geográfica
- II.12 - Parcelamento do solo nos municípios da RMRJ, excusive o Rio de Janeiro por período e por Ha.
- II.13 - Parcelamento do solo nos municípios da RMRJ (Ha) percentagem relativa por década ao total da área parcelada, por município, em 1980
- III.1 - Faixas de rendimento - Brasil, 1980
- III.2 - O poder aquisitivo do Salário Mínimo de 1964-81

## SIGLAS UTILIZADAS

ABOV	Associação de Moradores da Boa Viagem
AEMIN	Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Niterói
AMAI	Associação de Moradores de Icaraí
AMAPP	Associação de Moradores e Amigos do Pé Pequeno
AMAROSA	Associação de Moradores e Amigos de Santa Rosa
AMBAC	Associação de Moradores e Amigos do Bairro Chic
AMIGA	Associação de Moradores e Amigos do Ingã
AMMAR	Associação de Moradores e Amigos do Jacaré, Moreno e Cafubá
ANPPOCS	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CHISAN	Coordenadoria de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODESAN	Companhia de Desenvolvimento de Niterói

CODESCO	Companhia de Desenvolvimento Comunitário
CONERJ	Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro
CPM	Centro Pró-Melhoramento
CPM-IC	Centro Pró-Melhoramento da Ilha da Conceição
CR	Conselho de Representantes
CTC	Companhia de Transportes Coletivos
I ENCAMON	I Encontro de Associações de Moradores de Niterói
FAC	Fundação de Atividades Culturais da Prefeitura Municipal de Niterói
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Estado do Rio de Janeiro
FAMNIT	Federação das Associações de Moradores do Município de Niterói
FEEM	Fundação Estadual do Menor
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDREM	Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MSU	Movimentos Sociais Urbanos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PM	Polícia Militar
PMN	Prefeitura Municipal de Niterói
PDS	Partido Democrático Social

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RFF S.A.	Rede Ferroviária Federal S.A.
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SENIDE	Seminário Niteroiense de Cooperação para o Desenvolvimento
SERFHA	Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas
SESC	Serviço Social do Comércio
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
UDN	União Democrática Nacional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UMS	Unidade Municipal de Saúde
UNAMPPI	União das Associações de Moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipu

## AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho tornou-se possível graças ao apoio prestado por inúmeras pessoas e instituições. Assim agradecimentos especiais são devidos:

- à Universidade de São Paulo pela oportunidade de aí realizar o curso de Pós-Graduação;
- à Universidade Federal Fluminense pela minha inserção, no PICD de março/1980 a fevereiro/1983;
- à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior pela concessão de uma bolsa durante o PICD;
- ao CNPq por um auxílio à pesquisa concedido;
- à Professora Doutora Maria Cecília França, orientadora e amiga, o respeito e a admiração pelo destemor em me aceitar apesar dos tortuosos caminhos que eu viria a trilhar no meio dos movimentos populares, tema novo no espaço da Geografia;
- aos Professores Doutores Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Amália Inês Geraiges de Lemos pela solidariedade inestimável quando do meu ingresso na Pós-Graduação;
- ao Professor Doutor Pasquale Petrone pela generosidade da porta sempre aberta desde 1965;

- aos colegas Ana Clara Torres Ribeiro, Júlia Adão Bernardes e Pedro Castro pelas discussões e sugestões à primeira hora;
- ao Professor Luis Antonio Machado da Silva por um semestre de aprendizado no IUPERJ como ouvinte do seu curso e por algumas conversas sempre proveitosas;
- à colega e amiga Sueli Gomes Costa pela sua dedicação infinita e pela leitura de vários capítulos seguida de críticas valiosas nem todas incorporadas por premissa de tempo e pelas minhas limitações pessoais;
- a Valmir Garcia, ex-presidente da UNAMPPI por ter aberto as portas do seu mundo de militância para mostrar-me o que estava além delas e por ter-me ajudado desvendar muitos mistérios e encantos de uma mobilização popular;
- aos líderes e militantes de diversas associações de moradores de Niterói que me ensinaram no cotidiano da luta uma outra dimensão do espaço urbano onde se pode praticar uma Geografia mais generosa;
- à bibliotecária e amiga Regina Rocha por me "alfabetizar" na sua especialidade;
- à Ana Cristina que ao datilografar grande parte da versão preliminar, ultrapassou a sua tarefa e se preocupou em normatizar o texto, além de vivenciar o conteúdo de diversas passagens;
- à Maria do Rosário que ultrapassou todas as expectativas na sua tarefa de modelar a versão final do trabalho datilográfico

- a muitas outras pessoas que de alguma forma contribuíram para viabilizar este difícil projeto.

Contudo fica claro que todas as imperfeições certamente remanescentes nas páginas seguintes são de minha inteira responsabilidade.

## INTRODUÇÃO

### 1. DA ESCOLHA DO TEMA

A escolha do presente assunto começou a amadurecer em meados de 1981 após a conclusão dos créditos para o curso de pós-graduação. Residindo em Niterói desde 1967, procedente do Paraná, aqui havia vivenciado os anos do Milagre Econômico e vinha empiricamente constatando os processos de periferização e de favelização até então inéditos<sup>1</sup>. O crescimento periférico da área conurbada de Niterói e São Gonçalo ocorria a olhos vistos e feria a retina de qualquer observador medianamente atento e sensível a questões sociais.

No entanto, mais do que a gênese e os tipos de assentamento espacial dessas populações, as formas de organização social começaram a suscitar maior curiosidade, e a atenção foi sendo cada vez mais atraída para o movimento associativo de bairro que renascia nos últimos três ou mais anos com conteúdo mais perceptível. Para surpresa do momento, por volta de 1978, começaram a despontar neste município-cidade, alguns movimentos sociais de caráter popular e de cunho fortemente reivindicativo, não vinculados diretamente à esfera da produção. Ape

<sup>1</sup> Diga-se de passagem que até 1967 na cidade de Londrina, no norte do Paraná, não havia nem favelas nem bairros tipicamente periféricos e a vida rural da região baseada em regime de médias e pequenas propriedades, com altas taxas de produtividade, não propiciava acentuado êxodo rural.

sar da grande imprensa estar ainda altamente censurada, a emergência das lutas populares se apoiava num clima até certo ponto democratizante que vinha pautando a gestão do prefeito Wellington Moreira Franco, eleito pelo MDB em 1976, único partido de oposição à época.

O tema era, sem dúvida, atraente pela sua modernidade e pela sua relevância tanto social como política. A multiplicação dos loteamentos legais ou clandestinos na franja externa das cidades era facilmente perceptível, como visível era o processo de verticalização dos bairros de classe média ao sabor de uma forte expansão do capital imobiliário. No final dos anos 70, com o esgotamento do Milagre, as contradições urbanas se aguçam, apesar da protelação, por alguns anos, via intervenção do Estado no espaço, da qual, a fusão autoritária em 1974 havia tido a sua expressão maior na região onde se inclui a cidade de Niterói.

Os movimentos sociais de periferia que começavam a adquirir reconhecimento público era uma resposta das camadas mais pobres da população à ação do Estado, responsável por um modelo econômico concentrador de renda e por um regime político autoritário.

*Em regime autoritário, o Estado, vinculando-se preferencialmente às forças do capital monopolista e oligopólico internacional e associado ao nacional, se descola da Nação, distancia-se dela para melhor servir ao desenvolvimento do capitalismo.<sup>2</sup>*

Nas condições acima descritas por Marilena Chauí o des-

<sup>2</sup> Conforme Marilena Chauí, Democracia e Socialismo: Participando do Debate, in: *Cultura e Democracia - o Discurso Competente e Outras Falas*. São Paulo, Ed. Moderna, 1982 (3<sup>a</sup> ed.) - p.201.

colamento do Estado da Nação nos anos 70 significava também o empobrecimento real dos segmentos médios urbanos e sua virtual aproximação das classes populares no que se refere a lutas reivindicativas por melhores condições materiais de vida. Não tardou em Niterói, como precedentemente já havia ocorrido no Rio de Janeiro, que muitos bairros de classe média re-organizassem suas associações de moradores.

A questão que se colocava era a de como articular o estudo dos movimentos sociais com as exigências teóricas da geografia. O caminho que se apresentava conveniente parecia ser o que apontava o espaço social ou o espaço produzido pelo trabalho como o objeto da geografia e a sua apreensão e análise usando-se algumas categorias, empíricas umas e analíticas outras, que informam a teoria dos movimentos sociais como o procedimento recomendável. Do ponto de vista concreto, as lutas reivindicativas estavam permitindo materializar na base territorial alguns efeitos urbanos e, nas relações com o poder, algumas mudanças qualitativas asseguravam a participação do movimento popular na indicação de decisões a serem tomadas pela Prefeitura em alguns setores da administração. Por essas primeiras aproximações a temática soava pertinente a uma investigação na área da geografia, apesar da quase ausência de reflexões anteriormente exercitadas neste campo do saber.

Uma primeira busca de informações teóricas conduziu-me a autores estrangeiros como Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkin, cujas teses, se de um lado instigantes, de outro suscitaram inúmeras dificuldades que me intimidariam pelo caminho. Esse temor foi reforçado quando deparei com inúmeros provisos que colocavam os pensadores brasileiros na transposição

da teoria formulada nos países "maduros" para a interpretação dos movimentos sociais urbanos em países como o Brasil marcados por capitalismo monopolista de Estado articulado a regimes políticos autoritários (Machado & Ziccardi, 1979; Chauí, 1978). Surgia aí o esboço do capítulo I.

Neste primeiro capítulo tento selecionar alguns conceitos que servirão para balizar a reflexão sobre a produção do espaço urbano, sobretudo o metropolitano, onde emergem e se concretizam, de forma privilegiada, os movimentos sociais. Esse espaço é fruto de relações sociais de produção e deixam marcas imprimidas na paisagem.

Definir os parâmetros que deveriam nortear teoricamente a investigação não foi tarefa fácil.

Por um momento, mais ou menos pensei em recuar do projeto e retomar outros temas "mais geográficos" anteriormente já trabalhados como estudos monográficos de cidades ou do processo de migrações internas associado à urbanização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)<sup>3</sup> em um tempo determinado. Foi um período mais ou menos longo, improdutivo ou pouco produtivo. Mas a tentação voltou e foi mais forte que o medo e assumi a temática com a consciência da necessidade de um esforço redobrado para superar ou minimizar minhas limitações teóricas. Dediquei então um bom tempo à busca do elo entre a minha formação anterior e o novo campo teórico, aprofundado, preferencialmente, pelos sociólogos e antropólogos. Não faltaram momentos de desânimo e de longas hibernações que me conduziam à quase deserção. Foram alguns encontros da ANPPOCS (As-

<sup>3</sup> MIZUBUTI, Satie. *Migrações no Brasil - Magé - Um estudo de casa*. Niterói, s.ed. 1975. Mimeografado.

sociação Nacional de Pesquisas e Pós-Graduação em Ciências Sociais), a prática cotidiana dentro da associação de moradores do meu bairro, a participação no processo de formação da federação municipal e outros movimentos que me "puxaram" de volta vez por outra.

Numa dessas voltas comecei a refletir sobre as bases territoriais que sustentam e contribuem para a emergência dos movimentos associativos de bairro. Nessa ocasião, tendo tomado a cidade de Niterói como espaço das minhas observações, resolvi registrar a composição técnica e política deste quadro urbano tentando detectar virtualidades subjacentes à emergência de um movimento reivindicativo dos moradores. Surgiam assim os capítulos II e III que deveriam servir de moldura aos movimentos observados. Neste capítulo procura-se enfatizar alguns dos problemas urbanos que têm dado origem aos movimentos reivindicativo de moradores, a começar pelos meios de transporte coletivo. Tenta-se identificar os principais vetores do crescimento da cidade de Niterói e as forças econômicas que os impulsionam. No contexto da segregação espacial que advém desse crescimento metropolitano de que Niterói toma parte, tento localizar espacialmente e socialmente as favelas. Com a exaustão das formas de assentamento favelado como alternativa de moradia às camadas mais pobres da população e com a propagação da ideologia da casa própria, aceleram os loteamentos de periferia. A periferização assume forte intensidade nos últimos vinte anos e redesenha o quadro construído da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Nos diversos bairros de que se constitui a cidade de Niterói, começaram a estruturar-se, no final dos anos 70 - a

partir de 1977 ou 78 especialmente - várias associações de moradores. Quase todas surgiam para reivindicar direitos a meios de consumo coletivo. Entende-se por meios de consumo coletivo "o conjunto de suportes de atividades destinadas à reprodução ampliada de uma força de trabalho Social" (Lojkine, J. 1972).

A convivência mais prolongada com algumas e menos longa com outras associações de moradores, suas potencialidades e limites, a vivência do processo de formação da federação municipal em Niterói, a participação em alguns encontros de grande magnitude da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) e em algumas lutas concretas do movimento como um todo foi, sem dúvida, o fio condutor que me sustentou dentro do tema da pesquisa. Dessa convivência, observações e reflexões sobre o movimento, resultaria o extenso registro que se transformaria no capítulo IV. Neste capítulo são contemplados os estudos que mais contribuições ofereceram para a compreensão da temática proposta. Examinamos alguns casos como o de Pendotiba, baseado na luta pelos transportes coletivos, passando pela luta pela posse da terra, pelo fechamento de um vazadouro de lixo, pela luta dos mutuários contra o BNH encaminhada por associações de bairros de classe média. Em cada caso registrado procuro perceber formas de organização, ação dos principais agentes, articulações com partidos políticos e efeitos urbanos e políticos da luta. Nem sempre tais efeitos estão claramente identificáveis.

Registrando os fatos na ordem da descoberta e acompanhando o movimento tive a atenção despertada pelo conteúdo pró-federalização muito presente entre os militantes de vanguarda. Das anotações realizadas sobre as marchas e contramar-

chas vivenciadas por essa tentativa de federalização surgia o capítulo V, passando pelos passos intermediários muito importantes para a consolidação do movimento de bairro em Niterói.

Para finalizar tento articular as questões teóricas com os registros empíricos e a construção do espaço da cidade: um esforço de juntar as partes que resultou no capítulo VI.

## 2. PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA PESQUISA

O segundo semestre de 1981 e grande parte do ano seguinte foram dedicados ao levantamento da bibliografia existente sobre os movimentos sociais em geral e em Niterói em particular. Esta investigação indicou que sobre o município não havia nenhum estudo sistematizado sobre associações de moradores, salvo um texto informativo sobre a formação da UNAMPPI (União das Associações de Moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipú), de Michel Misse, morador da área. Ainda breves referências sobre a Ilha da Conceição onde o seu Centro Pró-Melhoramento tem uma longa história, cujos fragmentos são registrados por Ferdinando de Moura Rodrigues em sua dissertação de Mestrado. Com relação à estrutura de ocupação de algumas favelas e periferias, pude contar com dois relatórios da CODESAN (Companhia de Desenvolvimento de Niterói), baseado em várias informações estatísticas para o município pelo censo de 70. Tive acesso também a uma versão resumida do Plano Diretor de Niterói, elaborado em 1976, por Wit-Olaf, Prochinik - Arquitetos, e que nunca fora implementado. Por ser uma versão resumida não continha informações de maior vulto.

Quanto à bibliografia sobre os movimentos sociais urbanos, ampliou-se bastante o seu levantamento e boa parte dela

foi examinada. A relação completa encontra-se ao final nas "referências bibliográficas".

O trabalho de campo começou no segundo semestre de 1981 revestido, nessa época, de total informalidade. Era apenas tomada de contato com a dinâmica dos movimentos. Comparecia e assistia a reuniões ou assembléias em algumas associações. A seguir comecei a registrar ou a tentar registrar, de forma seletiva, o eixo principal de cada associação através da fala dos seus dirigentes. Comecei a registrar também o comportamento dos "dirigidos", e alguns cadernos de notas foram se acumulando.

Durante o ano de 1983 realizei várias entrevistas formais, gravadas, seguindo o roteiro básico seguinte, baseado em Castells<sup>4</sup>:

#### I - História do Movimento

1. Quando e por que se constituiu a Associação?
2. Características sociais da primeira diretoria e da diretoria atual (idade, sexo, profissão, naturalidade, local de trabalho e nível de renda).
3. Características gerais dos sócios mais ativos.
4. Total de sócios inscritos; nº de sócios militantes; Índice de participação em atos (atos públicos, agsembléias, passeatas, festas, etc.).
5. Formas de organização.

<sup>4</sup> CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madrid*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

6. Tem estatuto? Registrado?
7. Relação da Associação com outros grupos ou entidades sociais (sindicatos, movimento operário, movimento estudantil, órgãos representativos de classe - ABI, OAB, IAB, etc.).
8. Relações com a FAMERJ.
9. Relações com o poder constituído e o Estado em diferentes níveis.
10. Relações com os partidos políticos. Como a eleição de 1982 pesou no movimento de bairro?
11. Fases de evolução da Associação.

## II - Lutas Principais (Lista e Cronologia)

Para cada uma:

12. Problema (e qual o seu conteúdo)
  - 12.1. base social (da luta)
  - 12.2. organização
  - 12.3. formas de luta
  - 12.4. reivindicação
13. Efeitos das lutas travadas
  - 13.1. efeitos urbanos
  - 13.2. efeitos políticos

## III - Características Urbanas e Sociais do Bairro

14. Delimitação do bairro.
15. Problemas ainda existentes.

## 16. Reivindicações atuais.

### IV - Articulação com a Política Urbana e Municipal

#### 17. Trajetória

- 17.1. no período do Prefeito Moreira Franco no MDB - 1977/80
- 17.2. no período do Prefeito Moreira Franco no PDS - 1980/82
- 17.3. no período do Prefeito Armando Barcelos (PTB) - 1982 (180 dias)
- 17.4. no período do Prefeito João Batista Costa Sobr - (PDS) - 1982 (30 dias)
- 17.5. na gestão do Prefeito Waldenir Bragança (PDS) - 1983 ...

#### 18. Perspectivas

### V - Visão sobre o Movimento de Bairro e sua Relação com a Política em Geral

### VI - Coleta de Documentos sobre a Memória do Movimento

Foram entrevistadas, formalmente, oito associações de moradores referentes aos seguintes bairros: Ilha da Conceição, Matapaca, Ititioca e Viçoso Jardim (de periferia); Mar-a-Vista, Boa Viagem e Icaraí (de classe média) e Jacaré (de favela), além da entrevista com dirigentes e ex-dirigentes da UNAMPPI que deram conta de muitos aspectos do movimento de cada sub-área da zona leste do município. Informalmente, ou seja, sem

obediência ao roteiro estabelecido e centrado sobre certos as assuntos específicos como a posse da terra, o abastecimento de água, saúde, gabarito e outros, foram ouvidas dezenas de militantes, e de moradores não necessariamente militantes, cujas informações foram delineando mais claramente os contornos dos diversos problemas que afetam os moradores de Niterói.

O acompanhamento ao movimento de formação da federação municipal que durou de setembro de 1981 a agosto de 1983, me possibilitou detectar momentos de convergência política dos diversos interesses de classe e instantes em que as contradições de classe dentro do movimento se evidenciaram com mais clareza.

As entrevistas foram transcritas, na íntegra, e as lacunas detectadas foram preenchidas, dentro das possibilidades através de novos contatos. Prevaleceu em todos os momentos uma preocupação com os aspectos qualitativo das entrevistas, razão porque no capítulo IV não há tabelas, quadros ou similares que indiquem regularidades quantitativas. Não se recorreu, portanto, ao uso dos questionários padronizados, fechados, que haviam pautado minha prática anterior de pesquisa. A busca do novo, do ponto de vista das técnicas de pesquisa, se encontrava nesse abandono das médias, dos percentuais, das proporções de informações anônimas, para a identificação de sujeitos históricos, agentes e atores sociais, com localização concreta no interior de uma determinada formação social e submetidos a determinadas regras políticas, ditadas pelas classes dominantes, marcadamente autoritárias e detentoras de forte controle social.

Esta mudança era ao mesmo tempo atemorizadora e instigante. Tratava-se de trocar o certo pelo duvidoso. No dizer de

Marilena Chauí "falar em novidade pressupõe uma visão mais totalizante da história do movimento operário, das lutas sindicais, urbanas e camponesas no Brasil neste século, de tal modo que fosse possível vislumbrar na fala e na prática atual dos trabalhadores, qual passado estão resgatando e qual futuro estão escolhendo" (Chauí, 1978, p.205). A opção técnica e política pelas entrevistas e pela observação prolongada da dinâmica do movimento, com seus momentos de pique e de esvaziamento, pretendia alcançar uma visão mais totalizante do movimento de bairro em Niterói através da expressão oral e da prática social dos principais dirigentes. Ao mesmo tempo objetivava conhecer a história do quadro construído da cidade, fruto de uma determinada política pública de financiamento da habitação (SFH/BNH) voltada, claramente, para o atendimento privilegiado das classes médias nos últimos decênios e sua eventual articulação ou não com os movimentos reivindicativos urbanos.

As páginas que se seguem constituem-se em registros desprezíveis, decorrentes do esforço de tentar mudar o método de pesquisa sem que isso signifique negação definitiva à quantificação e à padronização de informações através de questionários fechados, como técnicas válidas de pesquisa.

Apenas optou-se por privilegiar, circunstancialmente a fala de quem pedia passagem e com esses sujeitos históricos reescrever a sua história!

# I

## A BUSCA DE UM REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo dos movimentos associativos de moradores, proposta do presente trabalho, requer um esforço metodológico no sentido de aferir os atributos próprios de cada grupo de associações e o grau de articulação eventualmente existente entre esses grupos, isto é, entre associações de moradores dos bairros de classe média, de periferia e de favelas, de forma simplificada. Ao mesmo tempo faz-se necessário verificar quem é ou quem são os interlocutores mais freqüentes das ações reivindicatórias protagonizadas pela maioria das associações de moradores em busca de melhores condições materiais para a sua base territorial. Paralelamente, trata-se de tentar identificar a capacidade de interferência que possui o movimento de bairro na definição dos sucessivos desenhos urbanos, ou na produção dos espaços.

O que é a base territorial dos movimentos sociais? Diferentemente do espaço físico ou "primeira natureza" - condição indispensável para o exercício do processo de trabalho, processo este embutido na gênese e evolução de todo arranjo espacial - a base territorial dos movimentos sociais é constantemente recriada ao sabor da dinâmica da sociedade. O processo de trabalho ou o processo de produção pressupõe a existência de determinados vínculos e relações entre os homens, estratifi

cados em distintas classes sociais e destes com a natureza física (enquanto meio de produção) à qual transforma e com os meios de produção em geral. Pensadas desta maneira, as relações de trabalho são formas concretas de relações sociais de produção. Estas, determinadas historicamente, constituem e definem as formas concretas de trabalho.

Percebe-se pois que a base territorial dos movimentos sociais é um espaço organizado por relações sociais de produção próprias de um determinado tipo de sociedade: a sociedade estratificada em classes. O primeiro grande corte pode ser estabelecido através do viés da apropriação dos meios de produção definindo ou distinguindo duas classes opostas: a que detém e aquela que não detém os referidos meios. As relações entre estas duas classes são sempre conflituosas tendo em conta que elas defendem interesses antagônicos no interior do processo produtivo. A partir deste recorte derivam várias frações ditadas por interesses específicos e por determinações históricas.

O espaço geográfico que nada mais é do que o espaço produzido pelas relações sociais de produção, tem por conteúdo não só os atributos naturais, "condição concreta da existência social dos homens" (Moreira, s/d, p. 7), mas todas as marcas imprimidas pelo processo de trabalho. Para Milton Santos "o espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos, são elementos passivos que condicionam as atividades dos homens e comandam sua prática social" (1978, p.137).

Quando se examina o quadro de uma cidade os objetos sociais a que acima se refere Milton Santos estão presentes com grande densidade - tanto maior quanto mais complexa a organização urbano-metropolitana - e condicionam além das práticas sociais, a prática política dos cidadãos. Os referidos objetos sociais, muitos deles verdadeiros símbolos, são expressões materiais de relações sociais estabelecidas em momentos pretéritos (próximos ou remotos) dentro do processo de trabalho. Processo de trabalho afinal indispensável para recriar constantemente as condições indispensáveis para a manutenção e reprodução desse tipo de sociedade.

No caso brasileiro os momentos pretéritos mais marcantes para a produção do espaço urbano poderiam ser periodizados, genericamente em:

- a) aquele que corresponde à segunda metade do Séc. XIX e primeiras três décadas do Séc. XX, informado pela agro-exportação;
- b) e aquele que se desenvolve a partir de 1930 aproximadamente, centrando a ênfase no processo de industrialização (substitutiva de importações) com todos os seus corolários, destacando-se a urbanização acelerada associada a grandes correntes migratórias internas<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Sobre urbanização e migrações internas ver, entre outros: *Economia política da urbanização*, de Paul Singer; *Migrações Internas - Uma abordagem histórico-estrutural*, de Juarez Rubens Brandão Lopes; *Economia brasileira: crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira; *Migrações internas no Brasil - aspectos econômicos e demográficos*, de Milton da Mata et alii; *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*, de Aníbal Villanova Villela e Wilson Suzigan.

Sobre o significado da Revolução de 30 assim se refere Ana Clara Torres Ribeiro: "A profunda modificação na divisão social e territorial do

Estes dois momentos têm diferentes padrões de acumulação do capital.

O grau de complexidade do processo de urbanização se eleva muito no segundo período - período pós-30 - e se concretizou pelo crescimento populacional conforme ilustram os dados do Quadro I.1, pela concentração das atividades econômicas em espaços restritos, pela transferência de atividades antes localizadas nos interstícios do setor agrícola, pela ampliação dos setores industrial e dos serviços.

O quadro construído das cidades industriais como no caso do Rio de Janeiro e São Paulo se expande pela incorporação crescente de novos espaços nas franjas externas, pela conurbação com cidades vizinhas, pela formação de inúmeros bairros novos fracamente equipados de infraestrutura urbana, cada vez mais afastados dos locais de trabalho. Estes coincidem, especialmente, com os locais onde se reproduz a força de trabalho. A busca da racionalidade da acumulação vai imprimindo à "nova" cidade, - à cidade do período industrial - uma forma que reflete o exercício dessa nova função. A área central, "locus" privilegiado dos negócios (serviços em geral), tende à verticalização e os espaços residenciais começam a se afastar desse centro, deixando aqui e acolá, áreas de degradação social.

Os novos vetores do crescimento urbano se definem obedecendo a uma estratificação de renda: as classes e frações de

trabalho representada pela ruptura sintetizada na Revolução de 30 - processo de reordenamento da política e da economia - modificará, extraordinariamente, o significado e o conteúdo dos grandes espaços urbanos brasileiros; sem reduzir, no entanto, a importância estrutural (através, inclusive, da reprodução de complexas relações sociais de produção não-capitalista) da agricultura exportadora e dos interesses/frações de classe dominante a ela articulados" (RIBEIRO, Ana Clara T. *Movimentos sociais urbanos; registros brasileiros*. Nova Friburgo, s.ed., 1981. p.6).

## Quadro I.1 - População total, rural e urbana do Brasil.

1940 - 1980

(1.000 hab.)

ANOS	POP. TOTAL	%	POP. RURAL	%	POP. URBANA	%
1940	41,236	100,0	28,356	68,6	12,880	31,2
1950	51,944	100,0	33,161	63,9	18,783	36,1
1960	70,902	100,0	38,897	54,9	32,005	45,1
1970	94,509	100,0	41,604	44,2	52,905	56,8
1980	119,070	100,0	38,616	32,4	80,453	67,6

Fonte: Censos Demográficos - FIBGE - 1940-1980.

classe de rendas mais elevadas se dirigem para uma certa direção, enquanto os segmentos sociais de rendas mais baixas tendem a se dirigir, de forma mais ou menos concentrada e homogênea, para outros eixos de crescimento. O elemento definidor dessa segregação no espaço é, certamente, a renda da terra urbana ou o tributo fundiário urbano embutida numa política institucional que orienta o parcelamento do solo urbano articulado com os interesses do capital imobiliário.

Apesar dos diversos planos de renovação urbano que têm sido impostos às grandes metrópoles brasileiras<sup>2</sup>, a parte preponderante do quadro construído preserva total ou parcialmente arquiteturas do passado, sendo até freqüente encontrar-se em um mesmo quarteirão a coexistência do antigo com o novo<sup>3</sup>.

*O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas pré-existentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas"<sup>4</sup>.*

Além dos aspectos acima apontados por Milton Santos, referindo-se ao espaço urbano-metropolitano, Júlia Adão Bernardes observa também "a existência de diferentes classes sociais, definidas pelo lugar que ocupam no processo de produção, posi-

<sup>2</sup> No caso do Rio de Janeiro Plano Agache, Plano Doxiadis, PVB RIO e PIT Metrô in RESENDE, Vera - Planejamento Urbano e Ideologia, Civilização Brasileira, 1982.

<sup>3</sup> A Avenida Rio Branco é um bom exemplo na cidade do Rio de Janeiro, onde "castelos" do Séc. XIX confrontam com majestosos edifícios de esquadrias de alumínio, vidro rayban etc. - os novos espigões.

<sup>4</sup> SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo, Hucitec, 1978, p.138.

ção denunciada pela localização dessas classes no espaço" (Bernardes, 1983 - p.18). Assim, as favelas e os bairros periféricos representam os sub-espacos onde se processa a reprodução ampliada do proletariado urbano, reverso da moeda da acumulação de capital baseada na industrialização substitutiva de importações e do capitalismo monopolista cada vez mais associado ao capital multinacional. Neste estágio ocorre forte ingerência do Estado na gestão da economia. A entrada, do grande capital multinacional se reflete na configuração do espaço urbano-metropolitano através do aprofundamento da segregação social e espacial, decorrente do desigual investimento ou financiamento tanto do capital privado como do Estado no tocante à aglomeração dos meios de produção (infraestrutura em geral indispensável para materializar a produção) e à aglomeração dos meios de reprodução da força de trabalho, isto é, os meios de consumo coletivo<sup>5</sup> (Lojkine, 1981 - p.303). No que se refere ao investimento público, o descompasso ou a defasagem é muito maior, e no caso da RMRJ isso é particularmente visível quando se compara bairros da Zona Sul com os da Zona Norte<sup>6</sup>. Verifica-se grande concentração nos bairros da Zona Sul onde estão assenta

<sup>5</sup> Por meios de consumo coletivo entende-se, conforme Lojkine, "o conjunto de suportes de atividades destinadas à reprodução ampliada de uma força de trabalho social". Lojkine continua: "O que parece caracterizar duplamente a cidade capitalista é, de uma parte, a crescente concentração dos meios de consumo coletivo e, de outra parte o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho), que vai se transformar em condição cada vez mais determinante do desenvolvimento econômico". Jean Lojkine - "Contribuição para uma teoria da urbanização capitalista". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. III. Paris, 1972.

<sup>6</sup> VETTER, Michael & MASSENA, Rosa Maira R. Quem se apropria dos benefícios dos investimentos do estado em infra-estrutura urbana? Uma teoria da causação circular. In: *DEBATES urbanos 1: Solo urbano; tópicos sobre uso da terra*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p.49-77.

dos os segmentos de rendas médias e altas aqui incluídas as classes e frações de classe detentoras do capital ou representantes dos seus interesses (os executivos de grandes empresas monopolistas, por exemplo).

A metropolização ou a formação dos espaços urbano-metropolitanos, um dos componentes mais visíveis do estágio monopolista da acumulação de capital, caracteriza-se pois pela separação espacial, cada vez mais nítida, entre os locais de moradia da classe trabalhadora e os locais de produção industrial ou da realização de atividades terciárias. A grande empresa monopolista tende a escolher, preferencialmente, locais de acesso fácil, com ampla disponibilidade de terreno, de fatores subsidiários à produção como água, transportes, energia e outros insumos.

Na maioria das favelas e dos bairros periféricos da RMRJ não há abastecimento de água, os transportes coletivos são precários, o saneamento básico é insuficiente e a luz elétrica nem sempre chega às habitações.

No decorrer dos anos 70 e estendendo-se pelos anos subsequentes percebe-se que o Estado brasileiro vem assumindo cada vez mais a defesa dos interesses das frações de classe e de capital hegemônicas, quais sejam, aquelas identificadas com o capitalismo monopolista. Nessa fase "o novo é o alinhamento de forças, com o Estado subsumido numa coligação com a burguesia internacional-associada, portanto dissociado, separado, apartado, descolado da nação" (Oliveira, 1978, p. 75), o que explica o aprofundamento da concentração da renda, o empobrecimento crescente da maioria da população brasileira, inclusive das classes médias urbanas, e a multiplicação extremamente rápida dos bairros periféricos e o recrudescimento da favelização.

O Estado assim capturado pela burguesia internacional-associada<sup>7</sup> deixa de ser o receptáculo das petições das classes populares para ser o alvo das lutas reivindicativas, avivando os limites que separam esse Estado da Nação. O movimento associativo de bairro ressurgiu, com particular vigor, no final dos anos 70 para resistir à profunda depauperação da força de trabalho submetida à política do arrocho salarial e do desemprego. Nesta conjuntura o custo da sua reprodução tendia para a equalização tanto no campo como na cidade. O poder legislativo esvaziado, enfraquecido e os partidos políticos recém libertos institucionalmente do bi-partidarismo em busca de um novo destino, ainda sem identidade definida, são incapazes de catalizar e canalizar as aspirações populares. Isto vem se constituindo em outro elemento que contribui para o revigoramento do movimento associativo de moradores como canal de expressão alternativo no encaminhamento das suas reivindicações. O alvo dos protestos, das manifestações e das lutas tem sido, na maioria das vezes, o Estado - em suas instâncias federal, estadual e municipal - já que cabe a ele a produção e gestão de quase todos os meios de consumo coletivo indispensáveis ao bom funcionamento da aglomeração metropolitana.

Os diversos segmentos sociais de rendas média e baixa, premidos por um modelo econômico excludente e por um regime político autoritário buscaram, então, nas associações de moradores, um ponto de referência a mais para a defesa de suas condições de vida e para resgatar o exercício da cidadania, esco-

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Francisco de. Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classe. In: *Contradições urbanas e movimentos sociais*. 2<sup>a</sup> ed., São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978, p.65-76.

lhendo para tanto o Estado como interlocutor privilegiado e opositor de suas demandas.

*Não pode o Estado solucionar o chamado problema de transporte urbano? Pelo tamanho do excedente que maneja, pode; mas se esse excedente provém em parte da produção automobilística, então não pode. Pode o Estado solucionar o chamado problema da poluição? Tendo tanto chão neste país, parece que se poderia descentralizar a indústria, principal poluidora; mas o chão da pátria não é chão, é capital. Estes e outros exemplos, de problemas que se dão nas cidades, revelam de como a simbiose Estado-burguesia internacional-associada coloca-se contra a nação; (...)».*

Nesse contexto as contradições urbanas inicialmente centradas preferencialmente nos conflitos entre a burguesia e o proletariado se redefinem sob os auspícios do Estado, ao mesmo tempo agente e obstáculo do processo de urbanização à escala metropolitana, tornando-se ele próprio o centro das contradições. Cai a máscara de um Estado acima das classes, neutro e árbitro dos conflitos de classe, "mas uma outra abordagem é possível, uma abordagem de certa forma de dentro, onde o Estado aparece não mais como um organismo exterior às relações de produção, mas bem ao contrário, como um dos momentos, uma das manifestações da contradição fundamental entre a socialização do processo de trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho". (Lojkine, 1981 - p. 85).

Referindo-se ao Estado brasileiro dos anos 70 e início da década seguinte não se pode perder de vista o seu caráter de subordinação e articulação no plano internacional, pois o capital monopolista definidor da atuação do Estado brasileiro

<sup>8</sup> OLIVEIRA, p. 75.

reforça a sua fragilidade compensada pelo aumento da coerção e enfraquece a sua coerência (Ribeiro, 1981; Santos, 1978).

Os movimentos sociais no Brasil renascem ou se rearticulam no decorrer dos anos 70 sob a égide, pois, de um Estado capturado pela burguesia associada ao capital internacional e portador de um forte conteúdo coercitivo. No interior das grandes cidades, premido pela desqualificação geral das condições de reprodução da força de trabalho, os movimentos sociais urbanos ressurgem com nova expressão e dimensão. Uma das formas mais consistentes de organização é aquela que se dá na condição de moradores e/ou de usuários da cidade.

Mas o que são os movimentos sociais ou os movimentos sociais urbanos? O que é o urbano?

Sob a rubrica de "movimentos sociais urbanos" têm sido incluídos e estudados, sobretudo no Brasil nos últimos dez anos, os mais diferentes tipos de movimentos<sup>3</sup>, contemplando ora as reivindicações que lhes dão origem e os sustentam temporariamente, ora a base social desses movimentos ou ainda as formas de organização (interna) de funcionamento e encaminhamento das lutas. Grande parte dessa produção está caminhando, teoricamente, pela trilha aberta por autores europeus como Manuel Castells, Jordi Borja e Jean Lojkin entre outros. No Brasil

<sup>3</sup> MACHADO & ZICCARDI chamando a atenção para essa diversidade lembram que sob essa rubrica tem sido incluídas "as mais diversas formas de expressão, mobilização, organização e luta dos setores populares urbanos - desde os movimentos de favelados até quebra-quebras de transportes públicos, passando por movimentos de populações afetadas por algum plano de renovação urbana. Mas não é menos certo que também são batizados de 'movimentos urbanos' formas de expressão das classes dominantes como por exemplo, os movimentos ecológicos e os de defesa de certos direitos de propriedade e uso do solo".

MACHADO DA SILVA, L.A. & ZICCARDI, A. *Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos*. Belo Horizonte, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1979.

têm-se destacado Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Luiz Antônio Machado da Silva, Pedro Castro e muitos outros, reunidos, parte deles, no grupo especial dentro da ANPPOCS. Apesar de importante esforço investido nessa direção "a amplitude e a modernidade do tema para as ciências sociais têm dificultado a construção ou a definição de conceitos precisos que possam nortear o estudo desse tema no contexto social e político do Brasil.

Não é objetivo deste trabalho pretender alterar o patamar em que está colocado no momento a definição da expressão movimentos sociais urbanos, mas tão somente recorrer às principais construções já postas e delimitar o campo do uso que será feito.

Manuel Castells tem o mérito de ter sido um dos precursores da discussão desse tema através do livro editado em 1972 na França - La Question Urbaine - primeiro de uma série que se sucederia nos anos seguintes, e cujas propostas teórico-metodológicas têm servido de "matriz" para muitos novos estudos, ou de alvo/interlocutor para outros que as criticam para propor concepções novas. Define o campo do político, da política e do urbano, derivando daí para a política urbana que se desdobraria, por sua vez, em dois campos analíticos distintos: o planejamento urbano (compreendendo as diferentes formas de intervenção do poder público no quadro urbano) e os movimentos sociais urbanos (contemplando todas as formas de resistência dos usuários da cidade no que diz respeito, principalmente aos meios de consumo coletivo). O que este autor enfatiza e que se constitui em uma das suas grandes contribuições teóricas é a demarcação ou recomendação que faz quanto ao ponto de partida para a análise dos movimentos sociais urbanos, isto é, as

contradições ou os problemas urbanos manifestos em distintas instâncias e não as mobilizações específicas decorrentes de tais problemas.

*Estabelecidos esses princípios do papa da teorização sobre "movimentos sociais urbanos", parece ainda conveniente anotar que Castells, além de caracterizar a ligação entre o espaço, o urbano e um determinado sistema de comportamento considerado como típico da "cultura urbana" como ideologia da modernidade, dirigida a mascarar e naturalizar as contradições sociais, caracteriza as contradições sociais "urbanas como pluriclassistas (que não acentuam necessariamente a oposição estrutural entre as duas classes fundamentais) e como secundárias estruturalmente (que não questionam diretamente as leis fundamentais do modo de produção), mas admite que, "pode ocorrer que existam conjunturas nas quais dita contradição se converta em principal com respeito ao critério de desenvolvimento da tomada de poder. (...)"<sup>10</sup>.*

Assim, para Castells por exemplo existem duas contradições básicas que estão na origem dos movimentos sociais urbanos e na sua demanda contra o aparelho de Estado e que são: a) incremento cada vez maior das necessidades coletivas; b) o modo individual de apropriação das condições ou dos meios de vida e o modo coletivo de gestão desse processo (Castells, 1974).

Em países como o Brasil a primeira das contradições acima apontada por Castells, diz respeito à demanda acumulada e apenas parcialmente atendida, gerada pelos contingentes numerosos de migrantes que se agregaram ao quadro urbano-metropolitano nos anos 40 e seguintes. Cada migrante de origem rural significa um novo consumidor em potencial na cidade e que perde as possibilidades de auto-abastecimento total ou parcial

<sup>10</sup> CASTRO, Pedro. Sobre movimentos sociais urbanos. In: SOBRE questões urbanas. Rio de Janeiro, Mimeo, 1980. p.25.

que o campo lhe assegurava. O modo de vida urbano coloca novas necessidades de consumo desconhecidas no estilo de vida rural que antecede a trajetória dos migrantes. Mesmo o setor do consumo individual, sustentado por um mecanismo de efeito-demonstração ou mais fortemente pelos meios de comunicação de massa tem seus patamares muito ampliados e é fato notório, para dar somente um exemplo, a densidade elevada de antenas de televisão nas favelas e nos bairros de periferia. É nestes locais que a maioria dos migrantes e do conjunto da população empobrecida têm maiores possibilidades de se inserir.

A segunda contradição apontada ainda por Castells remete à organização institucional da sociedade capitalista, na qual alguns dos elementos fundamentais da sobrevivência social são de apropriação privada, como a casa, a comida ou o vestuário que somados aos meios de consumo coletivo, compõem o quadro de vida da cidade capitalista. A produção e a gestão desses meios de consumo individual e coletivo mesmo quando realizadas pela iniciativa privada (os loteadores imobiliários, a quitanda, o armazém, os supermercados ou as indústrias de confecções, as empresas de transportes coletivos) obedecem a uma lógica do modo de produção capitalista sob a chancela do Estado que viabiliza, institucionalmente, a maximização das taxas de acumulação, em detrimento dos ganhos reais da força de trabalho, da degradação ambiental, da desqualificação das condições gerais de vida.

Deduz-se pois que desses dois conjuntos de contradições aos quais Castells se refere, e que se articulam e se completam, decorre a presença forte e necessária do Estado no encaminhamento da problemática urbana, particularmente agravada

nos últimos decênios no contexto dos espaços metropolitanos. O Estado brasileiro tem registrado sua presença pelo papel de inversor no plano econômico (ver Quadro I.2), tendo participado de forma relevante no desempenho da economia do Estado do Rio de Janeiro, em especial da região metropolitana onde se concentram as empresas estatais (Petrobrás, Eletrobrás, BNDES, BNH, etc.). Num outro campo de atuação o Estado desempenha o papel de administrador e de definidor de políticas públicas. Novamente, a região metropolitana do Rio de Janeiro beneficia-se por sediar além das estatais anteriormente mencionadas, outras instituições como a IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas), a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), três universidades federais, a FIBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e inúmeras outras instituições públicas ou de economia mista, direta ou indiretamente subsidiárias às ações do poder público.

Apesar do peso substancial do governo na geração da renda interna fluminense, de 1959 em diante a sua participação tem sido declinante segundo dados do Quadro I.2, localizando, claramente, os efeitos da mudança da capital federal para Brasília no início dos anos 60. Dos 18.2 em 1959, cai para 11.4% em 1980.

O Estado, através dessas diferentes formas de intervenção acaba desempenhando "o papel de verdadeiro 'ordenador' da vida cotidiana das massas e sob a cobertura da 'organização do espaço' em realidade do que trata é da pré-determinação do tempo vivido" (Castells, 1976 - p.7). Na condição de "ordenador", a ordem (econômica e política) ditada pelo Estado brasileiro tem-se caracterizado pelo privilégio e benefícios às

Quadro I.2 - Estrutura da renda interna do Estado do Rio de Janeiro, por ramos de atividade.  
1939 - 1980.

RAMOS DE ATIVIDADE	1939	1949	1959	1970	1975	1980
1. Agricultura	6,5	7,5	6,9	1,9	1,9	1,4
2. Indústria	24,2	22,3	21,2	29,0	27,7	27,1
3. Comércio	19,0	20,0	14,4	17,8	20,3	18,1
4. Intermediários Financeiros	9,0	6,4	9,3	4,8	5,6	6,8
5. Governo	11,3	16,0	18,2	17,1	14,0	11,4
6. Outros Serviços	14,7	12,4	14,6	11,5	14,6	15,6

Fonte: Economia Fluminense - conjuntura e análise.  
Niterói, UFF, Vol. 1, n.1, Jul. 86

classes dominantes em detrimento dos interesses das classes subalternas. Os anos 70 testemunharam a exclusão particularmente aguda da classe trabalhadora dos frutos gerados pelo seu trabalho, patrocinado pelo Milagre Brasileiro. Do ponto de vista sócio-espacial essa ordem perversa multiplicou em muito a população nos bairros periféricos e nas favelas. Ao mesmo tempo, fatias da classe média-alta e a burguesia como um todo se enquistaram em bairros privilegiados (os condomínios fechados, os jardins), evidenciando a segregação espacial que materializa as contradições sociais.

Para o exercício dessas funções o Estado enfatiza o seu poder coercitivo através da ampliação do seu aparelho repressivo, necessário para a manutenção dessa ordem perversa. Ao mesmo tempo recicla os seus aparelhos ideológicos como as reformas do ensino primário e secundário (Lei 5.692/71) e do ensino superior (Lei 5.540/68) que contribuíram para a massificação e desqualificação do sistema educacional.

Apesar do forte controle social, as observações feitas por Castells na Espanha franquista encontram grandes similitudes na sociedade brasileira dos anos 70: "assistimos, por conseguinte, ao surgimento e à generalização progressiva de movimentos sociais urbanos, quer dizer, de sistemas de práticas sociais contraditórias que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana" (1976, p.10). Torna-se necessário verificar qual é a abrangência que o referido autor empresta ao termo problemática urbana no contexto europeu. Num primeiro momento ele está referido a

*contradições de moradia da população,  
o acesso aos serviços coletivos (esco*

*las, hospitais, creches, jardins, praças de esporte, centros culturais etc.), e uma gama de problemas que vão desde as condições de segurança nos edifícios (...) até o conteúdo das atividades culturais dos centros de jovens reprodutoras da ideologia dominante.<sup>11</sup>*

Some-se a estes aspectos aqueles relativos às condições precárias dos transportes coletivos, a fragmentação do processo de trabalho, os guetos de anciãos, de jovens, de minorias étnicas ou similares.

O exame mais detido dessas considerações do autor, sugere um certo reducionismo, já que a problemática urbana está sendo circunscrita às condições objetivas da reprodução da força de trabalho, estabelecendo um corte entre a esfera do social e a esfera do "econômico" (a reprodução dos meios de produção).

No entanto o exame mais abrangente das suas contribuições teóricas permite localizar reflexões complementares que articulam a análise dos movimentos sociais com a análise dos "movimentos sociais ligados à produção" e evocam a questão do poder político nos seguintes termos:

*A problemática dos movimentos sociais urbanos se situa, por conseguinte, em um duplo plano: por um lado, enquanto análise dos processos sociais de mudança dos modos de consumo coletivo, expressos na organização urbana; por outro, enquanto apreensão das formas de articulação entre as novas contradições sociais que emergem nas sociedades industriais capitalistas e as contradições econômicas e políticas que se encontram na base de sua estrutura social.<sup>12</sup>*

Castells postula também a necessidade da intervenção de um partido político que aglutine as diferentes forças reivindi

<sup>11</sup> CASTELLS, 1976, p.3.

<sup>12</sup> CASTELLS, p.10.

cativas emanadas dos movimentos sociais para politizar essas questões ao nível, e no interior do aparelho do Estado. Nesta arena se daria a mudança na correlação de forças do sistema de poder político e ideológico, podendo chegar à alteração da natureza do próprio Estado.

Em outras palavras, o partido político evocado acima seria um partido de conteúdo revolucionário, capaz de levar à superação de um determinado tipo de Estado e de sociedade, e a sua substituição por outro.

Ao tempo em que Castells aprofunda e aperfeiçoa sua teorização sobre o estudo dos movimentos sociais urbanos à luz de suas observações, investigações e sistematizações de registros em torno das manifestações concretas ocorridas em Madri, Paris, Santiago e outras cidades, estudos semelhantes são realizados por autores diversos em diferentes localidades. Dentre eles destaca-se a contribuição do espanhol Jordi Borja com base em observações feitas nos movimentos populares em Barcelona, cujo resultado<sup>13</sup> publicado em 1975, abriria um novo campo de avanço teórico.

Este autor prefere a denominação de "movimentos reivindicativos urbanos" apesar do título da sua obra mais difundida "Movimientos Sociales Urbanos". Na sua concepção, os movimentos reivindicativos urbanos são "ações coletivas da população enquanto usuária da cidade, quer dizer, de moradia e serviços, ações destinadas a evitar a degradação de suas condições de vida..." (Borja, 1975 - p.12). Estas ações coletivas corresponderiam à manifestação das contradições geradas pelo desenvol-

<sup>13</sup> Movimientos Sociales Urbanos. Buenos Aires, SIAP/Planteos, 1975.

vimento da sociedade nas formações sociais capitalistas, contradições estas que, na ótica do referido autor, se agrupariam em dois blocos principais:

1 - O aumento crescente das necessidades de meios de consumo coletivo por parte da força de trabalho que deve se reproduzir de forma ampliada, conseqüência imediata do desenvolvimento da produção de um lado, e do outro, novas exigências da acumulação de capital, antagônicas à da reprodução da força de trabalho. Os investimentos públicos e privados no setor de infraestrutura urbana passam a ser feitos de forma cada vez mais desigual;

2 - Subsunção progressiva do aparelho Administrativo (do poder do Estado) aos interesses do capital monopolista, materializada no quadro da cidade através da "política urbana" em detrimento das condições de consumo dos cidadãos. Por outro lado, contraditoriamente, o desenvolvimento da sociedade capitalista propicia também o avanço da capacidade organizativa das classes populares (mais concentradas, mais homogêneas, mais organizadas), em especial da classe operária, que tem forjado instrumentos de defesa através da luta na empresa.<sup>14</sup>

À semelhança do que apontara Castells anteriormente, o primeiro grupo de contradições detectado por Borja aponta também para o antagonismo que aumenta entre a demanda crescente por bens e serviços de consumo individual e coletivo, e a produção/gestão desses bens por parte do Estado e do capital privado. Borja aprofunda a análise quando explicita a ampliação da demanda como conseqüência da dinamização do próprio setor produtivo que recria para si e para o conjunto da formação econômica e social (entenda-se para a reprodução da força de trabalho) necessidades novas. Acrescenta também o registro de que as necessidades de um e de outro (reprodução do capital e da

<sup>14</sup> BORJA, p.15.

força de trabalho) são antagônicas. Do confronto entre ambas resultam ou se explicitam as contradições. Ainda nesta passagem, Borja levanta a questão da desigual distribuição espacial dos investimentos públicos, tese facilmente constatável em contextos urbanos como o da aglomeração metropolitana do Rio de Janeiro, na qual, os bairros e municípios da Zona Norte e Oeste, recebem proporcionalmente muito menos investimentos em infraestrutura urbana do que os da Zona Sul, embora abriguem populações mais numerosas<sup>15</sup>.

No segundo grupo de contradições Borja chama a atenção para a captura que sofre o poder do Estado por parte do capitalismo monopolista, chegando ao estágio da subsunção do primeiro ao segundo. A intervenção do Estado, assim subsumido, no espaço, se faz através das políticas urbanas, cujo objetivo maior é o de assegurar a reprodução ampliada do capital, cujo ônus é socializado pelo conjunto dos cidadãos, principalmente pelas classes subalternas, mediante deterioração das condições de consumo. Para Borja, a contradição aqui reside no fato de que o desenvolvimento da sociedade capitalista organiza o espaço da metrópole para o capital, ao mesmo tempo em que propicia o avanço da capacidade organizativa das classes populares, segregadas das classes dominantes, mas concentradas entre si e homogeneizadas pela pobreza. A definição do patamar das reivindicações, teoricamente seria muito mais fácil em bairros socialmente homogêneos - semelhantes, parecidos - do que em bairros de moradores muito heterogêneos.

Outro ponto importante tocado por esse autor refere-se

<sup>15</sup> VETTER, Michael & MASSENA, Rosa M. op. cit.

a articulação entre movimento sindical ou de defesa econômica (lutas forjadas pela classe operária no interior da empresa) e o movimento popular ou movimento social (lutas travadas pelos cidadãos fora dos locais de trabalho, em defesa das suas condições de vida). No seu entender ocorre um certo transbordamento das lutas operárias para o cotidiano da cidade.

O autor acrescenta que as ações protagonizadas pelos usuários da cidade, na maioria das vezes contra o Estado que é o principal detentor dos instrumentos de gestão do consumo coletivo, podem redundar em dois efeitos capazes até de transformar a lógica do desenvolvimento urbano. Tais efeitos seriam a seu ver: a) efeitos "urbanos" - modificação da relação entre equipamento e população e b) efeitos "políticos" - modificação da relação da população com o poder no sistema urbano (Borja, 1975 - p.12).

Com referência aos efeitos urbanos pode-se evocar um exemplo entre tantos outros ocorridos na RMRJ: a onda de quebra-quebras que assolou os trens e as estações de subúrbio na primeira semana do mês de dezembro de 1979, conseqüência da precariedade dos serviços prestados, agravada pelo aumento da demanda em virtude da majoração das tarifas dos ônibus coletivos. Isso levou a depredações e incêndios em nove trens e três estações. Os efeitos urbanos para essa ação de quebra-quebra protagonizada pelos usuários foram os seguintes:

*No mesmo dia, o Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, anunciava "as três soluções provisórias" para resolver os problemas nos subúrbios do Rio de Janeiro: o uso da tração diesel para os veículos de passageiros; a reforma de 58 unidades antigas, com assessoria técnica japonesa, ao custo de 16 milhões de*

dólares e a utilização de 20 a 30 trens da Fepasa.<sup>16</sup>

Os efeitos políticos na linha do que Borja identifica para o caso espanhol, têm ocorrido com mais parcimônia no caso brasileiro. Um exemplo que merece registro, embora tenha tido curta duração, é a do Prefeito Israel Klabin à frente da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, ocasião em que, atendendo às reivindicações das associações de moradores e de outras entidades, acabou por instituir uma forma de participação de representantes da comunidade na gestão da cidade, através do projeto das Zonas Especiais.<sup>17</sup> No entanto, Klabin foi substituído antes de ver implantado o seu projeto participativo e o seu sucessor não deu prosseguimento ao mesmo.

Esté mesmo autor remete também a possibilidade de se dispor de uma categoria não analítica, com um valor simplesmente indicativo, mas que se refere a uma realidade muito ampla envolvendo conflitos na área do consumo e à gestão do sistema institucional da cidade - o "movimento urbano". A seguir, Borja pondera que o "movimento social urbano" enquanto conceito deveria ter essa eficácia, desde que, no campo da prática política, seja protagonizado pelas "classes populares que partindo de reivindicações urbanas alcançam um nível de generalidade de objetivos e de potencialidade política que modificam as relações de poder entre as classes" (Borja, p.54).

Percebe-se que para esse autor o conceito de movimento

<sup>16</sup> NUNES, Edison - Inventário dos quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro 1977-1981, in *Cidade, Povo e Poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

<sup>17</sup> PECHMAN, Sergio. *A construção da solidariedade - as associações de moradores de classe média e alta no Rio de Janeiro (1976-1982)*. Tese de Mestrado, IUPERJ, 1983.

social urbano também não possui eficácia analítica que se lhe quer atribuir, na medida em que este se aplicaria somente aos movimentos protagonizados pelas classes populares urbanas, excluindo portanto outros tipos de manifestação/organização (minorias étnicas, homossexuais, movimento de mulheres etc.) os quais não seriam absorvidos nem expressos, necessariamente, pelos movimentos oriundos das classes populares. Diante dessa restrição conceitual que impõe sobre os MSU, o autor retoma outras considerações sobre os movimentos urbanos afirmando que eles "são muito mais e muito menos: quase sempre esses objetivos e sua eficácia são mais limitados e abrangem uma multiplicidade de atores e situações maiores" (1975 - p.54). Caracterizam-se por possuir forte componente de auto-defesa e busca de auto-solução para os problemas que crescem na área de consumo e, "contrariamente à maior parte dos movimentos reivindicativos ou políticos, conseguem obter vitórias mesmo que estas não sejam sempre (...) completas e claras" (1976, p.49). Originam-se geralmente sem formalização e legalização, mas adquirem "pouco a pouco sua legalidade e oficialização que lhe permitirá assegurar sua continuidade, sua representatividade e sua capacidade de mobilizar e de negociar" (1976, p.49).

Algumas diferenças podem ser percebidas entre as concepções de Castells e de Borja acerca dos movimentos sociais ou da temática que lhe concerne. Sistema de práticas para Castells refere-se a ações coletivas da população para Borja; uma tendência objetiva à transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de forças na luta de classes - em última instância, no poder do Estado, corresponde em Borja a que os movimentos reivindicativos urbanos

"podem chegar a modificar a lógica do desenvolvimento urbano" ou "uma modificação da correlação de forças entre os grupos sociais que se enfrentam no sistema de poder urbano". Enquanto isso, Castells aponta para a luta de classes e para a tomada do poder pelas classes dominadas como virtualidades ou potencialidades dos movimentos sociais urbanos, apesar de, em algumas passagens dos seus trabalhos, tender para o reducionismo do urbano à reprodução da força de trabalho.

Guardadas as semelhanças e as diferenças, Borja e Castells constituem-se nos precursores da teorização sobre os movimentos sociais urbanos, a partir dos quais, sobretudo de Castells, novas reflexões têm sido desenvolvidas. O próprio autor superando pontos de vista anteriormente firmados e outros estudiosos elegendo-o como interlocutor/debatedor, dentre os quais destaca-se de forma privilegiada, Jean Lojkine<sup>18</sup>. Este realiza uma crítica cuidadosa a vários dos conceitos firmados por Castells e propõe novas perspectivas teóricas para dar conta de inúmeros aspectos da questão urbana. Sobre os movimentos sociais, Lojkine assim se expressa:

*Vamos pois esboçar uma primeira definição dizendo que um movimento social caracteriza-se primeiramente pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciarem-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema sócio-econômico em vigor"<sup>19</sup>*

A definição acima baseia-se no pressuposto de que nas

<sup>18</sup> LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo, Martins Fontes, 1981.

<sup>19</sup> LOJKINE, Jean. Op. cit. p. 292.

sociedades capitalistas as classes dominadas estão inteiramente sujeitas à hegemonia política e à ideologia da classe dominante, isto é, onde tanto os representantes das classes dominantes como os das classes dominadas estão condicionados a uma organização social, com regras e papéis totalmente determinados pela política imposta pela classe dominante. A ruptura com essas representações, metamorfoseadas, seria um pré-requisito essencial dos movimentos sociais.

Na sua opinião os movimentos sociais não são nem só reformistas e nem só revolucionários, pois além de reconhecer a existência dos conflitos de classes (conteúdo reformista), eles também postulam a gestão da sociedade (manifestação mais clara do movimento revolucionário). Preconiza portanto ser incorreto opor-se o movimento social ao movimento revolucionário.

Esta perspectiva difere qualitativamente da concepção de Castells que enfatiza a necessidade de movimentos sociais urbanos com forte teor reivindicativo e a existência do partido (revolucionário) que catalize essas manifestações/expressões e os encaminhe no confronto com o aparelho de Estado para superá-lo, em última instância.

Para ele os movimentos sociais resultam de dois processos que se combinam entre si e que são:

A - Um processo de pôr-se em movimento de classes, frações de classe e camadas sociais. Esse primeiro processo define a intensidade e a extensão (o campo social) do movimento social pelo tipo de combinação que une: a) a base social e b) a organização do movimento social;

B - Do "pôr-se em movimento" ao "desafio político".<sup>20</sup>

<sup>20</sup> LOJKINE, p. 296-7.

O "pôr-se em movimento" decorre da ação de algum agente social que converte necessidades historicamente determinadas em problema social, cuja solução ou minimização deve ser reivindicada, e essa "movimentação" de uma classe, sua fração ou de uma camada social permite identificar a sua intensidade (grau de mobilização) e a sua extensão (campo social e/ou base territorial). Para a definição de um movimento social, no dizer ainda de Lojkine, duas condições são indispensáveis: a existência de uma base social e a organização do mesmo. De um modo geral tem-se privilegiado as lutas reivindicativas travadas pelos setores populares urbanos como os favelados, os moradores de bairros de periferia homogeneizados pela pobreza, os usuários de transportes coletivos (trens, ônibus, barcas) ou determinados grupos afetados por planos de renovação urbana. No entanto não se pode negligenciar o fato de determinadas lutas estarem sendo travadas também por frações da burguesia ou das classes dominantes (movimentos ecológicos ou contra a violência urbana por exemplo). Dessa forma, a análise da base social do movimento define a natureza das classes sociais envolvidas no "pôr-se em movimento", permitindo distinção entre um movimento composto, heterogêneo de outro mais ou menos homogêneo.

A organização, do ponto de vista da dinâmica interna de um movimento social, "supõe e acumulação de experiências comuns entre seus componentes, e permite a superação de uma identidade em geral formada a partir de bases precárias" (Machado & Ziccardi, p. 16) e pode revestir-se de um grau de abertura maior ou menor para a participação das massas. Da ação exercida pela organização sobre uma determinada base social, mais

volumosa ou menos volumosa, depende a força social - a intensidade - do movimento. Pode-se dizer que a "organização" é que põe a "base social" em movimento.

A extensão ou o campo social do movimento tem um forte conteúdo territorial "tomado aqui como lugar de realização e de encerramento da hegemonia da classe dominante (...)" (Lojkin, p. 297) e o movimento social pode ter uma dimensão local e/ou nacional. Embora sem desprezar a relevância das lutas urbanas de extensão "local" ou "regional", a força social será tanto maior quanto mais se vise e se questione o poder político da classe dominante destacando o fundamento global, logo nacional da sua hegemonia. No caso brasileiro, o modo de produção capitalista com a lógica da acumulação plantada no conjunto do território nacional mediante uma forte divisão interregional do trabalho, sob a chancela de um Estado anteriormente caracterizado.

A segunda dimensão do movimento social para Lojkin (do por-se em movimento ao desafio político) está referenciada às relações mútuas existentes entre as práticas ideológicas e políticas da organização e as mesmas práticas da base social (relações entre a vanguarda "politizada" do movimento e a massa). Os extremos dessas relações seriam a subordinação das massas ao partido e o seu oposto, a subordinação do partido às massas. O conhecimento do conteúdo dessas relações permite a definição da natureza sociológica do movimento social e do desafio político de que é portador. Para esse autor ligar um movimento ao desafio - ao projeto histórico do qual é portador - é fundamental para evitar ou mesmo rechaçar abordagens funcionalistas e deterministas, de reduzir um movimento social a um sistema "organizacional" sem conteúdo (p. 298). O autor afirma ainda que

*... o alcance histórico real de um movimento social só pode ser definido pela análise de sua relação com o poder político. Logo, ao invés de "parar" e de "esfriar" quando confrontado ao Estado, o movimento social será definido, em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema socio-econômico no qual surgiu.<sup>21</sup>*

Outra preocupação de Lojkine é o de responder a pergunta é possível falar de "movimento social" urbano? Considera que essa expressão é restritiva do ponto de vista territorial (o quadro da cidade) e receia que o movimento assim concebido fique relegado a um desafio secundário ou até marginal. A base territorial ou a dimensão territorial não é desprezível, porém não é determinante.

Preocupa-se também com o potencial revolucionário de que é ou não portador o movimento social urbano. O fraco alcance político de suas manifestações não confirmaria a hipótese da "marginalidade" das reivindicações urbanas? Essa objeção adquire consistência quando se aceita o duplo limite que ela supõe no campo do urbano:

1º limite: se aceitar o reducionismo de Castells anteriormente referido, ou seja, considerar como o urbano, a "reprodução da força de trabalho", fica estabelecido a priori um corte entre a esfera do econômico e do social. Isso coloca um limite ao movimento social urbano que não poderá contestar diretamente não só o poder econômico da classe dominante, mas também o modo de reprodução do conjunto da formação social, tanto econômico quanto social;

<sup>21</sup> LOJKINE, p. 298.

2º limite: o que faz do Estado um instrumento de controle e de integração (Castells, 1975; Ferreira, 1975<sup>22</sup>). Esta concepção fica limitada porque preconiza uma certa "pureza" dos movimentos sociais urbanos, capazes de emergir fora da cena política (do Estado) e das organizações partidárias (Lojkine, 1981).

Aceitos estes limites, o potencial revolucionário tenderia a ficar muito atenuado senão anulado, porém a perspectiva de Lojkine de um novo movimento social à luz da hegemonia do capitalismo monopolista de Estado nas sociedades avançadas que forja um novo tipo de vínculos entre o mundo do trabalho e o da reprodução da força de trabalho, derruba por terra a barreira ideológica que os isolava. Um dos mecanismos pelos quais se dá esta articulação, a educação necessária para a qualificação da mão-de-obra, um dos elementos-chave da reprodução ampliada da força de trabalho, está integrada na luta operária dentro da fábrica (Lojkine, 1981 - p. 311). Diante dessas considerações o autor pondera que o movimento social urbano, nessa conjuntura, é o "questionamento da nova divisão social e espacial das atividades monopolistas nos grandes centros urbanos, através do fenômeno da segregação habitat/trabalho" (Lojkine, 1981 - p. 313).

Percebe-se claramente que não há consenso quanto ao sig

<sup>22</sup> Vitor Matias Ferreira assim se expressa referindo-se ao tema em questão: "os movimentos sociais enquanto não atingem uma fase de efetiva institucionalização (o que significa que a partir desse momento começam a ser recuperados e integrados nos aparelhos político-administrativos do Estado), definem-se basicamente por porem em causa, direta ou indiretamente, o próprio sistema político e econômico instituído nessa medida, são sempre portadores, mesmo que com um caráter extremamente pontual, de uma determinada transformação da sociedade em que surgem". (FERREIRA, Vitor Martins. *Movimentos sociais urbanos e intervenção política*. Porto, Afrontamento, 1975. p.11.

nificado que se quer emprestar às expressões movimentos sociais e movimentos sociais urbanos, necessitando registrar que tais teorizações foram feitas também à luz de experiências vividas em sociedades capitalistas desenvolvidas onde a classe operária já teria alcançado um nível de conquista de direitos bastante mais avançada do que no Brasil. Em tais países além desse aspecto do estágio muito mais maduro das lutas de classe, o nível de pobreza e de exclusão das camadas populares é muito menor do que nos países dependentes.

Tanto Castells, quanto Jordi Borja e Jean Lojkin, não arrogam a prerrogativa de terem construído um corpo teórico capaz de dar conta do estudo dos movimentos sociais em caráter universal e definitivo. Ao contrário, Castells por exemplo coloca-se como quem está apenas dando um primeiro passo<sup>23</sup>. Lojkin retoma e aprofunda várias questões, porém ainda ficam por resolver outras tantas e entre elas, a especificidade dos movimentos sociais em países como o Brasil.

Trata-se pois de se questionar da possibilidade ou não de se transpor os conceitos lá elaborados para o estudo dos movimentos sociais em países como o nosso. A esse respeito Machado & Ziccardi chamam a atenção dizendo "a questão se complica quando se pretende agrupar as reivindicações dos trabalhadores dos países centrais por qualidade das condições de vida com as reivindicações de trabalhadores em sua maioria em condições de miséria absoluta, guetificados nas favelas e periferias das cidades latino americanas" (Machado & Ziccardi, 1979 - p. 10). Os mesmos autores consideram que nos países dependen-

<sup>23</sup> CASTELLS, M. *La cuestión urbana*. 5ª ed. México, DF. Siglo Veintiuno, 1978.

tes (sobretudo no Brasil) têm sido feitos inúmeros e ingentes esforços no sentido de se realizar trabalhos empíricos, enfrentando, muitas vezes fortíssimas pressões sociais e que têm resultado em contribuições essenciais na "descoberta" de muitos fatos sociais até então ocultos. Porém, colocou a ressalva seguinte:

*Creemos, porém, que este esforço não foi acompanhado da necessária construção teórica. Parece-nos que, através da aceitação implícita de uma certa divisão do trabalho intelectual, incorporam-se acriticamente precárias ferramentas teóricas, à espera da importação de novos frutos provenientes do pensamento "maduro" e "acabado" que venham a indicar novos rumos de investigação.<sup>24</sup>*

Diante de reais dificuldades encontradas no campo da aplicação pura e simples do instrumental teórico importado, da sua adequação ou adaptação à realidade brasileira ou da formulação de categorias analíticas próprias a partir de registros brasileiros, Pedro Castro por exemplo propõe para o nosso caso o uso da categoria "mobilização popular", a despeito dos problemas que se colocam para o significado do termo "popular". Esse autor propõe que seja usado exclusivamente "com o propósito de adotá-la como ponto de partida na tentativa de teorização sobre tais ações coletivas" (Castro, 1980, p. 31), ou ainda, "de forma muito simplificada, para não se dizer que não usei, empresto ao termo "popular" o significado de referir-se a grupos sociais compostos basicamente por pessoas que se situam nas camadas da população que não têm ou têm muito pouco acesso aos meios de produção da riqueza social (...)" (Castro,

<sup>24</sup> MACHADO DA SILVA & ZICCARDI, p. 7.

1981 - p. 22). Seguindo as pistas dos colaboradores do Caderno do Centro de Estudos de Ação Social<sup>25</sup> e de José Álvaro Moisés<sup>26</sup>, este autor lança a hipótese de que também no Rio de Janeiro "a mobilização popular tem caráter classista e que tal caráter é possível de ser detectado no aprofundamento do estudo dessas relações" (Castro, 1980 - p. 31). Posteriormente, ao realizar uma reflexão a partir de sua participação em trabalho empírico num conjunto de favelas no Rio de Janeiro<sup>27</sup> esse autor, embora ratifique sua hipótese com relação a esse caráter, faz uma observação quanto à necessidade de um exame cuidadoso em torno dos mecanismos mediadores da passagem de uma estrutura mais ampla (estrutura de classe global) para uma estrutura em menor escala (a das favelas estudadas) com algumas particularidades. Seu alerta se destina a evitar equívocos de se identificar dentro do universo favelado, "classes" como a "burguesia", a "camada média" ou o "proletariado".

As classes populares assim entendidas elegem como campo social privilegiado de suas lutas reivindicativas, os bairros populares, local da coexistência e de convivência de "setores sociais que, tendo em geral inserção subalterna no processo produtivo, têm-na também no processo de consumo, inclusive no plano do "consumo coletivo". Tais setores seriam constituídos por operários, comerciários, bancários, pequenos funcionários, biscateiros, pequena burguesia, desempregados e subempregados.

<sup>25</sup> CEAS, o movimento popular se organiza e se manifesta. *Caderno do CEAS* (56): jul./ago., 1978.

<sup>26</sup> MOISÉS, José Álvaro. Movimento de mobilização popular na Grande São Paulo. *Contraponto* (3): 69, set., 1978.

<sup>27</sup> CASTRO, Pedro. *Indícios da teia de mobilização popular urbana: O caso de Acari, RJ.* Rio de Janeiro, IUPERJ, 1981. 31 p.

"Em geral, majoritariamente, se encontram as diversas frações do proletariado urbano" (Queiroz, 1981 - p. 30).

O movimento dos bairros populares tem recebido diferentes atributos quanto às potencialidades e limites como já se referiu anteriormente, cujos extremos estariam marcados pelas potencialidades que o coloca como "motor essencial do processo revolucionário" e como "prefiguração da cidade, a vida cotidiana e as formas de organização socialistas" de um lado, e no outro extremo, que o desqualificou como sendo intrinsecamente reformista e incapaz, portanto, de influir no processo global de transformação da sociedade.

As apreciações até aqui resumidas apontam que os movimentos dos bairros populares não são nem tanto, nem tão pouco. Seria um "grande utopismo tanto político como urbano" (Borja, 1975 - p. 53) considerá-lo o "motor do processo revolucionário", e por outro lado, o seu caráter meramente reformista pode ser fortemente revertido através de uma direção política (a vanguarda) que o pretenda participante da luta política mais geral. Tem-se cometido equívocos teóricos quando se subordina, mecanicamente o político ao econômico, com a prevalência da visão economicista a nível estrutural e sua transposição para a análise de movimentos concretos (estudos de casos) sem as necessárias mediações "que são, fundamentalmente, a conjuntura política, o desenvolvimento urbano global e o nível de articulação com outros movimentos sociais, assim como a relação estabelecida entre aparatos e organizações através dos quais o movimento atua e o Estado e instituições da sociedade civil (Borja, 1975 - p. 42 a 44)".<sup>28</sup>

<sup>28</sup> QUEIROZ, p. 20.

Para efeito do exame do movimento associativo de bairro em Niterói, objeto imediato do presente trabalho, far-se-ão algumas aproximações teóricas a partir das contribuições anteriormente referenciadas de autores renomados. Será considerado como movimento associativo de bairro uma forma de organização (e de luta), protagonizada por uma base social não necessariamente homogênea, mas unificada em torno de pautas comuns de reivindicações. Do ponto de vista da extensão ou do campo social do movimento, a base social é observada no âmbito local, porém com a nuance interna de desdobrar-se em associações de bairros periféricos, de classe média e de favelas. Embora a base territorial dos movimentos estudados tenha esse recorte local, o conteúdo de muitas das lutas travadas, através das novas formas de articulação horizontal e vertical que caracterizam o movimento de bairro nesta fase (final dos anos 70) alcança abrangência regional ou mesmo nacional. É o caso da luta dos mutuários do SFH (sistema financeiro da habitação) travada por muitas associações de moradores e que teve rebatimento institucional nos altos escalões do BNH, e de alguns ministérios, passando por ações na justiça. A força social desta luta que adquiriu uma grande notoriedade pública, assim aconteceu porque questionou-se o poder político da classe dominante no seu fundamento global, logo nacional de sua hegemonia: o arbítrio e o autoritarismo.

Ao se examinar a base territorial do movimento - a cidade de Niterói com uma estrutura interna bastante fragmentada pela segregação social - pretende-se não perder de vista essa dimensão do urbano como o lugar de realização e de concretização da classe dominante, de reprodução da formação social da

qual o movimento social se origina, na qual se inscreve e à qual deve procurar transformar, em última instância.

A noção de articulação horizontal antes mencionada estará compreendida nos seguintes termos: articulação entre movimentos com reivindicações básicas diferentes, mas com bases sociais semelhantes e entre movimentos com reivindicações básicas e bases sociais diferentes. Trata-se de articulações entre movimentos de bairros populares entre si, mas lutando por diferentes reivindicações e de articulação desse grupo de associações com aquelas dos bairros de classe média. Em vários momentos ocorre convergência de interesses e aumenta a faixa de atuação conjunta como por ocasião da construção de uma entidade federativa e a instauração de um conselho comunitário no interior do poder público municipal. Por outro lado a noção de articulação vertical está remetida às relações que se estabelecem entre uma associação de moradores e a entidade federativa municipal que representa uma instância de decisão mais concentrada - ou qualitativamente diferente - ou ainda, com a federação estadual de associações de moradores. Adotando-se procedimento semelhante, sempre que uma associação se articula com entidades organizadas da sociedade civil como a OAB, a IAB ou equivalentes buscando somar esforços para o encaminhamento de suas questões, estará referenciado no contexto das articulações verticais.

Levando em conta que o conceito de movimentos sociais urbanos não se encontra completamente estatuído como já se referiu, o seu uso será feito dentro dos limites detectados pelos autores considerados. Assim, o movimento associativo de bairro em Niterói, ou a "mobilização popular" da terminologia

de Pedro Castro, é protagonizado por grupos estratificados de associações de moradores e corresponde a uma forma de manifestação relevante dos movimentos sociais urbanos. Estes (os movimentos sociais urbanos) por sua vez, são parte dos movimentos sociais que se subdividem em urbanos e rurais.

Os atores sociais ora estudados entram em movimento ("o por-se em movimento") premiados por corrosão profunda em seus salários e conseqüente degradação das condições de sua reprodução enquanto força de trabalho. A mediação entre a existência das necessidades historicamente determinadas não atendidas ou mal atendidas e o por-se em movimento, foi feita, ora por agentes sociais externos ao bairro, ora por lideranças do próprio bairro com vinculação partidária bem marcada. São esses agentes que "puxam" os problemas para fora do bairro e politizam as reivindicações e neste momento delimitam a arena das lutas e os interlocutores das mesmas. Na maioria das vezes, o interlocutor privilegiado é o Estado, cujo poder é questionado. O Estado a nível municipal está vivenciando sua segunda gestão exercida por governante eleito por voto universal porque tendo sido capital estadual (do antigo Estado do Rio de Janeiro), seus prefeitos eram nomeados/designados pelo poder central.

O primeiro dos prefeitos eleitos - sociólogo Wellington Moreira Franco - teve uma atuação bastante controvertida em relação ao movimento popular (1978-82) e o seu sucessor, eleito pelo PDS - médico Waldenir de Bragança - tem tido uma prática claramente anti-popular e contrária à livre organização e manifestação do movimento de bairro.

No nível do Estado, o movimento de bairro renovado nos anos 70 teve no governo Chagas Freitas um interlocutor difícil,

de pouca receptividade e de prática populista muito forte. De 1982 para cá o movimento se defronta com o governo de Leonel Brizola, igualmente populista, porém com discurso popular, o que tem confundido substancialmente a direção dos movimentos, mensurável pelo elevado índice de "brizolização" de suas principais lideranças em troca dos programas "uma luz na escuridão" de iluminação de favelas e "cada família um lote" pelo qual tem-se regularizado alguns títulos de propriedade e financiado algumas construções de habitações. A cooptação de líderes é tão alta ou mais forte agora do que no período chaguista.

O espaço da cidade de Niterói vai sendo construído ou produzido pelas relações sociais de produção e o seu desenho vai sendo influenciado ora pelos atributos naturais - condição concreta da existência social dos homens - ora por determinações históricas.

Quanto ao desafio político de que esses movimentos são ou não portadores, pode-se antecipar que isoladamente, o movimento associativo de bairro não tem poder de transformar a sociedade, porém pode incidir ou influir em maior ou menor grau nesse processo, dependendo do grau de organização e da natureza da sua direção política.

Uma mobilização popular sustentada por associações de moradores, quando bem sucedida, pode produzir efeitos urbanos e efeitos políticos como aqueles decorrentes da luta pelos transportes coletivos travada pelos moradores de Pendotiba, uma área periférica de Niterói. É preciso lembrar, no entanto, que o termo efeitos urbanos não pode ser confundido com a noção de modificação da estrutura urbana e tampouco o significado do termo efeitos políticos pode ser confundido com conjuntu

ra política. A transformação da estrutura urbana só é factível através da mudança da correlação das forças entre as classes sociais, quer dizer, uma mudança na conjuntura política (Borja, 1975, p.47), e é sempre resultado de conflitos sociais gerados em torno das contradições urbanas, inclusive aquelas mudanças que interessam à classe dominante. Dito isto fica claro que a transformação da estrutura urbana não ocorre de maneira espontânea como por exemplo a adequação mecânica entre uma carência detectada e providências para supri-la.

Entende-se pois por estrutura urbana um conjunto de relações sociais contraditórias e conflitivas, mais ou menos cristalizadas, porém em processo de mudança constante de cujo conjunto tomam parte os movimentos sociais urbanos que ao se expressarem, contribuem para modificá-la. A mediação entre a estrutura urbana e os movimentos sociais é realizada pela conjuntura política.

Tendo em vista que no período recente do país aqui enfocados (final dos anos 70 e início dos anos 80) não houve substancial mudança na correlação de forças entre as classes sociais apesar da "abertura política" em curso que abriu espaço para a expressão de várias manifestações populares e cívicas de abrangência nacional, o espaço urbano tem sido produzido segundo a lógica do capital. Assim sendo, a cidade de Niterói não foge a regra geral e os seus principais vetores de crescimento refletem uma divisão espacial do trabalho ao nível da região metropolitana e da parte oriental do seu território ditada pelos interesses do capital imobiliário sob a chancela do poder local.

## II

### PROBLEMAS QUE PROPICIAM O MOVIMENTO DE BAIRRO

A cidade de Niterói localiza-se na orla oriental da Baía de Guanabara e é sede do município de igual denominação que me de 130 km<sup>2</sup>. Sua população em 1980 - totalmente urbana segundo conceito da FIBGE - era de 397.135 hab., o que corresponde a uma densidade demográfica de mais de 3.000 habitantes por quilômetro quadrado, bastante elevada enquanto média, no conjunto da região metropolitana (ver Quadro II.1). Acrescente-se que, por determinações históricas de sua ocupação, e por condicionantes naturais (relevo fortemente acidentado em muitos trechos), essa população encontra-se desigualmente distribuída pelo território com forte concentração nas porções próximas ao entorno da Baía, de relevo mais suave (colinas e planícies) e de ocupação mais antiga voltada para a cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, a densidade demográfica como indicador médio que é, perde qualquer valor analítico.

A distribuição espacial dos equipamentos urbanos acompanha, de um modo geral, a distribuição da população e das atividades econômicas.

A condição de capital do antigo Estado do Rio de Janeiro foi até recentemente (1975) a principal função que o município de Niterói veio exercendo desde 1835 quando foi elevado à categoria de capital da Província. A exemplo do que se passa

Quadro II.1 - RMRJ - Densidade Demográfica - 1980.

Município da RMRJ	Superfície km <sup>2</sup>	População em 1980	Densidade Demográfica
01. Duque de Caxias	442	575.830	1.302,8
02. Itaboraí	526	114.542	217,8
03. Itaguaí	523	90.131	172,3
04. Magê	718	166.603	323,0
05. Mangaratiba	290	13.841	47,7
06. Maricã	339	32.618	96,2
07. Nilópolis	22	151.585	6.890,2
08. Niterói	130	397.135	3.054,9
09. Nova Iguaçu	764	1.094.789	1.432,9
10. Paracambi	197	30.310	153,8
11. Petrópolis	1080	242.017	224,0
12. Rio de Janeiro	1171	5.090.723	4.347,3
13. São Gonçalo	228	615.351	2.698,9
14. S.João de Meriti	34	398.819	11.729,9
<b>TOTAL</b>	<b>6464</b>	<b>9.014.294</b>	<b>1.394,5</b>

Fonte: FIBGE - IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980  
Vol. 1 - Tomo 4 - nº 18 - p. 34.

com outros municípios-capitais estaduais, aqui em Niterói também houve sempre uma superposição do poder estadual sufocando e absorvendo parcelas do poder municipal.

As relações da cidade com a sua região de influência têm-se realizado, historicamente, através dos fluxos de poder, das transferências de população do interior, em especial da porção centro-norte para a capital e dos fluxos comerciais. Em bora a agricultura do Estado do Rio de Janeiro participe atualmente com apenas 1,4% da formação da renda estadual (1980), até 1960 essa participação aproximava-se dos 7,0%, absorvendo 14,3% da população economicamente ativa. O café e a cana-de-açúcar ocuparam posição de destaque na estrutura de produção desse setor, cujo produto era em boa parte escoado pelo porto de Niterói onde chegava pelos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina.

Enquanto isso a produção realizada na porção centro-sul do Estado, em função da posição geográfica e do sítio portuário mais favorável do porto da cidade do Rio de Janeiro, foi escoada por aí desde muito tempo. As ligações mais expressivas dessa região com a cidade de Niterói ocorriam, até recentemente, pela vertente político-administrativa.

A decadência da economia cafeeira do Norte Fluminense por exemplo (Mizubuti, S., 1978), resultante da política de erradicação do café levada a efeito pelo Instituto Brasileiro do Café entre 1962 e 67, contribuiu para esvaziar o movimento portuário de Niterói em quase 50% no período de 1964-67. Obviamente a redução desse movimento não se deveu apenas ao café, mas este teve peso preponderante nesse acontecimento.

Além das dificuldades criadas pela economia regional, a

própria cidade de Niterói sofre várias dificuldades no seu setor industrial a começar pela indústria têxtil, um dos ramos mais tradicionais. Dotado de máquinas e equipamentos mais antigos, razão da baixa produtividade do trabalho comparado a de outras cidades do Estado e do país, o setor têxtil niteroiense vem perdendo competitividade e algumas empresas têm fechado suas portas. A indústria da construção naval e de reparos navais que constitui, historicamente, o ramo mais denso com maior capacidade de absorção de mão-de-obra e de geração de valor, encontra-se mergulhada em uma crise muito grande por falta de novos investimentos e por dificuldades gerenciais. Além das indústrias de alimentos e de bebidas, as mais comuns, esta cidade não dispõe de uma organização industrial que possa impulsionar e animar uma vida econômica muito sólida. Resta o setor de serviços, hipertrofiado e profundamente abalado com a perda do "status" de capital estadual a partir da fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975 por decisão do Governo Federal. Uma das principais consequências desse processo da fusão foi a transferência dos mais diversos órgãos da administração pública de Niterói para a cidade do Rio de Janeiro, agora designada capital do Novo Estado.

Despojada de sua função político-administrativa e do seu poder de barganha com prefeituras municipais do interior, o esvaziamento só não alcança proporções maiores porque a indústria da construção civil o atenua por algum tempo. A conclusão da Ponte Rio/Niterói e o fácil acesso ao automóvel por parte da classe média, aquece a demanda por imóveis em Niterói. A indústria da construção civil, que desde o início dos anos 70

já vinha dinamizando seus investimentos nesta cidade, é hegemônica, rapidamente, pelas grandes empresas do setor, sediadas no Rio de Janeiro, e à época da fusão marca o seu apogeu, começando a declinar por volta de 1977/78. O automóvel e a ponte asseguravam a esses novos moradores parcialmente procedentes da cidade do Rio, um deslocamento rápido e confortável desde o seu novo local de moradia até o seu antigo local de trabalho. Parte desses migrantes intra-metropolitanos dirigiram-se para trechos privilegiados da periferia deste município, valorizados pelas praias oceânicas ou pelo verde das encostas.

O parcelamento da terra para a implantação de novos loteamentos de alto luxo, em vários pontos da franja externa do município, provocou uma rápida elevação do seu preço, fator de remanejamento espacial de várias comunidades de baixa renda há decênios fixadas nessas periferias.

O crescimento do quadro construído através da inserção de novos habitantes e de novas atividades econômicas faz-se de forma espacialmente diferenciada, reflexo das diferenciações sociais, e do meio físico.

## 1. O CRESCIMENTO DA CIDADE E DOS PROBLEMAS

Embora fundada em 1573 na condição de aldeamento indígena e portanto ter desenvolvido uma trajetória de mais de quatro séculos<sup>1</sup>, enfocar-se-á, no presente estudo, a fase mais recente do crescimento da cidade. O período posterior a 1940

<sup>1</sup> Niterói foi fundada em 22.11.1573 em terras doadas pelo Governador Geral do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá ao cacique Araribóia. Este, índio da tribo dos Temiminós, havia contribuído decisivamente para a expulsão dos franceses e dos índios Tamoios.

será enfatizado por duas razões: a) a transformação estrutural operada no país nos anos 30 e que se reflete nos Censos de 1940; b) por não se dispor de dados censitários para 1930.

Em 1940, a população do município era de 146.414 habitantes, dos quais 85% em domicílios urbanos. No recenseamento seguinte (1950) a população total passa para 186.309, com 92% no quadro urbano. Em 1960, dos 245.467 moradores recenseados, a taxa de população urbana era de mais de 93% alcançando os 100% de população urbana em 1980, segundo metodologia censitária da FIBGE (ver Quadro II.2). Todavia, conforme já foi mencionado anteriormente, a distribuição espacial pelo município é muito irregular, precisando acrescentar que bairros marcadamente de classe média, com denso equipamento de infraestrutura, contrastam com outros de fraca densidade demográfica, de casario baixo, com predomínio de uso uni-familiar e baixíssimo índice de equipamento urbano. Assim como ocorre na maioria das cidades brasileiras, Niterói também se caracteriza por um quadro de forte segregação espacial, reflexo da estratificação social que se tem aprofundado nos últimos decênios. As áreas de morros, verdadeiras espinhas dorsais que cortam o município no sentido geral de sudoeste para nordeste ou se aproximando do sentido oeste-leste, continuam ainda pouco ocupadas, limitadas que são pela sua menor construtibilidade, ou seja, o custo de construção nessas encostas é comparativamente mais elevado do que nas colinas e áreas aplainadas. A fricção da distância muitas vezes, se minimiza através da melhoria dos eixos de circulação.

Comumente tais espinhas dorsais funcionam como linhas naturais que delimitam dois ou mais bairros como é o caso do Morro do Cavalão que separa São Francisco, a leste, e Icaraí-

Quadro II.1 - Evolução da população total, urbana e rural da RMRJ, exceto Petrópolis. 1940-1985

ANO E POPU- LAÇÃO	1940			1950			1960			1970			1980		
	POPULAÇÃO			POPULAÇÃO			POPULAÇÃO			POPULAÇÃO			POPULAÇÃO		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Rio de Janeiro	1.764.141	1.519.010	245.131	2.377.451	2.303.063	74.388	3.207.163	3.223.408	83.755	4.251.918	4.251.918	-	5.090.700	5.090.700	-
Niterói	146.414	124.507	21.907	186.309	171.198	15.111	245.467	229.025	16.442	324.246	292.180	32.066	397.123	397.123	-
São Gonçalo	102.826	66.824	36.002	127.276	101.780	25.496	247.734	195.872	51.882	430.271	430.271	-	615.352	615.352	-
(Sub-Total)	249.240	191.331	57.909	313.585	272.978	40.607	493.221	424.897	68.324	754.517	722.451	32.066	1.012.475	1.012.475	-
Duque de Caxias	28.328	23.963	4.365	92.459	74.565	17.894	243.619	176.306	67.313	431.397	404.496	26.901	575.014	555.208	20.606
Nilópolis	22.341	22.341	-	46.406	46.406	-	96.553	96.553	-	128.011	128.011	-	151.588	151.588	-
Nova Iguaçu	49.783	26.181	23.602	145.649	77.783	67.866	359.364	257.516	101.848	727.140	724.326	2.814	1.094.805	1.091.865	2.940
São João de Meriti	39.569	38.194	1.375	76.462	76.462	-	191.734	191.734	-	302.394	302.394	-	398.826	398.826	-
(Baixada Fluminense)	140.021	110.679	29.342	360.976	275.216	85.760	891.270	722.109	169.161	1.588.942	1.559.227	29.715	2.221.033	2.197.487	23.546
Outros Municípios	95.099	31.729	63.370	130.146	38.391	91.755	182.961	60.275	122.686	296.144	150.155	145.989	448.057	318.897	129.160
TOTAL DA RMRJ	2.248.501	1.852.749	395.752	3.182.158	2.889.648	292.510	4.874.615	4.430.689	443.926	6.891.521	6.683.751	207.770	8.772.265	8.619.559	152.706

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 1940-80.

-Vital Brasil a oeste. Nas partes mais elevadas desse morro (estreito e alongado) cresce desde muitas décadas uma favela em terreno dito particular e, a medida que aumenta a procura por novos postulantes a um lugar para morar, a extensão da favela cresce e começa a aproximar-se das áreas ocupadas pela classe média, nas partes baixas do morro.

O centro nevrálgico da cidade é representado pela Praça Araribóia, onde está localizada a estação das barcas que fazem a conexão Rio-Niterói, e o seu entorno imediato. Ali se localizam a maior parte do comércio varejista, dos bancos, das repartições públicas, merecendo destaque o complexo estação das barcas versus terminais de ônibus tanto para os da Zona Norte como para os da Zona Sul. Destes terminais irradiam dezenas de linhas de ônibus municipais e intermunicipais, principalmente para São Gonçalo, cuja população de mais de 600.000 habitantes depende fortemente do mercado de trabalho carioca, ao qual se atinge através das barcas.

Por essa área central que tem como epicentro a estação das barcas, transitam diariamente centenas de milhares de pessoas o que contribui para a centralização de atividades terciárias, apesar da concorrência recente que vem sendo exercida pelos bairros da zona sul, particularmente por Icaraí.

Além de sediar grande parte dos equipamentos destinados ao exercício da função político-administrativa, esta área central de Niterói, ao lado das demais funções a que já se fez referência, continua a exercer uma importante função residencial, de tal sorte que a maioria dos edifícios tem ocupação mista: residencial e não residencial numa coexistência nem sempre pacífica. Este tipo de uso provoca uma certa desvalorização dos

imóveis do ponto de vista moral que se repercute, geralmente, na baixa também dos aluguéis e nos preços de sua mercantilização. Este fato somado à expansão da cidade para fora do centro, com principal ênfase nos últimos quinze anos (1970-84), vem contribuindo para o aumento dos índices de construção imobiliária nos bairros da Zona Sul (Icaraí, Ingã, Boa Viagem) e nos últimos cinco anos, em alguns bairros da Zona Norte como no Fonseca (Quadro II.3). Esta mobilidade espacial do capital imobiliário está intimamente vinculado a políticas de financiamento adotadas pelo SFH/BNH e a mudanças no perfil da demanda.

Durante os anos 50, sob os efeitos de um intenso fluxo migratório intrarregional e interregional, toda a RMRJ sofre um acelerado crescimento demográfico, particularmente concentrado nos quatro municípios que compõem a Baixada Fluminense, os mais afetados pela suburbanização-metropolização. Tomando-se o ano de 1940 como base = 100, temos um crescimento diferenciado espacialmente como se depreende dos dados do Quadro II.4.

Percebe-se que a população de Niterói foi a que apresentou o mais baixo índice de crescimento entre os municípios e grupos de municípios selecionados, mas mesmo assim teve um incremento líquido de 171% no período. Os reflexos espaciais desse crescimento se manifestam pela multiplicação de edificações na área central, compreendendo o centro propriamente dito e os bairros antigos que o circundam no decorrer dos anos 50.

A partir dos anos 60 os bairros da Zona Sul começam a competir fortemente ultrapassando em caráter definitivo, a área central em ritmo de construção, conforme indicam os dados do

Quadro II.3 - Distribuição de aceites de obras (comercial e residencial) bairros seleccionados de Niterói.  
1963/1970, 1971/1978 e 1979/1984

B A I R R O S	COMERCIAL E RESIDENCIAL		
	Média Percentual de 63/70 (A)	Média Percentual de 71/78 (B)	Média Percentual de 79/84 (C)
Barreto, Caramujo e Engenhoca	7,9	5,2	3,2
Centro, Bairro de Fátima e São Lourenço	36,0	16,2	10,9
Cubango e Fonseca	15,2	9,7	21,9
Icaraí e Ingã	23,2	50,1	28,7
Itacoatiara, Itaipu, Pendotiba e Piratininga	2,7	6,0	14,7
São Francisco	4,7	3,0	1,3
Santa Rosa e Vital Brasil	10,3	9,8	19,3
T O T A L	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria Municipal de Obras.  
Prefeitura Municipal de Niterói.

Quadro II.4 - Ritmo de crescimento da população da RMRJ exceto Petrópolis. 1940 = 100

ANO	LOCALIDADES					RMRJ
	RIO	NITERÓI	S.GONÇ.	BAIXADA FLUM.	OUTROS*	
1940	100	100	100	100	100	100
1950	134	127	123	157	136	141
1960	187	167	240	636	192	216
1970	241	221	418	1.134	311	306
1980	288	271	598	1.580	471	383

Fonte: Censos Demográficos - IBGE. 1940-1980.

\* Nesse conjunto estão considerados os seguintes municípios: Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá e Paracambi. Petrópolis não foi considerado porque tem outro tipo de relacionamento com o município-núcleo e goza de outra identidade regional.

Quadro II.5. Da sua leitura pode-se inferir que entre 1964 e 1976, Icaraí, Boa Viagem e Ingã passam por um verdadeiro surto imobiliário, cujo ritmo se reduz bruscamente nos anos seguintes até 1980.

No período de recessão construtiva nesses bairros da zona Sul que coincide com uma fase de agudização da crise econômica brasileira com o esgotamento do "milagre", os bairros de classe média baixa como Fonseca e Cubango se ressentem menos e até revelam uma dinamização no ritmo de edificação.

Embora os dados do Quadro II.5 estejam agregados para edificações residenciais e não residenciais, na verdade as unidades não residenciais raramente atingem a proporção de 20%. Assim, a indústria da construção civil e o capital imobiliário que atuaram fortemente entre 1970 e 76 em Niterói, sempre contaram com a produção da habitação como objetivo imediato de suas ações.

## 2. ASPECTOS DA ESTRUTURA INTERNA DA CIDADE

O incremento demográfico em bairros como Icaraí foi muito rápido e intenso. Hoje, ao curso de três ou quatro décadas de ocupação, pode-se dizer que não há mais terrenos livres e propícios à construção. Muitas das antigas residências unifamiliares já foram adquiridas por empresas imobiliárias, demolidas e os seus espaços substituídos por edifícios muito altos. A densidade demográfica é alta e a relação entre população e equipamentos urbanos tem-se tornado cada vez mais crítica, comprometendo, seriamente, a qualidade de vida, dos seus moradores.

Quadro II.5 - Distribuição de aceites de obras (comercial e residencial). 1964-1984.

	64-68	69-72	73-76	77-80	81-84
I - Icaraí, Boa Viagem, Ingã	3.898	5.015	6.658	2.293	4.436
II - Santa Rosa e Vital Brasil	1.108	750	1.033	1.347	2.936
III - Fonseca, Cubango, Riodades, Teixeira de Freitas, Viçoso Jardim e Tenente Jardim	1.330	1.473	961	1.572	3.853
IV - Centro, São Domingos, Bairro de Fátima e São Lourenço	3.394	3.010	1.505	737	1.583
V - São Francisco e Charitas	442	375	265	186	189
VI - Jurujuba e Cachoeiras	7	12	9	38	31
VII - Itaipú, Piratininga e Itacoatiara	142	194	326	851	1.625
VIII - Pendotiba	117	76	84	320	382
IX - Santana, Ilha da Conceição, Barreto, Ponta de Areia e Engenhoca	608	1.509	367	502	539
X - Rio do Ouro, Caramujo, Baldeador e Santa Bárbara	43	25	25	62	22

Fonte: Secretaria Municipal de Obras/PMN.

Este crescimento acelerado tem imposto ao bairro uma profunda transformação em sua fisionomia e em sua função nos últimos dez anos. Até 1978 o licenciamento médio anual de estabelecimentos comerciais na área central era bem maior do que na Zona Sul. No entanto, de 79 em diante essa tendência se reverte, e a expansão do comércio tem-se tornado mais dinâmica na zona sul conforme se pode observar nos dados do Quadro II.6.

Em Icaraí, mais do que no Ingã, tem-se multiplicado diferentes tipos de estabelecimentos comerciais destacando-se o ramo de confecções e calçados que tem dominado numericamente as novas galerias comerciais e os "Shopping Centers" construídos nos últimos anos, abarcando vários andares de lojas e de garagem.

As atividades econômicas se diversificam. Alguns edifícios começam a especializar-se como centros médicos e vão criando tradição. Surgem alguns ramos até então inéditos no bairro como as casas que vendem comidas prontas congeladas e lavanderias que lavam e secam a quilo. As antigas quitandas e armazéns de secos e molhados vão desaparecendo e cedendo vez aos grandes supermercados, verdadeiros conglomerados que operam tanto neste como em outros municípios com inúmeras filiais<sup>2</sup>. Por outro lado multiplica-se um outro tipo de comércio que é o de vendedor semi-ambulante. Recorrendo a kombis ou a carrocinhas ou mesmo a caixotes, diariamente, com pontos fixos, vendedores ambulantes realizam seu pequeno comércio de hortigranjei

<sup>2</sup> As Casas SENDAS, uma cadeia de supermercados com Matriz no Rio e filiais em Niterói, por exemplo, dispõem de uma concentração horizontal e vertical de atividades, já que vem cultivando horti-fruti-granjeiros e realizando atividade pastoril em uma grande fazenda adquirida no município de Magé (RJ).

Quadro II.6 - Média anual de aceites de obras para estabelecimentos comerciais/industriais.

Niterói.

BAIRROS	64/68	69/72	73/76	77/80	81/84
Centro	379,6	295,8	188,8	49,3	110,3
Icaraí/Ingã/ Boa Viagem	127,0	32,5	219,0	28,8	202,5
Restantes	46,4	42,5	67,3	44,5	71,8

Fonte: Secretaria Municipal de Obras  
Prefeitura Municipal de Niterói

ros, doces, derivados de leite, flores e pescados. Há regras estabelecidas, e o seu sucesso parece apontar para a existência de uma demanda satisfatória, para esse tipo de comércio.

A vida social se intensifica. Dos sete cinemas existentes ao município, cinco estão localizados neste bairro que dispõe também de um teatro. Poucos colégios públicos e muitos outros particulares.

Desta forma Icaraí vai forjando sua própria identidade no que se refere aos serviços em geral, completado pela instalação de inúmeras casas bancárias, alguns bancos com mais de uma filial. Certamente isso aponta para a conquista de uma maior autonomia em relação à área central da qual foi fortemente dependente até o decênio anterior.

A população deste bairro é estimada entre 70 e 100.000 habitantes, e essa densa urbanização assentada sobre seis ruas paralelas e doze perpendiculares à praia aproximadamente, e com algumas pedreiras no meio, tem suscitado vários problemas urbanos. Sem pretender hierarquizá-los, pode-se apontar o do gabarito como um dos mais cruciais. Com o objetivo de angariar vantagens financeiras máximas sobre um mesmo espaço físico, os construtores têm ultrapassado, com freqüência, o patamar dos vinte andares, prejudicando toda a infraestrutura urbana disponível anteriormente. A rede de esgotos por exemplo data das primeiras décadas deste século quando o bairro era ocupado quase que inteiramente por habitações uni-familiares. Programas de ampliação da rede ou de tratamento do material esgotado, de tão tímidos, são quase imperceptíveis.

Não somente em Icaraí, como em todos os bairros da cidade atingidos pela verticalização acentuada, essa verdadeira

anarquia da indústria da construção civil tem sido permitida pela livre flutuação dos gabaritos ao sabor de um Código de Obras e Posturas Municipais alterado, frequentemente, segundo interesses de grupos financeiros.

Uma das conseqüências mais nefastas dessa densificação construtiva é a poluição ambiental generalizada a começar pela poluição atmosférica, provocada pelo grande volume de veículos movido a gasolina e óleo diesel. A quantidade de monóxido de carbono, de cinzas e de outras partículas em suspensão é tal que uma das especialidades médicas mais prósperas na cidade é a dos alergistas para tratamento de alergias das vias respiratórias.

O esgotamento sanitário e os despejos industriais escoados diretamente para as águas da Baía de Guanabara em todos os municípios do recôncavo, as têm poluído a tais níveis que a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente) vem de saconselhando o banho de mar nas praias do interior da Baía.

No que se refere à rede de esgotos da cidade é preciso dizer que a antigüidade dos dutos e a sobrecarga imposta à rede, têm produzido constantes rompimentos de parte dos condutos com transbordamentos de dejetos envolvendo altos riscos de saúde para a população. Vez por outra ocorrem infiltrações ou interpenetrações do sistema de água e esgoto, com possibilidade de contaminação da água encanada.

Assim como ocorre na maioria das cidades brasileiras, Niterói se ressentente também do problema grave do estacionamento irregular já que o espaço da rua é disputado cada dia por um número maior de veículos. O passeio destinado aos pedestres é literalmente tomado pelos carros em muitos trechos obrigando

os transeuntes a disputarem o leito das ruas com os veículos, expondo-se a riscos de acidente. Os órgãos públicos competentes não têm sido capazes de disciplinar tais estacionamentos irregulares e os usuários da cidade, por sua vez, não têm sido capazes de reivindicar o seu espaço legítimo de circulação física. Este problema de estacionamento irregular é tanto mais grave quanto maior é o índice de verticalização (maior densidade demográfica) e maior o percentual de moradores de classe média com acesso a um ou mais automóveis de passeio. Dentro dessa lógica são certamente os bairros da zona sul os mais afetados por estes e outros problemas.

Percebe-se então que o crescimento da cidade a contempla com uma diversificação de atividades, principalmente terciárias, com sensível melhora em sua qualidade, porém cria paralelamente problemas urbanos próprios do rápido aumento populacional não acompanhado pela produção de bens de consumo coletivos.

Praças, parques ou espaços verdes são outras carências de que sofrem os moradores da zona sul, particularmente de Icaí. Neste bairro, para uma população tão numerosa há apenas um espaço verde - o Campo de São Bento - que mede aproximadamente 40.000 m<sup>2</sup> e mais algumas pracinhas, precariamente arborizadas, de dimensões reduzidas. Vê-se pois que os moradores não conquistaram espaços públicos arborizados para o uso coletivo (áreas de lazer) e vêm perdendo também as calçadas para os automóveis.

Esta situação se agrava porque muitos dos edifícios, se não a maioria deles, não dispõem de "play grounds" e a população infantil, que é numerosa, fica confinada dentro dos aparta

mentos. Restaria o território da praia que poderia ser a re-  
denção para os bairros da zona sul já intensamente verticali-  
zados, no que se refere ao lazer, mas as suas águas, a exemplo  
do que ocorre com todas as praias do interior da Baía de Guana-  
bara, estão poluídas por coliformes fecais decorrentes do des-  
pejo de esgotos sanitários em toda a extensão da linha da  
praia. Não só as águas, mas também o cordão arenoso está seria-  
mente contaminado por dejetos caninos. Apesar dessas in-  
conveniências as praias com maior ou menor grau de contamina-  
ção são intensamente freqüentadas, não só por moradores de  
classe média da zona sul como por muitos outros banhistas que  
procedem de bairros da zona norte e do município vizinho de  
São Gonçalo.

Outro problema sério tem sido o do esburacamento das  
ruas. Ora são empresas do Estado que abrem buracos para repa-  
ros nos condutos subterrâneos como os que se referem ao trans-  
porte de água e esgoto, cujo fechamento é tarefa da prefeitura  
municipal. Por falta de sincronização de ações é freqüente que  
alguns buracos fiquem abertos por muitos dias dificultando ou  
impedindo o trânsito nesses trechos. Ora são outras empresas  
como a companhia telefônica. Quando não, devido ao intenso tran-  
sito de coletivos concentrado em determinadas artérias de cir-  
culação, vez por outra rompe-se a sustentação asfáltica provo-  
cando afundamento com a formação de fendas e buracos. Este pro-  
cesso se agrava quando se refere a ruas que margeiam canais,  
bastante comuns em Niterói, pois nesses casos têm ocorrido des-  
barrancamentos de grandes proporções colocando em risco até  
os alicerces de edifícios próximos.

Os bairros mais afetados por taxas elevadas de edifica-

ções com todas as consequências já apontadas são os da zona sul em primeiro lugar - Icaraí, Ingá, Boa Viagem, Vital Brasil e Santa Rosa. Secundariamente, os bairros de Fátima, Cubango, Fonseca, Bairro Chic, João Brasil, Teixeira de Freitas etc., localizados no centro e na zona norte do município, também já experimentam um ritmo de construção bastante intenso (Quadro II.5). Ao mesmo tempo em que o número de novos aceites de obras para imóveis residenciais passava de 1033 para 2936 entre 1973-76 em Santa Rosa e Vital Brasil, o número de aceites para estabelecimentos comerciais na área central da cidade começa a perder dinamismo caindo de 396 concedidos entre 1973-76 para apenas 99 no período de 1981-84. Nota-se uma clara mudança no vetor de expansão do capital imobiliário.

Por outro lado, a expansão imobiliária por esses bairros da zona sul não se dá impunemente. Os movimentos sociais, embora fracamente organizados, esboçam reações contra a livre flutuação do gabarito, e as associações de moradores da Boa Viagem (ABOV), a AMIGA (associação de moradores do Ingá), a AMAI (associação de moradores de Icaraí) e de Santa Rosa, a AMAROSA, surgem todas elas tendo na luta contra o casuísmo do Código de Obras um dos pilares privilegiados dos seus objetivos.

A partir de 1977 aproximadamente, nota-se que o ritmo de edificação nos bairros da zona sul começa a declinar (Quadro II.5) enquanto que outras áreas como o Bairro Chic, Fonseca, Cubango etc. começam a ser valorizados pelos empreendimentos imobiliários. Essa reorientação espacial dos investimentos no setor imobiliário está diretamente relacionada à crise econômica que atinge a sociedade brasileira a partir do fi-

nal dos anos 70 até 83-84, quando se inicia o processo de saída da crise. Nesse contexto houve regressão progressiva da demanda por unidades habitacionais destinadas a adquirentes de renda alta (apartamentos de luxo nos bairros da zona sul).

Nessas áreas de valorização imobiliária mais recente, as unidades habitacionais multifamiliares (apartamentos) têm dimensões médias menores e, conseqüentemente, preços mais acessíveis do que as da zona sul. Nota-se a edificação de grandes conjuntos residenciais com muitos blocos contíguos até mesmo nos altos de morros desnudos e pelas encostas mais ou menos íngremes. Tais bairros estão sendo moldados por uma nova fisionomia urbana que contrasta a coexistência espacial de centenas de moradias uni-familiares, muitas delas antigas com amplos quintais e dezenas de prédios novos, muito altos, sem um padrão intermediário: os pequenos prédios de quatro pavimentos sem elevador e de idade também intermediária, entre o casario mais antigo e os "espigões" modernos.

O crescimento acelerado do ritmo de construções imobiliárias nesses bairros tem contribuído também para uma razoável expansão da função terciária (de serviços essenciais). Ao longo da Alameda São Boaventura, principal eixo de circulação de toda a Zona Norte, têm-se multiplicado postos de gasolina, firmas que comercializam com auto peças, pneus e até revendedores de veículos. Este tipo de comércio se explica em virtude do grande fluxo de veículos que se dirige para esse logradouro, boa parte dele com destino a cidades do interior, sobretudo as da Costa do Sol - de Maricá a Cabo Frio. Antes da construção da auto-estrada Niterói-Manilha que liga a praça do pedágio da Ponte Rio-Niterói até a localidade de Manilha numa dis

tância aproximada de uns trinta quilômetros, todo o fluxo viário para as cidades serranas procedente de Niterói e do Rio de Janeiro, era feito por essa via de circulação sobrecarregada da Alameda São Boaventura que corta esse trecho da cidade no sentido Oeste-Leste desde a Enseada de São Lourenço até a subida da Caixa d'Água. O leito dessa extensa Alameda corresponde a um longo vale latitudinal, encaixado entre dois cordões de morros com freqüente descontinuidade, com sentido mais ou menos paralelo ao do próprio vale. As diversas gargantas existentes em meio a tais cordões de morros têm sido aproveitadas como passagens "naturais" de outros eixos de circulação perpendiculares à Alameda e de alcance suficientemente longo para permitir a interligação do Fonseca, bairro de ocupação bastante antiga, com outros bairros do município de Niterói e de São Gonçalo.

A partir da subida da Caixa d'Água os dois cordões de morros se misturam, as altitudes se elevam e a cidade muda de aspecto e de função. Começa aí a ocorrência de áreas de posse, áreas de hortas e floriculturas, áreas de loteamentos em condomínios fechados, bairros tipicamente proletários, mas enfim, o uso do solo se distingue fortemente da parte baixa da Alameda. A Rodovia Amaral Peixoto, continuação natural da Alameda São Boaventura, é responsável pelo fluxo de transportes para fora do quadro urbano propriamente dito.

Em atendimento à população local e provavelmente para o grande volume de população flutuante, de passagem, o bairro vem recebendo também filiais de alguns bancos. Há escolas públicas e particulares, bem como hospitais, o maior deles, estadual, fechado por insuficiência de recursos financeiros.

No entanto, diferentemente dos bairros da zona sul, em todos os bairros da zona norte e comércio de vestuário e de calçados é inexpressivo, e bem assim, salvo produtos alimentares, o comércio é, em geral, pobre. Este fato tornou-se bastante dependentes tanto do centro da cidade como da zona sul, sem contar, obviamente, com o comércio do Rio de Janeiro que ainda exerce bastante influência sobre os consumidores de Niterói como um todo.

Com características urbanas semelhantes ao do Fonseca, estendem-se no seu entorno os bairros de Teixeira de Freitas, Bairro Chic e Engenhoca. Predominam residências unifamiliares, muitas delas mais ou menos antigas, abrigando camadas de renda média-baixa. O aspecto mais visível é de bairro proletário, com exceção do Bairro Chic que apresenta componentes mais característicos de classe média.

No conjunto, os problemas urbanos enfrentados pelos seus moradores são inúmeros a começar pelo alto índice de acidentes de trânsito, especialmente na Alameda São Boaventura, de tráfego intenso. Além da carência do abastecimento de água e a ineficácia do sistema de esgotamento sanitário, tais bairros estão se defrontando recentemente com o grave problema do gabarito que tem descaracterizado a antiga arquitetura da região. Verdadeiros "espigões" estão contrastando cada dia mais com o casario simples e pitoresco que antes era a marca singela da sua fisionomia.

Os movimentos populares organizados começam a questionar a transformação rápida que aí está ocorrendo. Destacam-se as ações das associações de moradores do Bairro Chic e Teixeira de Freitas.

Percebe-se pois uma mudança qualitativa na dinâmica do mercado imobiliário, ao menos no conjunto Icaraí e adjacências versus Fonseca e seu entorno imediato.

Ainda na zona norte merecem referência especial os bairros da Ponta d'Areia e Ilha da Conceição. Localizam-se um próximo do outro e entre ambos foi construído todo o complexo de obras para permitir o acesso à Ponte Rio-Niterói. Ambos tem uma forte característica industrial e proletária por sediarem os principais estaleiros<sup>3</sup> do município e a moradia dos seus operários.

A Ilha da Conceição e bairros vizinhos têm uma ou inúmeras peculiaridades. O seu povoamento está ligado ao assentamento de trabalhadores ferroviários e de operários da indústria da transformação, desde a segunda metade do Séc. XIX. Além da Ilha, os locais de trabalho para essa população eram também os bairros da Ponta d'Areia e do Barreto. Os dois primeiros calcados na indústria da construção naval e de material ferroviário referente à demanda da Estrada de Ferro Leopoldina Railway. No último deles (Barreto) floresceram as indústrias de tecidos.

Em conjunto estes três bairros representam o eixo mais concentrado de população e de habitações proletárias e com a mais longa trajetória histórica no município.

*Em 1888 é instalada na Ilha a Secção de Reparos Gerais e Confecção de Peças do Loyde Brasileiro. Em 1890, a oficina de Reparos Navais*

<sup>3</sup> Em 1980 ainda atuavam em Niterói as seguintes empresas do setor de construção naval: a) Estaleiros para construção naval: CCN-Mauá, Ebin, Inconavi e Mac Laren; b) Estaleiros para reparos navais: Renave e Inave; c) Indústrias subsidiárias: CEC-Equipamentos e Mac Laren Aço e Fibra.

Além dos supra citados atuavam alguns pequenos estaleiros e oficinas de reparos (e outros que prestam serviços aos estaleiros por empreitada, ocupando os dois grupos, cerca de 1.000 operários cada um).

*e a Seção Carbonífera do Estaleiro Wilson Sons Cia. Ltda. e, em 1920 a E.F. Leopoldina Railway, ocupando dois terços das terras da Ilha, com depósito de carvão e sucata.*<sup>4</sup>

A instalação dos depósitos de carvão e sucata acima citada passou a ter uma influência decisiva na conformação social que assume a estruturação da Ilha da Conceição, pois a partir de 1920, a citada empresa permite o assentamento de 600 famílias em terras de sua propriedade, dando-lhes concessão de uso. Os 600 lotes da ferrovia correspondiam a 300.000 m<sup>2</sup> que equivalem a dois terços de toda a Ilha.

A situação dos moradores se alterou substancialmente para melhor a partir de 1957 aproximadamente, em consequência da nacionalização e estatização da E.F. Leopoldina Railway através da Rede Ferroviária Federal S.A. foi sustada a partir de então a proibição de se construir casas de alvenaria ou de outro material durável. No período anterior não havia qualquer tipo de infraestrutura urbana. Os trabalhos de drenagem dos lotes pantanosos corriam por conta dos próprios moradores que assim começavam a forjar os primeiros laços de solidariedade e de vizinhança.

Cedo os moradores se organizaram para dotar a Ilha dos bens e serviços de consumo coletivo, indispensáveis à sobrevivência da própria comunidade.

O período compreendido entre 1950 e 70 foi marcado por um intenso processo de auto construção, não só de moradia, mas de edifícios escolares, de pavimentação de ruas, de escadaria em morros etc. A primeira linha de ônibus chega ao local so-

<sup>4</sup> CODESAN - Padrões habitacionais da População de Baixa Renda - Prefeitura Municipal de Niterói - Relatório final - p. 179.

mente em 1959 com a construção da ponte que ligava a Ilha ao continente. Até 1970 também, continuaram precários todos os equipamentos de uso coletivo.

A Rede Ferroviária Federal foi criada em uma conjuntura federal e estadual marcada pelo populismo trabalhista. Na Ilha da Conceição foi rompido o mecanismo de controle que a E.F. Leopoldina havia imposto aos usufrutuários dos lotes. Começa o processo de desfavelização com a possibilidade de construir-se casas de tipo durável. Um novo tipo de contrato foi firmado entre moradores e a Rede Ferroviária: o da permissão de uso, mediante pagamento que era reajustado periodicamente. O valor pago era módico, quase simbólico. No entanto entre 1974 e 76, os moradores foram atingidos por forte pressão da prefeitura com vistas a aumentos extorsivos no valor dos arrendamentos, o que fez renascer um forte movimento social de defesa do direito de morar.

Em 1978 a Prefeitura Municipal de Niterói, através do prefeito eleito pelo MDB (único partido de oposição à época), comprou as terras da RFF S/A, prometendo fazer a transferência dos lotes aos seus ocupantes arrendatários.

Além dos arrendatários que somavam 72,4%, havia 18,1% que foram classificados como "invasores", enquanto que 9,5% dos moradores em questão possuíam "permissão de uso"<sup>5</sup>.

Em virtude do declínio sofrido pelo sistema ferroviário de transportes no conjunto da economia brasileira após 1930, a E.F. Leopoldina Railway também não fugiu à regra. Premida pela

<sup>5</sup> REIS, Regina Célia dos. Uma experiência de Serviço Social ligada aos problemas de moradia da Ilha da Conceição. TCC nº 589. Biblioteca da Escola de Serviço Social da UFF. 1977.

concorrência exercida pela rodovia e sob os efeitos de uma ênfase maior concedida deliberadamente aos veículos automotores, todo o conjunto de equipamentos instalados na Ilha da Conceição para fazer frente à demanda da ferrovia entra em estagnação e decadência. O desemprego atinge a muitos trabalhadores, não só aos diretamente envolvidos no sistema de transportes (os ferroviários) como aos operários industriais até então ocupados em atividades subsidiárias ao funcionamento das composições.

Consequentemente, dos atuais moradores da Ilha da Conceição, somente 1% continua se dedicando a atividade ferroviária. Isso faz supor que houve uma forte mercantilização da moradia (benfeitorias) com a substituição dos antigos moradores por outros, ou os antigos ferroviários e seus descendentes, hoje, exercem outros tipos de atividades.

A questão fundiária ainda não está resolvida. A PMN não repassou definitivamente os lotes aos moradores como era seu desejo. Ao contrário, concedeu a todos nova "permissão de uso" transformando os arrendatários e posseiros em "permissionários" que pagam à prefeitura pelo direito de uso.

Apesar da melhora observada, toda a infraestrutura urbana continua precária. A iluminação pública é deficiente e certos logradouros estão relegados ao escuro. Não há rede de esgotos; o abastecimento de água é deficiente; faltam escolas. Essa carência generalizada de bens e serviços de consumo coletivo vem animando ainda hoje as organizações comunitárias, particularmente o CPMIC (Centro Pró-Melhoramentos da Ilha da Conceição) a travar lutas reivindicativas por melhores condições de vida.

Diferentemente do caso da Ilha da Conceição que começou com um padrão de ocupação tipicamente favelado por pressão institucional exercida pela Estrada de Ferro Leopoldina e altera o tipo de construção e de acesso aos terrenos para patamares muito mais elevados, em outros pontos da cidade as favelas têm sido criadas, recriadas ou têm-se expandido.

### 3. O PROBLEMA DAS FAVELAS

A favela tem sido talvez a expressão espacial mais visível pela qual se materializa a crise habitacional no Brasil, e os primeiros núcleos favelados datam de fins do Séc. XIX ou início deste, pelo menos na área do Grande Rio. É na cidade do Rio de Janeiro que se tem verificado com mais intensidade o aumento do assento populacional nas favelas, com particular ênfase a partir dos anos 50.

*Em 1920 no Rio de Janeiro existiam apenas 6 núcleos favelados, totalizando 1173 casas; em 1933 eram 9 os núcleos com 3.560 habitações. Já no ano de 1948 contavam-se 105 áreas faveladas, reunindo 34.567 habitações com 138.835 moradores. Entretanto, o crescimento intenso verifica-se a partir de 1950 (...) contabilizando cerca de 1.500.000 moradores em 375 núcleos favelados, aproximadamente 25% da população total do município do Rio de Janeiro, em 1979.<sup>5</sup>*

O Quadro II.º indica a crescente participação da população favelada no conjunto da população carioca, passando de 7% em 1950 para 32% em 1980, quando atinge a elevada cifra de 1.740.500 favelados<sup>6</sup>. Essa expansão foi particularmente inten-

<sup>5</sup> CODESAN, op. cit., p. 55.

<sup>6</sup> Não se dispõem de informações mais recentes e mesmo os dados de 1980 variam de acordo com as diferentes fontes.

Quadro II.8 - Evolução da população favelada no município do Rio de Janeiro. 1950 - 1980.

INFORMAÇÕES	1950	1960	1970	1980
a) Nº de favelas	58	147	230	309
b) População favelada	169.000	337.000	757.000	1.740.800
c) População total	2.577.500	3.247.700	4.251.900	5.403.400
% de b/c	7,0%	10,0%	18,0%	32,0%

Fonte: Revista do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, apud PROPOSTA, 29 - FASE, abril, 1986.

sa nos anos de acelerado crescimento urbano baseado nos grandes fluxos migratórios internos. A favelização é, juntamente com o desemprego, o reverso da medalha do processo de "modernização" pelo qual a sociedade passa ao longo dos anos 40 e 50. Assim sendo, esse fenômeno que tem expressão geográfica e sociológica, não é recente como o das periferias. Segundo Carlos Nelson F. dos Santos: "As favelas surgiram desde o início do século, mas sua proliferação se dá com particular pujança nos núcleos urbanos metropolitanos no período que vai do começo dos anos 30 até o final da década de 1950" (Santos, 1980).

Embora a cidade do Rio de Janeiro tenha sido o "locus" privilegiado da favelização, esse fenômeno verificou-se em quase todas as grandes cidades brasileiras guardadas certas especificidades locais. São as "malocas" gaúchas, os "mocambos" pernambucanos, as "palafitas" e os "alagados" do nordeste e outras tantas denominações regionais, mas que representam formas de morar alternativas para populações de renda baixa.

A cidade de Niterói não foge a essa "regularidade social". Em 1971 a população favelada aqui era de 6.196 habitantes distribuídos por 44 favelas. Em 1975 esse número aumenta para 26.890 em 50 favelas e dois anos depois, em 1977, esse número passa para 132.087, em 55 favelas<sup>7</sup> (Quadro II.7). Tais informações estatísticas diferem daquelas produzidas pela FIBGE e baseiam-se nos arquivos da Fundação Leão XIII. Embora estes dados recomendem cuidados por serem estimativos, é importante observar que entre 1975 e 77 o número da população favelada quintuplicou no município. Este fato revela o caráter excluden

<sup>7</sup> CODESAN, op. cit.

Quadro II.02 - População favelada de Niterói - 1971, 1975, 1977 e 1980.

BAIRRO	Nº	FAVELA	POPULAÇÃO			
			1971	1975	1977	1980
CENTRO	1	Morro do Estado	308	3.000	13.000	7.566
	2	Chacara da Comunidade	71	60	300	-
	3	Morro do Arco	-	80	400	-
SÃO LOURENÇO	4	Favela da Vigia	-	-	67	-
	5	São Lourenço	29	120	186	-
ICARAI	6	Favela do Zebelu	-	90	215	622
	7	Morro do Cavaleiro	302	300	1.000	2.200
IPUE	8	Morro da Colina	36	175	625	179
	9	Pico do Inga	12	50	250	-
SANTA RUSA	10	Morro do Visão Brasil	26	217	1.165	-
	11	Morro Simão Soares	47	780	1.900	1.126
PUNTA D'ÁGUA	12	Morro da Favela	170	300	7.500	1.051
	13	Favela do Lito	149	30	100	-
CUBANHO	14	Morro do Guezo	149	250	1.250	461
	15	Morro N.º de Lourdes	110	250	1.150	-
	16	Morro São Luis	89	90	450	-
	17	Morro do Santo Espedito	50	90	480	-
	18	Capim Molado	51	100	500	-
	19	Morro do Bombo	90	61	310	441
	20	Morro do Quissama	97	240	1.200	378
	21	Morro do Abacaxi	93	151	255	-
	22	Morro do Baralva	30	30	50	291
	23	Favela do Val Quem Quer	-	70	250	-
PUMBICA	24	Morro do Urutatu	-	-	-	-
	25	Favela de Vila Ipiranga	388	800	4.000	4.024
	26	Morro do Maléfico	100	600	3.000	-
	27	Morro do Boa Vista	190	3.000	10.000	823
	28	Morro São José	130	300	1.300	-
	29	Morro Branco	-	600	3.000	259
	30	Morro da Caixa d'Água	100	480	2.400	829
SABARICA	31	Favela ao lado de P.N.	-	4	64	-
	32	Morro Zé Pereira	-	-	-	-
	33	Curumel Leocádia	366	1.000	5.000	-
SABARICA	34	Morro Santa Cruz	65	800	4.000	-
	35	Morro da Curáia	-	375	1.875	-
	36	Muro Brasília	448	3.000	15.000	4.873
	37	Morro Malhada Filho	41	160	800	-
BARRETO	38	Morro do Navei	327	3.000	13.000	-
	39	Morro do Rumo	150	600	3.000	572
CARAMELO	40	Morro do Lixo	120	650	3.000	-
	41	Morro da Chapa Quente	71	80	400	-
VIRADOURO	42	Atalaia	294	700	3.500	-
	43	Morro do Pravestarão	84	180	900	2.171
JUBILUM	44	Morro do Laserado	143	400	2.000	906
	45	Pau Ferro	87	210	1.050	657
	46	Morro Salinas	74	190	950	-
	47	Paisão Solu	68	200	1.000	-
PENHUTINA	48	Morro da Bergantia	100	130	750	-
	49	Favela Ponta Velha	-	130	650	-
	50	Morro Santa Inês	56	1.050	1.290	-
	51	Morro do Macaé	31	120	600	-
	52	Morro da Vigia	32	1.000	3.000	-
	53	Morro da União	95	980	4.900	-
	54	Morro do Africano	71	75	375	600
SANTA RUSA	55	Morro do Papagaio	-	-	-	-
	56	Morro São Feliciano	-	-	-	139
	57	Morro Zulo	-	-	-	837
58	Favela do Túnel	-	-	-	481	
			6.040	26.940	132.067	31.925

Fonte: 1971, 1975, 1977 - Fundação Leão XIII  
1980 - IBGE - Censo Demográfico de 1980.

te do modelo econômico concentrador de renda adotado no país durante os anos 70. Enquanto o PIB chegou a crescer a taxas de 11% a.a., às favelas também cresceram assustadoramente.

As classes populares foram fortemente excluídas dos benefícios do crescimento econômico tanto por confisco salarial como por mecanismos de controle social. O rebatimento espacial mais imediato dessa política econômica foi a agudização do crescimento das favelas e das periferias.

O esgotamento do Milagre no final dos anos 70 e o mergulho na crise que se segue, não se traduziu na democratização da política salarial, nem dos mecanismos de coerção social. Ao contrário, à par da manutenção de tais expedientes, a crise econômica introduz o desemprego e o empobrecimento dos segmentos médios urbanos. Dados do Quadro II., mostram que em seis cidades principais do país, no meio da crise (1981) as taxas de desemprego da população economicamente ativa (PEA) atingiram cifras superiores a 8 ou 9%. Pode-se inferir que próximo de 4 milhões de trabalhadores brasileiros enfrentaram o desemprego naquele ano, considerando que segundo os censos demográficos, a PEA em 1980, foi da ordem de 43,7 milhões de pessoas.

Acompanhando a tendência de segregação espacial que se acentua pela favelização, as classes médias empobrecidas de Niterói também desenham uma nova trajetória espacial no interior da cidade. Parte delas saem dos bairros da zona sul, dos apartamentos de alto luxo, para ocupar imóveis mais modestos ofertados na zona norte ou nas periferias. Estes novos vetores do crescimento são testemunhos da redefinição do processo de urbanização em consequência da crise.

Conforme notícias veiculadas pela imprensa em geral, o

Quadro II.9 - Taxas de desemprego da PEA - 1981.

(%)

1981 MESES	RIO	SÃO PAULO	BELO HO RIZONTÊ	PORTO ALEGRE	SALVA- DOR	RECIFE
JAN	7,99	7,12	9,58	4,81	8,57	8,18
FEV.	8,16	7,49	10,17	6,12	8,33	7,93
MAR	8,86	7,47	9,95	6,79	9,14	8,80
ABR	8,94	7,77	9,68	6,48	9,78	8,97
MAI	8,87	7,30	9,56	6,39	9,86	8,97
JUN	8,91	7,15	8,98	5,96	9,66	8,51
JUL	9,12	7,49	8,82	6,06	9,90	9,19
AGO	8,88	7,86	9,03	6,48	9,24	9,72
SET	8,25	7,28	8,22	5,89	8,39	8,96
OUT	8,33	6,92	7,78	5,20	8,51	8,67

Fonte: FIBGE - Pesquisa sobre emprego publicada no Jornal do Brasil de 28.11.81.

ano de 1981 foi marcado também por inúmeras "invasões" de terras ociosas em várias cidades brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Curitiba foram as mais visadas.

A respeito de uma das invasões ocorridas em São Paulo, veja-se a notícia seguinte:

*SÃO PAULO - O Secretário de Segurança Pública (...) autorizou ontem, no final da tarde, a mobilização de um contingente da Polícia Militar para cumprir a decisão judicial de reintegração de posse da Gleba da Fazenda Itupú (...) ocupada desde domingo por 6.000 famílias.*

*A evacuação continuava. Mulheres e crianças retiravam, correndo, móveis, utensílios e trouxas de roupa de dentro de suas casas... Às 17:30 h o quadro era triste. Telhas, tijolos e tábuas caídos em cima dos móveis e roupas...<sup>8</sup>*

Notícias como a acima transcrita ocuparam as páginas dos jornais, principalmente no segundo semestre de 1981, abrindo espaço à divulgação das lutas populares pelo direito à moradia. O semanário Movimento<sup>9</sup> por exemplo publicava que "em Recife, 900.000 pessoas ocupando 180.000 habitações, residem em terras que não lhes pertencem e das quais não possuem qualquer título que lhes assegure a permanência".

No entanto, em Niterói, no que se refere à formação de favelas, não há registro de ocupações coletivas organizadas. Ao contrário, as histórias de ocupação relatadas por favelados mais antigos, reportam a permissões de uso concedidas por alguns órgãos públicos ou por proprietários privados "caridosos", e remontam aos anos 40-50.

<sup>8</sup> Jornal do Brasil, 11.9.81.

<sup>9</sup> Movimento, 11 a 17 - 9.81.

A medida que essa forma de assentamento alternativo vai se cristalizando, normas sociais internas ao grupo vão sendo estabelecidas e uma verdadeira "civilização da favela" se estrutura com uma complexa teia de organização. Muitas das favelas possuem escolas de samba, blocos carnavalescos, associações de moradores e outras formas de agrupamentos sociais, culturais, de defesa ou de crime organizado.

Diferentemente do que acontece no Rio de Janeiro, onde as associações de favela constituíram uma entidade federativa própria<sup>10</sup>, aqui, elas se agrupam juntamente com associações de moradores de bairros de classe média e de conjuntos habitacionais<sup>11</sup>.

A inserção de novas famílias ou a construção de novos barracos não se faz de forma aleatória. Regras sociais claramente definidas presidem esse processo de crescimento.

A favela do Morro do Estado possui uma das mais antigas e tumultuadas associações de moradores, e alguns dos seus principais dirigentes, são hoje funcionários da prefeitura municipal, sugerindo processo de cooptação.

#### 4. A POLÍTICA PARA AS FAVELAS

Muito mais do que em Niterói, tem sido no município do Rio de Janeiro onde a política para a favela tem-se caracterizado por fortes polarizações: urbanização ou remoção.

Em 22.01.1947, pelo Decreto Presidencial nº 22.498 foi

<sup>10</sup> A FAFERJ (Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro).

<sup>11</sup> A FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro).

criada a Fundação Leão XIII com a proposta de recuperar os favelados e "conter a infiltração comunista" numa época em que o Partido Comunista, na legalidade, gozava de grande apoio popular. Vinculada à Diocese Católica do Rio de Janeiro, tinha por objetivo mais imediato: "criar em cada favela um centro social, escola, clínica médica, visando orientar previamente a população favelada para a urbanização". Percebe-se pois que a Fundação Leão XIII nasceu sob o signo da urbanização de favelas, porém teve enfraquecida a sua atuação ao longo dos anos por ações concorrentes do próprio poder público.

Os dois períodos do governo Negrão de Lima foram sublinhados por política pró-urbanização, enquanto o de Carlos Lacerda, ao contrário, pautou por forte decisão de remoção. Datam do seu governo a criação de conjuntos residenciais como os de Vila Kennedy e Cidade de Deus para onde foram removidos centenas de famílias. Removidos para locais distantes, a dezenas de quilômetros do centro, os ex-favelados perderam a possibilidade de continuar no seu antigo emprego. Muitos não conseguiram trabalho em locais próximos e novo problema social se instalava para esses moradores.

Negrão de Lima, Carlos Lacerda e o Governo Federal criaram várias instituições públicas que deveriam administrar a problemática da favela, tendo enfatizado ora a remoção, ora a urbanização.

O Governo da Fusão comandado pelo Brigadeiro Faria Lima extinguiu, entre 1975 e 77, todas as instituições anteriores (a CODESCO - 1975 e a CHISAM - 1977). Logo a seguir, em 1978, o Governo Federal, através do Ministério do Interior, instituiu outro programa habitacional para a favela denominado PROMORAR

e o Rio de Janeiro, com mais de 300 favelas, foi escolhido para sediar a experiência piloto. O PROMORAR enfatiza a não remoção.

Apesar da grande proximidade espacial entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, a política para a favela que influenciou e inquietou tão profundamente a população favelada do Rio de Janeiro, parece não se ter refletido sobre os governantes estaduais e municipais do antigo Estado do Rio e de Niterói. Aqui não há registro de remoções ou erradicações de favelas em massa sob iniciativa pública. O mais freqüente têm sido as ações de despejo movidas por supostos proprietários de terras, os quais têm recorrido a dois expedientes mais habituais: a) a violência pura e simples, recorrendo-se a cumplicidade de capangas ou de policiais; b) o acionamento judicial reivindicativo de reintegração de posse, para o que se recorre a documentação de origem obscura.

Assim como não se conhece políticas abertas pró-remoção, também não há registros históricos de políticas pró-urbanização. Boa parte dos parques serviços de que dispõem as favelas de Niterói, data de concessões feitas por políticos e postulantes a cargos eletivos em momentos pré-eleitorais. O mais conhecido desses serviços é sem dúvida a "bica d'água" barganhada por votos, tão conhecida do populismo.

Arrefecidos os grandes fluxos migratórios interregionais, nos últimos anos não são mais, necessariamente, os nordestinos que se favelizam. Entre 1970 e 80, dos 71.128 novos migrantes entrados em Niterói, 49.670 procediam do próprio Estado do Rio, ou seja, quase 70%. Dados dos Quadros II.2 e II.10 dão conta de que a entrada de migrantes vem diminuindo a cada

Quadro II.10 - Distribuição dos "não naturais" por tempo de residência - municípios selecionados da RMRJ.

1980

Municípios Selecionados	Até 10 anos	%	Mais de 10 anos	%	Total	%
Rio de Janeiro	509.830	28,7	1.267.564	71,3	1.777.394	100,0
Niterói	71.128	40,8	103.091	59,2	174.219	100,0
São Gonçalo	114.388	40,3	169.394	59,7	283.782	100,0
Baixada Flum.	494.390	40,0	747.380	60,0	1.241.770	100,0
Outros	119.625	43,2	157.248	56,8	276.873	100,0
R M R J	1.309.361	34,9	2.444.677	65,1	3.754.038	100,0

Fonte: Censo Demográfico da FIBGE - 1980.

decênio em toda a RMRJ o que resulta num "envelhecimento" desse contingente. Os que já residem na cidade há mais de 10 anos atingem a 70% no Rio e a 60% em Niterói.

Isto posto, pode-se inferir que o engrossamento das favelas não se faz nos anos 70 e 80 como resultado do êxodo rural, mas como fruto da exclusão social a que estão submetidas porções substanciais da população urbana. Os migrantes novos, eventualmente não inseridos no mercado de trabalho constituem, apenas uma parte do processo de favelização.

Não se pode perder de vista também o movimento migratório intra-metropolitano. A crise econômica que atinge a muitos tem provocado um movimento para fora das áreas mais valorizadas e neste re-arranjo sócio-espacial está presente também um certo conteúdo do tipo invasão-sucessão às avessas.

Um dos fatores que tem favorecido a formação de favelas no município é a existência de extensas áreas de terras públicas, outras não tituladas ou de titulação duvidosa, além de áreas sob grilagem. Enquanto não obtêm o título de propriedade, o favelado não prioriza as lutas reivindicativas por saneamento básico ou por outros serviços de consumo coletivo porque a sua permanência aí pode ser passageira. Em primeiro lugar está colocada a luta pela posse da terra, e a seguir, as demais reivindicações.

A maior parte das favelas de Niterói estão assentadas em terras do Estado e de particulares. A União e a Prefeitura estão quase ausentes do Quadro II.11 que ilustra tal fato.

A favela é desde décadas a temática que tem mobilizado o interesse acadêmico dos cientistas sociais enquanto objeto de estudo, em virtude de sua maior "antigüidade" e pela sua in

Quadro II.14 - Favelas segundo a propriedade da terra e a localização geográfica.  
Macerá 1977

BARRIO	Nº	FAVELAS	PROPRIEDADE DO TERRENO	Obs.
CENTRO	1	Morro do Estado	Estado/Particular (1)	Particular-informação (1) do morador não confirmada.
	2	Chácara da Conceição	Prefeitura	
	3	Morro do Arroz	Estado/Particular	Favela nova em 1976
	4	Favela da Viúva	S/I	Dados disponíveis a partir de 1977.
SÃO LOURENÇO	5	São Lourenço	Estado	
	6	Favela do Sábão	Estado	Favela nova em 1975
ICARAI	7	Morro do Cavalo	Particular	
	8	Morro da Colú	Estado	
LUGÁ	9	Morro do Lagá	Estado/Particular	Eradicada em 1976. Ressurgida a seguir.
	10	Morro do Vital Brasil	Estado	
SANTA ROSA	11	Morro Sousa Soares	Estado/Particular	Particular-informação do morador.
	12	Morro da Pomba	Estado/Particular	
CUBANGO	13	Favela do Tupy	Estado/Particular	
	14	Morro do Jorão	Estado/Particular	
	15	Morro S.º de Lourdes	Particular	
	16	Morro São Luis	Particular	
	17	Morro do S.º Espedito	Particular	
	18	Capim Molado	Particular	
	19	Morro do Bumbo	Particular	
	20	Morro do Querequene	Particular	
	21	Morro do Abacani	Particular	
	22	Morro do Saralva	Particular	
	23	Favela do Val Quem Quer	Estado	Favela nova em 1975
	24	Morro do Ortanato	S/I	Eradicada
FONSECA	25	Favela da Vila Ipiranga	Estado/Particular	
	26	Morro do Bolofoto	Particular	
	27	Morro da Boa Vista	Estado/Particular	
	28	Morro São José	Particular	
	29	Morro João Branco	Particular	
	30	Morro da Galna d'Água	Estado/Particular	
	31	Favela ao lado do PM	Estado	
32	Morro S.º Parreira	S/I	Não localizada p/Vand. Leão XIII	
SUCURUÇA	33	Coronel Leônias	Particular	
	34	Morro do S.º Cristo	Estado	
	35	Morro da Cardia	Estado/Particular	
	36	Nova Brasília	União/Estado/Particular(1)	(1)Particular-informação do morador
DARRETO	38	Morro do Maruf	Estado	
	39	Morro da Buna	Particular	
CARANJUN	40	Morro do S.º	Particular	
	41	Morro do Obopa Quente	Estado/Particular	
	42	Vitodouro	Particular	
JUBUJUBA	43	Morro do Preventório	Estado	
	44	Morro do Lazarado	União/Estado	
	45	Pau Ferro	União/Estado	
	46	Morro Salinas	Estado	
	47	Folha Gata	Estado	
PINDOTIBA	48	Morro da Garganta	Estado/Particular	
	49	Favela Fanta Velha	Estado	
	50	Morro Santo Inácio	Estado	
	51	Morro do Maculô	Particular	
	52	Morro de Viração	Estado/Particular	
	53	Morro da União	Estado	
54	Morro do Africano	Estado		
55	Morro do Papagato	S/I	Não localizada	

tegração no núcleo e inserção urbana na cena urbana. Todavia, a partir dos anos 70, um outro tipo de assentamento populacional vem tomando conta do processo de crescimento das cidades brasileiras: as periferias. Embora presentes na urbanização metropolitana desde os anos 40, ocasião em que os municípios da Baixada Fluminense são valorizados como reservatórios de mão-de-obra barata para a metrópole, a periferização se generaliza mais recentemente. Acentua-se cada vez mais a divisão espacial do trabalho no interior da região metropolitana, com o núcleo sediando a maioria das atividades econômicas e do emprego.

As condições periféricas de inserção social dos segmentos populares e a generalização dessa forma de urbanização sob o peso do empobrecimento, começam a desviar o eixo das discussões acadêmicas da favela à periferia. Também neste campo, as perspectivas teóricas para a apreensão do tema não são consensuais. Uma das vertentes mais férteis tem sido aquela que incorpora as periferias como parte integrante do processo de urbanização capitalista e os seus moradores como agentes sociais portadores de potencial de mudança.

##### 5. DA FAVELA À PERIFERIA - A PERIFERIZAÇÃO EM NITERÓI

Já existem vários estudos de autores brasileiros e estrangeiros sobre a questão das periferias que se tem tornado particularmente aguda a partir dos últimos anos da década de 60. Por essa época alguns geógrafos já se dedicavam ao estudo dessa problemática enfatizando aspectos das relações ou articulações que se estabeleciam entre o município-núcleo e os demais (Geraiges de Lemos, 1972, Mizubuti, 1975). Outros privilegiavam a perspectiva da classificação dos "graus" de perife-

rização, identificando "anéis concêntricos", progressivamente mais distantes do centro (área "core"), denominando-os desde periferia imediata (zona de obsolescência urbana) até a periferia externa (áreas de uso agrícola estavam sendo rapidamente loteadas e transformadas em novos bairros urbanos) (Bernardes, 1967, Segadas Soares, 1966). A esses e outros tantos estudos geográficos, vieram se somar também, sobretudo no final dos anos 70, reflexões de outros cientistas sociais (Valladares & Figueiredo, 1981) que contribuíram decisivamente para recolocar esta problemática num novo patamar de discussão.

As perspectivas locacionais, funcionais e ecológicas incorporam-se categorias como divisão técnica e espacial do trabalho no interior da região metropolitana; periferização como expediente de reprodução da força de trabalho (Bonduki, Rolnik, 1979), a auto-construção e o mutirão como formas de expropriação do sobretrabalho (Oliveira, 1972). A temática dos loteamentos já vinha sendo examinada por alguns geógrafos desde longa data (Geiger, 1952), porém novos elementos foram acrescentados à luz do aprofundamento das reflexões incorporadas ao longo dos anos que vieram redimensionar também a sua análise (Beloch, 1980; Chinelli, 1980; Costa, 1980).

O processo de crescimento acelerado das cidades brasileiras é fruto da transformação estrutural pela qual vem passando a economia nacional, a partir dos anos 30, e tem desembocado num incremento espacialmente diferenciado dos fluxos migratórios do campo para a cidade e de uma região para outra (Mizubuti, 1975). Mas a sua identificação, definição e avaliação dos impactos a nível espacial e social tem sido tarefa difícil. Um dos testemunhos desta dificuldade está expresso na

tomada de decisão tardia por parte do poder público federal que, somente em 1973, instituiu as Regiões Metropolitanas no país. Uma Região Metropolitana significa uma só área funcional urbana, de grande dimensão, somatório de várias cidades conurbadas e vários governos tantos quantos forem os municípios componentes.

Alguns aspectos eram percebidos e registrados com facilidade. Por exemplo, a supremacia do município núcleo no que se refere à disponibilidade de infraestrutura urbana (sistemas de abastecimento de água, luz, esgotamento sanitário, equipamentos de saúde, educação, lazer, além dos serviços em geral). Por oposição, os municípios periféricos, anteriormente denominados subúrbios ou subúrbios dormitórios, eram percebidos como carentes de infraestrutura urbana. Hoje, grande parte dessa infraestrutura constitui os chamados "meios de consumo coletivo". Em alguns momentos essa percepção assumiu até uma perspectiva dicotômica de centro-periferia.

Ao recapitular o processo de formação da aglomeração metropolitana é preciso destacar a forma de inserção de Niterói nesse contexto. O município-núcleo por ter desempenhado a importante função político-administrativa de capital federal, reforçada por uma forte função comercial, portuária e financeira, deteve historicamente, uma poderosa força de atração. Assim, no Distrito Federal e depois Estado da Guanabara, concentraram-se muitas atividades econômicas e novas levas de população procedentes do processo migratório interno. O crescimento da cidade deu-se tanto vertical (edifícios) como horizontalmente (incorporação de novos bairros nas franjas externas da cidade). Não tardou a colocação de trens suburbanos de alcance in

termunicipal. Os bairros da zona norte e os municípios vizinhos foram sendo ocupados intensamente. A Baixada Fluminense<sup>13</sup>, cedo, passou a representar um fenômeno urbano particular: reservatório de mão-de-obra barata para a economia metropolitana. Todavia, a capacidade de absorção suburbana/periférica vai se esgotando e novas áreas, novos municípios vão sendo incorporados e a linha de trem se alonga em direção a Paracambi, a Magê, ramificando-se. Apesar do custo mais barato, o trem se expande menos, e os ônibus, predominantemente de empresas privadas, passam a dominar o setor de transporte de massa. Este fato diversifica, espacialmente, a ocupação de novas áreas e impulsiona, grandemente, o ritmo dos loteamentos periféricos. Fazendolas, sítios, chácaras, tudo vai desaparecendo, e o desenho substitutivo é o dos barracos auto-construídos, tijolos à vista, sem reboco, sem acabamento, janelas e portas toscas e miúdas, cômodos por terminar e terrenos por pagar a longos meses de prazo.

A periferia é a nova alternativa habitacional para as classes populares que não dispõem da vantagem locacional da favela, mas satisfaz a ideologia da casa própria e desonera o usuário dos aluguéis.

Cria-se uma complexa teia de intermediações, pois o Estado enquanto produtor e gestor privilegiado dos bens e serviços de consumo coletivo, na maioria das vezes, se exime de suprir os bairros periféricos. Os promotores imobiliários (os loteadores) nem sempre cumprem as prescrições legais do Código

<sup>13</sup> Do total de aproximadamente quatro milhões de habitantes, mais de um milhão e duzentos mil eram de origem migratória, em 1980, na Baixada Fluminense.

de Obras e de Posturas Municipais referentes à aprovação de loteamentos. Às vezes sem mesmo estarem regularizados, juridicamente, tais empreendimentos asseguram a circulação de um capital imobiliário de razoável magnitude. O lotear se transforma em sinônimo de enriquecer.

Os Quadros II.12 e II.13 ilustram os momentos de maior intensidade de parcelamento do solo nos municípios da RMRJ, exceto o núcleo. No decênio dos anos 50, como já foi mencionado, no qual foram criados quase 70% dos lotes existentes no município até 1980. Isto significa que este município participou do crescimento lateral/horizontal do tecido metropolitano no instante mais forte da vaga migratória juntamente com o conjunto dos municípios localizados mais próximos do centro. Nova Iguaçu que liderou o parcelamento, teve mais de 240.000 novos lotes no decênio (1950-59) incorporados à malha urbana, totalizando mais de 14.000 Ha. Niterói e São Gonçalo tiveram no mesmo período próximo de 160.000 novos lotes mais de 8.000 Ha. Todavia, na orla oriental da Baía, é no município vizinho de São Gonçalo onde o parcelamento tem sido mais intenso desde 1949 como mostram os dados do Quadro II.12, correspondendo a um incremento populacional também mais numeroso (Quadro II.2).

Para o conjunto da região metropolitana, dados dos Quadros II.12 e II.13 indicam que no último período intercensitário, Nova Iguaçu continua liderando o processo de parcelamento do ponto de vista dos números absolutos, com a criação de 66.378 novos lotes, porém, em números relativos verifica-se que foi em Itaboraí, Magé, Mangaratiba e Maricá onde houve maior proporção de loteamentos. Os dois primeiros municípios situam-se nos "fundos" da Baía de Guanabara, muito distante da

Quadro II.12 - Parcelamento do solo nos municípios da região metropolitana, exclusive o Rio de Janeiro por período (HA).

Percentagem relativa por década ao total da água parcelada por município em 1980.

MUNICÍPIOS	ATÉ 1949		1950 - 1959		1960 - 1969		1970 - 1980		TOTAL EM 1980	
	LOTES	ÁREA (ha)	LOTES	ÁREA (ha)	LOTES	ÁREA (ha)	LOTES	ÁREA (ha)	LOTES	ÁREA (ha)
Duque de Caxias	24,78	34,72	37,10	39,22	26,00	18,34	12,12	7,72	100	100
Itaboraí	7,57	12,57	37,59	37,63	20,05	15,16	34,79	34,64	100	100
Itaguaí	0,92	32,91	74,57	31,05	19,42	32,32	5,09	3,72	100	100
Magé	15,08	11,67	40,16	39,90	24,12	27,47	20,64	20,96	100	100
Mangaratiba	39,56	38,06	29,91	27,84	8,41	10,00	22,12	24,10	100	100
Maricá	5,41	4,27	52,30	42,10	9,25	7,04	33,04	46,59	100	100
Nilópolis	96,78	97,65	3,22	2,35	-	-	-	-	100	100
Niterói	12,76	12,39	68,80	66,11	12,51	14,04	5,93	7,46	100	100
Nova Iguaçu	8,19	11,46	56,69	60,23	19,72	17,58	15,40	10,72	100	100
Paracambi	-	-	-	-	94,15	89,07	5,85	10,93	100	100
Petrópolis	25,49	32,47	40,95	19,97	15,74	16,61	17,81	30,95	100	100
São Gonçalo	7,18	21,83	69,34	50,40	11,46	11,62	12,02	16,15	100	100
São João de Meriti	49,29	44,52	41,55	44,56	6,69	5,13	2,47	5,79	100	100
TOTAL	12,91	21,08	52,90	43,22	18,62	18,66	15,57	17,04	100	100

FONTE: Prefeituras Municipais  
Macrozoneamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

OBSERVAÇÕES: O Município do Rio de Janeiro não foi incluído devido à ausência de dados.

Quadro II. 13 - Parcelamento do solo nos municípios da região metropolitana  
exclusive o Rio de Janeiro por período (HA).

MUNICÍPIOS	ATÉ 1949		1950 - 1959		1960 - 1969		1970 - 1980		TOTAL EM 1980	
	LOTES	ÁREA (ha)	LOTES	ÁREA (ha)	LOTES	ÁREA (ha)	LOTES	ÁREA (ha)	LOTES	ÁREA (ha)
Duque de Caxias	57.206	6.197,54	85.642	7.000,79	60.038	3.274,15	27.988	1.376,20	230.874	17.848,78
Itaboraí	9.741	1.493,07	48.346	4.467,57	25.787	1.800,59	44.754	4.113,40	128.628	11.874,63
Itaguaí	1.591	4.922,33	128.735	4.643,00	33.535	4.833,94	8.784	556,10	172.645	14.955,37
Magé	16.388	1.655,42	48.977	5.695,80	29.415	3.921,10	25.176	2.992,43	121.956	14.274,75
Mangaratiba	3.201	240,1	2.420	175,6	690	63,1	1.790	152,0	8.091	630,80
Maricá	4.286	351,21	41.401	3.561,20	7.319	595,30	26.150	3.940,40	79.156	8.458,11
Nilópolis	13.858	830,00	461	20,00	-	-	-	-	14.319	850,00
Niterói	3.994	289,10	21.530	1.542,45	3.916	327,70	1.855	174,05	31.295	2.333,30
Nova Iguaçu	35.290	2.672,57	244.357	14.039,68	84.982	4.099,45	66.378	2.500,13	431.007	23.311,83
Paracambi	-	-	-	-	2.269	144,23	141	17,70	2.410	161,93
Petrópolis	5.994	1.681,51	9.517	1.034,47	3.696	860,03	4.181	1.603,07	23.478	5.179,38
São Gonçalo	14.058	2.593,45	135.753	6.681,90	22.433	1.540,34	23.543	2.141,33	195.787	13.257,02
São João de Meriti	24.811	1.130,67	20.913	1.135,05	3.369	130,72	1.244	147,54	50.337	2.547,18
<b>TOTAL</b>	<b>192.408</b>	<b>24.380,47</b>	<b>768.152</b>	<b>49.937,51</b>	<b>277.439</b>	<b>21.590,65</b>	<b>231.984</b>	<b>19.714,45</b>	<b>1.489.993</b>	<b>115.683,08</b>

FONTE: Prefeituras Municipais - Licenças para o Parcelamento do Uso do Solo.

OBSERVAÇÕES: O Município do Rio de Janeiro não foi incluído devido à ausência de dados.

( 4. ) Este número de lotes foi o total acumulado no registro de licenças de parcelamento das Prefeituras. Não coincidem portanto com o total estimado pelos cadastros municipais que é de 1.200.703, incluindo o Município do Rio de Janeiro.

cidade do Rio de Janeiro constituindo-se a periferia distante ou externa. É nestas áreas remotas que se tem multiplicado, espantosamente, o número dos loteamentos populares muitos dos quais, clandestinos (Mizubuti, S., 1972; Chinelli, F. 1980).

Enquanto isso em Maricã e Mangaratiba, o avanço do parcelamento tem-se dado com duplo objetivo: o primeiro para atender a uma demanda da classe média do Rio de Janeiro e adjacências que buscam sua segunda moradia nas praias oceânicas (não poluídas) dessas cidades; o segundo, para abrigar, em loteamentos populares, parcelas dos trabalhadores que passam a residir nesses locais afastados, e continuam a trabalhar no "coração" da região metropolitana. Dentro do município de Maricã coexistem bairros de alto luxo com outros tipicamente populares.

Em Itaboraí o processo está sendo um pouco diferente. Lá a sua zona rural foi intensamente cultivada por laranjais nos últimos decênios, além da cana-de-açúcar que a precedeu. Soma-se a essa forma de uso do solo, uma variada gama de extração mineral que teria contribuído para uma menor ocorrência de áreas de posse. Logo em Itaboraí, mais do que em outros municípios, percebe-se a transformação de antigas propriedades rurais cultivadas, em loteamentos urbanos. Muitas vezes tem-se partilhado laranjais apenas abrindo ruas, colocando-se posteamento de luz, meio fio etc. No interior dos lotes restam por vezes pés de laranja, e a produção agrícola do município vem sendo progressivamente reduzida.

Em Niterói, do total de 31.295 lotes produzidos até 1980, aproximadamente 13% datam de até 1949; 69% foram parcelado entre 1950 e '59; 12,5% no decênio seguinte e 6% entre 1970-80. Nota-se que nos últimos dois decênios, a tendência

é declinante. Este declínio não se deve ao esgotamento de áreas habitáveis ou construtíveis. A região de Pendotiba e toda a zona leste do município são marcadas por baixas densidades demográficas e por amplos espaços vazios. Mesmo assim, o parcelamento do solo por loteamentos periféricos está ocorrendo mais intensamente em São Gonçalo, onde bairros dessa natureza têm-se estendido por quilômetros<sup>14</sup>. O mais lento parcelamento em Niterói pode estar relacionado a: 1. a existência de extensas áreas de terras de titulação irregular onde posseiros, proprietários e grileiros travam lutas prolongadas pela posse da terra; 2. disponibilidade de várias áreas do poder público (União, Estado e Município), não utilizadas e de demarcação incerta; 3. uma legislação municipal restritiva de concessões à produção da habitação de interesse social no município; 4. multiplicação recente de loteamentos de alto luxo em lugares alternados da zona leste e que tem resultado em uma rápida elevação do preço da terra, desencorajando, economicamente, aos empreendimentos imobiliários para as classes populares.

Apesar disso, é na área de Pendotiba que mais caracteristicamente se tem concentrado assentamento de tipo periférico e se confunde, grosso modo, com a maior parte do que aqui está sendo denominada de zona leste. É constituída por um conjunto de bairros com uma superfície presumível superior a cinquenta quilômetros quadrados, povoada por uma população permanente de mais de setenta mil habitantes. Nos períodos de férias escolares, de veraneio e feriados, ela é acrescida de uma

<sup>14</sup> Um dos exemplos mais expressivos é o conjunto dos bairros de Santa Luzia-Jardim Catarina que somados representam uma das maiores aglomerações contínuas de tipo periférico do país.

população flutuante numerosa. Muitos dos atuais moradores pertencem a segmentos de rendas média e alta, geograficamente procedentes do município-núcleo ou da zona sul de Niterói.

O ponto central dessa área de Pendotiba é representada pelo Largo da Batalha, um verdadeiro nó de entroncamento de vias de circulação, destacando-se a Estrada Caetano Monteiro que o liga à Rodovia Amaral Peixoto; a Estrada Celso Peçanha (Niterói-Itaipú) e a Estrada Velha de Itaipú (Largo da Batalha-Itaipú/Piratininga). Todas elas são pavimentadas e têm funcionado como eixos de povoamento pois é às suas margens que têm crescido diversos aglomerados populacionais que constituem os bairros e sub-bairros da região. É ao longo destes eixos de circulação local que as densidades demográficas são mais elevadas e acompanham os vales longitudinais espremidos pelos cordões rochosos dispostos com o sentido geral de SO-NE.

O Largo da Batalha constitui-se num importante sub-centro comercial, contando com alguns açougues, supermercados, farmácias, padarias, bares, lojas de materiais de construção e um variado comércio ambulante. Nesse local encontram-se também consultórios médicos e odontológicos, escolas de 1ª e 2ª graus, uma agência bancária e um posto de saúde. Durante o carnaval, o Largo da Batalha é um dos palcos mais movimentados do carnaval de rua, além da animação das várias escolas de samba das imediações. O Largo representa o centro de referência para toda uma extensa área de Pendotiba.

*A região que é chamada de "Pendotiba" na verdade é muito maior que o sub-distrito do mesmo nome. Pela divisão administrativa da Prefeitura Municipal de Niterói, apenas as localidades de Vila Progresso e Matapaca pertenciam ao sub-distrito de Pendotiba; na práti-*

*ca, toda a região que abarca os sub-distritos do Largo da Batalha, Sapê, Cantagalo, Maria Paula é conhecida como Pendotiba. Considere também neste trabalho que Pendotiba é a região que compreende as localidades de Maria Paula, Matapaca, Vila Progresso, Badú, Sapê, Macciô, Largo da Batalha, Cantagalo, Ititioca, Atalaia, Igrejinha, Paineiras, Santo Inácio e suas adjacências imediatas<sup>15</sup>.*

De um modo geral as ruas desses bairros de população pobre não são pavimentadas, e nos dias de chuva o trânsito, tanto para veículos como para pedestres, torna-se muito difícil. Há trechos fortemente afetados pela erosão, cujas valas se transformam em poças d'água de demorado secamento devido a impermeabilidade do solo. A iluminação pública é deficiente ou inexistente. Não há água encanada nem rede de esgotamento sanitário ... No entanto, o maior problema que boa parte desses moradores enfrenta, é o da posse da terra. São estas carências que têm motivado o surgimento e o aprofundamento dos movimentos reivindicativos de bairro.

Enquanto a maioria absoluta dos moradores de classe média de Pendotiba trabalha no Rio de Janeiro, e secundariamente em Niterói (profissões liberais, executivos, empresários, intelectuais, etc.), numeroso contingente do segmento mais pobre dos moradores regionais trabalha na própria área, deslocando-se, a pé ou de bicicleta. São os biscateiros que realizam pequenas tarefas subalternas, sem continuidade temporal e espacial no mercado informal de trabalho, com rendimentos médios mensais muito baixos. A taxa de desempregados e de subempregados é elevada e se reflete no alto grau de evasão escolar de crianças e de jovens

<sup>15</sup> MISSE, Michel - OBSTÁCULOS POLÍTICOS À AÇÃO COLETIVA. A experiência recente na organização das associações de bairro de Pendotiba, Niterói. Mimeo, s/d. p. 13.

A não inserção no mercado formal de trabalho, inviabiliza tais moradores a se expressarem através do movimento sindical ou de outra instância legal de representação classista enquanto trabalhador. Somados aos favelados, durante muitos anos, a produção acadêmica brasileira considerou-os como "marginais", no sentido de que tais segmentos não estavam integrados ao polo dinâmico (capitalista, moderno) da economia. E como tal, supunha-se que a sua presença e crescimento no contexto da cidade representava um obstáculo ao avanço da luta política destinada a mudar a correlação de forças no sistema de poder, ao nível do Estado. Essa noção do estar à margem foi sendo gradativamente revista e a partir dos anos 70 a periferização como a auto-construção e o mutirão, passaram a ser entendidos como parte integrante do urbano forjado pelo modo de produção capitalista, com forte participação do Estado, com altas taxas de centralização e concentração do capital (o capitalismo monopolista de Estado). A agudização da urbanização periférica, no Brasil, coincide com os anos de mais alta taxa de exploração da força de trabalho e de altos índices de crescimento da economia (os anos do Milagre Brasileiro).

As periferias ao nível da estrutura urbana, significou também a materialização no espaço desse mesmo modo de produção excludente, (que exclui certas classes dos benefícios gerados pela economia) e discrimina cada vez mais os diferentes estratos sociais com base nos níveis de renda. Trata-se da segregação espacial, fruto da segregação social, instrumento definidor da divisão territorial do trabalho no interior da Região Metropolitana. As periferias, de um modo geral, desempenham a função espacial de reprodutora da força de trabalho e, conse-

quentemente de reservatório de mão-de-obra barata para o conjunto da economia metropolitana. Através da periferização o espaço urbano se reproduz viabilizando a reprodução da força de trabalho para o capital em patamares cada vez mais baixos<sup>16</sup>. Os proprietários fundiários optam pelo uso não urbano de suas terras e as entregam ao empreendedor imobiliário que se encarrega de loteá-las, tomar as providências cabíveis para urbanizar os lotes e colocá-los à venda para o que recorre ao trabalho do corretor. O Estado, teoricamente, deveria legislar sobre o assunto e fazer cumprir os cânones dos Códigos de Obras e outras posturas legais. Finalmente, no fim dessa cadeia, estão colocados os usuários compradores que tão logo adquiram os lotes começam a construir seus abrigos.

Entre um loteamento e outro é comum que espaços vazios fiquem retidos aguardando valorização futura, decorrente de investimentos a serem realizados pelo poder público e pela iniciativa privada, particularmente de posteamento de luz, abertura e melhoramento do sistema de circulação, de linhas de ônibus etc.

As condições de infraestrutura são sempre muito precárias, o que coloca esses bairros periféricos em constante estado de tensão social, decorrente de contradições entre uma sociedade de consumo em permanente crescimento na qual necessidades novas são veiculadas pelos meios de comunicação de massa, aguçando as aspirações pelo consumo. Por outro lado, os níveis de ingresso entre os moradores das favelas e das periferias

<sup>16</sup> BONDUKI, Nabil & ROLNIK, Raquel - Periferia da Grande São Paulo - Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força de Trabalho, in: A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. Ed. Alfa-Omega. S. Paulo, 1979.

não só permanecem baixos, como têm-se reduzido mesmo à época em que o desempenho da economia tem estado razoável.

Outra contradição diz respeito ao próprio processo de segregação urbana que, ao "amontoar" os deserdados da terra nos espaços periféricos da cidade, contribui para dar uma certa homogeneidade aos segmentos sociais que ocupam esses bairros, facilitando formas de organização e de mobilização para resistir contra degradação ainda maior das suas condições de vida em si já muito precárias. De tal sorte que, o movimento associativo de bairro na periferia tem-se mostrado bastante ativo nos últimos anos.

Em Niterói, embora a vanguarda ou o núcleo avançado do movimento tenha sido ocupado significativamente por militantes de associações de moradores de classe média, a continuidade das lutas tem sido mais visível no movimento das periferias, muito embora a periferização nesta cidade seja menos intensa do que no conjunto da região metropolitana.

### III

## O CENÁRIO RECRIADO DO MOVIMENTO DE BAIRRO

#### 1. O MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE BAIRRO NO FINAL DOS ANOS 70

As condições gerais que informam o ressurgimento e a expansão do movimento associativo de bairro em Niterói (RJ) no final dos anos 70, à primeira vista, parece explicar-se teoricamente pela vertente que vem associando o crescimento econômico da década com o acirramento das desigualdades sociais.

Essa vertente, explorada por Kowarick<sup>1</sup> situa a idéia de uma correlação direta desse crescimento econômico acelerado com a pauperização das massas urbanas e a da espoliação urbana. Suas concepções enfatizam a superexploração da classe trabalhadora em três momentos que se complementam: a) no da sua locomoção do local de moradia para os locais de trabalho, em meios de transporte superlotados, ineficientes e de duração prolongada, podendo estender-se por duas horas e mais em cada percurso; b) no momento da construção da moradia, em bairros geralmente distantes (as periferias) viabilizada, na maioria das vezes, através da auto-construção, em locais carentes de infraestrutura básica, e muitas vezes juridicamente clandesti-

<sup>1</sup> Ver em Lúcio Kowarick - O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana. In: *CIDADE, POVO E PODER*. Rio de Janeiro, Co-Edições CEDEC/Paz e Terra 5, 1982. p. 30-48; *A Espoliação Urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

nos. Esse tipo de produção da habitação é custeada pelo aumento da taxa de exploração, via aumento da jornada de trabalho, venda de férias, antecipação do 13º salário ou pela rotatividade "voluntária" no emprego para o uso do FGTS etc. além, obviamente, do arrocho à sua cesta básica de consumo; c) no momento da produção do espaço urbano, fortemente patrocinada pelo Estado pelos investimentos que faz em serviços de consumo coletivo. Este expediente é permeado por uma volumosa retenção de áreas vazias que permanecem socialmente ociosas à espera de valorização, originando vultosos lucros que decorrem das melhorias que, constantemente, são injetadas no tecido metropolitano pelo Poder Público" (Kowarick, 1982, p. 41) o que corresponderia a 45% da área líquida do município de São Paulo, da qual a maior parte com alguma benfeitoria patrocinada pelo mesmo. A espoliação urbana para Kowarick tem como pano de fundo "algumas questões estruturais de caráter global que dão o quadro de referência interpretativo para a análise aqui desenvolvida. Trata-se da questão referente à presença de um vasto exército de reserva no processo de expansão da economia brasileira". (Kowarick, 1982 - p. 35).

O excedente de mão-de-obra a que se refere o autor, administrado coercitivamente no interesse do processo de produção, sustenta "um 'modelo' capitalista de desenvolvimento com características nitidamente selvagens". Este tem como uma de suas faces mais expostas à luz do dia, aquela que se compõe de problemas ambientais, mascarados fortemente pela poluição do ar amplamente veiculada pelos meios de comunicação de massa. Por trás dessa máscara, diz o autor que estão ocultos os verdadeiros problemas que afetam a classe trabalhadora no seu coti

diano como os poluentes industriais aspirados dentro dos locais de trabalho, os acidentes de trabalho, as pressões psicológicas dos loteamentos clandestinos, os desgastes sofridos nos transportes coletivos que ampliam a jornada de trabalho, a elevada taxa de mortalidade infantil e outras formas de degradação ambiental. Denuncia também a inexistência de partidos políticos legítimos que encaminhem as reivindicações dos trabalhadores desempenhando um papel de mediador entre o "político" (partidos) e o "social" (reivindicações do trabalho e urbanas). Considera também que enquanto esse procedimento não tiver amadurecido (o da mediação dos partidos), "os interesses dominantes continuarão a se impor de forma a realizar uma ordem capitalista de caráter não só excludente mas também marcadamente dilapidadora" (Kowarick, 1982 - p. 47).

Seguindo uma linha de argumentação bastante próxima de Kowarick, José Álvaro Moisés<sup>2</sup> enfatiza a origem e a evolução do populismo no Brasil no período pós-30 e a redefinição das relações entre o Estado e as classes populares urbanas, cujo voto passou a adquirir significado político. Cresce cada vez mais a responsabilidade do Estado em relação à produção e gestão dos meios de consumo coletivo nesse contexto e se acentua o caráter de agência que deveria atender a todos. "Entretanto, como a sua política de investimentos frequentemente contrariou as necessidades mais imediatas da maioria da população, o resultado é que o Estado recolheu, na sua condição de gestor público, o impacto das reivindicações populares" (Moisés, 1982 - p. 21). Referindo-se àqueles agentes sociais que protagonizam

<sup>2</sup> José Álvaro Moisés - O Estado, as Contradições Urbanas e os Movimentos Sociais. In: *Cidade, Povo e Poder*, Rio de Janeiro, Co-Edições CEDEC/Paz e Terra 5, 1982. p. 13-29.

as reivindicações populares acima acrescenta: "se quiserem atingir um objetivo comum, o seu único caminho é a manifestação coletiva, a qual pressupõe a organização. Por isso, em face da problemática urbana, a tendência que prevaleceu foi a de amplos setores dessas classes passarem a se organizar formalmente em associações para coordenar os esforços reivindicatórios destinados a alcançar as suas necessidades (pág. 21). Essas, (referindo-se às reivindicações populares) ocupam o centro dos movimentos levados a efeito pelos moradores desprivilegiados da cidade, isto é, pelos seus usuários subalternos.

Verifica-se, sem dúvida, que as argumentações de Lúcio Kowarick quanto à pauperização (absoluta e relativa) que culmina na chamada espoliação urbana se confirma, a nível macro, pelos resultados censitários de 1980, ou seja, dos 43,3 milhões de trabalhadores recenseados, 79% auferiam rendimentos correspondentes a até três salários mínimos (vide Quadro III.1). Segundo esse autor, um trabalhador de salário mínimo dispendia 65 horas para adquirir uma ração alimentar básica em 1959 que passa para 153 horas mensais em 1979, desgastando o seu poder aquisitivo em 135%.<sup>3</sup>

É inegável portanto a deterioração geral que atinge a classe trabalhadora de baixos salários nos últimos decênios, no entanto, quando se examina unidades territoriais e sociais como é o caso de Niterói, objeto deste trabalho, o seu processo peculiar de evolução urbana revela algumas características singulares:

<sup>3</sup> Os gêneros alimentícios sofreram aumentos fantásticos quando medidos em tempo de trabalho (no valor do salário mínimo) como se vê do Quadro III.2.

Quadro III.1 - Faixas de Rendimento - Brasil - 1980

Faixas de Rendimentos (em salários mínimos)	Milhões de trabalhadores	Percentual
mais de 20	0,6	1,3
de 10 a 20	1,2	2,8
de 5 a 10	2,9	6,7
de 3 a 5	4,4	10,2
de 2 a 3	5,1	11,8
de 1 a 2	12,2	28,2
de 1/2 a 1	8,6	19,9
atê 1/2	5,1	11,8
sem rendimentos	3,2	7,3
T O T A L	43,3	100,0

Fonte: Revista VEJA, nº 968 de 20/01/82.

- a existência de grandes extensões de terra com titulação irregular, ocupadas desde o início do século por posseiros;
- a multiplicação de loteamentos de alto luxo em vários lugares, no interior da área de titulação irregular;
- elevação da renda da terra urbana a níveis não compatíveis com o poder aquisitivo das classes populares em grandes áreas do município provocada pela especulação imobiliária;

Deduz-se pois que as áreas de posse nas quais a mercantilização das benfeitorias (habitações e plantações) é feita não com escrituras de compra e venda e sim mediante recibos (instrumento particular de cessão da posse), sem valor pleno em juízo não são as mais propícias para a instauração de loteamentos periféricos, mesmo de tipo clandestino. Não é tarefa fácil convencer todos os posseiros de uma área a "vender" suas posses. No entanto, quando se trata de grandes empreendimentos imobiliários, com vultosas somas de capital em jogo, indeniza-se posseiros, compra-se terrenos ou simplesmente os expulsa e recorrendo-se à influência econômica, "legaliza" a terra e os condomínios fechados, de alto luxo, se enquistam, alternadamente, no espaço periférico do município. Este procedimento contribui para encarecer, aceleradamente, os preços da terra urbana como um todo, produzindo uma exclusão "natural" (não judicial) dos posseiros da região.

Há também áreas vazias, retidas, socialmente ociosas, à espera de valorização maior a que se refere Kowarick (Kowarick,

1982 - p. 41), particularmente perceptíveis nas franjas mais externas do município e nas proximidades do mar<sup>4</sup>.

Contrariando o padrão de produção do espaço urbano, altamente segregado no bojo de uma periferização/metropolização tutelado pelo Estado como é o caso da Grande São Paulo, neste município de Niterói o processo se apresenta com algumas especificidades.

Não obstante as observações anteriores, na franja externa do "centro" da cidade, seguindo todos os trâmites a que se refere Chinelli<sup>5</sup>, vários loteamentos têm sido implementados<sup>6</sup>. Caracterizam-se eles pela mercantilização do lote e pela frequência da auto-construção, além, obviamente, de uma carência generalizada de infraestrutura urbana que acaba por homogeneizá-los quanto à composição social dos seus moradores. E a periferização nesta cidade se acresce de outra particularidade - os bairros de invasão - onde os outrora posseiros rurais se metamorfoseiam e se transformam em posseiros urbanos. Estes bairros diferenciam-se das favelas principalmente pelo uso do solo, pois desse ponto de vista, todo desenho urbano é de bairro periférico e não de favela. Os lotes são formalmente demarcados e no interior de um mesmo lote são construídas mais de

É o caso dos locais como Baldeador, Maria Paula, Paciência, Rio do Ouro, Matapaca, Mar-à-Vista/Várzea das Moças etc. além da orla marítima, em cujos trechos se encontram terras destinadas à reserva de valor, além, obviamente, de extensas áreas de posse.

<sup>5</sup> Sobre os processos de loteamentos ver em Filipina Chinelli - "Os Loteamentos de Periferia", In: *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, 1980, Zahar.

<sup>6</sup> Os casos mais expressivos na área de Pendotiba são os loteamentos que deram origem aos bairros de Ititioca, Capim Melado, Atalaia e Maciô entre outros. Na Zona Norte há outros bairros desse gênero, porém com algumas nuances que os distinguem como a Engenhoca, Teixeira de Freitas e Santa Bárbara para listar só alguns.

Quadro III.2 - O poder aquisitivo do salário mínimo de 1964-81.

G Ê N E R O S	UNIDADE	CUSTOS EM MINUTOS DE TRABALHO				
		A N O S				
		1964	1971	1974	1979	1981*
1. Açúcar em pó	1 kg	40	61	59	48	79
2. Arroz (tipo médio)	1 kg	41	128	150	77	90
3. Batata-inglesa	1 kg	26	64	92	57	112
4. Banha	1 kg	171	256	383	228	148
5. Café em pó	1 kg	46	288	506	433	591
6. Carne seca (charque)	1 kg	223	448	651	408	666
7. Carne fresca	1 kg	188	320	536	324	540
8. Cebola	1 kg	46	96	52	76	50
9. Farinha de mandioca	1 kg	23	64	72	70	142
10. Feijão preto	1 kg	53	154	140	82	199
11. Frutas nacionais	1 kg	37	77	139	76	112
12. Leite em pó (1l de 450 gr)	1	129	223	260	312	307
13. Leite (in natura)	1 l	27	42	65	39	67
14. Legumes	1 kg	37	77	107	82	104
15. Macarrão (qualidade média)	1 kg	49	147	184	64	107
16. Ovos (tam. médio)	1 dz	80	115	153	134	149
17. Manteiga	1 kg	343	737	651	306	597
18. Peixe fresco (qualid. média)	1 kg	103	224	383	255	311
19. Queijo tipo prato	1 kg	286	397	727	567	808
20. Sal refinado	1 kg	26	32	34	22	27
<b>TOTAL EM MINUTOS DE TRABALHO</b>		<b>1974</b>	<b>3950</b>	<b>5344</b>	<b>3660</b>	<b>5206</b>

Fonte: Jornal do Brasil (caderno B) - 06/02/82  
\* até fevereiro

uma habitação que são alugadas para parentes ou amigos. Muitas vezes defronta-se com o discurso da cessão. Os filhos que casam vão pedindo permissão para construir suas casas (geralmente barracos muito precários) no lote dos pais. Nem sempre os filhos pagam aluguel aos pais, porém contribuem com alguma quantia em dinheiro a título de ajuda. Formam-se assim teias de relações, onde se confundem ajuda mútua e estratégia de sobrevivência.

A teoria da pauperização absoluta de forma generalizada não se transpõe para o exame do caso de Niterói, pois o acréscimo demográfico que se verifica nos anos 70 se traduz também pela multiplicação de muitos bairros de classe média.

No entanto, um registro metodológico não pode ser desprezado. O processo de pauperização absoluta ou relativa e a correspondente espoliação urbana de Lúcio Kowarick está remetida à complexa teia de urbanização da Grande São Paulo, sem a preocupação de qualquer recorte espacial no âmbito administrativo. Nesses termos, o menor índice de periferização anteriormente registrado em Niterói encontra uma contrapartida significativa no vizinho município-cidade de São Gonçalo, com o qual, somados, fisicamente, contíguos (conurbados) formam uma aglomeração contínua de mais de um milhão de habitantes. A multiplicação dos bairros periféricos nos termos anteriormente descritos processa-se na franja externa dessa extensa área conurbada, com localização menos privilegiada em relação à área central da RMRJ.

Sem negligenciar a relevância das condições extremamente precárias da reprodução da força de trabalho nos bairros populares de Niterói, locais nos quais os movimentos associati-

vos têm-se originado com vistas a enfrentar e travar lutas reivindicativas, há uma outra vertente explicativa da gênese do renascimento das lutas populares no final dos anos 70, qual seja, a crise do "milagre". A fase conhecida como a do Milagre Brasileiro chegava ao seu esgotamento após ter propiciado alguns anos de bonança para a classe média e esta, rompendo as amarras impostas à sociedade pelo regime autoritário, começa a denunciar a erosão progressiva do seu poder aquisitivo e a reivindicar a recuperação de suas perdas.

Paralelamente ao aprofundamento da pobreza das camadas mais pobres, a classe média urbana empobrece também. Não raro estas famílias eram forçadas a se desfazer do segundo carro, transferir seus filhos de escolas particulares para escolas públicas, além do ingresso de um maior número de mulheres na força de trabalho.

Em Niterói os anos do Milagre foram marcados por um surto imobiliário sem precedentes, com a proliferação do comércio de materiais de construção e a "invasão" de grandes empresas imobiliárias que acabaram substituindo outras menores e mais tradicionais que atuavam na praça. Os bairros da Zona Sul foram os mais procurados e centenas de edifícios foram construídos nesse período, introduzindo, inclusive um tipo de arquitetura mais moderna: prédios com varandas, com piscinas, usando fachadas e materiais mais sofisticados. O SFH (Sistema Financeiro de Habitação) incentivava e sustentava o dinamismo desse mercado, enquanto que a AEMIN (Associação de Empresas do Mercado Imobiliário) advogava a tese da restrição à construção de habitação de interesse social (financiada pelo BNH) no município, devido à escassez de espaço "adequado" a esse tipo de

construções e visando preservar as características anteriores da cidade, predominantemente com bairros de classe média. A rigor, essa restrição correspondia ao interesse do capital imobiliário em reproduzir vantajosamente em Niterói padrões habitacionais dos bairros de classe média do então vizinho Estado da Guanabara.

A eleição do Sr. Moreira Franco à Prefeitura Municipal acabaria legitimando e legalizando tais postulados, mediante um conjunto de normas e regras destinadas a legislar sobre o uso do solo no município.

O modelo econômico assim concebido culminou com a realização autoritária da fusão entre o antigo Estado do Rio de Janeiro, de fortes tradições rurais com presença marcante no aparelho de Estado das oligarquias mais expressivas. A fusão provocou uma ruptura nesse sistema de poder até então cristalizado nessa parte da Baía da Guanabara, à revelia e por cima do poder local que, mesmo discordando da medida, não esboçou reação mais visível. Ao contrário, a sociedade civil manifestou mais claramente seu descontentamento, não chegando, no entanto, a influenciar o curso da história.

Esvaziada a cidade do seu papel de capital e se debatendo em busca de uma nova identidade, com um governo municipal procurando auscultar a população quanto às alternativas para o desenvolvimento nesta conjuntura, ouvindo desde as classes empresariais em geral até as associações de moradores, começa-se a sentir o prenúncio do esgotamento do Milagre, cuja racionalidade havia apontado para a fusão e a construção da Ponte Rio-Niterói.

Instalada a crise, outro tipo de movimento espacial se

redefine. Mutuários impossibilitados de continuar pagando as prestações do SFH, repassam os contratos e vão à periferia em busca de condições mais econômicas de moradia, pois uma casa em Pendotiba ou Piratininga, afinal, era mais barata do que um apartamento de igual dimensão ou mesmo menor, em Icaraí. A classe média vai deixando Icaraí ou Boa Viagem, indo para a periferia ou para bairros da Zona Norte, enquanto outros grupos sociais, procedentes do Rio ou do interior do Estado, de rendas mais elevadas, vão ocupando Icaraí e adjacências. É o rearranjo espacial dos diferentes estratos sociais ao sabor das mudanças conjunturais, em cujo movimento vão se perdendo certas relações de parentesco (nepotismo) que haviam marcado a gestão do aparelho de Estado tanto a nível estadual como municipal, já que havia forte superposição de ambos.

No que se refere aos movimentos sociais talvez não seja exagerado pensar que, em Niterói o populismo de Vargas encontrou campo fértil de reprodução na família do atual Senador Amaral Peixoto (genro de Vargas e sogro de Moreira Franco). A política populista mais exagerada em certos momentos e mais atenuado em outros, certamente dificultou a emergência de formas de organização popular que questionassem o Estado.

Mais tarde, com a instauração do regime militar, por outras formas e mecanismos de controle político, novamente a sociedade civil tem dificuldade de se organizar, o que só começa a mudar com a eclosão da crise do Milagre.

As camadas populares e os segmentos médios urbanos começam a ocupar a cena política. Campanhas nacionais pela "Anistia", o movimento contra a carestia perspassam o país. Paralelamente despontam movimento de mães, de mulheres, de morado-

res, de minorias, das CEBs. O alvo, mesmo de forma difusa, é o Estado.

Uma das formas privilegiadas nessa teia, que começa a ser tecida pela sociedade em movimento, é a das associações de moradores, ou de movimento associativo de bairro, que renasce e se redefine em novas bases.

Na cidade do Rio de Janeiro onde esse movimento tem sido mais expressivo, surgiram 166 associações de moradores entre 1979-81, contra apenas 150 no espaço dos quinze anos que antecederam (1964-78)<sup>7</sup>. Estes dados dão a dimensão da profunda correlação existente entre a crise do Milagre, o reaparecimento<sup>8</sup> dos movimentos sociais e o início da descompressão do regime autoritário.

Em Niterói, similarmente, a retomada dessa forma associativa deu-se a partir de 1978/9, com a eclosão do movimento reivindicativo dos moradores de Pendotiba (UNAMPPI) e irradiou-se por outros bairros, tanto de periferias como de favelas<sup>9</sup>. Nesses bairros, economicamente desprestigiados e socialmente discriminados, essas bases organizativas concretizavam uma forma de resistência coletiva. E não se pode perder de vista que

<sup>7</sup> Entre 1946 e 1964, 441 associações de moradores foram registradas em cartório, na cidade do Rio de Janeiro, assim distribuídas:

<u>Período</u>	<u>Nºs absolutos</u>	<u>%</u>
1946-63	125	28,3
1964-68	70	15,9
1969-73	47	10,7
1974-78	33	7,5
1979-81	166	37,6

Fonte: Sérgio Pechman; op. cit. (adaptado)

<sup>8</sup> Reaparecimento no sentido de que o movimento associativo de bairro data dos anos 40, tendo se desarticulado com o movimento militar de 64.

<sup>9</sup> Sobre a história do processo de formação da UNAMPPI ver sub-item 1. do capítulo IV.

é no local de moradia que se dá a mediação entre o trabalhador/morador, não se devendo descartar a possibilidade de uma potencial e real solidariedade e articulação entre o movimento sindical e o movimento associativo de bairro<sup>10</sup>.

Há a acrescentar ainda que, em países onde a taxa de desemprego é alta como no Brasil, contingentes importantes de sua população em idade ativa ficam fora do mercado formal de trabalho, e o movimento sindical não pode representá-las. Neste contexto, os movimentos associativos de moradores assumem um papel relevante como canal de expressão, quando não o único, para tais segmentos sociais. Suas reivindicações maiores estão centradas nos elementos de subsistência imediata.

Enquanto isso as associações de bairros de classe média empunham mais frequentemente como bandeiras de luta, a defesa da ecologia, a regulamentação do gabarito via interferência no código de obras da prefeitura municipal ou a maior segurança do cidadão pelo reforço do aparato policial para conter a violência urbana. Postulam também a manutenção das condições de vida até então conquistadas. Participam de lutas reivindicativas e políticas mais gerais como foi o caso do movimento contra a carestia, o movimento dos mutuários contra as arbitrariedades do Sistema Financeiro da Habitação acionando, judicialmente, o BNH, ou protagonizam campanhas como a das eleições "Diretas-Já" e tantas outras que tem sacudido a sociedade brasileira nos últimos anos.

<sup>10</sup> Nesse sentido vale lembrar uma das formas de organização das greves dos metalúrgicos de São Bernardo (SP) de 1980/81, ainda fortemente reprimidas pelas forças policiais e militares. O apoio logístico prestado pelos moradores em geral e pelas mulheres em particular, foi muito destacado pela imprensa (alternativa) da época.

Explicadas em linhas gerais as forças propulsoras do re nascimento das associações de moradores, compete tentar identi ficar o que há de novo nesse movimento ressurgido após quase duas décadas de regime político autoritário, sob cuja vigência os movimentos sociais foram atrofiados. Diferentemente das as sociações que funcionaram antes de 64, as atuais entidades, resgatadas do confinamento ou criadas onde até então não havia sequer formas embrionárias de organização, contam com:

- ausência quase total dos militares (da ativa ou da re serva) que predominaram largamente nas diretorias até o final dos anos 50;
- presença numerosa de mulheres e de jovens;
- uma postura político ideológica contra as institui ções do estado autoritário;
- uma busca deliberada de articulações horizontais, em bases institucionais - criação de entidades federati vas - que tem assegurado uma sustentação mais sólida à sobrevivência do próprio movimento.

O novo nesta fase é também o espaço urbano brasileiro que se organiza em extensas áreas metropolitanas, onde milha res e milhões de indivíduos disputam sua sobrevivência frequen temente em favelas e nos bairros periféricos. O novo também é o aprofundamento da divisão social do trabalho entre campo e cidades; entre a classe capitalista e a assalariada; entre o capital financeiro e o industrial, enfim, é a agudização das contradições da sociedade como um todo que encontram no quadro das áreas urbano-metropolitanas e seu "locus" privilegiado de expressão. O novo se encontra no aparelho de Estado capturado pela burguesia internacional associada, descolado e apartado

da nação intervindo com mãos pesadas na evolução da urbanização através de múltiplas políticas públicas, dentre as quais, uma das mais sentidas é a do financiamento à habitação. E o novo finalmente é também o levantar-se e o por-se em movimento, embora de maneira bastante tímida, das classes populares questionando as políticas públicas, a política e o planejamento urbano, questionando em última instância, o poder do Estado.

## 2. A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DE BAIRRO EM NITERÓI

Nesta cidade, o movimento associativo de bairro data de muitos anos e um dos mais antigos de que se tem conhecimento é o da Ilha da Conceição, fundado em 1958 - o CPMIC (Centro Pró-Melhoramento da Ilha da Conceição). Assim como o CPMIC, outros movimentos se organizaram no final dos anos 50 e início do decênio seguinte à época em que grandes fluxos migratórios, procedentes do campo, são premidos a se fixarem nas favelas e nas periferias, vendendo sua força de trabalho para os setores de mais baixa produtividade como o da construção civil. "Constitui-se, desse modo, um subproletariado, que subsiste mediante a venda diária de sua força de trabalho, sem usufruir das garantias de legislação trabalhista, que constitui parte integrante do custo de reprodução da força de trabalho 'normal' do proletariado urbano"<sup>11</sup>.

Em 1950 a população urbana do País era de 36% do total, tendo atingido respectivamente 45% e 56% em 1960 e 1970<sup>12</sup>. A transformação estrutural experimentada pela economia brasilei-

<sup>11</sup> P. Singer. "Estudos sobre a população brasileira", in *Cadernos CEBRAP* nº 20, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974.

<sup>12</sup> IBGE - Censos demográficos.

ra no final dos anos 50 com a introdução significativa de indústrias de bens intermediários e de bens de capital provoca, simultaneamente, o crescimento urbano, industrial e da pobreza. Para fazer frente à degradação das condições de vida os usuários da cidade começam a denunciá-la e procurar estratégias de defesa. Surgem, nesse contexto, o movimento de bairro, mais cedo em alguns lugares, mais tardiamente em outros<sup>13</sup>.

Em Niterói, apesar dos primeiros movimentos datarem de fins dos anos 50, a instauração do regime militar em 1964 com todo o seu aparato repressivo contra as formas de organização popular, significou o fechamento da maioria dos centros pró-melhoramentos. Dos que sobreviveram tanto o da Ilha da Conceição como o de Santa Rosa mudaram de conteúdo - o primeiro foi cooptado pelo aparelho de Estado e o segundo transformou-se em clube recreativo.

O movimento associativo retoma novo impulso na conjuntura que marca a descompressão do regime militar no final dos anos 70 e é essa trajetória da retomada que será registrada do ravante, na ordem da descoberta.

A primeira manifestação, embora induzida, que merece registro, é a participação popular em resposta ao chamamento da então Coordenadoria de Planejamento da prefeitura municipal, entre agosto e outubro de 1975, que desejava ouvir a comunidade, através de suas lideranças, "para estudos e debates sobre problemas da cidade, definição das condições básicas para

<sup>13</sup> Em São Paulo a primeira entidade data de 1934 - a Sociedade de Amigos da Cidade (SAC) que se transforma em Sociedades de Amigos de Bairro no final dos anos 30 (SABs). A SAC surgiu por iniciativa de profissionais liberais e de figuras da "aristocracia paulistana" preocupadas em "controlar" o crescimento rápido da cidade.

o desenvolvimento da comunidade e elaboração de sugestões e preposições (...)" (PMN/UFF-SENIDE, 1975 - p. I).

A fusão autoritária dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, concretizada pela Lei Complementar nº 20 de 19/7/74, e a conseqüente transferência de muitas das instituições públicas de Niterói para a cidade do Rio de Janeiro, provocou um impacto sobre esta cidade traduzido pelo vazio sobretudo de poder que aqui se abateu. Nessa conjuntura, a prefeitura, em convênio com a UFF, toma a iniciativa de elaborar um plano de desenvolvimento urbano precedido pelo SENIDE (Seminário Niteroiense de Desenvolvimento). Embora intelectuais e representantes das classes patronais fossem predominantes, mobilizados por vereadores, vários moradores de comunidades carentes compareceram e ofereceram múltiplas contribuições ao debate. Ultrapassando o limiar da simples emissão de opinião, algumas vezes se uniram e desencadearam uma série de questionamentos concretos quanto à discriminação espacial adotada pela PMN no que se referia à realização de obras, pois a previsão de gastos públicos com as mesmas estavam claramente concentrados nos bairros com população de maior poder aquisitivo em detrimento daqueles de população carente. Na condição de moradores, explicitavam pois as contradições de classe existentes na sociedade e ratificadas pelo poder público. Este acabou realizando grandes obras de renovação urbana em Icaraí e Piratininga, dois dos bairros que estavam sendo valorizados pelas construções imobiliárias para segmentos de classe média e alta, nos anos 70.

Embora desarticuladas as forças populares deram um grito de alerta durante o SENIDE, manifestando o seu desacordo quanto às formas de apropriação do espaço urbano em curso.

Entre 1978 e 79, sob a chancela da UFF, novamente em convênio com a PMN, realizou-se uma pesquisa sobre a habitação popular em Niterói. Naquela ocasião, alguns grupos organizados e mobilizados de moradores foram convidados a participar dos seminários intermediários de avaliação. Líderes de algumas associações de moradores de periferia e da FAFERJ (Federação de Associações de Moradores de Favela do Estado do Rio de Janeiro) participaram de mesas redondas e de debates que transcendiam a temática da habitação e percorriam a seara dos meios de consumo coletivo, cada dia mais escassos para as populações de baixa renda. Um dos reiterados reclames se referia aos transportes. Estes representantes comunitários estavam denunciando as suas condições objetivas de vida muito precária e delimitando seus interlocutores: o Estado em suas diferentes esferas, e o capital privado - as empresas de ônibus. O legislativo que deveria ser um canal legítimo de representação da população, não era sequer lembrado pelos reivindicantes.

Por localizar-se longe da área central de Niterói e do Rio de Janeiro, onde parte dessa população trabalha, os transportes coletivos ocupavam, como ocupam até hoje, um papel fundamental para toda a periferia norte e leste. No entanto, na zona leste a ineficácia desse serviço era mais sentida e é em torno dessa temática e nessa área geográfica que se organiza a primeira grande luta popular que ocuparia o cenário político do município por muitos meses, marcando o renascimento dos movimentos sociais urbanos com novo potencial reivindicatório. Trata-se da luta pelos transportes coletivos levada a efeito pelos moradores-usuários da vasta região de Pendotiba com momentos memoráveis de mobilização que fez transbordar efeitos

para outras lutas reivindicativas. Assim, lutas pelo direito à posse da terra, pelo direito a não conviver com a lixeira municipal, contra arbitrariedades do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) contra a carestia e várias outras ocupariam o cenário da cidade nos últimos anos da década de 70 e início desta.

## IV

### ESTUDOS DE CASOS

A necessidade de se testar, a nível concreto (o da prática política) alguns conceitos teóricos anteriormente explicitados (o da prática teórica) explica o registro dos estudos de casos constitutivos deste capítulo. Eles foram selecionados levando em consideração algumas especificidades.

O pioneirismo da mobilização/ação em torno da luta pela melhoria dos transportes coletivos, reforçada, mais tarde, por outras igualmente relevantes, justificam a escolha de Pendotiba como o primeiro caso. Além do corte temporal, a ampla base social e territorial desse movimento é outro indicador que reforça a sua inclusão como carro-chefe no rol dos estudos de casos. Por aglutinar usuários de vários sub-bairros esta luta propiciou a formação simultânea de um movimento federativo, coordenador e centralizador de âmbito regional: a UNAMPPI (União das Associações de Moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipu).

Localizado no interior do espaço territorial mobilizado pela UNAMPPI, Jacaré é um sub-bairro de ocupação nitidamente favelada. Suas características mais marcantes são a elevada densidade demográfica devido à proximidade das três centenas de habitações e a ação judicial de despejo que pesa sobre esses moradores. Um elevado grau de mobilização e de organizaçã

interna é outro fator que contribui na escolha desse caso, além, finalmente, de um forte caráter vanguardista do seu núcleo avançado que dita a direção política da sua principal bandeira de luta: a posse da terra.

Igualmente localizado na área de atuação da UNAMPPI, o bairro de Ititioca possui uma associação de moradores que tem sua história contemporânea à da formação da própria UNAMPPI. Essa associação foi escolhida porque mobiliza um bairro de assentamento tipicamente periférico e se trata de um dos pouquíssimos casos de associação, cuja origem se deve, pelo menos em parte, ao trabalho pastoral da Igreja Católica. A principal luta aí travada é a da posse da terra, pois embora os moradores tenham comprado e pago todas as prestações, a inexistência da documentação definitiva não lhes assegura a propriedade de direito.

Além dessa luta, que é muito extensa em outros locais do município, os moradores da Ititioca vêm reivindicando também um telefone público à TELERJ, pois a comunicação com a cidade é precária. Outra reivindicação muito enfatizada é a melhoria da segurança pois os moradores não gozam da tranqüilidade necessária para o ir e o vir de suas casas até os eixos de circulação.

Viçoso Jardim é outro bairro de características bem marcadas, mas tem a nuance de estar em fase de transformação e foi selecionado em virtude da luta vitoriosa que a surgente associação de moradores travou pela desativação da lixeira municipal. Neste caso, o Prefeito acabou atendendo o clamor dessa comunidade, o que fortalece, desde o nascedouro, as principais ou a principal liderança do bairro - Snra. Edith Homem de Melo.

A seguir será distinguida a organização dos moradores da Ilha da Conceição através do Centro Pró-Melhoramentos. Localizada na zona norte da cidade, de ocupação muito antiga, sua principal especificidade é o caráter proletário da sua ocupação. A Ilha é um dos poucos locais com tradição operária em Niterói. A pesca foi também importante, mas se encontra praticamente extinta nos dias atuais.

Também na Ilha da Conceição o móvel principal da mobilização é a posse da terra, porém com características distintas do que ocorre na área de Pendotiba/Piratininga. Outro aspecto que influencia a sua inclusão nos casos estudados é o da sua antigüidade. Trata-se do único movimento que, embora tenha-se descaracterizado pelo meio do caminho, sobreviveu desde 1958 sem fechar as portas. Alguns dos pioneiros da fundação do Centro Pró-Melhoramentos continuam morando na Ilha até os anos 80 e, há quase dez anos, são novamente dirigentes da entidade.

A seguir serão examinadas certas peculiaridades presentes nas formas de organização e de mobilização nos bairros de classe média. Nesse aspecto o bairro de Icaraí parece sintetizar a média dos procedimentos presentes nas experiências mobilizatórias desse segmento social. Por essa e por outras razões o movimento de Icaraí encerra o rol dos estudos de casos. Este bairro é o mais populoso da cidade, conseqüência do mais alto índice de verticalização e de densificação construtiva. A sua associação de moradores sofre as mesmas limitações de representatividade e enfrenta os mesmos problemas da média das associações similares.

Ao término desses relatos tentar-se-á identificar pontos de convergência (o semelhante, o parecido e portanto ge-

ral) entre as diversas experiências estudadas/vivenciadas. Ao mesmo tempo as diferenças mais marcantes (o específico) detectadas também serão evidenciadas, procurando averiguar se tais diferenças revelam ou não a presença do conteúdo de classe de que reveste tal movimento associativo de bairro.

#### 1. O CASO DA PERIFERIA DE PENDOTIBA

Pendotiba significa em termos espaciais o "interior" do município de Niterói, cobrindo pouco menos de cinquenta por cento da superfície municipal e até meados da década de 60 representou o principal estoque de terras, não ocupado, desprovido de infraestrutura urbana e aguardando valorização. O uso da terra era marcado até então por atividades rurais praticadas em pequenas unidades de produção, sobretudo de cultivos de subsistência. Ao lado dessas "propriedades" rurais desenvolviam-se sítios de fim de semana mantidos por segmentos sociais tipicamente urbanos.

No final dos anos 60 e início dos 70 começa a se intensificar o processo de loteamento da área e a conseqüente ocupação por famílias de classe média e classe média alta, acompanhada, de perto, pelo aumento da favelização como se depreende dos dados do Quadro II.7. Estes indicam que, entre 1971 e 77, a população favelada do município cresceu vinte e duas vezes, enquanto a da área de Pendotiba cresceu trinta e cinco vezes.

O assentamento em caráter permanente de famílias de classe média e alta em alguns condomínios fechados e "jardins", aliado ao crescimento populacional de um modo geral nessa área aumenta a demanda por serviços urbanos, a começar pela melhoria dos transportes coletivos, devido à sua distante localiza-

ção geográfica em relação a Niterói (como é chamada a área central da cidade). O acentuado isolamento em que vivia a população local podia ser percebido até os anos 60 pelo tipo de serviços que prestavam os ônibus que faziam o percurso Centro-Pendotiba: transporte de passageiros sim, mas também de malotes, de carga (pequena) e até de pessoas enfermas - uma forma de organização artesanal desse serviço compatível com uma forma de vida também artesanal, muito pronunciada ainda na região. Ao mesmo tempo, a organização artesanal se associava a uma monopolização exercida pela empresa de transportes, já que ela substituía outros tipos de prestadores de serviços, além de não admitir a entrada de, outras empresas congêneres que poderiam melhorar o atendimento aos passageiros.

Os anos 70 assistem à "modernização" da cidade de Niterói com rebatimento espacial na periferia que começa a romper com padrões "tradicionais" de acesso aos bens e serviços de consumo coletivo, traduzido pelo desencadeamento da luta pelos transportes o que faz emergir novas formas de relação com o Poder Público, passando rapidamente da petição à exigência. Verifica-se a politização dos conflitos que alcançam uma grande visibilidade pública.

### 1.1. A LUTA PELOS TRANSPORTES COLETIVOS

A área de Pendotiba sempre se ressentiu de um problema candente que era o da ineficácia dos transportes coletivos, pois para uma área geográfica mais ou menos extensa, com mais de uma dezena de sub-bairros, havia o monopólio de uma empresa (a Viação Pendotiba) que funcionava em condições muito precárias: ônibus velhos, sem segurança, com viagens em horários ir

regulares e utilizando motoristas despreparados. A supressão do horário do "sereno" era o que mais dificultava a vida dos moradores.

Como a maioria das vias de acesso era de chão, de tráfego incômodo, muitas linhas de ônibus não chegavam ao interior dos bairros, deixando os passageiros ao longo dos eixos principais de circulação, submetendo os usuários a longas caminhadas.

Um dos agravantes mais sérios eram os freqüentes enguiços de ônibus que acabavam por despejar seus passageiros em qualquer ponto do percurso, causando transtornos e insatisfações. Então, por volta de 1978, os usuários organizaram uma comissão que recebeu a denominação de "Comissão dos Enguiçados" a qual começou a reivindicar providências da empresa para melhorar os seus serviços. Esta constituiu-se num processo de aparente espontaneidade à saída de mais um enguiço que retirava os passageiros de um dos ônibus, à noite, após longa jornada de trabalho, à subida do Viradouro. A insatisfação e a revolta suportada por muitos anos começou a ser verbalizada sob a iniciativa de alguns passageiros. A receptividade foi muito grande e após uma breve troca de idéias, em pé, junto do ônibus enguiçado, marcam uma primeira reunião formal na casa de um morador para sistematizar a discussão<sup>1</sup>. O recinto da reunião foi invadido pela polícia que buscava a "cabeça" do movimento. Na falta da "cabeça", todos se consideraram presos dando origem a um fato político, amplamente capitalizado no seu nas-

<sup>1</sup> A primeira reunião compareceram mais de vinte moradores convidados por uns e por outros e no decorrer da discussão começaram a despontar as lideranças que assumiriam, rapidamente, a direção do trabalho.

cedouro e começando por desgastar o poder do prefeito que defendia os interesses da classe dos proprietários de empresas de ônibus. Novas reuniões tornavam necessárias e

*Este processo exigia existência de um núcleo avançado, mais ou menos formal, que tome iniciativas, de um instrumento com poder de convocatória e representatividade (associações de vizinhos, por exemplo) que reúna a população e de um ou vários atos coletivos (assembléias) que cristalizem a manifestação da reivindicação e a decisão da ação<sup>2</sup>.*

Esse núcleo avançado a que se refere Jordi Borja passou a constituir-se informalmente pelo conjunto de moradores que demonstravam maior disposição para conduzir a luta reivindicativa e que assumiam encargos de organização do trabalho, tendo-se destacado o jornalista Benoni Alencar Pereira e o professor Valmir Garcia da Silva, ambos de origem pobre<sup>3</sup>.

O núcleo avançado desse movimento surgente não era certamente o partido, como considera Castells (Castells, 1976 - p. 105), mas alguns moradores que começaram a expressar forças políticas sem contornos institucionais explícitos (MDB, partidos clandestinos, CEBs ou outros), mas um conjunto de concepções

<sup>2</sup> BORJA, Jordi. Op. cit. p. 16.

<sup>3</sup> Os principais líderes que se destacaram durante esse movimento à época foram: a) Benoni Alencar Pereira - morador do bairro de Matapaca, jornalista, mais tarde militante do PT, com tradição de luta em outros movimentos sociais; b) Valmir Garcia da Silva, morador do bairro de Maceió, professor de ensino secundário, pertencente a tradicional família "PTBista" e mais tarde filiado ao PDT; c) Diógenes Ribeiro de Mendonça, residente em Matapaca, aposentado, com tradição de militância partidária progressista (Partido Republicano Trabalhista) e em movimento associativo também (Centro Pró-Soerguimento de Pendotiba, no início dos anos 60). Posteriormente filiou-se ao PDS; d) Cláudio Alencar, morador em Vila Progresso há pouco tempo, médico do Posto de Saúde local, mais tarde filiado ao PT; e) Jeová Um belino Freire, morador do Badú, mais tarde filiado ao PDS; b) Sebastião Pereira, operário, com militância anterior em movimento da Igreja Católica; g) Jorge Acaraú, pedreiro, analfabeto, com militância em movimento de favelado (Rocinha), antes de vir para Niterói.

políticas, de métodos e de propostas acerca de como travar a luta.

Não se pode perder de vista que o núcleo avançado em questão não gozava de homogeneidade interna, pois em alguns pontos as posições eram até conflitantes. Apesar disso, buscou-se definir objetivos comuns que assegurassem o encaminhamento da luta e o fortalecimento da organização.

As contradições em torno da oferta e demanda pelos serviços de transportes já estavam latentes há muito tempo, mas os movimentos sociais não ocorrem como resposta mecânica às contradições, ficando na dependência de uma mediação a ser feita por agentes sociais (seja da sociedade civil, do Estado ou os próprios protagonistas) que transformam aquela contradição em problema social (Machado & Ziccardi, 1979 - p. 11).

Na luta ora em exame devem ser destacados os papéis de dois médicos<sup>4</sup>, de algumas assistentes sociais, de um padre na Ititioca e agentes comunitários leigos que vinham há um ou dois anos realizando trabalho de conscientização com a comunidade. A má qualidade dos transportes, frequentemente, já havia sido discutida nesses pequenos círculos de reflexão. A formação da Comissão dos Enguiçados e as sucessivas reuniões para organização da luta é, em parte, decorrente daquele trabalho anterior de conscientização. Pode-se dizer que os "agentes externos" anteriormente mencionados e as lideranças que despontaram no movimento, desempenharam a função de agentes sociais a que se re

<sup>4</sup> Cláudio Alencar, médico do Posto de Saúde do Largo da Batalha e Werneck, do Sub-posto de Saúde da Ititioca, ambos integrantes do "projeto comunitário de saúde" da Secretaria Municipal de Saúde na curta gestão do médico Hugo Tomasini. Este foi destituído do cargo quando da mudança partidária do prefeito Wellington Moreira Franco para o PDS (1980).

ferem Machado & Ziccardi, e, uns mais outros menos, dependendo da correlação de forças, acabaram imprimindo a direção política ao movimento nascente.

Renascia assim o movimento de bairro em Pendotiba. Diz-se renascia, porque no início dos anos 60 experiência semelhante havia sido vivenciada, embora com abrangência territorial, social e política de menor significação. Entre 1960 e 64 e formado basicamente por moradores do Largo da Batalha e do Badu, funcionou o Centro Pró-Melhoramentos de Pendotiba, cujo presidente desempenhava a função de cabo eleitoral de candidatos do PSP (Partido Social Progressista). O referido Centro dizia-se apolítico, mas não passava de um órgão de clientela política - uma correia de transmissão do partido no bairro - que trocava votos pela obtenção de algumas vantagens. Esse Centro não se interessava em mobilizar muitos moradores e não travava lutas reivindicativas. O grupo com pouco mais de dez pessoas, todas de classe média baixa, mantinha-se fechado em si mesmo em comunicação direta com os políticos.

Durante o curto período de sua existência, surgiu uma dissidência que se chamou Centro Pró-Soerguimento de Pendotiba, constituído, desde o início por mais de trinta moradores. A especificidade desse novo centro foi a tentativa de desvinculação da tutela político-partidária, procurando firmar sua autonomia. Integrava o grupo dissidente o Sr. Diógenes R. de Mendonça, figura de destaque no núcleo avançado do atual movimento pelo transporte e que, nos anos 50 havia se candidatado a vereador pelo Partido Republicano Trabalhista. Sobre esse Centro dissidente assim se refere Michel Misse:

*Reunia cerca de trinta associados e conseguiu, sem recorrer à mobilização, mas apenas aos contatos entre diretores e administradores públicos uma série de melhoramentos para o bairro (...). Segundo os depoimentos colhidos, os Centros acabaram em 1964 sem que houvesse qualquer pressão direta. Acabou a animação, acabou o interesse... Cassa daqui, cassa dali, prisões, a apreensão se espalhou, ninguém se interessou em continuar nos Centros.*<sup>5</sup>

No caso do Centro Prô-Melhoramentos criado em 1959, percebe-se que o objetivo era obter melhorias para o bairro para o que se recorria abertamente, ao esquema da clientela política. Quanto ao outro centro, pelo menos na explicação de um dos seus expoentes da época, deveria ser apolítico; uma entidade neutra, isenta etc. O objetivo era o de obter melhorias para a comunidade, como de fato conseguiu. No entanto é indispensável detectar a contradição manifesta quando o depoente afirma que todas as melhorias foram obtidas não pela via da mobilização, mas pelos contatos entre diretores (da associação) e administradores públicos. A dissidência que discordava da prática clientelista do primeiro centro parece reproduzi-la, "in totum" no novo Centro.

Na fase recente nos fins dos anos 70, a partir da "Comissão dos Enguiçados" que permitiu a fixação de um "núcleo avançado", várias reivindicações começaram a animar os movimentos sociais de Pendotiba. O primeiro foi, sem dúvida, aquele que tinha por objetivo imediato quebrar o monopólio da Viação Pendotiba, monopólio este que vinha de longos anos. A luta se desdobrava por linhas e, conseqüentemente, por sub-áreas dentro de Pendotiba.

<sup>5</sup> MISSE, Michel - OBSTÁCULOS POLÍTICOS À AÇÃO COLETIVA: A experiência recente na organização das associações de bairro de Pendotiba, Niterói, Mimeo. s.d.

O movimento de bairro do Maceiô foi o primeiro que, graças a sua maior mobilização conseguiu quebrar o monopólio daquela empresa, tendo conquistado a entrada de uma outra: a Viação Maceiô, esta de menor poder econômico. Sua frota era menor e passou a sofrer forte concorrência por parte da Viação Pendotiba que colocava dois ônibus seus, no trajeto, poucos minutos à frente do horário estabelecido pela empresa concorrente. Isto representava que, além dos passageiros embarcados no ponto inicial, a Viação Maceiô não tinha oportunidade de apanhar outros passageiros ao longo do percurso, com sérios prejuízos financeiros. Esse tipo de concorrência exercida pela empresa mais poderosa, colocava em risco a sobrevivência da empresa de menor porte. Nesse contexto entra o papel organizativo dos moradores do bairro (Maceiô) recomendando que senão todos, a maioria desses usuários sô tomassem os ônibus da empresa Maceiô, mesmo que isso implicasse em um tempo maior de espera. Todavia, como o bairro não possuía população suficiente para assegurar a sobrevivência da empresa menor dentro desse grau de competição, ela não resistiu e acabou saindo dali, deixando novamente o campo aberto para a empresa monopolista.

Ao nível da Área de Pendotiba como um todo continuavam a articulação e a ação da "Comissão dos Enguiçados". Apesar dos obstáculos impostos pelos poderes constituídos, as reuniões se repetiam, e o movimento se tornava cada vez mais conhecido de outros moradores. O grupo de discussão se avolumava e as questões levantadas ultrapassavam a dos transportes e começavam a cobrir um espectro maior, mais abrangente, revelando a problemática dessa periferia no seu conjunto. No entanto, numa dessas reuniões, com a participação de 105 pessoas, ficou

ratificado que o problema prioritário era o dos transportes e decidiu-se pela feitura de um abaixo assinado a ser entregue ao Prefeito Municipal. Esta autoridade foi convocada pela comunidade a comparecer no Largo da Batalha<sup>6</sup> a 4.3.1978 para receber, durante um ato público, o referido documento que havia totalizado 10.600 assinaturas. A reivindicação central era a quebra do monopólio da Viação Pendotiba.

Durante essa fase de organização do movimento com a formação de comissões diversas e de tomadas de decisão acerca de vários procedimentos destinados ao encaminhamento da luta, diferentes posições políticas começaram a aparecer e se manifestavam nas práticas. Essas diferenças estavam relacionadas com opções fundamentalmente partidárias, com posições mais radicais, de confronto com o poder local defendidas pelos simpatizantes e futuros militantes do PT. Outros defendiam a posição de soluções negociadas, sem cooptação, sem concessões que descharacterizassem o caráter popular e reivindicativo do movimento. Não faltavam também líderes que consideravam mais vantajoso para os moradores manter relações de "boa vizinhança" com o prefeito municipal para assim obter "vantagens" para o seu bairro. O "núcleo avançado" desse movimento era composto, em sua maioria, por trabalhadores do setor de serviços, sem a presença de operários.

Colocava-se a questão da democratização da Comissão dos Enguiçados que passasse pela ampliação da base social do movimento, necessidade consensualmente percebida pelo conjunto das

<sup>6</sup> O Largo da Batalha, como sugere a denominação, é um largo, com denso comércio, localizado no centro da Área de Pendotiba. É nó de entroncamento de importantes eixos de circulação e com função central em relação a todos os sub-bairros que compõem essa periferia externa de Niterói.

forças políticas aglutinadas na vanguarda (núcleo avançado). O caminho trilhado foi o de fundar uma associação de Moradores em cada sub-bairro dentro de Pendotiba e Piratininga<sup>7</sup>. Entretanto estas não se estruturaram ao mesmo tempo e nem assumiram formatos iguais já que especificidades locais passaram a permear tal processo assim como a luta pelo poder que se travava dentro do movimento como um todo, refletia fortemente em cada associação nascente. Predominava, no entanto, considerável espírito de participação em torno desse "novo" que surgia.

Na esteira desse clima mobilizador, decorrido menos de um ano da formação da "Comissão dos Enguiçados", várias Associações estavam pipocando pelos bairros e surgiu a discussão sobre como coordená-las. Era necessário uma forma de organização capaz de traduzir de maneira conjunta, os anseios dos diversos bairros. Veio a proposta da criação de uma espécie de federação de associações da Área de Pendotiba, que encaminhasse, de forma coordenada e unificada, as questões de interesse comum. As opiniões estavam divididas. Para a corrente mais moderada, por exemplo, era prematuro sair para uma federação regional. No seu entender era necessário primeiro fortalecer as bases ou seja, as Associações - organizá-las, para depois extrapolar para fora, para "cima".

Percebe-se que nesse momento aguçavam as contradições internas dentro do núcleo avançado. Uma corrente com claras tendências basistas se opondo a outra, nitidamente vanguardis-

<sup>7</sup> Entre 1979 e 82 foram constituídas associações de moradores, registradas em cartório ou não, nos seguintes locais: Maceió, Ititioca, Badu, Matapaca, Vila Progresso, Jacaré, Piratininga, Mar-à-Vista, Sapê, Cantagalo, Viradouro além de algumas organizações de ruas como a da Grota do Surucucu ou Rua Albino Pereira.

ta, disposta ao enfrentamento direto, à oposição radical contra qualquer interlocutor. As divergências se aprofundam no plano político.

Havia uma situação concreta: a luta pelos transportes já durava um ano, registrando como resultados, vitórias e derrotas.

A primeira vitória foi a volta da empresa estatal (CTC) atendendo uma linha Niterói-Largo da Batalha. Essa vitória teve um efeito de amortecimento da mobilização retratado pela redução do número de participantes às reuniões gerais que discutiam a federação. A volta da linha da CTC significava, teoricamente, uma vitória do movimento de bairro sobre a prefeitura, pela quebra do monopólio que esta havia defendido com firmeza.

As reuniões gerais que aglutinavam mais de cem militantes no início do processo federativo, pressionadas por intermináveis discussões polarizadas entre a posição eminentemente conjuntural de federação aqui e agora e aquela que envolvia um projeto histórico, uma perspectiva de prazo mais longo para o movimento, acabaram-se esvaziando. Venceu a corrente do aqui e agora, capitaneada pelos militantes do PT, e os estatutos da federação que viria a se chamar UNAMPPI (União das Associações de Moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipu) foram aprovados por uma assembléia esvaziada, com menos de trinta moradores.

Na área de Pendotiba é freqüente encontrar-se bairros de ocupação mista, isto é, onde se alternam, especialmente, grupos de moradias de classe média alta com outros das classes mais pobres. Nestes casos, a participação dos mais pobres no movimento de bairro tende a ser maior do que a dos outros. Vez

por outra, moradores de classe média e média alta explicitam que não se sentem representados pela UNAMPPI.

O bairro de Piratininga, sobretudo a parte edificada sobre a restinga, é ocupado por famílias de classe média alta que aí vem construindo casas de veraneio. A sua associação de moradores foi formada também entre 1980-81, porém, cedo, definiu um perfil diferenciado, pois o objetivo mais enfatizado era o da segurança no bairro contra ladrões. No lugar do conteúdo altamente reivindicativo que presidia a maioria das outras associações, a de Piratininga nascia sob a inspiração do instinto defensivo.

Embora tenha havido convergência entre elas por ocasião de lutas para obtenção de equipamentos urbanos de uso coletivo tais como unidades de saúde ou de escolas, as contradições de classe não tardaram a emergir como por ocasião da tentativa de remoção de posseiros (favelados?) do entorno da Lagoa de Piratininga, desejada pelos moradores de classe média. Enquanto isso, as demais associações constituídas preponderantemente por segmentos sociais de renda baixa (trabalhadores subalternos) lutaram intransigentemente pela defesa dos posseiros ameaçados.

A permanência dos posseiros no entorno da Lagoa feria os interesses da classe média porque enfeiava o bairro, desvalorizava o preço da terra e estes ainda poderiam ser marginais - aqueles que roubavam as mansões. Esta contradição de interesses de classes fez com que a associação de Piratininga fosse ficando isolada e desmobilizada.

O movimento de Pendotiba ganhava cada vez mais visibilidade social, coincidindo com o momento em que a sociedade bra-

sileira como um todo, era afetada pela instituição do multi-partidarismo<sup>8</sup> em substituição ao bi-partidarismo. Diversos militantes do movimento de bairro procuravam sua identidade partidária e a UNAMPPI começou a ser intensamente "visitada" por políticos tradicionais que compareciam para prestar solidariedade, para conhecer pormenores das lutas e também para tentar influenciar nos rumos do movimento. Coloca-se nesse momento a questão da autonomia que, a nível do discurso é quase consensual: o movimento deve ser autônomo, não devendo vincular-se ou estar a serviço de qualquer partido político, facções religiosas ou outras instituições. Mas a prática cotidiana voltaria a revelar fortes diferenças entre as diversas correntes políticas presentes. Alguns militantes da linha de frente foram cooptados pelo poder público municipal passando a receber favores pessoais e empregos na máquina da prefeitura.

A primeira diretoria da UNAMPPI tomou posse em janeiro de 1980<sup>9</sup>, ocasião em que o então prefeito municipal eleito pelo MDB em 1978, já havia mudado para o PDS (o partido que sustentou o regime militar por longos anos, e no poder até 1984). Este passa a ser instado a cumprir promessas assumidas em praça pública. A UNAMPPI reivindica ainda, dentro da luta pela quebra do monopólio da Viação Pendotiba - a quem o prefeito de

<sup>8</sup> Multi-partidarismo no sentido de que existem muitos, mas não todos.

<sup>9</sup> Para a posse da primeira diretoria da UNAMPPI foi programado um show musical, no Largo da Batalha, ao qual compareceram, gratuitamente os artistas: Chico Buarque de Holanda, João Nogueira, Carlos Cachça, Carlinhos Vergueiro, Olivia Hime, Cristina Buarque de Holanda, Silvio Cesar e outros músicos instrumentistas. Na ocasião, Chico Buarque de Holanda propôs-se a financiar um filme de curta metragem que documentasse aquela experiência de mobilização e participação popular, cujo filme veio a se chamar "Mutirão" o qual tem sido repetidas vezes projetado nas associações de moradores e também em cinematecas. O filme acabou se transformando em um importante instrumento didático.

Sobre os integrantes da primeira diretoria ver nota 15.

ve parte de sua vitória eleitoral - que a prefeitura garanta uma vitória geral na frota daquela empresa e exija o cumprimento da Lei Municipal nº 2.010 que prevê a cassação da concessão a empresas comprovadamente despreparadas para operar. Depois de muitas marchas e contra-marchas, a vitória foi feita com a participação de representantes da UNAMPPI. Uma grande vitória política, sobretudo nessa nova conjuntura, na qual o prefeito está investindo firme na desmobilização e desqualificação do movimento.

O controle dos movimentos sociais e, em particular das associações de moradores, é entregue ao irmão do prefeito que deveria neutralizá-los recorrendo a coerção, repressão ou cooptação.

A vitória revela inadequação da frota e a UNAMPPI reivindica mais 90 novos ônibus em lugar dos 65 que a empresa se propõe a acrescentar. Resultaria, finalmente, no acréscimo de mais apenas 22 novos ônibus, juntamente com um aumento de 30% no preço das passagens, autorizado pela prefeitura, contrariando os interesses dos usuários. O aumento das tarifas tinha um fim deliberado - o de desmoralizar o movimento, - ele foi aprovado exatamente no dia em que a concessão deveria ser cassada. O núcleo avançado foi tomado de surpresa pelo aumento e as propostas para a reação não foram consensuais. Uma pretensão novamente a busca de uma solução negociada, a outra preferia a denúncia veemente. Venceu a segunda proposta defendida pelo grupo do PT e uma nota, em tom violento, foi impressa e distribuída aos moradores. Mas a comunidade, como um todo, não reagiu. O próprio tom da nota parecia assustar ou não agradar o morador comum.

O movimento pelos transportes vai declinando com uma clara manifestação de força do poder público municipal que acaba retirando a linha da CTC que havia sido colocada para o Largo da Batalha, enquanto a luta reivindicativa regride. Mas é importante registrar o efeito didático que essa luta produziu, pois à medida que ela passa por momentos de alta mobilização, refluxo e esvaziamento, outros problemas foram sendo detectados, localizados espacialmente e medidos politicamente. E, nesse processo de mapear e socializar as informações é que muitos problemas foram levantados a começar pela má qualidade da água ou a sua inexistência; ausência de saneamento básico; alto índice de morbidade infantil; insuficiência de vagas nas escolas e outros tantos. Todavia, na ordem de prioridades, o que os moradores mais enfatizavam era a questão da posse da terra, irregular em muitos trechos, e de cuja regularização dependia o direito à permanência ou o ônus da expulsão/despejo dos posseiros. Liderada pelo mesmo grupo que sustentava a luta pelos transportes coletivos, estrutura-se para a área de Pendotiba e com rápida propagação para outros bairros, a luta pela posse da terra no município. Mas é em Pendotiba que ela alcança maior grau de organização e de expressão.

## 1.2. A LUTA PELA POSSE DA TERRA

O problema da posse da terra na Área de Pendotiba tem sido crítico e, juntamente com o da água e dos transportes coletivos, tem constituído o tripé que sustenta a situação de crise permanente instalada na região.

A situação fundiária é das mais complexas. Sabe-se que o Estado é proprietário de vastas extensões de terra, mas tem

muita dificuldade em repassar os lotes ou as áreas aos ocupantes (posseiros) porque os limites não estão claros, nem para as terras públicas, nem para outras que supostamente pertencem a particulares.

Os conflitos de terras na área de Pendotiba/Piratininga/Itaipú começam a tomar vulto desde meados da década de 70, com a revalorização brusca da terra no município. A principal razão é o surto imobiliário que dinamiza o mercado de imóveis e o alto incremento demográfico procedente principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Desde essa época acirram-se as contradições entre os posseiros aí assentados há décadas e inúmeros "proprietários" de terras que começam a aparecer, muitos deles munidos de documentação nem sempre confiável. Apoiados por forças policiais e pára-policiais, reivindicando a reintegração de posse. Usando do poder econômico, político, e do fácil acesso aos meandros do poder judiciário, em muitos casos tal reintegração tem sido "conquistada" pelos supostos proprietários (ou grileiros?).

Um dos interlocutores mais assíduos da luta pela posse da terra em toda a periferia de Niterói tem sido a família Cruz Nunes que, desde 1931 vem escrevendo a história complexa de compra ou grilagem de terras no município. Devido à fragilidade da documentação<sup>10</sup> as datas e as informações são aproxima-

<sup>10</sup> Carta de Sesmaria concedida a Diogo Mourão em 1621; em 19.05.1864, através de escritura lavrada às fls. 47 do Livro nº 23 do Cartório do 2º Ofício de Niterói, Antonio Francisco da Fonseca e Cunha e sua mulher, hipotecam a Fazenda Piratininga, com todas as terras, lagoas e benfeitorias... a Antonio Rodrigues Pereira; em 11.05.1871, Antonio Francisco da Fonseca e Cunha e sua mulher, deram em pagamento à Antonio Rodrigues Pereira, esses bens, segundo escritura lavrada no Livro nº 27, às fls. 21 do Cartório do 2º Ofício de Niterói. Em 05.11.1980, a Ermelinda Maria da Fonseca, viúva de Antonio Rodrigues Pereira, vendeu a Fazenda e Lagoa de Piratininga a Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti. Com a morte deste, os seus

das. Consta que na Zona Leste do Município no final do Séc. XIX havia duas grandes fazendas denominadas Fazenda Piratininga, com cinquenta alqueires de terras, e a Fazenda Pendotiba, de extensão desconhecida ou não declarada, mas que compreendia, na versão dos atuais proprietários, o território que vai desde o vale e encostas do Viradouro, a Grota do Surucucu, o Morro de Souza Soares, o Morro do Africano e quase toda a Estrada Velha de Itaipû, porém, sem continuidade. As duas fazendas teriam sido doadas ao cidadão Amaro Cavalcanti diretamente pelo regime das Sesmarias sem formalização legal. Após a morte de Amaro Cavalcanti, a PMN, em 1908, baixa um auto de arrecadação de impostos para o que convoca os herdeiros para o cumprimento das formalidades legais de descrição dos bens.

Em 1931 estas fazendas teriam sido compradas aos herdeiros, pelo Sr. José Francisco da Cruz Neves, português, instalado na área de Pendotiba com um bar/birosca, que vendia fiado e recebia pagamento em espécie. As anotações da dívida feitas

bens ficaram abandonados e porque não se lhe abriu sucessão, em 10.06.1908 o Adjunto de Promotor Público da Vila de São Gonçalo, Alfredo Thomé Torres deu início ao processo de arrecadação da Fazenda Piratininga - processo nº 1.004-08 do Cartório do 2º Ofício de São Gonçalo, fls. 89vº e 90, foram dados como habilitados os herdeiros: Manoel Caetano de Albuquerque e Mello e seus filhos: 1. Maria da Glória; 2. Maria Ludovina; 3. Clarice Fortunata; 4. Manoel Caetano; 5. Amaro Carneiro; 6. José Maria; 7. Maria do Carmo e 8. Maria Fortunata. Em 16.10.1931, por escritura do Cartório do 2º Ofício de São Gonçalo, Livro 48, fls. 85, Manoel Caetano de Albuquerque e Mello e seus filhos venderam a Fazenda e Lagoa Piratininga a José Franciscoda Cruz Nunes. Em 22.03.1947 este último e sua mulher, doam tais bens aos seus filhos José Francisco da Cruz Nunes Filho, Levi Francisco da Cruz Nunes e Césario Francisco da Cruz Nunes, segundo escritura lavrada nas notas do Cartório do 1º Ofício de Niterói, no Livro 92, fls. 60.

A partir de 1949 começa o processo de desmembramento para loteamentos.

Entre a doação de sesmaria (1621) até a primeira escritura de compra e venda (1864), não há registro de cadeia sucessória. A cada transação processada a partir de 1864, os limites e confrontações vêm flutuando e dos 50 alqueires iniciais, o domínio pretendido pelos herdeiros de José Francisco da Cruz Nunes ultrapassa, nos anos 80, em muito, a área original, configurando uma situação de apropriação indébita.

pelo seu Zê (como era chamado) eram tão auto-reprodutoras que ao final de cada mês, estavam triplicadas, quadruplicadas... e o lápis do seu Zê foi ficando famoso na região, a ponto de ter rendido o apelido de seu Zê Lápis. No decorrer dos anos, o lápis ia legitimando o seu Zê Lápis como único comprador oligopsônico dos excedentes agrícolas dos pequenos produtores de subsistência da região que, não dispondo de meios de transporte, tinham os seus excedentes apanhados em seus sítios pela "turma" do Seu Zê Lápis. O valor desse excedente certamente ultrapassava em muito o valor das dívidas contraídas o que lhe permitiu a ampliação do seu ramo de negócio para um armazém onde o fenômeno da expropriação oligopsônica do excedente se maximizava.

Por dedução de entonação (sonoridade), o Lápis transformou-se em Lopes, e até hoje, moradores antigos da área se referem ao antigo português da "Venda" como o Zê Lopes.

A partir da compra das fazendas, o seu Zê Lopes passou a cobrar uma renda da terra a todos os moradores da área tanto de Pendotiba como de Piratininga e de toda a zona rural do município, já que os seus limites não eram claramente definidos. Os posseiros por sua vez pagavam, em dinheiro ou em espécie os "aluguéis" estipulados. Em 1947, o Seu Zê Lopes faz uma escritura de doação aos seus três filhos: Cezário, José e Levy da Cruz Nunes. Estes herdeiros que tiveram outros filhos constituem-se hoje numa grande família, alguns dos quais são fiscais de tributos ou exercem outros cargos relevantes na prefeitura; um foi secretário estadual de justiça, outros são diretores da AEMIM (Associação de Empresas do Mercado Imobiliário), com grande trânsito nos cartórios de imóveis, junto ao

poder judiciário da comarca de Niterói e finalmente, empresários do setor imobiliário com várias empresas de loteamento e construção civil e profundas vinculações partidárias com o PTB até 1982. Dos 50 alqueires constantes da Fazenda Piratininga, segundo José Augusto Rodrigues, advogado, integrante da Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria de Justiça do Estado, já estão loteados e vendidos muito mais do que 50 alqueires nessa área, comprovando o fenômeno da apropriação indébita de terras, comumente denominado de grilagem. Este fato deve ter sido facilitado pela imprecisão dos limites constantes da escritura referente à Fazenda Piratininga, que indica como marcos divisórios referências facilmente mutáveis, como uma árvore por exemplo. A cobrança da renda da terra, agora urbana, tem sido mantida pelos herdeiros desse expediente.

Além da família Cruz Nunes há outros casos de apropriação ilegal de terras que tem dado margem a muitos conflitos envolvendo posseiros, por vezes muito antigos na posse e os novos "proprietários" desejosos de reaver suas supostas propriedades.

O avanço do capital imobiliário em direção a Pendotiba e Piratininga deu origem a mais de uma ação de despejo, criando um clima de medo e tensão entre muitos posseiros.

Um dos casos mais expressivos é o dos posseiros de Piratininga como está registrado nos anais das lutas populares recentes deste município. Refere a 38 famílias de posseiros assentados às margens da Lagoa de Piratininga, e em cujas águas realizavam boa parte da sua atividade pesqueira. Com a chegada do capital imobiliário através dos loteamentos para segmentos de classe média, toda a orla da lagoa passou a ser disputa

da como faixa privilegiada para a realização de futuras construções.

A devastação do parco recobrimento vegetal, associada à drenagem dos canais provocou o retraimento do espelho d'água, ampliando assim a área loteável, enquanto se alterava profundamente o ecossistema aquático, reduzindo ou aniquilando flora e fauna, caracterizando um processo de especulação imobiliária. Breve começaram os conflitos. A empresa loteadora entrou em juízo com uma ação de reintegração de posse, conseguindo uma liminar favorável do juiz, e no dia seguinte começou o despejo da primeira família. Foi formada então uma "Comissão para defesa dos Posseiros" de Piratininga, e toda a área da UNAMPPI se levantou numa ampla mobilização até então só conhecida por ocasião da luta pelo transporte. Apoio de outras entidades não tardou a chegar como o da OAB, IAB, FAMERJ, Associações de Moradores de classe média, parlamentares etc. A mobilização se intensificou e culminou com uma grande passeata e um ato público defronte ao Palácio da Justiça de Niterói, ocasião em que, sob pressão do povo, a primeira liminar favorável foi cancelada e os posseiros readquiriram o direito de permanecer nos seus barracos até o julgamento do processo por instâncias superiores. Como esses trâmites são morosos, os posseiros ganharam alguns anos. Foi uma importante vitória do movimento apoiado pela UNAMPPI.

O bairro do Jacaré situa-se à margem esquerda da Estrada Celso Peçanha, em Piratininga e nesse local cerca de 300 famílias estão sob ameaça de despejo porque o grileiro Levi da Cruz Nunes<sup>11</sup> entrou com uma ação de reintegração de posse con-

<sup>11</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17.01.83.

tra a viúva do Sr. Gonçalo dos Santos e obteve liminar favorável do juiz.

*Em 1947, o Sr. Gonçalo dos Santos comprou de Francisco da Cruz Nunes terras situadas na Estrada de Itaipū, em Piratininga. Desbravou o matagal, construiu uma casinha e mudou-se com a mulher Francisca e os cinco filhos, Gonçalo morreu e Dona Francisca nunca lavrou a escritura definitiva das terras. Em 1981 começou o drama dela e de mais de 300 famílias moradoras do Jacaré (...).<sup>12</sup>*

Este processo de expulsão dos moradores da localidade do Jacaré já estava decidido anteriormente, mas como vários elementos da família dos grileiros eram candidatos a cargos políticos em 15.11.82, o despejo havia sido adiado por ser prejudicial ao processo eleitoral. Derrotados todos pelo fraco desempenho do PTB no Estado do Rio pelo qual se candidatavam, volta à tona a questão dos despejos<sup>13</sup>.

Já em outras ocasiões quando as contradições se aguçavam entre os posseiros e grileiros na esfera do poder judiciário, a UNAMPPI procurava fazer a intermediação entre os moradores e os opositores, inclusive a prefeitura. Inúmeras vezes, o Prefeito Municipal ao entrar em contato com os posseiros e lideranças comunitárias, tentou cooptar o movimento ou, no mínimo, dividi-lo. Sugeria-se aos posseiros que os líderes eram meros agitadores que nada tinham com as reivindicações dos atingidos... A não aceitação de manipulação dessa natureza por parte das lideranças legitimadas pela comunidade, explicitou um frontal antagonismo entre o poder municipal e a direção do

<sup>12</sup> Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 17.01.83.

<sup>13</sup> Maiores informações sobre a comunidade favelada do Jacaré e sua história, ver sub-item IV.2 mais adiante.

movimento. O Estado, a nível local, defendia claramente os interesses de uma fração da classe dominante, identificada com o capital imobiliário.

Igualmente estão sob ameaça de despejo, 16 famílias em Camboinhas e outras 22 famílias no Cafubá (Barreirinha), além de outros inúmeros casos. No município de Niterói há cerca de 20.000 posseiros<sup>14</sup> distribuídos pelas localidades de Campo Novo (1.000 famílias), Eucalipto, Arrastão, Sapê, Badu, Maria Paula, Paciência, Rio d'Ouro, Morro da Bandeira, Viradouro etc., além daqueles locais já anteriormente referidos.

Na medida em que em grandes extensões do município a terra está com titulação irregular, a questão da habitação chega a ser dramática principalmente para os moradores da periferia. Os posseiros, muitos deles migrantes vindos de outros estados ou das zonas interioranas do próprio Estado do Rio, encontram grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho, e, nos locais de moradia, travam outra luta que é o de poder permanecer na cidade.

Há um bairro, o da antiga Fazenda Pau Ferro que é conhecido também pelo nome de Ceará-Mirim, devido à grande concentração de nordestinos naquele lugar.

Outros problemas continuam pesando sobre a base territorial e social mobilizada pela UNAMPPI como o da educação, da saúde, do saneamento básico, o da água, enfim, as condições objetivas de vida das populações periféricas de Niterói são dramáticas, explicadas pelo agravamento do modelo econômico concentrador de renda que afeta toda a sociedade brasileira, e

<sup>14</sup> De acordo com o depoimento de Benoni Alencar Pereira, líder do movimento pela posse da terra em Pendotiba e Piratininga.

pela exclusão crescente das camadas populares dos benefícios gerados pelo processo produtivo.

### 1.3. A QUESTÃO PARTIDÁRIA

Com o advento do multi-partidarismo, as lideranças do movimento da UNAMPPI começaram a se posicionar frente à nova conjuntura. Até então todos os integrantes eram do extinto MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A nova lei dos partidos instituiu o PDS (Partido Democrático Social) no lugar da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido que representa o bloco no poder desde os anos sessenta. O sistema era então bi-partidário: Arena e MDB. O mau desempenho da ARENA nas eleições de 1974 e 1978, levou o Governo Federal a conceber o chamado multi-partidarismo condicionando a sub-divisão das oposições. Estas se fragmentaram em quatro novos partidos: o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) no lugar do anterior MDB, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), o PDT (Partido Democrático Trabalhista e o PT (Partido dos Trabalhadores).

A atomização dos partidos de oposição em curso no seio da sociedade brasileira repercutiu fortemente no interior da UNAMPPI acirrando as divergências internas e a luta pelo poder<sup>15</sup>. Os próprios integrantes da primeira diretoria fizeram

<sup>15</sup> Composição da primeira diretoria da UNAMPPI eleita em janeiro de 1980 e o destino partidário de alguns dos seus integrantes:

<u>NOMES</u>	<u>CARGOS</u>	<u>PROFISSÃO</u>	<u>DESTINO</u>
Diógenes R.de Mendonça	Presidente	Aposentado	PDS
Valmir Garcia	1º Vice Presidente	Professor	PDT
Sebastião Pereira	2º Vice Presidente	Armador	s/f
Benoni Alencar	Secretário Geral	Jornalista	PT
Sônia Rejane Pimenta	Sub-Secretária	Operária	s/f
Samuel Alves da Silva	Tesoureiro Geral	Func.Público	PDS

(continua)

opções que transcenderam o espaço oposicionista dentro do qual emergiam e se politizavam as contradições e os problemas da área de Pendotiba (vide nota 15).

O ingresso do então presidente da entidade e de outros diretores no PDS foi explicado pelos mesmos que, estando abrigados ao partido do governo (o prefeito Moreira Franco havia mudado de lado e havia ingressado no PDS) teriam ampliadas as possibilidades de obter maiores recursos ou melhorias para a comunidade. Esta opção traduz uma tradição de prática clientelista de gestão da coisa pública presente por longos anos na política fluminense desde os anos 30 e 40. Mais precisamente, "a política fluminense sofreu o impacto de sucessivas presenças de interventores no Estado que culminaram às vésperas do golpe de 10 de novembro de 1937, com a nomeação do oficial de marinha Ernani do Amaral Peixoto para esse cargo. Mesmo sendo um elemento estranho à política local, a interventoria de Amaral Peixoto terá como marca particular a criação de uma máquina política própria (...).

Apesar da redemocratização ocorrida em 1945, a máquina política do amaralismo (fenômeno político próprio da noção de clientelismo político tendo uma máquina política que permite intermediar o Poder do Estado com certas demandas) não desaparece; pelo contrário aprofunda as suas vinculações locais com

(continuação)

Michel Misse	Sub-Tesoureiro	Sociólogo	PT
Jorge Rodrigues Garcia	Dir. de Divulgação	Desenhista	PT
Claudio Alencar	Dir. Cultural	Médico	PT
Jorge José de Carvalho	Dir. de Ativ. Comunitária	Pedreiro	PT
Luiza (Tida)	Dir. de Patrimônio	Costureira	s/f
Jeová Umbelino Freire	Dir. Social	Artesão	PDS
Reinaldo Mendonça	Dir. de Esportes	Protético	PDS

s/f - sem filiação partidária

o surgimento do todo poderoso PDS." (Vieira, 1985 - p. 22).

Desde a sua interventoria (1937-45) até os dias atuais, Amaral Peixoto - que dá nome à principal avenida do centro da cidade - não se afastou da vida pública, sendo atualmente senador da República. O seu apoio e o de sua máquina foi importante para a eleição do seu genro, o Sr. Moreira Franco para a prefeitura da cidade, em 1978, pelo MDB, único partido de oposição ao regime militar.

O início da gestão Moreira Franco em Niterói foi marcado por iniciativas modernizantes e democratizantes. Através de duas frentes político-administrativas - a Secretaria de Saúde e a Fundação de Atividades Culturais (FAC) - essa administração busca fazer uma gestão popular, fortalecendo os canais de expressão e de participação dos cidadãos niteroienses. Uma experiência bastante nova de gestão participativa. Vários postos de saúde funcionavam como polos inovadores de práticas sociais e os médicos, como agentes de transformação da sociedade. A FAC, por seu turno, vai viabilizando a possibilidade da manifestação da cultura popular e das artes em geral com a efetiva participação da "comunidade", ocupando a "praça que é pública com o povo".

Com a instauração do multipartidarismo, Amaral Peixoto e Moreira Franco fazem a travessia para o PDS sob o pretexto de que assim a prefeitura seria beneficiada com mais recursos do Governo Federal...

Esta mudança explica todas as dificuldades encontradas pelo movimento de bairro ora em exame que, iniciado com a Comissão dos Enguiçados havia recebido apoio material e político

do Posto de Saúde Local. A mudança de partido do prefeito resulta na demissão ou remanejamento de todos os médicos, assistentes sociais e outros profissionais envolvidos com o estímulo ao movimento de bairro. O Secretário de Saúde e a diretora da FAC também se afastam do cargo por incompatibilidade ideológica e política<sup>16</sup>.

A curta experiência democratizante de administração pública passa a ser substituída por uma volta ao clientelismo. Alguns dos diretores da UNAMPPI cedo, desde a primeira hora, acompanham a trajetória do prefeito, deixando a oposição e filiando-se ao PDS. No município assiste-se a reedição do clientelismo que, para desmobilizar os movimentos populares recorre, de forma privilegiada, à cooptação. A prefeitura se alia aos empresários do setor imobiliário e de transportes para cujos quadros são oferecidos empregos aos principais líderes de cada bairro. Outro meio utilizado é a repressão aos militantes tanto pelas forças policiais regulares como por prepostos dos empresários.

Além dessa "vocaçãõ" para "cliente" outro fator potencia a decisão pelo menos do presidente da entidade, antigo militante do PTB: trata-se da disputa pelo poder em dois níveis - na UNAMPPI e no bairro de Matapaca onde encontra dificuldades em conseguir hegemonia frente à principal força concorrente - o PT. Para mudar essa difícil correlaçãõ recorre ao PDS onde, através da clientela, pretende alcançar a hegemonia no seu bairro. No meio dessa polarizaçãõ perde o bairro porque o movimento nesse lugar reflui.

<sup>16</sup> Respectivamente o médico Hugo Tomassini e a historiadora Ismênia de Lima Martins.

A crise de poder na UNAMPPI se aprofunda e o presidente acaba renunciando ao cargo antes de terminar o mandato acompanhado por outros correligionários e também pelo seu maior concorrente e adversário que havia sido o patrono da idéia de que o presidente estava usando a entidade a serviço do PDS, razão suficiente para postular a sua renúncia. A corrente moderada da oposição defendia a manutenção do mesmo à frente da entidade, porém sob rigorosa vigilância dos seus pares e do conjunto dos moradores, proposta afinal perdedora na definição dos rumos do movimento. A convivência pluripartidária se revela difícil, apesar da grande indefinição quanto à identidade própria dos partidos. As divergências se localizam tanto no plano político como no plano pessoal, não se podendo traçar claramente as fronteiras.

À uma contradição de classes (posseiros, favelados, classe média, classe burguesa etc.) já penosa para o movimento de bairro, vem-se somar agora as divergências partidárias que redundam numa luta pela hegemonia.

#### 1.4. SEGUNDA FASE DO MOVIMENTO DE PENDOTIBA

Após a tumultuada renúncia do presidente assume o 1º Vice e vários cargos ficaram vagos porque não se fez eleições para preenchê-los. O movimento atravessaria uma fase de refluxo e a nova diretoria reorienta a tática de encaminhamento das lutas: não caminhar na frente, puxando as lutas, distanciando-se das bases, mas incentivar cada associação de moradores a identificar seus problemas específicos e apoiar as lutas locais. A UNAMPPI passa a desenvolver tarefas políticas de intermediação entre uma associação de moradores e o Poder Público, o ca-

pitalista privado, a polícia e enfim, a todas as instâncias de decisão supra-bairros, inclusive com a FAMERJ.

Breve começaram a aparecer as reivindicações específicas como uma linha de ônibus para a Ititioca. Reivindicação atendida pela entrada da Empresa Miramar. Asfaltamento das vias de acesso aos bairros de Maceió e do Sapê; instituição do trânsito em mão dupla num grande trecho da Estrada Velha de Itaipú para acesso de ônibus - todas atendidas. A luta pela posse da terra continua e nessa fase consegue-se instituir, em convênio com a FAMERJ, uma assessoria jurídica aos posseiros em litígio.

Embora o conjunto do movimento não esteja com alto nível de mobilização, diversas associações estão realizando paciente trabalho de base. Diferentemente da fase inicial da UNAMPPI, a característica dominante neste momento é a do basismo, ou seja, a de consolidar a base social como condição para reforçar a federação. Esta renuncia ao seu papel anterior de centralizadora e diretora das lutas.

Contudo, o esvaziamento é indisfarçável por razões políticas e de organização interna. A nível político não é demais ratificar que a prefeitura, através de uma assessoria especial para movimento de bairro investiu na desmobilização, tendo recorrido a três procedimentos principais:

- a) o da cooptação via prática clientelística<sup>17</sup> e empreguista recorrendo ao abuso do poder econômico;

<sup>17</sup> O Sr. Moreira Franco, do PDS, nomeou nada menos de 3.300 funcionários na PMN em cinco anos e meio de gestão, enquanto o presidente da Câmara Municipal, João Batista da Costa Sobrinho, também do PDS, nomeou mais de 600 funcionários para a Câmara, em 1982, quando ela se constituía de apenas 21 vereadores. Os 63 candidatos a vereador pelo PDS em 1982, contrataram milhares de pessoas, mediante a modalidade de "serviços prestados", de acordo

- b) o da intimidação, qualificando os líderes do movimento de "radicais de esquerda" com ameaça policial e disseminação do medo entre os moradores menos avisados;
- c) o da perseguição, ameaças e demissões de funcionários da prefeitura com atividades nos bairros, como o caso de um médico e uma assistente social com exercício de função no posto de saúde local. Eram ambos identificados e sensíveis às questões dos moradores e desempenhavam o papel de agentes sociais que transformam as contradições em problemas sociais (Machado & Ziccardi, 1979 - p. 11). O primeiro foi demitido e, a segunda, transferida.

Do ponto de vista da organização interna havia lacunas tais como a não constituição do Conselho de Representantes, previsto nos estatutos, e essencial para o bom funcionamento de uma federação. Cada associação deveria participar com três ou quatro representantes, com funções deliberativas, mas a UNAMPPI acabou sendo confundida com a sua diretoria; mesmo nesta segunda fase a própria diretoria estava desfalcada devido às baixas acontecidas e não substituídas.

A federação é profundamente atingida com a aproximação das eleições gerais de 1982. Da primeira diretoria pelo menos três militantes candidatam-se ao posto de vereador, um pelo PT, com forte identificação com a luta dos posseiros; outro pelo PDT, identificado com uma corrente preocupada em traçar um

projeto mais longo para a consolidação do movimento popular e um terceiro pelo PDS. Nenhum obtêm êxito eleitoral, mas o movimento associativo refluí muito, como de resto, todos os movimentos sociais do país que transferem esforços para aquele evento, dificultado pelo voto vinculado, um dos últimos casuísmos eleitorais do regime autoritário.

Nas bases da UNAMPPI, ou seja, em cada associação, com diretorias eleitas, a situação não foi diferente. Muitos dirigentes transformaram-se em cabos eleitorais do ex-prefeito Moreira Franco que deixando a política municipal candidatava-se a governança do Estado do Rio de Janeiro, pelo PDS, apoiado pelo Governo Federal e por todas as forças conservadoras, sobretudo do interior do antigo Estado do Rio, onde a máquina amaralista tem sólidas raízes.

Na periferia de Niterói as lideranças políticas eram cooptadas mediante o empreguismo e favores pessoais. No caso de dirigentes de associação pesaram obras de última hora realizadas em diversos bairros, das quais a mais expressiva foi a execução de um plano rodoviário que passa por muitos bairros carentes, asfaltando quilômetros de vias de circulação. Benefício para os moradores e benefício para as empresas de transportes, novamente um dos pontos de apoio na campanha eleitoral.

Uma das reivindicações da UNAMPPI era a construção de coberturas para os pontos de ônibus com o que o prefeito havia se comprometido, porém muitos bairros, nos quais a diretoria das associações de moradores não apoiavam o PDS, foram penalizados. Para denunciar tal tipo de discriminação, algumas coberturas foram construídas pelos próprios moradores em vários bairros, através do sistema de mutirão, atividade política ricamen

te documentada em um filme chamado "Mutirão", como já se referiu anteriormente.

Além do aparelho de Estado a UNAMPPI sofreu outras formas de interferência externa no seu movimento, tais como parlamentares de vários partidos a busca de reeleição, bem como novos postulantes a cargos legislativos que antes ofereciam seus préstimos aos moradores como assessoria jurídica, para a seguir cobrar o voto.

Para a maioria do cidadão comum da área de Pendotiba a partidarização do movimento é vista com grande restrição e tem sido esta prática um dos fatores de desmobilização dentro das associações. A criação da entidade de caráter federativo, a UNAMPPI quase que simultaneamente à criação das Associações que a sustentam exigiu esforços redobrados do grupo de vanguarda do movimento, já que eram os mesmos elementos que atuavam a nível de UNAMPPI e de cada bairro em particular. Ao longo da prática cotidiana, a entidade maior foi privilegiada em detrimento do trabalho de base, e as decisões foram tomadas frequentemente a nível de cúpula do movimento. As bases não estavam integradas sequer para responder maciçamente quando de grandes golpes que lhes eram imputados. As associações não se estruturaram solidamente, nem a UNAMPPI, pois esta, para se fortalecer precisava de grandes vitórias reivindicativas, o que não aconteceu. A luta pelos transportes teve ganhos, mas as derrotas não foram poucas. O saldo final foi de vitórias parciais.

A segunda fase do movimento com a nova diretoria buscando fortalecer o trabalho de base, foi prejudicada por novas condições políticas, isto é, com uma efervescência no campo

eleitoral que dificulta a reorganização da UNAMPPI, amortecendo o movimento como um todo. As assembléias gerais desapareceram rapidamente e tanto as derrotas como as vitórias não eram devidamente socializadas e nem capitalizadas politicamente. O hiato entre o núcleo avançado e as bases sempre esteve presente.

Acrescente-se a isso uma significativa tradição rural sobrevivente na área, com a terra controlada por algumas famílias e um governo municipal anti-democrático e anti-popular, de 1980 em diante.

## 2. O CASO DO JACARÉ - BAIRRO DE PADRÃO FAVELADO

### 2.1. A LUTA PELO DIREITO DE MORAR

A "favela" do Jacaré, no interior do bairro de igual de nomeação está localizada à margem esquerda da Estrada Celso Peçanha que permite o acesso às principais praias oceânicas do município de Niterói. Por essa estrada se processa intenso tráfego de banhistas no verão e nos feriados, transformando em verdadeiro desafio o ato de atravessá-la, por parte dos pedestres. A escola de 1ª grau mais próxima à favela localiza-se à margem direita da referida estrada, junto ao trevo de Piratininga, o que duplica os riscos para os escolares residentes no Jacaré.

O bairro já é habitado há uns oitenta anos e supostamente corresponde à uma parte da antiga fazenda Piratininga, anteriormente referida. Em toda essa área, as pessoas entravam e saíam livremente até que se foi instituindo o sistema de posse. As posses iam passando de mão em mão, gratuitamente ou por

preços irrisórios. Quando mercantilizadas, eram lavrados recibos em cartório, com firmas reconhecidas, inclusive das testemunhas. Tais recibos são muito numerosos e comuns entre os moradores, não só do Jacaré, mas de inúmeros outros bairros periféricos deste município.

A pressão contra os posseiros aumenta muito no decorrer dos anos 70, quando os componentes da família Cruz Nunes, recorrendo à escritura original de cinquenta alqueires de terra, começa a tentar desajolar as cerca de trezentas famílias assentadas como posseiras, no Jacaré. Entre 1980 e 81 uma ação judicial contra tais posseiros obtém liminar favorável do juiz de Niterói, o que aumenta ainda mais a ameaça. Nessa ocasião, juntamente com a Comissão de Defesa dos Posseiros de Piratininga, forma-se também uma associação de moradores que, tendo como sede a localidade do Jacaré, contempla outros moradores de bairros vizinhos, de composição social heterogênea, como Cafubá, Moreno e Mar Alegre. Nestas localidades predominam famílias de classe média, enquanto que o Jacaré é homogeneamente um assentamento favelado.

No entanto, como três membros da família Cruz Nunes se candidatavam a cargos eletivos nas eleições de 1982 pelo PTB, e pela natural efervescência dos momentos eleitorais, a liminar favorável do juiz não foi executada, ou seja, as famílias não foram despejadas e nessa situação permaneciam até 1984.

Atualmente, os moradores da favela do Jacaré que chegam da cidade ou do Largo da Batalha com bolsas de compras, ou com crianças ao colo, ademais como qualquer outro que necessite lá chegar, se vêem compungidos à espera prolongada no acostamento do lado direito do asfalto para poder atravessar a estrada.

Há reivindicação de urgente colocação de um sinal luminoso (se máforo) ou a construção de uma passarela, e abaixo assinado nesse sentido já foi encaminhado aos órgãos competentes. São freqüentes os casos de morte por atropelamento, principalmente de crianças. No entanto, o perigo persiste através dos anos, e os moradores nada têm conseguido em seu benefício.

Esse bairro se confronta com o Condomínio Jardim Ubã, um verdadeiro jardim, gramado, arborizado e habitado por algumas famílias de renda alta, compostas por intelectuais, comerciantes e empresários. Apenas o espaço de uma estrada secundária funciona como o "muro" que separa duas unidades sociais desiguais: o jardim e a favela. Porém, mais adiante, ao longo da Estrada do Jacaré e da Estrada Celso Peçanha tem surgido nos anos 70 outros loteamentos para residência de famílias de classe média, como os do Grotão (1974-77), Ubã II (1976), Santo Antônio, Terra Nova (1972) etc., em forma de condomínios fechados, alguns deles.

Nesse contexto a área do Jacaré torna-se muito valorizada, pois a favela mais parece uma ilha de pobreza cercada de condomínio por quase todos os lados, com exceção de outra área de posse estruturada em forma de pequenos sítios, ocupados e explorados por famílias de classe média que aí praticam horticulturas, granjas e pequena produção de subsistência em geral, como ainda criação de cavalos de raça.

Todos estes componentes explicam os conflitos entre posseiros e grileiros e a pressão se concentra na "sede" da área, a favela, onde se amontoam cerca de trezentas famílias em espaço restrito. Consta que uma moradora, posseira, generosamente convidava muitas famílias sem terra e ia cedendo pequenos tre

chos dentro de sua posse, o suficiente para abrigar um ou dois barracos, e assim se explicaria a alta concentração de famílias nessa "sede" do bairro do Jacaré, isto é, a favela de igual denominação.

Internamente, a favela se constitui de uma grande densidade de habitações, alinhadas às margens de ruas tortuosas, mal acabadas ou inacabadas, sem água encanada, sem rede de esgotos, sem os serviços mais elementares tais como uma farmácia ou uma escola.

Lotes disponíveis não existem, portanto o crescimento está ocorrendo pela construção de novos barracos nos fundos dos lotes já anteriormente ocupados, ou pelo aumento das antigas moradias mediante construção de novos cômodos, onde vão se instalando filhos que se casam, ou parentes e amigos que vão chegando. Assim sendo, o uso do solo é muito anárquico e se reflete, por exemplo, na contaminação das águas dos poços, pela proximidade das fossas negras.

Em toda a extensão territorial e social mobilizada pela AMMAR (Associação dos Moradores do Jacaré, Moreno, Mar Alegre e Cafubá) tem aparecido além dos representantes da família Cruz Nunes, outras pessoas procedentes de Niterói ou do Rio de Janeiro, geralmente de classe média, acompanhadas ou não, por policiais, reivindicando reintegração de posse mediante justificativas de que seus antepassados, um dia, haviam comprado tais terras. Os posseiros, amedrontados, abdicam da posse, com todas as benfeitorias, em troca de qualquer indenização.

Em algumas localidades vizinhas ao Jacaré, na área de Pendotiba, Piratininga e Itaipú, ocorriam despejos. O método mais frequentemente utilizado pelos detentores do poder econô-

mico e político era o da intimidação em geral, culminando com o despejo violento em que posseiros eram torturados física e psicologicamente. Ameaças com armas de fogo eram comuns, bem como surras aplicadas a homens e mulheres inclusive velhos e doentes. A seguir os barracos eram destruídos, danificando os pertences das famílias e estas, intimidadas e traumatizadas, batiam em retirada. As arbitrariedades eram muitas e o Sr. Enoc Joaquim de Oliveira resume algumas dessas situações:

*... o meu cunhado foi despejado por eles (representantes de uma empresa imobiliária ou seus prepostos) e teve a casa derrubada. Para pagar o advogado, ele teve de vender até a televisão. Ele morava há 14 anos na posse comprada de outro que havia morado durante 20 anos, mais ou menos. Então ele tinha direito a usucapião que a justiça lhe negou. Na época do despejo ele tinha pelo menos seis tipos de fruteiras produtivas, mas não recebeu nem um tostão de indenização. O despejo foi feito por ordem da imobiliária e não da justiça. Como ele estava disposto a resistir dentro de casa, quase foi morto. A minha filha que estava lá puxou ele para fora e foi assim que ele se salvou, mas saiu machucado. Ele já era doente, nervoso, mas mesmo assim o machucaram...*

*... depois veio a violência contra uma senhora que morava perto de Camboinhas<sup>18</sup>. Lá chegaram um funcionário e um capataz da Imobiliária e fizeram uma proposta para comprar umas telhas e uns materiais que ela possuía, com o que ela teria concordado. Então lhe foi apresentada uma folha em branco onde foi colhida a sua impressão digital a título de firmar o seu compromisso de venda, das telhas etc. Essa folha em branco transformou-se em um recibo de compromisso de venda do seu barraco e de sua posse onde morava há mais de 60 anos.*

<sup>18</sup> Camboinhas é a denominação de uma praia oceânica deste município, em torno da qual foi realizado um loteamento de alto luxo, pautado num requintado plano urbanístico e maciça propaganda. O balneário com muitas residências de alto gabarito já construídas, está com um Apart-Hotel também concluído e com previsão de marinas para atracamento de barcos, iates e outras embarcações. A área foi valorizada vertiginosamente para fins de comercialização de lotes, e a permanência de posseiros cria óbvios óbices à ação capitalista.

*Decorridos seis meses, o capataz da Imobiliária retornou com o oficial de justiça, acompanhado de policiais e derrubaram a casa após ter amarrado o marido...*

*... primeiramente o genro de um dos sócios da Imobiliária invadiu a casa de dona F., bateu nela para que ela pura e simplesmente saísse de seu barraco e de sua posse localizado em lugar por onde deveria passar a estrada asfaltada para Itaipu. A prefeitura deveria desapropriar essa área e indenizar a moradora. Ela ficou machucada, mas por medo, não queria registrar queixa nem se defender. A Associação de Moradores em formação a orientou e um dos seus membros acompanhou-a até o distrito policial onde a queixa foi lavrada e a moradora agredida encaminhada ao exame de corpo de delito. No entanto, por mecanismos judiciais pouco claros a posseira, dona F. acabou perdendo tanto a posse como as benfeitorias, sem indenização, porque a prefeitura municipal não conseguiu localizar a posse em favor da posseira...<sup>19</sup>*

Diante dessa situação de vários despejos e barracos demolidos, alguns moradores começaram a tomar a defesa dos atingidos, exigindo a exibição da ordem judicial e postando-se em posição de confronto/resistência física, com o que obtinham êxito. Estas pessoas passaram a ser procuradas pelos posseiros ameaçados e, à medida que algumas das ações arbitrárias eram abortadas, cresceu o movimento de resistência através da propagação das notícias vitoriosas e aumentava a adesão de posseiros ameaçados.

Dentro desta perspectiva, em janeiro de 1981 estava formado a Comissão de Defesa dos Posseiros de Piratininga composta por moradores de vários sub-bairros de extensa área comumente designada Piratininga. Esta Comissão caracterizou-se por

<sup>19</sup> Entrevista concedida pelo senhor Enoc J. de Oliveira, presidente da Associação dos Moradores do Jacaré, Moreno, Mar Alegre e Cafubá (AMMAR) a 28.03.1982, com correção ortográfica.

uma grande combatividade e, no decorrer daquele ano, realizaram-se várias atividades como reuniões inter-bairros, vigília coletiva, passeatas e outros.

A luta pela terra se dá ao nível da discussão interna da Associação por movimentos de solidariedade horizontal e também pela via judicial, onde várias ações possessórias já foram impetradas por parte de posseiros: luta política e batalha jurídica. Politicamente os ganhos têm sido vários a começar pela politização da questão e a conquista de um notório reconhecimento público. No plano judicial algumas causas têm sido perdidas com a respectiva saída do posseiro, mas em outras demandas os resultados têm sido favoráveis e o posseiro permaneceu, agora sob o amparo da lei. Nesse embate o sentimento associativo cresce e os grupos mais mobilizados já pensam em uma associação de moradores no lugar de uma Comissão de Defesa dos posseiros. Por ocasião da realização do Encontro Nacional de Associações de Moradores, na cidade de São Paulo, no início do ano de 1982, fez-se necessário a legalização daquelas que desejassem participar do Encontro: registro dos estatutos em Cartório e filiação à FAMERJ. Nesta oportunidade foi formalizada então a Associação do Jacaré (AMMAR) e eleita a sua primeira diretoria. Elegeu-se presidente<sup>20</sup> um ativo militante do PT (Partido dos Trabalhadores), aposentado compulsoriamente do serviço público e posseiro na área de Pendotiba, há longos anos. O res-

<sup>20</sup> O presidente da AMMAR era funcionário público e trabalhava no Teatro Nacional de Comédia, como almoxarife, e por dificultar a saída de material de forma irregular ordenada por funcionários hierarquicamente superiores, foi penalizado através de rebaixamento funcional para o posto de porteiro. Nesta nova função recusou-se a atender ordens e privilegiar o estacionamento de viaturas de alguns dirigentes graduados, na porta de entrada do teatro (local supostamente inadequado) o que lhe rendeu sua demissão do serviço público, acusado de subversão.

tante da diretoria foi composto por antigos moradores do lugar, preocupados com o problema da posse da terra e são birosqueiros, enfermeiras, pessoas aposentadas ou "encostadas" no INPS. Os jovens estão quase ausentes desse movimento.

Como a posse da terra não está definida, os moradores do Jacaré acham que não vale a pena lutar por água, esgoto ou qualquer outro serviço de infraestrutura urbana, já que não se sabe até quando estará assegurada a sua permanência neste lugar. Há inclusive, segundo depoimento dos dirigentes da AMMAR, a ação de despejo coletivo acima referida, a qual teria tramitado em julgado à revelia dos réus, por desconhecimento.

A única luta que tem sido travada, a nível secundário, é pelo sinal luminoso na Estrada de Itaipu.

## 2.2. A ESTRUTURA INTERNA DO MOVIMENTO

A AMMAR não possui um calendário fixo de reuniões com todos os associados, mas os diretores se reúnem, semanalmente, nas noites de sábado, na residência de um dos sócios ou na sala de aula da escola comunitária. De cada reunião são lavradas atas para a construção da memória do movimento e há um livro caixa onde são registradas todas as entradas e saídas de dinheiro, devidamente comprovadas.

Quando do encaminhamento de suas reivindicações à Prefeitura Municipal, ao Poder Judiciário ou a empresas privadas, os moradores têm recorrido ao expediente do abaixo assinado, à formação de comissões, a atos públicos, passeatas, cobrança de pedágio e assembléias conjuntas ao nível da federação local - a UNAMPPI (União das Associações de Moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipu).

A AMMAR tem mantido estreitos vínculos com movimentos de resistência de outros bairros como é o caso do Campo Novo, onde a população atingida por ameaças de despejo, com organização mais fraca, estava desencorajada de fazer manifestações públicas. Então, através do pacto de lideranças, posseiros do Jacaré e da AMMAR para lá se deslocaram, com faixas e cartazes, ali realizando ato público, passeata e um teatro de rua enfocando a questão do oprimido.

A AMMAR participou intensamente da formação da FAMNIT (Federação das Associações de Moradores de Niterói) e hoje participa da sua diretoria e do Conselho de Representantes, bem como do Conselho de Representantes da FAMERJ.

O trabalho de base, realizado dentro do bairro assegurará, portanto, uma articulação com outras instâncias a nível municipal e estadual. A integração horizontal que se dá com movimentos semelhantes nas imediações do bairro e essa articulação para cima e para fora, ampliam as possibilidades de sua mais rápida consolidação política.

### 2.3 A QUESTÃO PARTIDÁRIA DENTRO DO MOVIMENTO

O movimento da AMMAR conta com a participação de dois ou três ativistas de excepcional militância, todos filiados ao PT, em cujas fileiras desempenham, também, papel de liderança.

Com a irrupção do processo eleitoral que culminou em 15.11.82, um dos membros da diretoria da AMMAR candidatou-se para o posto de vereador pelo PT. Enquanto isso, o advogado que defendia os posseiros contra despejos, candidatou-se ao mesmo posto de vereador pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista). O trânsito desses candidatos pela mesma base social - as Asso-

ciações de Moradores de Pendotiba - começou a traduzir-se em conflitos. Além da grande disputa por votos que se fazia entre as duas forças, PT versus PDT havia também a questão das tradições partidárias de uma ampla maioria dos moradores da área, vividas no bojo do populismo do PTB, do amaralismo e do Moreira Franco. Os resultados de novembro acabaram mostrando um fraco desempenho dos partidos de oposição na "zona rural" de Niterói, contra uma ótima votação para o PDS.

Numa das reuniões o assunto foi examinado e os moradores concluíram que a disputa partidária estava prejudicando os trabalhos da associação e decidiram pelo seu afastamento físico do movimento. E, para manter uma coerência solicitaram o afastamento temporário do diretor da associação, candidato a vereador. Desde que a medida "saneadora" foi tomada o movimento da AMMAR retomou o seu curso normal<sup>21</sup>.

Na verdade a reação esboçada pelos associados da AMMAR reflete uma recusa à tentativa de aparelhamento da entidade muito presente na prática política de ambos os candidatos, e que equivale a rejeição da "correia de transmissão" que historicamente os partidos populistas têm estabelecido com os movimentos sociais no Brasil.

A atitude da AMMAR caracterizou uma das posturas mais freqüentes do movimento associativo que considera "perigosa e nociva" a partidarização do movimento e procura na expulsão dos militantes de partidos políticos, solução para a autonomia do movimento de moradores.

A grande dificuldade que está colocada para esta forma

<sup>21</sup> Depoimento de dois diretores da AMMAR: Enoc Joaquim de Oliveira e José de Souza (birosqueiro).

de coexistência parece ser realmente a definição e a delimitação das duas coisas: a coexistência do ser político e do ser morador sem a instrumentalização ou a partidarização dos movimentos associativos, estes ainda em fase de amadurecimento e em busca de sua identidade.

O principal efeito urbano da luta travada por essa Associação de Moradores é a manutenção da favela. Apesar do despejo coletivo, já autorizado pela justiça há mais de dois anos, a quase totalidade das famílias ainda continua nos seus barracos.

A participação dos militantes da favela do Jacaré num movimento de grande amplitude em defesa dos posseiros de Moreno, Cafubã e Beira da Lagoa<sup>22</sup> contribuiu para a não expulsão física de dezesseis famílias de posseiros assentados às margens da Lagoa, de onde tiram parte do seu sustento em atividades de pesca. Por ocasião da chegada de funcionários e máquinas da Prefeitura para a derrubada do primeiro desses barracos houve a interferência de vizinhos, populares, parlamentares que, com a cobertura da imprensa fizeram uma longa vigília. Os funcionários da prefeitura recuaram entre outras coisas porque não estavam munidos de ordem judicial, e repassaram a tarefa

<sup>22</sup> Trata-se da Lagoa de Piratininga, que se localiza muito próxima ao mar, sobre a qual está "plantado" o bairro balneário de igual denominação inicialmente Mar Azul ocupado por moradores de classe média alta. Por tratar-se de uma lagoa de grande extensão, no seu entorno fixaram-se, nos decênios anteriores, muitas famílias de pescadores que tiravam o sustento das suas águas, muito ricas em camarão. A sua comunicação com o mar, através de um canal natural, garantia a renovação das águas e a entrada e saída de cardumes, principalmente por ocasião da preamar. Com o advento da "era dos loteamentos" nos anos 70, grandes obras de terraplanagens foram realizadas às suas margens (próximas ou mais afastadas) que acabaram provocando o assoreamento da Lagoa, agravado pela abertura de um canal, ligando-a à vizinha Lagoa de Itaipu, situada em plano levemente inferior ao da primeira. A consequência foi uma sensível redução do espelho d'água, com mortandade ou redução drástica de peixes, camarões e outros crustáceos.

da derrubada dos barracos à empresa Imobiliária que havia feito o loteamento da área.

Na condição de posseiros que não recolhem impostos, também a favela praticamente não recebe nenhuma benfeitoria do poder público, e as eventuais melhorias são realizadas pelos próprios moradores.

As lutas reivindicativas têm produzido também efeitos políticos dos quais, o mais relevante é a derrota imposta a supostos proprietários que representam, nesta área, o capital imobiliário e do próprio Estado a nível local. Trata-se da vitória que alguns posseiros vêm obtendo nos processos judiciais oriundos de ações impetradas pelos "proprietários" reivindicando reintegração de posse.

Outro efeito político importante foi o fortalecimento da solidariedade entre moradores sujeitos a um mesmo problema, o que em última instância favorece a mobilização e fortalece a organização associativa. O lema adotado nesse movimento de periferia mais comum é: "unidos venceremos!"

O "núcleo avançado" no caso desse movimento está bastante concentrado na figura do seu presidente, Sr. Enoc de Oliveira que conta com um grupo numeroso de apoio, mas sem a expressão e a representatividade por ele encarnada. A respeito da conjuntura nacional e sobre o poder do Estado, o citado líder comunitário possui uma percepção bastante ampla e explícita com

Igualmente o referido ecossistema lacustre servia de pouso anual para aves migratórias que, procedentes do norte, aqui faziam seu pouso durante uma certa fase do ano, invertendo o movimento em outro período e/ou estação. Com a "morte" da Lagoa tais bandos de aves não mais pousam nessa região de Piratininga-Itaipu.

Enquanto flora e fauna são destruídas ou empobrecidas, os pescadores perdem o objeto de sua profissão: o pescado e se proletarizam em outras atividades urbanas, geralmente subalternas.

um espírito crítico aguçado, como se pode constatar nos trechos seguintes de seu depoimento que é coerente com a sua prática política cotidiana:

*O Governo Federal é responsável por toda a miséria que existe neste país e pela situação que nós atravessamos aqui, pois existe o BNH, o Pró-Morar, mas acontece que o dinheiro que o BNH possui é para aplicar nas imobiliárias, no Sérgio Dourado, Veplan etc. e quem está aqui, o posseiro, não consegue chegar nunca, porque eles exigem escritura, cinco salários mínimos comprovados em contra-cheques. Nós não temos escritura e quem mora aqui ganha o salário mínimo ou até menos do que um salário mínimo, como é o caso das empregadas domésticas. Outros não têm salários - vivem de biscates. A única solução seria o poder público desapropriar e as pessoas, cada uma, fazerem as suas casinhas. Ou eles davam o material como a manilha e a gente ia colocando no lugar. Porém a política que está aí, a do PDS (Partido Democrático Social) - nós já sabemos o que eles vão fazer: atender Icarai, Saco de São Francisco<sup>23</sup>, os lugares mais privilegiados onde moram os "grandões". E os pobres vão ficar sempre com o que sobrar; nós somos a 3ª classe. Se sobrar, eles mandam - se não sobrar, que se dane<sup>24</sup>.*

O depoimento acima revela que o entrevistado possui uma visão estrutural do problema social e ao mesmo tempo em que trabalha internamente, a nível local, consolidando a base social da Associação, ele não perde de vista que a problemática do seu bairro não se constitui em problema isolado, localizado, mas

<sup>23</sup> São Francisco é um bairro de classe média alta situado na zona sul da cidade e por força de legislação municipal, o gabarito está limitado a quatro pavimentos. No entanto são raras tais edificações e o bairro se caracteriza pelo predomínio de residências unifamiliares.

Ouve-se falar que no bairro existe uma Associação de Moradores, pouco ativa, não participante do movimento municipal (FAMNIT), nem de solidariedade com outras congêneres. O seu objetivo principal parece ser o de garantir a segurança dos moradores do bairro.

<sup>24</sup> Trecho da entrevista concedida por Enoc J. de Oliveira, presidente da AMMAR e principal líder do bairro do Jacaré (com revisão ortográfica).

sim, que se inscreve nas condições políticas gerais que regem o país. O entrevistado percebe que a política habitacional emanada do BNH é discricionária e excludente, ao mesmo tempo em que a Prefeitura Municipal (Governo a nível local) faz opção, claramente, pela defesa das classes mais favorecidas (Icaraí e São Francisco).

Embora não tenha sido explicitada ou verbalizado, fica subentendido que o entrevistado percebe no Estado brasileiro a sua condição de representante de classe (e/ou frações de classe).

O entrevistado aponta mais adiante a sua percepção também quanto à manipulação eleitoreira de recursos públicos realizada pelo então prefeito municipal (W. Moreira Franco) que antes de se afastar do exercício do cargo para se candidatar ao Governo Estadual pelo PDS, em 1982,

*gastou um monte de dinheiro na Praça do Rink, no Araribóia e na Praça São João sem a menor necessidade, e deu aquele "Buraco"<sup>25</sup> na Prefeitura. Com esse dinheiro dava para ele ter feito um milhão de ruas por aí a fora"<sup>26</sup>.*

<sup>25</sup> "Buraco" é um termo regional que significa desfalque.

<sup>26</sup> Enoc de Oliveira, depoimento.

Nota: as três praças citadas pelo entrevistado localizam-se no centro comercial da cidade e as obras realizadas foram fundamentalmente de embelezamento. Decorrido um ano, aproximadamente, as Praças do Rink e de São João (onde se localiza a Catedral da cidade), estão com aspecto degradado, mal freqüentadas e servindo basicamente para estacionamento de automóveis.

### 3. O CASO DA ITITIOCA - BAIRRO TÍPICO DE PERIFERIA

A área mobilizada pela Associação de Moradores da Ititioca é na verdade composta por mais dois aglomerados que se chamam Atalaia e Capim Melado e se caracteriza, topograficamente, por uma sucessão de vales intermontanos, encostas íngremes e morros. Esta área vem sofrendo importantes transformações nos últimos quinze anos, das quais a mais notável é a mudança no uso da terra, passando do uso rural para o uso predominantemente urbano. Até recentemente os poucos habitantes do lugar pagavam (quando pagavam) imposto territorial rural que no dizer dos moradores mais antigos, era de valor irrisório. Uma propriedade rural com vinte acres pagava proporcionalmente menos impostos do que se paga atualmente por um lote urbano de aproximadamente 300 ou 400 m<sup>2</sup>.

Esta passagem do rural para o urbano coincide com um período de grande expansão imobiliária no país como um todo. Ao município de Niterói foi acrescido uma particularidade que lhe causou um forte impacto: a construção da Ponte Rio/Niterói e a fusão dos dois Estados. Uma das vertentes dessa expansão projetou-se para a periferia com o aumento de populações de baixa renda, pela expansão das áreas de posse, alternando-se com loteamentos para segmentos sociais mais privilegiados.

Ititioca e adjacências - doravante designadas apenas de Ititioca - é uma área tipicamente periférica, concentrando de forma bastante homogênea, população pobre que se reflete no espaço por um determinado tipo de desenho urbano.

Como é uma área de loteamentos recentes, realizados às pressas e sem um esclarecimento jurídico devido, até 1983 (data da pesquisa de campo), a quase totalidade dos moradores não

possuíam documentação definitiva. Os próprios loteamentos não estão legalizados junto à Prefeitura Municipal o que impede a concessão de escrituras definitivas. Apesar disso ou por isso, o bairro começou a crescer de forma muito rápida, principalmente no decorrer dos anos 70.

De acordo com depoimentos de diretores da associação de moradores, nessa área havia vinte e oito propriedades rurais que foram sendo sucessivamente partilhadas, chegando aos dias atuais em que os lotes têm em média, 12m de frente por 20 m de profundidade. Nesses lotes de pouco mais de 400 m<sup>2</sup> têm sido construídas múltiplas habitações com taxa de ocupação média elevada e arranjo espacial bastante desordeando, apontando mesmo para um padrão quase caótico. No entanto, essa "desordem" urbana tem uma certa "ordem" interna: o proprietário é aquele que paga o lote à empresa loteadora e geralmente é o primeiro a construir. A seguir, ele pode permitir a construção de novas habitações no mesmo lote a cada filho que se casa, a um amigo necessitado, a um parente que chega da zona rural ou de outros bairros ou a um compadre que solicita ajuda. Muitas vezes uma casa com dois cômodos tem um deles sub-locado e as relações entre esses diversos elementos se estruturam através do pagamento de aluguéis.

Observações empíricas realizadas neste bairro de Ititio ca sugerem que esta relação se identifica mais com uma forma de estratégia de sobrevivência coletiva, do que com relações sociais capitalistas. Isto porque em quase todos os casos, a construção dos barracos adjacentes só se dá quando ocorre a solicitação por parte de terceiros e muitos são edificadas pelos futuros usuários (parentes próximos).

Essa forma improvisada de edificações tem trazido ao bairro várias conseqüências das quais uma das mais graves é a do escoamento dos dejetos feito a céu aberto pelas ruas e que desembocam em valões igualmente não encanados. Esta forma de poluição ambiental provoca muitas doenças principalmente entre a população infantil a ponto de um médico do Posto de Saúde local ter levantado suspeitas de que deveria haver uma causa comum para explicar a incidência de determinadas doenças infantis. A partir daí concluiu-se que o principal causador de parasitoses, desidratações, problemas dermatológicos e outros procediam da má qualidade da água e do precário sistema de esgotamento sanitário. Partiu portanto do médico do Posto o alerta de que seria necessário manilhar os principais valões do bairro como medida protetora da saúde coletiva.

A iluminação pública não existe, o que dificulta a circulação dos moradores à noite e facilita a ação dos marginais que vêm impondo um clima de medo ou mesmo de terror. Embora a criminalidade e a violência tenham ocorrido também à luz do dia, certamente à noite o medo aumenta. As ruas, ainda mal traçadas, primam pela má conservação. Estão sempre esburacadas, cheias de mato, com valas profundas sulcadas pela erosão pluvi-al, que provocam não só o desconforto, mas até o perigo de acidentes aos transeuntes.

Finalmente a ocupação urbana do bairro tem revelado também uma faceta nova que contradiz a "teoria" que informa as aspirações universais pela melhoria das condições de vida sempre vigentes entre as classes populares. Considerando-se que os inquilinos são também numerosos, o que se observa é um comportamento diferenciado entre estes e os proprietários, duas catego-

rias sociais de interesses diferentes. Os primeiros desejam que o Estado, enquanto produtor e gestor dos meios de consumo coletivo, providencie para o bairro luz, água, encanamento dos vasos, telefone público, limpeza das ruas, coleta de lixo etc. etc. No entanto, os inquilinos temem que a introdução de tais serviços no bairro fatalmente elevaria em muito as condições gerais de vida, porém, em contrapartida, encareceria todo o seu processo de reprodução. Então duas seriam as conseqüências possíveis para si: expulsão para outros bairros mais pobres e geralmente mais afastados, ou arcar com o ônus da elevação dos custos sociais e financeiros das inovações. Neste caso, a sua permanência neste local só poderia ser feita pela inserção de novos membros da família no mercado de trabalho (mulheres e crianças). Assim sendo, os inquilinos que são os componentes dos extratos mais pobres desse bairro, reagem contra a inovação, oferecendo obstáculos ao esforço mobilizatório da Associação de Moradores nas suas lutas reivindicativas.

### 3.1. A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA NA FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Entre 1978 e 1980 por força de um contrato firmado com a diocese de Niterói chega a cidade o padre Roberto Thiago Mayer que após visitaçãõ a vários bairros acabou escolhendo Ititioca como "locus" do seu trabalho pastoral. Alugou um barraco no próprio bairro e passou a morar no local, tendo convidado outras pessoas da Igreja Santuário das Almas onde participava de grupos de reflexão. Influenciado pela Teologia da Libertação esse religioso da ordem Obladores de Maria e o seu grupo realizam importantes trabalhos pastorais e de reflexão política.

Um dos grupos que muito se destacou foi o de mulheres no qual, além da discussão do seu cotidiano, ministrava-se cursos de trabalhos manuais e artesanato. Nasceu aí a proposta de se construir uma creche comunitária a ser auto-administrada. Com a intermediação da CNBB conseguiu-se doação de dinheiro alemão (3.700 marcos, em 1979) que deveria ser gerido por uma irmandade de freiras com atuação no bairro.

Nos grupos de reflexão procurava-se despertar a consciência dos moradores para as condições precárias de vida. Nesses grupos o papel do "agente externo" foi da maior importância, principalmente o do sacerdote que convivia diuturnamente no bairro. Já havia algumas propostas de organizarem politicamente a comunidade quando surge a "Comissão dos Enguiçados" e alguns dos moradores de Ititioca dela participam intensamente, pois nos grupos de reflexão, a precariedade dos transportes era um dos temas mais tratados.

Quando se coloca a questão da recriação de Associações de Moradores em cada bairro de Pendotiba, Piratininga e Itaipu, Ititioca já possuía muitas das pré-condições amadurecidas no trabalho da Igreja e a necessidade de sua institucionalização foi consensual. Funda-se a primeira associação com estatuto registrado em cartório em 1979 e passa a atuar como pessoa jurídica. Nesse processo houve um decisivo apoio de uma das freiras, auxiliar de enfermagem de formação, com relevantes serviços assistenciais prestados à comunidade e por ela solidamente reconhecida. Contrariando o restante de sua congregação que considerava excessivamente "revolucionária" a prática pastoral do padre visitante, esta freira investe na criação da associação de moradores e continua exercendo um certo controle sobre

ela. Em 1980 ou 81 o padre deixa o bairro por ter terminado o seu contrato com a diocese e muda-se. O seu grupo de apoio continua e cresce o movimento de mulheres que está no limiar da construção da creche quando chegam ao bairro alguns padres da Ordem Vicentinos, conservadores e bastante identificados com a maioria das freiras com as quais se aliam. Sob a proteção do bispo da cidade, todos juntos - o clero - pressionam os militantes leigos sob acusação de subversão comunista. Por trás dessa pressão estava o interesse e a disputa pelo poder de gestão dos recursos financeiros e da gestão da própria creche. Enquanto os agentes leigos, simpatizantes do PT, advogavam junto com as mulheres da comunidade uma auto-gestão, os padres vicentinos, o bispo e as freiras desejavam uma administração tradicional o que prevaleceu com a saída dos "agentes externos".

A primeira luta organizada dessa Associação foi conjunta com a luta do Grupo Prô-UNAMPPI, tendo por interlocutor a Viação Pendotiba e a Prefeitura Municipal. As vitórias alcançadas davam alento aos moradores participantes e consequentemente repercutiam na elevação dos ânimos em Ititioca e a sua Associação passou a crescer ao sabor da força que vinha fundamentalmente de fora. Por essa época a UNAMPPI realizou concentrações e atos públicos que reuniram mais de 3.000 (três mil) pessoas no Largo da Batalha, cuja repercussão regional era, sem dúvida, muito positiva.

Fundada a Associação dos Moradores da Ititioca em 1979, a diretoria tenta ampliar o movimento para "todos" os moradores:

*apesar de que muita gente não sabe o que é a Associação de Moradores, obrigação que cada mo*

*rador deveria ter com o seu bairro, mas não pa  
ria para pensar o que é isso. A Associação é um  
órgão que envolve o povo todo e é obrigação  
dos membros da direção tentar envolver o seu  
vizinho. Há obrigação para ele no trabalho. Es  
calar ele para um grupo, para a comissão de  
água, transporte, luz, estrada, saúde, lazer e  
outros<sup>27</sup>.*

A fala acima retrata um sentimento de que a cidadania precisa ser exercida, mas o entrevistado assume uma postura parcial já que enfatiza só os aspectos da obrigação do cidadão para com o seu local de moradia. Ele não questiona quais sejam os seus direitos.

A Associação conta (1983) com 45 ou 46 sócios pagantes, dos quais somente uns dezesseis freqüentam assiduamente as reuniões. Os jovens estão ausentes, e dos adultos, participam mais os homens do que as mulheres. Os chefes de família são os que mais se preocupam com o problema da posse da terra.

Não possuem sede própria e a diretoria se reúne em dependências cedidas por uma freira<sup>28</sup>. Devido a falta de recur-

<sup>27</sup> Trata-se de entrevista concedida por Jorge José de Carvalho (o Jorge Acarau) um dos integrantes da diretoria da Associação de Moradores e Amigos de Ititioca, pedreiro de profissão, natural do Estado da Paraíba, analfabeto e que iniciou seu trabalho de militância comunitária na Rocinha, onde se instalou quando de sua chegada ao Rio de Janeiro. As condições de moradia na favela eram tão difíceis que um dia começou a conversar e a ouvir seus vizinhos sobre possibilidades de obter algum serviço para a favela. Aproximou-se do Centro Pró-Melhoramentos e lá começou a participar regularmente. As disputas internas existentes no Centro contribuíram para sua maior dedicação ao movimento, mas acabou saindo de lá e mudando-se para Ititioca em fase de grande expansão da construção civil neste município.

Na Rocinha aprendeu que o movimento de resistência precisa ser organizado e lastreado sobre uma ampla base social. Na Ititioca está colocando em prática ou está reproduzindo seu aprendizado na Rocinha (1983).

<sup>28</sup> Trata-se de uma pequena casa ocupada por algumas religiosas que há muitos anos prestam assistência aos moradores desse bairro e uma delas, a Irmã Nilza, desempenha a função de enfermeira ou atendente de saúde. Neste local se realizam as reuniões semanais da Associação de Moradores. A Irmã Nilza é atualmente funcionária da Prefeitura e goza de grande prestígio entre os moradores.

sos, o que ocorre com a maioria das Associações, os moradores deste bairro também não têm perspectivas de conquistarem sede própria ou qualquer outro tipo de patrimônio.

### 3.2. A ESTRUTURA INTERNA DO MOVIMENTO

A Associação nasceu numa Assembléia Geral com a presença de moradores do bairro e muitos visitantes, totalizando mais de cem participantes. Desde então estas têm sido convocadas e realizadas esporadicamente quando algum problema sério o exija. Fora disso a diretoria se reúne semanalmente. Destas reuniões as mulheres não participam, porém a tarefa de percorrer casa por casa à busca de assinaturas para abaixo assinado por exemplo é desempenhada, fundamentalmente, por elas. Os homens apanham assinaturas nos bares e no campo de futebol, preferencialmente.

O chamamento para as assembléias é feito por boletins distribuídos para todos os moradores, a domicílio, cabendo esta tarefa às crianças. A diretoria executa as decisões das assembléias.

Para reivindicar algum serviço junto ao poder municipal, a associação tem recorrido a duas estratégias mais frequentes: ao abaixo assinado e à comissão de moradores para ir dialogar com as autoridades constituídas, integradas não necessariamente pelos diretores.

O seu lema principal é a união. A esse respeito vide as suas manifestações:

*O que faz a força na classe humilde é a união do povo. Tudo enquanto houver desunião começa a dissolver... porque, se o povo não se unir, os diretores principalmente não se unir, não*

*souber como é que se leva uma boa palestra com os sócios, pra ser todos unidos, dissolve<sup>29</sup>.*

A Associação não se filiou oficialmente à UNAMPPI porque esta não registrou os seus estatutos em cartório e também porque a UNAMPPI desejava recolher 15% da arrecadação de cada Associação filiada, para fazer o seu próprio fundo. Até 1983 esta Associação não havia se filiado também à FAMERJ por falta de oportunidade, mas considera o sistema dessa filiação melhor: recolhimento de uma taxa fixa por mês.

Com exceção de sua articulação com a UNAMPPI muito grande à época da fundação de ambas, a Associação de Moradores de Ititioca vive bastante fechada sobre si mesma. Como já se registrou anteriormente, os inquilinos não participam da associação, porque ela significa reivindicar melhoria de condições de moradia e melhorias materiais para o bairro, o que poderia acabar inviabilizando sua permanência na Ititioca. Então a não expansão da associação tem relações também com contradições internas, de diferentes estratos sociais.

O contato com entidades congêneres tem sido débil. Não tem tido qualquer articulação com o movimento sindical, estudantil, ou mesmo com o movimento da Igreja em escala representativa. Assim sendo, esse movimento associativo não está fazendo de forma completa a articulação das contradições, pelo menos na linha do que preconiza Manuel Castells:

*O papel da organização na formação de um movimento social é o de ligar as diferentes contradições presentes nas combinações estruturais de que se trata. O papel da organização*

<sup>29</sup> Jorge Acaraú - entrevista (1983).

*para destruir o movimento social é o de desli-  
gar as contradições<sup>30</sup>.*

Os tipos de ações desenvolvidas por essa Associação fo-  
ram de caráter predominantemente reivindicativos, como no caso  
de melhoria da principal via de acesso ao bairro, evitando sem-  
pre o confronto com a Prefeitura, à qual solicita esse benefí-  
cio durante muitos meses.

O grupo dirigente, contando com uma pequena participa-  
ção do conjunto dos moradores vinha reivindicando o tapamento  
das valas da estrada principal, cujas condições de trânsito  
eram sempre precárias. Tais pedidos eram feitos ao pé-do-ouvi-  
do do prefeito que visitava o bairro com uma certa freqüência.  
Numa dessas visitas esta autoridade teria dito ao presidente  
da Associação de Moradores:

*eu não vou me esquecer de vocês não. São que  
eu vou pavimentar a estrada bem no final do  
meu mandato, senão, se eu der agora o que vo-  
cês estão me pedindo, até 15.11.82 vocês já  
terão esquecido de mim<sup>31</sup>.*

Realmente esta promessa foi cumprida, e, no apagar das  
luzes do seu período de mandato no governo municipal de onde  
se afastou para candidatar-se ao posto de governador do Estado,  
pelo PDS, muitas estradas da periferia foram asfaltadas, inclu-  
sive aquela que passando por Atalaia e Ititioca, vem até Nite-  
rói, passando por Viçoso Jardim, posteriormente referido.

Este desfecho aponta como efeito político o reforço de  
uma prática clientelística a que toda a periferia de Niterói

<sup>30</sup> Manuel Castells - La cuestión urbana. Siglo veintiuno editores.  
México, 1978 - 5. ed. p. 322.

<sup>31</sup> Palavras do Prefeito W. Moreira Franco segundo depoimento do pre-  
sidente da Associação de Moradores da Ititioca (1983).

está historicamente submetida. Como efeito urbano, ou seja, mudança na relação população-equipamento (Borja, 1975), nota-se que tal bairro se beneficia da nova estrada por onde trategam os ônibus propiciando mais conforto. Mas pela mesma estrada também trategam milhares de automóveis de passeio, entre a região das praias e a cidade, desenvolvendo velocidades muito altas, fonte de inúmeros atropelamentos. O medo da estrada é um elemento novo no bairro.

O preço da terra subiu. Multiplicam-se casas de boa qualidade ao longo da estrada e muitos pobres estão sendo expulsos para Capim Melado, Souza Soares (favela) e outros locais mais afastados.

Um dos dirigentes da associação percebe que a base social precisa ser ampliada; que o movimento popular precisa crescer a nível nacional para fazer frente ao inexorável empobrecimento das massas nos últimos anos, mas receia um confronto de classes (do tipo saques, invasões, quebra-quebras) e aspira uma mudança na condução da política econômica e social do país a partir dos governantes, como se vê:

*meu desejo é que o nosso imenso Brasil, enorme, que a gente está vendo o sofrimento do povo de modo geral das periferias e a gente está vendo que não é só aqui. É no Rio de Janeiro inteiro e é no Brasil todo. Está-se vendo que nem 1% da população está interessada em modificar este plano da massa, e que nós somos o mínimo tentando organizar. (Voltando-se para o entrevistador:) Se não tiver alguém que leve este assunto lá, que puxe dos bairros, das favelas e dos barracos até os palácios (referindo-se aos palácios em Brasília), que conte esta história honestamente, para que alguém lá em cima escute e que Deus um dia bote na cabeça dessa pessoa a idéia de que precisa escutar também, que precisa acompanhar o movimento do*

*povo e da classe... senão a situação está ficando perigosíssima<sup>32</sup>.*

O trecho transcrito demonstra que o entrevistado tem a percepção de que o movimento do seu bairro está sendo levado ainda por uma minoria e revela uma preocupação com a representatividade. Ao mesmo tempo revela a compreensão de que os problemas sociais dos bairros de periferia não são isolados, mas que se articulam com uma instância estrutural (o modelo econômico nacional).

É verdade que as decisões quanto ao encaminhamento da luta pela regularização da posse da terra têm sido tomadas por assembléias gerais numerosas que garante uma boa base popular, porém muitos dos que aí comparecem não estão identificados com a Associação, mas apenas com o desejo de obter a posse definitiva da terra.

No que se refere à dificuldade de organização do movimento, recoloca-se a questão da estratificação de classe nesse bairro, pelo menos entre proprietários e inquilinos. Os proprietários são os que efetivamente integram a Associação e lutam pela melhoria do bairro, porém é comum, (como já foi mencionado quando da análise sobre o uso do solo) que num mesmo lote morem, em média, um ou mais inquilinos para cada proprietário. Nesse caso seria um a favor da Associação e muitos outros indiferentes ou contrários, o que dificulta a ampliação da base social do movimento.

O mutirão foi uma das práticas adotadas pela Associação como instrumento de mobilização. Assim foi realizada a tarefa

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Jorge Acaraú, 1983.

de encanar um valão por onde até então corria o esgoto a céu aberto. A Prefeitura Municipal vendeu-lhe as manilhas a preços mais vantajosos do que os do mercado e os moradores trabalharam durante uns dez domingos consecutivos. Desse mutirão participaram cerca de trinta homens, enquanto as mulheres davam o apoio preparando a alimentação.

### 3.3. A QUESTÃO PARTIDÁRIA

Os dirigentes dessa Associação fazem restrições a toda história política partidária vivida pela UNAMPPI, desde os primórdios da "Comissão dos Enguiçados" que lhe deu origem. Esta crítica é vasada nos seguintes termos:

*a organização deles torcia tanto pela política que era um mês de vitória e um mês de desgraça. A Associação deles não foi p'ra frente. Começaram com negócio de política e eu não gosto dessas coisas. Numa reunião em que fomos lá na UNAMPPI só faltava sair pau... A Associação não deve fazer parte de política para não estragar o seu bom relacionamento com o Estado<sup>33</sup>.*

Percebe-se claramente que este entrevistado confunde política com política partidária e recorrendo a um estereótipo criado, rechaça terminantemente a ação política (partidária) do movimento de bairro.

Internamente à Associação o movimento ressentiu-se muito no decorrer do ano de 1982 porque alguns membros da diretoria solicitaram licença para trabalhar como cabos eleitorais de candidatos que se lançavam pelo PDS, a vereador. No conjun-

<sup>33</sup> Entrevista concedida por Sebastião Pereira, armador de profissão e presidente da Associação de Moradores da Ititioca (1983).

to, houve um esvaziamento motivado pela falta de tranquilidade que tomou conta da Associação. Havia tempo até de falsificações de documentos para uso eleitoral e assim a diretoria achou melhor se resguardar, encerrando suas atividades. Depois de longo período de refluxo o movimento retomou o seu curso nos primeiros meses de 1983.

Muitos dos elementos dessa trama associativa revelam a complexidade das relações políticas em torno do controle do poder local: enuncia-se a necessidade de resguardar a autonomia e de encerrar as atividades das Associações, temporariamente, (para não se deixar contaminar pelo "tumulto" das campanhas eleitorais) através de alguns dos líderes mais representativos da entidade que não escondem sua condição de pessoas ligadas ao prefeito municipal de outrora. Ao mesmo tempo em que verbalizam a autonomia como pré-requisito fundamental da Associação, também admitem que ela precisa da "ajuda" da prefeitura, dos vereadores e por isso não podem travar lutas reivindicativas que cheguem a um confronto com o poder do Estado. Advogam a perspectiva de que é preciso manter boas relações com as autoridades constituídas a nível municipal. Porém, a nível estrutural, isto é, no que se refere à política econômica envolvendo inflação, dívida externa, carestia, desemprego etc., os diretores consideram que o Estado, nessa esfera (federal) é um grande inimigo do povo.

#### 4. VIÇOSO JARDIM - UMA PERIFERIA EM TRANSFORMAÇÃO

##### 4.1. A LUTA PELA DESATIVAÇÃO DO VAZADOURO DO LIXO MUNICIPAL

A Associação dos Moradores de Viçoso Jardim foi fundada em março de 1981 e preconizava como uma das suas bandeiras de luta a desativação da lixeira municipal que já funcionava há treze anos no bairro, recebendo uma descarga diária média de 500 a 800 toneladas de lixo<sup>34</sup>. O local escolhido para tal despejo constitui-se de um grande e profundo vale, encravado entre vários morros, de vertentes íngremes, pouco utilizado pela população do seu entorno como no bairro de Viçoso Jardim, que se situa a meio caminho entre a cidade propriamente dita e a periferia; não havia água encanada até recentemente e os moradores, habitualmente, faziam captação de águas pluviais para beber. No entanto, a lixeira pela sua natureza e magnitude, atraía muitos urubus que usavam os telhados das casas para pouso. Os dejetos deixados por essas aves, eram lavados pelas chuvas, poluindo a única água potável de baixo custo a que a população pobre tinha acesso.

Além disso, a lixeira atraía ratos, baratas, moscas e outros insetos que se alastravam pelo bairro todo, ameaçando a saúde coletiva e o sossego dos moradores. Periodicamente a Prefeitura Municipal fazia a queima do lixo e a fumaça e as cinzas assim produzidas atingiam até moradores dos bairros de classe média, como os de Martins Torres, assentado este no fundo de um vale alargado, de fundo plano, porta de entrada longínqua da garganta escolhida para ser o sítio da lixeira municipal.

<sup>34</sup> Entrevista concedida pela senhora Edith Homem de Mello, presidente da Associação de Moradores do Viçoso Jardim, em dezembro de 1985

Por todas estas condições objetivas, a permanência em atividade desse serviço da prefeitura naquele bairro era sentido por quase todos os moradores como um grande óbice ao seu cotidiano.

Constituída então a Associação de Moradores, criou-se um clima de expectativa na comunidade. No entanto, a diretoria eleita em março/81 não havia encaminhado a luta contra a lixeira até dezembro do mesmo ano, ocasião em que, numa das reuniões semanais da associação, afluíram moradores não "colados" no movimento associativo<sup>35</sup>. Estes lá compareceram para cobrar da diretoria eleita e do grupo mais participativo, o cumprimento do compromisso de campanha relativo à desativação do vazadouro do lixo.

*Então marcamos uma reunião para o dia seguinte e saímos pela vizinhança levantando o problema, isto é, fazendo um trabalho de conscientização. Havia cinco famílias favoráveis à permanência da lixeira porque esta era o seu meio de sobrevivência<sup>36</sup>.*

O depoimento sugere que o problema em questão estava pronto para politizar-se, faltando apenas a ação ou a intermediação do agente social. Os agentes sociais, por sua vez, eram portadores de grande potencial de lutas, mas, por um estado de inércia estavam protelando o ponto de partida. A reivindicação de moradores não militantes foi o elemento detonador da mobili-

<sup>35</sup> Trata-se do caso de moradores que habitualmente não freqüentam a associação de moradores como ocorre na maioria absoluta de todos os bairros. Há mais de uma crença popular sobre movimentos sociais variando desde aquela que pontuou nos últimos anos - local de subversão da ordem até aquelas que os consideram inúteis, incapazes de resolver os problemas, até o silêncio como forma de ocultar as contradições.

<sup>36</sup> Idem.

zação, como se vê. A visibilidade social de alguns dos militantes mais ativos parece ter representado a razão suficiente para a mobilização da comunidade, o que foi feito, inicialmente, em reuniões estritamente de mulheres. As primeiras reuniões, femininas, foram dedicadas à confecção de cartazes que deveriam ser empunhados em passeatas de protesto. Posteriormente houve a extensão do movimento para os homens e para os jovens e crianças, os quais compareciam às passeatas pelo bairro (reunindo trinta moradores aproximadamente). Durante estas passeatas acompanhadas por aparelhagem de som, realizavam-se comícios.

No decorrer dessa campanha foi convocada uma grande assembleia de moradores na qual foi decidida a data-limite que a comunidade concederia à Prefeitura para desativação da lixeira, e essa data foi 22.1.1982. Esta decisão foi oficialmente comunicada, tanto ao Prefeito Municipal como à FUNDREM.

A FUNDREM tomou providências rápidas no sentido de transferir o despejo do lixo de Niterói para o vazadouro de Engenho Pequeno localizado no município vizinho de São Gonçalo, onde toda infraestrutura para tal já estava quase finalizada, dependendo da indenização e remoção de duas últimas famílias que ainda residiam na área do futuro vazadouro. Tais famílias teriam sido removidas para dois apartamentos totalmente quitados pelo poder público, localizados no bairro de Neves, de característica popular, em São Gonçalo. E assim, ficava fisicamente pronto o novo vazadouro de lixo onde seria despejado também o de Niterói.

O prefeito de Niterói assinou um decreto municipal e fez publicar no órgão competente de 21.1.82, desativando o vazadou

ro do lixo do Viçoso Jardim, no que se referia ao lixo orgânico<sup>37</sup>. Por esse decreto o lixo inorgânico continuaria entrando no Viçoso Jardim e, pela legislação municipal, inorgânico é tudo que é catado na rua, aí incluindo, por exemplo, animais mortos. A reação dos moradores não tardou a se manifestar e nessa passagem com o apoio e participação de moradores do bairro vizinho de Ititioca por onde havia um acesso à lixeira. Carros foram estacionados em todos os acessos e os moradores realizaram uma vigília noturna. Os caminhões da prefeitura se aproximavam mas retornaram.

A coleta de lixo na cidade foi paralizada por uma semana e se instaurou o caos. Agora era uma cidade inteira clamando pela solução do problema criado, ocasião em que, acionada a FUNDREM, esta deliberou a abertura do vazadouro de Engenho Pequeno. Para lá dirigiram-se inicialmente trinta caminhões de Niterói, mas não puderam despejar porque os moradores daquela localidade e adjacências, informados sobre a crise niteroiense, estavam em vigília permanente e impediram o lixo vizinho de entrar. Resultado: o lixo de Niterói começou a cruzar a Ponte Rio-Niterói e a ser transportado para o vazadouro de Gramacho no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, a dezenas de quilômetros de Niterói.

O apoio dado pela imprensa foi, sem dúvida, da maior importância para a vitória que essa luta reivindicativa alcançou e segundo ainda depoimentos colhidos, manifestações de apoio de entidades similares de outros estados e mesmo da Argentina não faltaram. Porém, da FAMERJ, sediada no Rio de Janeiro ou

<sup>37</sup> O Prefeito Municipal da época era o Sr. Welington Moreira Franco, eleito pelo MDB e convertido para o PDS.

da UNAMPPI que mobiliza bairros de Pendotiba, não receberam qualquer moção de apoio. Do ponto de vista de entidades, a luta do lixo de Viçoso Jardim foi absolutamente solitária, já que nem representantes de partidos políticos ou de seitas religiosas teriam se solidarizado com a mesma.

A principal liderança do movimento vem ocupando o posto de presidente da Associação de Moradores no seu bairro, desde 1981, e, em 1983, com a criação da entidade federativa de âmbito municipal - a FAMNIT (Federação das Associações de Moradores de Niterói) - tornou-se presidente também desta nova agremiação. Percebe-se pois que a luta do lixo travada com base na disposição de luta de poucas pessoas, dentre os quais uma despontava sempre como o ponto de referência do conjunto, rendeu dividendos políticos em uma outra instância do movimento, qual seja, a do nível municipal.

A conjuntura política nacional do final dos anos 70, marcada pela descompressão do regime militar, conseqüência, entre outros fatores, da pressão popular através dos grandes movimentos de massa da sociedade, orienta e pressiona não só o ressurgimento, mas formas de articulação horizontal (inter-pares). Tal procedimento acaba por conduzir mesmo associações isoladas como essa do Viçoso Jardim para o interior dos movimentos federativos (FAMNIT - FAMERJ), levando-as a abrir-se para fora e para cima.

O interlocutor privilegiado dessa luta foi, sem dúvida, o poder público municipal ao qual eram endereçadas, em primeira instância, as reivindicações. Em segundo lugar, o interlocutor era o poder público estadual através da FUNDREM, a quem compete a coordenação da administração supra-municipal da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Associação de Moradores daquele bairro foi muito fortalecida pela luta do lixo. A sua fundação em março/81 tinha sido motivada pelo desejo de regularização dos loteamentos que eram quase todos clandestinos e, como tal, não justificavam a alocação de infra-estrutura urbana. Dentre os serviços, um dos mais almejados pelos moradores era a água encanada. Na maioria das casas há cisternas e a CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) fornece gratuitamente uma ou mais pipas d'água, segundo a necessidade e o consumo de cada um. Poços artesianos também são encontrados e não são raros os casos de moradores que carregam água potável de grandes distâncias.

À medida que a posse da terra vai sendo regularizada, (e esse processo é lento), a água vai sendo canalizada, em alguns logradouros, mas ainda de forma precária, com os canos passando por sobre o calçamento da rua.

A rede de esgoto inexistente no local, mas a população organizada em forma de mutirão conseguiu manilhar algumas ruas, recorrendo a material doado pela Prefeitura.

Com base em diferentes frentes de luta e fortemente referenciada na pessoa de sua primeira e única presidente, a Associação vem-se consolidando, com reuniões sistemáticas e quorum bastante representativo. Pelo fato de se tratar de um bairro cuja base social é modesta e com notáveis contradições nos padrões de ocupação urbana, as relações de vizinhança se definem com certa facilidade, maior do que em outros locais.

*... agora organizamos a Associação de Moradores do Morro do Céu e assim, a Vice-Presidente que era de lá saiu e o cargo está vago...<sup>38</sup>*

<sup>38</sup> Entrevista concedida pela senhora Edith Homem de Mello...

O fato acima parece apontar para o caráter pedagógico dos movimentos sociais dessa natureza que se expande e se reproduz dentro de determinadas conjunturas. Registre-se que quase a totalidade do lixo de Niterói está sendo despejado atualmente no Morro do Céu, recriando no bairro vizinho todos os problemas sociais (de saúde, de higiene e de poluição ambiental) a que anteriormente já se fez referência. A nova associação de moradores do Morro do Céu nasce sob a determinação de reeditar a luta do Viçoso Jardim com resistência maior da "civilização do lixo" que aqui é muito mais numerosa e se organiza para resistir - para impedir a desativação da lixeira.

Viçoso Jardim travou posteriormente mais outra luta reivindicativa - a dos transportes coletivos: melhor qualidade e maior quantidade de ônibus além da introdução de horário do sereno.

A estratégia utilizada na luta do lixo foi repetida e novamente o movimento alcançou vitória e a associação foi-se consolidando. A direção política dada pelo "núcleo avançado" tem encontrado receptividade na base, o que fortalece e legitima a vanguarda.

## 5. A CONQUISTA DA ILHA DA CONCEIÇÃO POR UM PROLETARIADO NASCENTE

### 5.2. O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

A Ilha da Conceição localiza-se na porção setentrional do município e se caracteriza por uma topografia movimentada onde sucedem morros íngremes e várzeas inundáveis, o que dificultou o processo de povoamento.

A ocupação da Ilha da Conceição, propriamente dita, foi realizada num processo em que a existência de mecanismos de controle do acesso à terra, determinaram a existência de três fases distintas. Uma, em que a ocupação se dá durante várias décadas, através da favelização. Outra, onde o rompimento destes mecanismos leva à substituição das habitações originais por outras de alvenaria (fase mais recente), através da auto-construção. E a terceira, mais recente, onde em função do "problema social", se deu a intervenção do Poder Público Municipal, através da compra pura e simples das terras e a transferência, através da figura jurídica da permissão de uso aos seus atuais moradores<sup>39</sup>.

Percebe-se pois que a problemática da habitação está posta para os moradores desta Ilha desde os primórdios do seu povoamento que, segundo Meres Ribeiro, remonta a meados do século passado<sup>40</sup>, com base em atividade pecuária e cultivo da cana-de-açúcar, sustentadas por trabalho escravo. A grande dificuldade de acesso a ela e a má qualidade dos solos faziam com que para lá se dirigissem somente pessoas de baixo poder aquisitivo, dispostas a enfrentar condições de vida adversas.

Os pântanos e os alagados eram drenados pelos próprios moradores, condição indispensável para construir os seus barracos de pau-a-pique. Durante os primeiros decênios, em razão do baixo poder aquisitivo dos moradores e, a partir de 1920, por exigências da E.F. Leopoldina, as habitações não podiam ser construídas em alvenaria. Havia receio por parte da companhia ferroviária que um dia ela se visse na contingência de ter de indenizar as benfeitorias dos terrenos que cedia para a instalação dos seus funcionários.

<sup>39</sup> PMN - CODESAN, op. cit. p. 178.

<sup>40</sup> ALVES, Méres Ribeiro. Serviço Social do Trabalho. TCC nº 5, ESS/UFF, Mimeo., 1948. Apud PMN - CODESAN, p. 178.

Devido à sua posição geográfica favorável, localizada no interior da Baía da Guanabara, de frente para o porto do Rio de Janeiro, de fácil acesso a embarcações de diferentes calados, cedo a Ilha da Conceição foi valorizada para a localização de indústrias, principalmente do ramo naval.

*Em 1888 é instalada na Ilha a Secção de Reparos Gerais e Confeção de Peças do Lloyd Brasileiro. Em 1890, a Oficina de Reparos Navais e a Secção Carbonífera do Estaleiro Wilson Sons Cia. Ltda. e, em 1920, a E. F. Leopoldina Railway, ocupando dois terços das terras da Ilha, com depósito de carvão e sucata<sup>41</sup>.*

Além das empresas citadas na transcrição acima, muitas outras ali se instalaram, não só relacionadas à indústria naval como também indústria de conservas do pescado e pequenas oficinas de reparos em geral, atribuindo à força de trabalho local um forte componente operário, distingüindo-a do resto da cidade, exceção feita aos bairros imediatamente vizinhos como Ponta d'Areia e Barreto, igualmente industriais, embora mais tendente a indústrias leves.

A Leopoldina Railway concedeu, informalmente, permissão de uso entre 1920 e 1955/60 a cerca de seiscentos lotes, equivalentes a 300 mil metros quadrados, ou a dois terços da extensão total da Ilha<sup>42</sup>, para construção de moradias improvisadas.

Paralelamente não só permanecia, como crescia por essa época a colonia de pescadores com composição étnica predominante de portugueses.

<sup>41</sup> PMN-CODESAN, op. cit. p. 179.

<sup>42</sup> Ver em OLIVEIRA, Hilda Freire de - *Centro Pró-Melhoramentos na Perspectiva de Globalidade*. TCC nº 430, ESS/UFF, Mimeo, 1971.

*Foi essa miscigenação que forjou um povo ordeiro e trabalhador, construindo as nossas residências, em lugares pantanosos, formados pelas marés. Contudo, apesar desse sacrifício, o ilhéu trabalhava para o desenvolvimento do seu chão, ora abrindo as suas ruas, melhorando-as com aterro e mais tarde substituindo as nossas casas de pau-a-pique por casas de alvenaria. Naquela época, há 30 anos atrás, não se podia fazer uma casa de alvenaria porque nesse terreno ao lado da Rede Ferroviária, a antiga Leopoldina não permitia fazer casas de alvenaria. Então, nós tínhamos as nossas casas de pau-a-pique. Essas casas eram feitas a tipo de mutirão; os vizinhos se ajudavam uns aos outros a construir as suas casas<sup>43</sup>.*

Pelas restrições a obras de saneamento básico e de infraestrutura urbana impostas pela E.F. Leopoldina na maior parte, da extensão da Ilha, compreende-se que até a época da sua extinção e reabsorção pela Rede Ferroviária Federal S.A., empresa pública, que se concretiza nos anos 50 (1956), as condições de habitações e conseqüentemente de vida, eram precaríssimas na Ilha.

De 1956 a 1975 aproximadamente, ocorre o rompimento com o padrão favelizado anteriormente referido e a sua substituição por um processo de autoconstrução em regime de mutirão, utilizando materiais permanentes. Surgem maciçamente as casas de alvenaria, enquanto a sobrevivência dos barracos se dá principalmente nos morros. As permissões de uso passaram a ter caráter formal (contratual) e a infraestrutura urbana começou a ser implantada lentamente no local com ampla cooperação da comunidade que repetia os mutirões. Somente a partir da segunda

<sup>43</sup> Palestra proferida em 22.06.79 por SILVA Jr., Roberto José da, presidente do Centro Pró-Melhoramentos da Ilha da Conceição por ocasião do Seminário sobre Desenvolvimento Urbano - Niterói no Contexto Metropolitano - sob os auspícios da Sec. Mun. de Saúde e Promoção Social e Cia. de Des. de Niterói - CODESAN.

metade da década de 70 é que a prefeitura municipal começou a investir mais significativamente no equipamento infraestrutural daquela ilha. Em 1978, com ascensão do político Moreira Franco ao cargo de Prefeito Municipal pelo único partido de oposição (MDB), este foi instado pelos moradores a cumprir sua promessa de candidato, qual seja, a de regularizar a posse da terra na Ilha da Conceição. A Prefeitura acabou por comprar toda a área que estava pendente à E.F. Leopoldina, através da Caixa Econômica Federal como primeira medida para a concessão da posse definitiva aos usuários dos lotes<sup>44</sup>. A morosidade do processo tem mantido o tema da posse da terra como uma das principais bandeiras de luta do CPM e tem sido também o principal veículo mobilizador da comunidade. Às assembleias convocadas para esse fim têm comparecido centenas de moradores interessados, em sua grande maioria não militantes do movimento associativo de bairro.

## 5.2. A MOBILIZAÇÃO POPULAR

O Centro Pró-Melhoramentos da Ilha da Conceição foi criado em 1958 por uma meia dúzia de antigos moradores para fazer frente ao estado de indigência em que viviam as pessoas por aquele tempo em virtude da carência generalizada de bens e serviços de consumo sobretudo coletivo. Uma das carências mais sentidas à época era escola de primeiro grau, pois a única existente no bairro não oferecia as mínimas condições de funcionamento. Igualmente o CPM procurou a Prefeitura Municipal, então ocupada por um médico mais tarde cassado.

<sup>44</sup> Até 1985 a situação continuava pendente, mergulhada num emaranhado de imensa burocracia.

Como ocorre hoje, a PMN há vinte e cinco anos passados alegava que não tinha condições de arcar com a construção do prédio de uma escola! Então a comunidade decidiu assumir a luta pela auto-construção da escola. A arrecadação passou a ser feita nos fins de semana por grupos de militantes que, portando duas bandeiras - uma brasileira e uma portuguesa - percorriam todas as casas em busca de donativos que, ao final da maratona, eram contados e os totais anunciados aos presentes num local público, que acabou se transformando em campo de futebol da Ilha. Ao invés do chapéu ou do pires, o CPM-IC usava as bandeiras para apelar pelo sentimento cívico dos cidadãos do bairro. Os donativos cresciam e as empresas instaladas na Ilha passaram a contribuir fundamentalmente com materiais de construção como pedra, pedra moída e outros. Parlamentares fluminenses foram procurados e alguns doaram dinheiro, outros doaram material de construção. A PMN participou com o apoio técnico cedendo engenheiros e arquitetos, enquanto a força de trabalho era obtida através de mutirões feitos pelos moradores. O elemento feminino desempenhou um papel relevante no levantamento de fundos financeiros.

Numa primeira fase foi construída a base do que viria a ser a escola. À medida que pedra, tijolo, cimento e areia iam tomando o formato de alicerces, pilastras e base, muitas novas pessoas se incorporavam ao mutirão e a obra era rapidamente divulgada. Construída a base da escola, colocou-se um novo desafio: a necessidade de uma grande quantidade de tijolos. Novamente os militantes mais ativos deslocaram-se para junto das cerâmicas localizadas em grande quantidade no município vizinho de Itaboraí, e livro de atas nas mãos, fizeram a "campa-

na do tijolo". A receptividade foi grande e os tijolos foram doados, mas os industriais não poderiam arcar com o ônus dos transportes, custeados, a pedido, pela PMN. O então Ministro da Educação<sup>45</sup>, originário do Estado do Rio, procurado, fez uma grande doação em dinheiro. O governador do Estado<sup>46</sup> alegou impossibilidade de o Estado custear a construção, mas comprometeu-se a alocar professores na escola em questão. Nessa fase mobilizatória foi edificada até o primeiro pavimento, ocasião em que o movimento comunitário puxado pelo CPM desaquece e as obras paralizam.

Alguns anos depois o poder público estadual chamou a si o encargo de concluir as obras da escola e, de fato, ela foi concluída. Estava encerrado o ciclo da mobilização pela escola. O primeiro presidente do CPM havia se afastado da diretoria e o movimento estava em refluxo. Em 1963 ou 64, retorna ao posto de presidente o citado militante, com experiência anterior em movimento sindical<sup>47</sup> e o CPM reedita novos mutirões agora para construção de escadarias para acesso a alguns morros e principalmente para manilhar valões por onde escoavam dejetos a céu aberto. Nesta nova fase de mutirões para a melhoria pública da Ilha, a Prefeitura teve participação, doando material.

Com o advento do movimento militar de 1964, o CPM foi dirigido por outros grupos de inspiração pouco comunitária e

<sup>45</sup> O Ministro da Educação do Governo Jânio Quadros era o Sr. Brígido Tinoco.

<sup>46</sup> O governador nesse período era o Sr. Roberto Silveira do PTB, considerado até hoje um dos melhores governadores que o antigo Estado do Rio possuiu.

<sup>47</sup> O senhor Roberto José da Silva Jr. foi ferroviário ligado à E. F. Leopoldina e ali participou de várias lutas travadas pela sua categoria - os ferroviários.

as lutas reivindicativas foram praticamente paralizadas. O CPM esvaziou-se e pouco se ouvia falar dele. Em meados da década de 70, retorna ao comando o grupo originário e novamente são re-encetadas as lutas pela melhoria do bairro, situadas em dois níveis: a nível local através da mobilização para os mutirões e a nível do poder público municipal obtendo não só doação de material, mas implementação de obras de infraestrutura urbana, principalmente asfaltamento de ruas.

A luta pela posse da terra continua e, no final dos anos 70 consegue-se avançar até a compra da área da E.F. Leopoldina por parte da Prefeitura, como resultado de uma ampla mobilização popular.

Na opinião do presidente atual (1983) do CPM-IC, a principal razão da longa sobrevivência deste movimento com certa regularidade mobilizatória é a prática do resguardar o espaço do Centro para práticas essencialmente comunitárias, não se admitindo que qualquer partido político o utilize para fins eleitorais. Há uma concepção generalizada entre seus dirigentes que os vereadores não representam ninguém e nem se interessam pelos bairros que os elegem. "Os vereadores são políticos espúrios que apenas usam o parlamento para tirar proveito próprio". Ressalvam, no entanto, os que se têm eleito tendo como base a Ilha da Conceição porque estes sabem que o CPM é vigilante e teria força para influenciar na sua reeleição ou não.

Esse descrédito em relação ao poder legislativo municipal certamente explica o fato dos movimentos associativos de moradores elegerem de forma privilegiada o executivo municipal como interlocutor das suas reivindicações.

A luta reivindicativa travada pelo CPM-IC tem-se pauta-

do em três itens principais: a luta pela escola, a luta pela obtenção definitiva da posse da terra e a luta pela higienização da Ilha. Recentemente, num patamar secundário, foi travada uma luta também pela introdução de uma linha de ônibus que ligasse diretamente a Ilha com a Zona Sul da Cidade, passando pelas praias e pelo setor hospitalar mais denso. A linha começou a funcionar mas, breve uma empresa concorrente<sup>48</sup> impetrou mandado de segurança contra essa concessão e obteve liminar favorável, com o que, a linha Ilha-Icaraí foi retirada. Houve grande reação popular e a comunidade decidiu comparecer ao programa "O Povo na TV", da TVS para denunciar o uso do poder econômico contra o povo. A empresa prejudicada cedeu quatro ônibus e o CPM-IC levou mais de duzentos moradores defronte ao estúdio da TVS, no Rio. Não puderam entrar senão três representantes. Após triagem do assunto, os reivindicantes foram deixados de pé por mais de quatro horas para entrar no ar. Enquanto isso uma moradora jovem da Ilha que aproveitou a carona para ir denunciar problemas matrimoniais, foi privilegiada na triagem e entrou no ar imediatamente para reclame do cônjuge<sup>49</sup>. Os quase duzentos moradores que permaneceram do lado de fora não resistiram ao calor e retornaram ao final de algumas horas. Estava perdida uma batalha e a Ilha ficava sem acesso à Zona Sul por linha direta de ônibus.

O CPM-IC não tem mantido articulações horizontais mais significativas, a não ser com a FAMNIT de cuja fundação e gestão tem participado. Internamente à Ilha, apesar do grande nú-

<sup>48</sup> Viação Ingã.

<sup>49</sup> Depoimento do Sr. Roberto José da Silva Jr. a 22.9.82.

mero de operários que aí residem, o CPM-IC nunca foi chamado a apoiar ou a participar de qualquer movimento sindical.

O grande esteio, segundo seus dirigentes, para o sucesso das atividades do CPM, tem sido a imprensa, principalmente o maior jornal de Niterói e o próprio jornal da entidade<sup>50</sup>.

Com o poder constituído, principalmente com a Prefeitura mantêm contatos esporádicos dentro das necessidades que forem surgindo.

*Nós somos independentes; somos amigos de todos, mas eles lá e nós aqui. Se os líderes de bairro ficarem freqüentando os gabinetes com regularidade acabam sendo coniventes com as autoridades<sup>51</sup>*

Muitas das idas à Prefeitura têm sido em numerosas comissões com cerca de até cinquenta pessoas, dependendo do assunto porque nenhuma autoridade terá coragem de prometer alguma coisa para cinquenta pessoas e deixar de cumprir.

Apesar dessa autonomia de que esse movimento se reveste, os seus líderes reconhecem que ele carece de renovação no corpo dirigente. Hoje, como há vinte e cinco anos passados, são quase as mesmas pessoas que compõem as sucessivas gestões. Todas mais amadurecidas, mais experientes, porém mais velhas, tendendo para uma gerontocracia. Essa falta de incorporação de militantes mais jovens poderá comprometer a sobrevivência do movimento, a médio prazo pelo menos.

O bairro da Ilha da Conceição é um dos que tem maior índice de população operária do município e a associação de mo-

<sup>50</sup> O Fluminense e a Voz da Ilha, respectivamente.

<sup>51</sup> Depoimento do Sr. Roberto José da Silva Jr. a 22.9.82.

radores que mobiliza fortemente toda a Ilha é uma das mais moderadas no conjunto do movimento da FAMNIT. A disputa política pelo poder que existe fica mascarada por prolongada convivência e relações de amizade entre as principais lideranças, porém, forças ligadas ao PT aspiram uma direção mais reivindicativa para o movimento. A direção política até agora dominante (salvo nos anos de peleguismo) está proximamente identificada com a linha do PCB: evitar choques ou confrontos radicais com o Estado.

#### 6. ICARAÍ - UM EXEMPLO DE MOVIMENTO EM BAIRRO DE CLASSE MÉDIA

No município de Niterói a constituição de Associações de Moradores em bairros habitados hegemonicamente por segmentos de classe média como Santa Rosa, Pé Pequeno, Icaraí, Ingá, Boa Viagem e outros foi mais tardia do que em vários bairros da periferia. Com exceção do Pé Pequeno, todos os demais caracterizam-se por uma forte verticalização, o que equivale a altas densidades demográficas. Poder-se-ia dizer que o mecanismo social e psicológico do efeito-demonstração foi bastante significativo no processo de constituição de entidades voltadas para a proteção dos direitos do morador. De um lado, as entidades filiadas à FAMERJ na cidade do Rio de Janeiro atingiam, a cada dia, maior visibilidade pública, como por exemplo a da Rua Lauro Müller onde se desenvolveu uma experiência de auto-gestão de um condomínio com forte participação e organização comunitárias. Os desdobramentos políticos fortaleceram aquela Associação<sup>51</sup>. De outro lado, com alguns anos de precedência,

<sup>51</sup> Sobre esta experiência ver Pedro Porfírio, *O Poder da Rua*, Petrópolis, Vozes, 1981.

no próprio município de Niterói, Associações de Moradores, de periferia vinham se firmando com base social e territorial publicamente reconhecida, sobretudo em Pendotiba.

A mobilização em bairros com predomínio de edifícios de apartamentos esbarra em várias dificuldades e se beneficia de algumas facilidades comparada com a organização política em favelas ou em periferia. Uma das dificuldades encontradas está contida na própria arquitetura, pois os edifícios aproximam fisicamente os moradores citadinos, mas os isola socialmente, freando a mobilização. Outro óbice se refere ao patamar de reivindicação. Os moradores de tais bairros devem lutar para preservar padrões de vida já estabelecidos ou para elevá-los, e o móvel da mobilização passa frequentemente pela ecologia, pelo meio ambiente e pelo controle sobre o gabarito, enquanto nas favelas e nas periferias, as lutas pautam em necessidades cruciais de sobrevivência imediata.

Uma vantagem perceptível é a maior freqüência com que se dispõe de pessoas dispostas a trabalhar nesse tipo de atividade, sem remuneração, em horários extraordinários, fruto de uma maior tradição de militância política, não raro partidária. É comum encontrar-se maioria de dirigentes com instrução universitária em muitas dessas Associações de Moradores, quando não de estudantes universitários.

Um dos fatores propulsores no caso das Associações de Moradores de classe média em Niterói foi, sem dúvida, a ação da FAMERJ. Nas reuniões preliminares à criação de várias delas era freqüente a presença de um representante da FAMERJ, recebido como pessoa mais experiente, como uma autoridade no assunto e que proferia um discurso altamente esclarecedor e incenti

vador. Nunca se perdia a oportunidade de exemplificar com casos de outras associações recém formadas e de lutas que estavam sendo travadas em outros bairros da RMRJ.

Não faltaram também militantes que se dedicavam à criação de uma Associação de Moradores no seu bairro e em bairros vizinhos com interesses partidários, pois muitos dos que despontaram como pioneiros no movimento associativo acabaram postulando cargos eletivos em novembro de 1982. Tentativas de fazer do movimento associativo um braço do seu partido político foram muito comuns.

#### 6.1. O CENÁRIO DA MOBILIZAÇÃO

Localizado ao longo da bela praia que lhe dá o nome, Icaí é um bairro essencialmente de classe média. Os preços dos imóveis são muito elevados na Praia e vão diminuindo gradativamente à medida em que se afasta para o interior do bairro o qual se constitui de cinco ou seis logradouros paralelos à praia e pouco mais de uma dezena, perpendiculares a ela. Nesta área de dimensões restritas, com uma única área verde, amontoam-se aproximadamente 70.000 moradores, o que explica a intensa edificação e verticalização do bairro. As residências unifamiliares que outrora a caracterizavam, vêm sendo destruídas, umas após outras e substituídas por edifícios de quinze, vinte ou mais pavimentos. Neste contexto as contradições urbanas se agravam, pois a classe média aspira vantagens locacionais, mas percebe que isto significa um alto preço não só financeiro, mas também, um franco processo de degradação da sua qualidade de vida.

A vivência dentro dos edifícios de apartamentos cada

vez maiores aproxima fisicamente os moradores, mas contraditoriamente, este tipo de arranjo espacial isola socialmente os homens, criando um clima de indiferença entre eles e de apatia em relação aos problemas que afetam a sua rua ou o seu bairro. A disposição para a mobilização e para a organização política é reduzida.

É nesse quadro que começa o movimento pró-associação de moradores do bairro.

No decorrer de 1981, as primeiras reuniões não congregavam mais do que cinco ou seis pessoas, e se realizavam nas casas de um ou outro para discutir a necessidade de se criar uma associação de moradores em Icaraí. Uma das questões colocadas como tarefa a ser encampada pela futura entidade era o da segurança. Havia um clima de grande apreensão no bairro com respeito aos assaltos e essa tensão foi agravada com a denúncia de assassinato de um jovem morador do bairro por soldados da Polícia Militar (PM). O bairro amanheceu pichado contra a violência da PM e esta, temerosa de uma ação mais agressiva dos moradores, retirou seus policiais das ruas. Icaraí ficou sem policiamento por alguns dias e o temor aumentou. Nesse contexto entra a comissão pró-associação, levando um abaixo assinado de vários moradores, solicitando ao 129 Batalhão da PM, maior segurança, maior responsabilidade e outras providências.

Ocorre que o abaixo assinado teve grande dificuldade de trâmite por não estar subscrito por uma entidade legalmente organizada. É então que a comissão começa a se empenhar em fundar a associação. No entanto, as reuniões não se ampliavam e o projeto da associação ficava na vontade daqueles poucos militantes.

Em setembro/outubro daquele mesmo ano, um processo amplo de mobilização se deu em bairros periféricos em torno do problema criado com a tentativa de despejo de dezenas de famílias de posseiros do bairro de Piratininga. As associações de moradores de periferia conseguiram jogar esse problema para outros segmentos da sociedade, transferindo os debates para pontos geográfica e socialmente centrais da cidade, com a presença de outras associações de moradores já formadas e em vias de formação, parlamentares, intelectuais e setores organizados da sociedade civil. Dentro desse processo mobilizatório amplo, um grupo de moradores de Icaraí tentou constituir a sua associação. Esta tentativa malogrou porque não se conseguiu realizar uma assembléia de fundação com um quorum minimamente representativo.

O movimento refluiu e passou todo o ano de 1982 em brancas nuvens. Tal refluxo não foi característica dos moradores de Icaraí, mas de amplitude muito maior, tendo em vista que grande parte da população brasileira esteve empenhada no processo eleitoral que culminou a 15.11.82. Da apuração dos resultados até a posse dos novos eleitos com a conseqüente mudança de ocupantes dos diversos cargos da administração pública (municipal e estadual), mais alguns meses foram consumidos.

Lá pelos idos de março/abril de 1983, lentamente, começou a retomada do movimento associativo em Icaraí na cadência dos outros segmentos organizados da sociedade civil. As primeiras reuniões desta nova fase contavam com cerca de quinze pessoas, muitas delas novas no processo. Algumas semanas depois tal número subia a vinte/vinte e cinco. O aspecto sensivelmente novo desta fase estava representado, sem dúvida, pela maior

capacidade organizativa e pela disposição para o trabalho. Dentro do espírito de organizar a entidade, uma preocupação constante era a de definir o seu objetivo. Para atingir tal objetivo faziam-se necessárias a realização de algumas atividades ou o enfrentamento de algumas lutas. Tais atividades passaram a ser planejadas, partindo da definição dos objetivos de cada evento, estratégia a ser adotada, cronograma a ser cumprido, divisão de tarefas etc. Aliada a essa estruturação programática havia uma grande dedicação ao trabalho por parte de cinco ou seis militantes mais ativos.

Reportando às eleições de 15.11.82 é importante registrar que para o Governo do Estado do Rio de Janeiro venceu um partido de oposição (o PDT), derrotando o PMDB, e para a Prefeitura Municipal de Niterói venceu o partido do governo federal (o PDS), que já estava no poder.

O grupo de moradores envolvidos na constituição da AMAI tem fortes ligações com os resultados das eleições, ou seja, com o PMDB, duplamente derrotado (no Estado e no Município)<sup>52</sup>.

<sup>52</sup> Nos meses que precederam a fundação da AMAI havia pelo menos doze militantes que com certa regularidade compareciam às reuniões dos quais nove haviam se empenhado como cabos eleitorais pelo PMDB autêntico em 15.11.82, com exceção de um que havia apoiado o ex-PP.

A Diretoria provisória eleita em 25.06.83 teve o seguinte espectro profissional e partidário:

Cargo	Sexo	Profissão	Partido
Presidente	F	Professora Primária	PMDB (PC do B)
Vice-Presidente	M	Jornalista e Professor	PMDB
1º Secretário	M	Militar reformado, economista e industrial	PMDB
2º Secretário	F	Profa. Universitária	PMDB
1º Tesoureiro	M	Estudante de nível médio	PT (simpatizante)
2º Tesoureiro	M	Economista	PMDB (PC do B)
Dir. de Comunicação	M	Func. Público	PMDB
Dir. de Serviços	M	Estudante Universitário	PMDB (MR-8)
Dir. de Ativ. Sociais	M	Func. Público	PDT
Dir. de Ecologia e Meio Ambiente	M	Desempregado	PMDB (PC do B)

Nos dias 21 e 22 de maio de 1983, por ocasião da realização do I ENCAMON (Encontro das Associações de Moradores de Niterói), a AMAI lá compareceu na condição de Comissão pró-AMAI, sem contudo ter ainda a sua formalização jurídica. Mesmo assim a sua participação se fez com os doze delegados previstos pelo regimento do ENCAMON. Durante os dois dias de trabalho do Encontro, os delegados da Comissão pró-AMAI votaram as questões quase sempre em bloco. Somados com os votos da AMAROSA (Associação dos Moradores e Amigos de Santa Rosa), os votos dessa Comissão contribuíram decisivamente na definição dos rumos do movimento associativo, a nível municipal.

Terminado o I ENCAMON o pequeno grupo que se dispunha a trabalhar pela fundação da AMAI resolveu caminhar no sentido de concretizá-la. As concepções sobre o movimento associativo não eram consensuais. A entidade aqui e agora era a concepção majoritária. Postura essencialmente conjuntural sem um projeto de prazo mais longo para o movimento. Esta postura levava à uma prática política marcadamente vanguardista na medida em que o conjunto dos moradores desconheciam, ainda, a existência desse movimento Pró-AMAI.

Uma corrente minoritária, embora não negando a importância da vanguarda, defendia a necessidade de se realizar um trabalho de base, tentando mobilizar os moradores desde o microcosmo dos edifícios, ampliando para os quarteirões, ruas, trechos de ruas, praças, etc. Propunha a postergação da criação da entidade em troca da obtenção de uma maior representatividade enquanto uma associação de moradores de um bairro tão populoso. Travadas as discussões, prevaleceu a posição de fundar imediatamente a entidade sob a alegação de que, sem um conteúdo

do jurídico havia grandes entraves em encaminhar uma série de reivindicações junto a instituições do poder público. Assim sendo, em 26.06.83, em uma assemblêia especialmente convocada para esse fim, que contou com a presença de mais de cem pessoas, foi fundada a entidade e eleita a primeira diretoria com mandato provisório de seis meses. Esta diretoria firmou como sua meta principal a formação do Conselho de Representantes. Para isso, seria incentivada a organização dos moradores por ruas, e cada rua organizada elegeria o seu representante junto a AMAI.

Visando a adoção de estatutos, condição necessária para revestir-se de caráter jurídico, a comissão Pró-AMAI obteve o documento similar da AMAPP (Associação dos Moradores e Amigos do Pê Pequeno) o qual foi tomado como base. Introduzidas algumas alterações no que se refere à delimitação da base territorial e datas das eleições, estava aprovado o texto dos Estatutos, submetidos e aprovados na assemblêia de fundação da entidade.

O art. 4 permaneceu na íntegra com a seguinte redação:

*A Associação tem por objetivos:*

- a) defender os interesses coletivos dos moradores;
- b) desenvolver e manter a união entre os moradores e amigos da área;
- c) estudar e obter soluções para os problemas da comunidade, encaminhando-as às autoridades competentes, quando for o caso;
- d) zelar pela qualidade de vida da comunidade;
- e) congregar os esforços de todos os moradores e amigos da área na criação e desenvolvimento de atividades comunitárias;
- f) promover atividades culturais, esportivas e recreativas, e
- g) participar, junto com outras Associações de Moradores, de atividades que visem interesses comuns<sup>53</sup>.

<sup>53</sup> Estatutos da AMAI-Título 1 - art. 4º.

## 6.2. FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

Com vistas a cumprir a meta principal estabelecida pela diretoria provisória foram propostas as seguintes atividades: contatos com síndicos de edifícios, distribuição de boletins e panfletos em edifícios; reuniões de grupos de síndicos; reuniões públicas, manhãs de lazer para crianças e outras. A tentativa de mobilização de síndicos foi ineficaz. As reuniões públicas ocorreram em pequeno número e associadas às manhãs de lazer, durante as quais se divulgava a entidade, veiculava-se abaixo assinados solicitando o tombamento do Campo de São Bento pelo Patrimônio Histórico Nacional, e recrutava-se novos sócios. A filiação de novos sócios tinha como finalidade maior, a tentativa de organizar as ruas e concretizar a formação do Conselho de Representantes. Este seria composto por um ou mais representantes de cada rua organizada.

Ao final da gestão da diretoria provisória três núcleos haviam se estruturado: o da Travessa Elza Bittencourt, o da Rua Ary Parreiras e o da Rua Tavares de Macedo. Os dois primeiros casos surgiram para fazer frente a esburacamentos de rua, desmoronamento de canal e deslizamento de encostas ocorridos durante um período de fortes chuvas nos meses de maio e junho. Alguns moradores liderados por militantes partidários convocaram a Defesa Civil, o Sindicato dos Engenheiros para solicitar apoio técnico e político às suas reivindicações, denunciando as condições de perigo instaladas na área. A imprensa deu cobertura e aqueles "acidentes" provocados pela natureza começaram a alcançar contornos políticos. Inúmeros moradores se sensibilizaram com essa luta e criava-se assim o núcleo da Travessa Elza Bittencourt que se localiza muito próximo à Rua Ary Parreiras.

Os moradores da Rua Ary Parreiras sentiam-se isolados e inseguros. A persistir as fortes chuvas, o desabamento poderia aumentar e vir a afetar até mesmo os alicerces de edifícios vizinhos. O clima de apreensão levava os moradores às bordas do buraco, diariamente, para observar a sua dimensão e/ou a sua evolução. Dessa aglutinação no local do acidente surgiram as primeiras discussões em torno da necessidade de uma auto-defesa por parte dos moradores atingidos. Surgia assim uma organização dos moradores para denunciar essa insegurança e tomar providências no sentido de reivindicar das autoridades competentes, os reparos dos danos causados pelas chuvas.

Em torno do buraco foi realizada uma festa comemorativa do batizado do mesmo, bem como um ato público com o objetivo de denunciar a falta de providências por parte do poder público, tanto para restaurar a parte desmoronada, como para desviar e ordenar o tráfego que foi feito espontaneamente, sobrecarregando a Rua Joaquim Távora (primeira paralela).

O conjunto destas manifestações foi tornando maior o conteúdo organizativo e o Núcleo resolveu ampliar o leque das suas reivindicações e incorporou, atendendo à demanda da comunidade, o pedido de maior e melhor policiamento para a área. A questão da segurança está colocada para estes moradores frente ao avanço da violência urbana.

Logo a seguir o Núcleo ingressou no sistema de compra comunitária de produtos horti-granjeiros dentro do esquema montado previamente pela FAMERJ, em convênio com a CEASA. Popularmente esta forma de abastecimento passou a denominar-se "feirinha" no interior do movimento associativo de bairro. Com o ingresso no sistema da feirinha, o Núcleo da Ary Parreiras to-

mou consistência mais rapidamente. Em outubro de 1983 cerca de sessenta famílias do Núcleo se beneficiavam desta forma alternativa de abastecimento.

A rua Tavares de Macedo se caracteriza por possuir algumas galerias de arte, livrarias, centros médicos, academias de ginástica e dança, lojas de artesanatos, casas de comidas especializadas e a permanência de um elevado percentual de residências unifamiliares muitas delas distribuídas espacialmente em forma de vilas. Nestas condições, o índice de verticalização desta rua é menor do que na Rua Moreira Cesar ou na Praia de Icaraí.

Além dos problemas que afetam o bairro como um todo, a rua Tavares de Macedo não possui problemas específicos. Assim sendo a organização comunitária da rua começou de forma planejada. Aproximadamente oitocentos questionários foram distribuídos e noventa foram respondidos.

*A partir do resultado apurado, o Núcleo promoveu um encontro público, numa das quadras da Tavares de Macedo, onde, através de cartazes, a comunidade tomou conhecimento do resultado da pesquisa<sup>54</sup>.*

O resultado indicava que na opinião dos moradores que responderam aos questionários, o principal problema era o da falta de segurança. Somando esforços com a AMAI, o núcleo dessa rua encaminhou uma luta no sentido de mobilizar os órgãos públicos destinados a garantir a segurança do cidadão a debater diretamente com os moradores de Icaraí. Pretendia-se defi-

<sup>54</sup> Relatório do Núcleo da Tavares de Macedo apresentado à AMAI em 8.10.83.

nir linhas de ação da polícia militar que pudessem minimizar o problema da violência urbana.

A iniciativa acima não chegou a bom termo porque o próprio núcleo não conseguiu manter a mobilização por muito tempo. Mas enquanto durou, conseguiu-se oferecer às famílias interessadas o serviço da feirinha a exemplo do que já vinham fazendo núcleos como o da Ary Parreiras e outras associações de moradores<sup>55</sup>.

A organização por ruas avançou pouco e dos três casos vividos todos tiveram duração efêmera. Menos de um ano depois não restavam mais do que tênues registros dessa experiência. A própria AMAI sobrevive com dificuldades e alterna momentos de grande esvaziamento com outros de razoável mobilização. A tentativa de instrumentalização partidária por parte, principalmente, de militantes do PC do B com distribuição de panfletos, jornais do partido durante as reuniões semanais da associação contribuiu para desestimular o movimento.

Uma das lutas que sustentou a associação nos seus primórdios foi aquela que se travou juntamente com a FAMERJ e outras associações de classe média do município contra a majoração indébita das prestações da casa própria a 19/7/83, taxada pelo SFH em 130%. Nesse momento os vínculos entre a AMAI e a FAMERJ estreitaram-se muitíssimo. A FAMERJ empunhou essa luta em defesa dos mutuários porque as reposições salariais não atingiram nem de longe os índices de 130% decretados para as prestações. Os argumentos da luta consideravam que esse percentual de 130% contrariava a cláusula contratual referente ao PES

<sup>55</sup> A feirinha da Tavares de Macedo iniciou no dia 11.11.83 e durou de 3 a 4 meses aproximadamente.

(Plano de Equivalência Salarial); que a introdução do reajuste semestral das prestações pretendida pelo Governo, contradizia a cláusula que garante o caráter anual dos reajustes; e entendia que a prorrogação do prazo do financiamento aspirada pelo Governo, igualmente violentava os termos dos contratos originais.

A AMAI vem participando intensamente dessa luta, inicialmente deslocando associados seus para a sede da FAMERJ, no Rio de Janeiro. Em seguida, atendendo mutuários na sede provisória da AMAI, mais tarde em dependências emprestadas pela OAB-Niterói, num trabalho conjunto da FAMNIT-FAMERJ. Só neste último posto, mais de setecentos mutuários entraram com mandados de segurança contra o BNH, entre os meses de setembro e outubro de 1983.

O bairro de Icaraí, conforme já se descreveu anteriormente, é um bairro típico de classe média onde milhares de moradores são afetados pelo SFH. Logo que a FAMERJ desencadeou a luta dos mutuários, dezenas de moradores deste bairro passaram a procurar a AMAI em busca de informações e esclarecimentos sobre como se beneficiar das ações judiciais. Alguns síndicos marcaram assembléias de condomínio para discutir especificamente a questão do BNH, convidando para tais debates, representantes da AMAI. Essa luta proporcionou a fase de maior crescimento da associação, razão pela qual tanto se investiu nessa atividade.

No âmbito do Estado, cerca de oito mil mutuários obtiveram liminar favorável dos juizes federais e mais de quinhentos obtiveram ganho de causa em primeira instância, até fins de 1983 e início de 1984.

No conjunto desta luta a AMAI tem não só contribuído com trabalho de atendimento, mas tem comparecido a reuniões amplas convocadas pela FAMERJ, a atos públicos e a outras formas de manifestações coletivas.

Este movimento reivindicativo já começa a apresentar resultados políticos concretos: por parte do Governo Federal a soltura de vários balões de ensaio que culminou com a aprovação do Decreto Lei 2065 que regulará desde então os reajustes salariais, alugueis, etc., e no que se refere a prestações da casa própria, a fixação dos índices de 80% do INPC. Sem examinar o mérito da questão, o importante é o fato das modificações terem sido feitas em prazo muito curto, logo após o decreto que estabelecia o aumento de 130%. O movimento popular sensibilizou, sem dúvida, a opinião pública e suscitou inquietação por parte dos que têm poder de decisão a nível nacional.

Conseqüência do esgotamento do "Milagre Econômico" e o real empobrecimento da classe média, aumenta a inadimplência, porém o SFH, vicenciando também uma crise indisfarçável, não aceita reaver os imóveis porque o estoque é grande e o mercado não é favorável. Então, apesar do atraso das prestações, milhares de mutuários vão continuando nas suas habitações adquiridas por esse sistema.

A AMAI tem participado também da luta pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, organizada principalmente pelos partidos políticos. A esse respeito constam do Boletim Informativo da entidade os seguintes trechos:

*Com a presença de um bom número de associações de moradores e outras entidades do movi*

*mento democrático e popular de nosso município, realizou-se no mês passado no auditório da OAB, uma reunião para debater e encaminhar uma campanha por eleições diretas para presidência da república.*

*Mais de uma centena de pessoas presenciaram as opiniões existentes sobre o assunto, inclusive da presidente da AMAI, onde destacaram-se pronunciamentos dos representantes de Associações de bairros, sindicatos, entidades estudantis, FAMNIT e outros<sup>56</sup>.*

Por intermédio de sua diretoria ou por moradores com militância regular no movimento, a AMAI tem participado de atos públicos contra o desemprego, contra a aprovação de decretos salariais que contrariem os interesses dos trabalhadores e enfim, de inúmeros outros debates e manifestações que tenham por objetivo a defesa dos interesses dos moradores em geral.

No nível intermediário entre o trabalho de base e o do "núcleo avançado" situa-se pelo menos uma luta travada pela AMAI, com duração aproximada de um ano ou mais e que se refere à reivindicação pelo tombamento do Campo de São Bento, última área verde do populoso bairro de Icaraí. Para sustentar esse movimento foram realizadas algumas manhãs de lazer para crianças durante as quais, com faixas e cartazes passavam-se abaixo assinados e a entidade era divulgada.

A condição para a adesão ao abaixo assinado solicitando o tombamento do Campo de São Bento pelo Patrimônio Histórico Nacional era a identificação com a causa, objeto da reivindicação e não o local de moradia. Assim sendo, muitos moradores de outros bairros emprestaram sua solidariedade à causa, aderindo ao abaixo assinado.

<sup>56</sup> AMAI - Boletim Informativo, Ano 1, nº 3 - p. 7 s/d.

## 7. NOTAS EM TORNO DOS CASOS ESTUDADOS

Observando-se os casos examinados, desde a luta pelos transportes coletivos em Pendotiba até os movimentos associativos em bairros de classe média sintetizados por Icaraí, pode-se extrair alguns elementos de análise. Em alguns momentos e em torno de reivindicações específicas ocorreram articulações sólidas entre os diversos grupos de entidades: de favelas, de periferia e de classe média. Citem-se por exemplo a luta contra a majoração excessivamente elevada da taxa de IPTU no início do governo Waldenir de Bragança (PDS) à frente da prefeitura municipal em 1983. O interesse pela participação e discussão desse assunto foi geral e forte. Igualmente quando das propostas de formação de uma secretaria geral que coordenasse os diversos interesses do conjunto das associações, esse tema mobilizou amplamente os interesses do coletivo.

Apesar desses momentos de convergência de interesses perpassando, indistintamente, as associações de moradores, o corte classista do movimento de bairro esteve presente com certa força. Alguns elementos apontam nessa direção a começar pelos patamares das reivindicações, ou seja, enquanto as associações das favelas e dos bairros periféricos lutam ainda pela conquista dos direitos elementares de sobrevivência na cidade, aquelas dos bairros de classe média tendem a lutar pela manutenção dos equipamentos coletivos já dados e pela melhoria a partir desse patamar. A má qualidade, a ineficiência e a quantidade insuficiente dos ônibus, por exemplo, alcançam situações de dramaticidade na periferia, enquanto que nos bairros de classe média, não só o atendimento é mais privilegiado, como esse segmento social dispõe, proporcionalmente mais, do uso

do automóvel para sua locomoção. Essa diferenciação está claramente informada por um conteúdo de classe, como o está também a própria segregação espacial que precede a demanda pelo transporte coletivo.

A luta que em Niterói tem desenvolvido uma trajetória bastante longa é a da e pela posse da terra. Este problema afeta, fundamentalmente, as populações mais pobres e a sua organização e expressão tem ficado circunscritas no interior das associações de periferia. O próprio local físico das reuniões é o Colégio Leopoldo Frôes, o mais tradicional do Largo da Batalha, onde a Secretaria Estadual de Justiça montou uma assessoria jurídica aos posseiros. O governo estadual e municipal têm tomado alguma iniciativa de desapropriação, porém o processo é extremamente moroso e os posseiros temem pela incerteza do seu futuro.

Com a aceleração do parcelamento do solo nas áreas próximas às lagoas (de Piratininga e secundariamente de Itaipu) com graves danos ao ecossistema lacustre, emergiu uma campanha de defesa ecológica municipal e supra-municipal, com a participação de todas as associações de moradores além de diversos segmentos organizados da sociedade civil. Entretanto, pode-se identificar um conteúdo de classe nesse contexto, pois enquanto intelectuais, artistas, parlamentares e outros estavam movidos por uma ideologia preservacionista do patrimônio paisagístico e ecológico do sistema lagunar, os posseiros e suas associações lutavam pelo direito ao trabalho e à moradia. Explica-se isso porque muitos dos posseiros são pescadores e as lagoas eram o seu local de pesca. Com a urbanização do seu entorno através de loteamentos sub-aquáticos e dragagem dos canais,

o espelho da água se retrai, possibilitando a demarcação de muitos novos lotes à especulação imobiliária, mas retira e aniquila com a vida das lagoas, logo com a possibilidade de pesca. Mesmo considerados esses diferentes interesses, a luta foi travada com bastante expressão social por um conjunto interclassista de associações.

Já no caso da luta dos mutuários do SFH contra as arbitrariedades do BNH, esta foi travada unicamente pelas associações dos bairros de classe média e não sensibilizou, nem de longe, aquelas de favela e de periferia. As razões são por demais óbvias no plano concreto. No entanto, nem no plano político houve qualquer esboço de "moções de solidariedade". Foi um movimento espacialmente e socialmente localizado.

Embora tenha sido enfatizado em todos os casos estudados que os conflitos decorriam de contradições localizadas na esfera do consumo - particularmente coletivo - que remetem, em última instância à esfera da reprodução da força de trabalho, todas as lutas por melhores condições dessa reprodução se articulam, de modo significativo e próximo, com aquelas travadas na esfera da produção, isto é, com as lutas econômicas. A degradação geral das condições de vida das classes trabalhadoras e dos segmentos sociais excluídos do mercado de trabalho resulta de um modelo econômico concentrador de renda e que marginaliza grande parte da população do acesso aos benefícios criados pelo processo produtivo. A tecnoburocracia ditando as decisões econômicas e a usurpação do poder político pelos militares, asseguravam ao Estado "subsumido numa coligação com a burguesia internacional - associada, portanto dissociado, separado, apartado, descolado da nação" (Oliveira, 1978, p.75)

a capacidade de garantir tais exclusões. Para tanto recorreu-se, com muita freqüência, ao uso da repressão.

Os sindicatos muito controlados por essa força coercitiva, perderam grande parte do seu poder de representação dos seus segmentos e a perda do poder aquisitivo decorrente do enfraquecimento dessa correlação de forças tem um rebatimento espacial e social quase imediato: a degradação das condições de alimentação, de moradia, de saúde e outros aspectos da vida social, sempre mais visível nos bairros periféricos. Poder-se-ia pensar, portanto, que entre o movimento de bairro ou de moradores, originário das contradições secundárias e os movimentos especificamente econômicos há a estrutura econômica do país e a conjuntura política que funcionam como elementos mediadores. Isto posto parece lícito afirmar que não há uma separação radical entre as esferas da produção e da reprodução e, consequentemente, das lutas delas decorrentes. Essa ponte deve ser teoricamente resgatada.

Tem-se pois que o movimento associativo de bairro tem como pano de fundo um processo geral de pauperização (Kowarick, 1980) que vem articulado a um padrão de industrialização do tipo capital-intensivo com uso de tecnologias de "ponta", geralmente importadas. Embora a cidade de Niterói não possua um significativo "parque" industrial, o setor naval por exemplo recorre a grande volume de capital, apesar de estar em crise há alguns anos. Acrescente-se também que mais da metade da população economicamente ativa deste município trabalha no outro lado da Baía da Guanabara. Para essa parcela da população, os efeitos urbanos do "arrocho salarial" são agravados pela oneração dos custos com transporte e do desgaste físico sofrido

no processo de deslocamento (movimentos pendulares). Compreende-se que a luta pelos transportes empreendida pelos moradores de Pendotiba e depois pelo Viçoso Jardim, Ilha da Conceição, Ititioca e muitos outros bairros se inclui nesse contexto de usuários que se deslocam a longas distâncias no interior da região metropolitana, premidos pela segregação espacial.

Na apreciação de cada caso enfocou-se mais de perto as lutas que surgem na esfera da reprodução individual e familiar. Assim, as mobilizações por motivações essencialmente políticas como a desenvolvida em prol da anistia (1978-9) ou pelas Diretas-Já e similares, foram apenas mencionadas de forma recorrente.

Identifica-se também que os sujeitos das mobilizações são cidadãos niteroienses, moradores antigos ou mais recentes em determinados bairros, com consciência política bastante definida, mais ou menos engajados em agremiações partidárias, com tradição de militância na oposição ao regime autoritário. O objetivo primordial pretendido por esses sujeitos históricos é a melhoria das suas condições de vida e de trabalho (Castells, 1976, p.3). No exercício dessa militância na organização comunitária e no encaminhamento das lutas reivindicativas, os líderes do movimento, ou o núcleo avançado (de Jordi Borja), muitas vezes, tentam hegemonizar ou cooptar o movimento social em prol dos seus partidos políticos, dando origem a conflitos internos.

Ao definir o interlocutor mais evidente das lutas, o poder público, estas se politizam e os embates começam a se travar no interior da máquina do Estado, "puxando" o movimento para fora do bairro. Quando as reivindicações ultrapassam o ní

vel das petições e alcançam o da exigência como ocorreu com a luta pelos transportes de Pendotiba, o governo municipal cede, faz concessões e quase se ouve um estalido da "contra hegemonia das classes dominadas" a que se refere Lojkine (1981). Mas no caso de Niterói não passou de um estalido e as classes dominadas continuaram tão dominadas como antes. A prefeitura municipal acabou por romper com o movimento de bairro e passou a governar predominantemente no interesse dos bairros de classe média, e das classes dominantes em geral deixando para a periferia, fundamentalmente, obras eleitoreiras. A mudança da figura do prefeito eleito em 15.11.82, do mesmo partido no poder, o PDS, não altera em nada a relação prefeitura-comunidade.

No plano interno cada associação se organiza e se mantém com dificuldades. Em 1984-5, muitas associações de classe média haviam deixado de funcionar - pelo menos a AMAROSA, ABOV, AMAPP e AMBAC. A AMAI sobrevive a duras penas. Somente a AMIGA, embora tenha passado por fases de grande esvaziamento, conseguiu manter-se de portas abertas e gozar de reconhecimento público da comunidade que ela representa. As associações de favela mantêm-se estáveis e as de periferia foram as que conseguiram manter maior dinamicidade. Todas elas, uma mais outras menos, vivenciaram conflitos internos como no caso da formação da UNAMPPI ou da AMAI em que, concepções do aqui e agora muitas vezes se confrontaram com projetos que envolviam perspectivas históricas de prazo mais longo. Essas diferentes posições refletiam quase sempre, posições político-partidárias.

As injunções partidárias estiveram particularmente exacerbadas em quase todas as associações de moradores estudadas, destacando-se nesse campo a ação do PT, cujos militantes reve-

laram ser portadores de grande disposição para a luta social. Na disputa pela hegemonia são estes também os mais ousados e não raro os que ganham posição hegemônica em vários momentos da condução das lutas. Com atuações assemelhadas ao do PT, os filiados do PC do B também têm investido contínuos esforços no sentido de não perderem espaço ao PT na condução do movimento e em várias circunstâncias ocorreram "alianças" desses dois grupos políticos contra as múltiplas facções representativas do PDT (do Governador Leonel Brizola) e também contra o PCB. O aprofundamento das disputas partidárias acirraram contradições internas do movimento que acabaram por obstaculizar o seu próprio avanço enquanto movimento reivindicativo com pretensões a representar amplas parcelas da população municipal. Tais contradições ou conflitos internos refletem também oscilações conjunturais como momentos pré-eleitorais a nível municipal, esta dual ou federal ou disputa de poder no interior da FAMERJ.

Nota-se também que diferentemente do que tem acontecido em muitas cidades brasileiras, em Niterói o papel da Igreja Católica como incentivadora ou animadora das organizações da comunidade tem sido quase nulo. A única presença mais visível foi detectada no caso da Ititioca, cuja associação de moradores nasce de uma ação pastoral de um religioso, mais tarde parcialmente apoiado por algumas freiras, melhor dizendo, acompanhado à distância. Mas cedo os moradores mais participativos rompem com a influência da Igreja e fundam a associação de moradores. O papel de "agente externo" foi desempenhado com mais relevância por alguns profissionais da área de saúde e por representantes da FAMERJ.

Enquanto isso, muitas das associações de moradores for-

madadas ou reavivadas nessa conjuntura de "reabertura política" ou de descompressão do regime, emergiram na esteira do efeito-demonstração e nesse contexto, experiências amplamente divulgadas como a da Rua Lauro Müller e do bairro de Laranjeiras, no Rio, espelharam muitas das mais de trinta iniciativas que se concretizaram em Niterói.

Apesar das dificuldades representadas entre outras pelas questões da autonomia, da representatividade, da mobilização e da organização, o movimento associativo de bairro em Niterói renascido no final dos anos 70 sobrevive, tendo confrontado o governo Chagas Freitas e parte do período Leonel Brizola a nível estadual e Moreira Franco-Waldenir Bragança a nível municipal. A relação com o poder do Estado tem sido quase sempre uma tarefa difícil.

## O MOVIMENTO PRÓ-FEDERAÇÃO

As propostas para articular as diversas associações de moradores de Niterói têm a idade do próprio renascimento dessa forma de organização popular, tendo-se manifestado em Pendotiba, quando da pioneira luta pelos transportes e quase concomitante formação da UNAMPPI. A estratégia federativa parece corresponder a um aspecto *novo* do movimento de bairro recriado no final dos anos 70, quando a articulação para fora e lutas de solidariedade foram frequentemente valorizadas. A própria constituição da FAMERJ e sua ação posterior em muito influenciou o ritmo do movimento pró-federação em diversos municípios. Niterói não fugiu a essa "regra".

## 1. O PAPEL DA FAMERJ

Durante o mês de outubro de 1977 realizou-se na cidade do Rio de Janeiro um grande evento que funcionou como a alavanca para a construção da FAMERJ.

*Este acontecimento seguiu-se à vitória alcançada por um grupo de organizações comunitárias que conseguiu frustrar um projeto cuja finalidade consistia em derrubar o Forte Copacabana para erigir prédios em seu lugar. O sucesso atingido pela campanha preservacionista estimulou as organizações a discutirem em conjunto os problemas que a cidade como um todo enfrentava. Esse encontro denominou-se I Semana de Debates sobre o Rio de Janeiro,*

tendo dele participado 40 entidades civis, dentre as quais encontravam-se algumas associações de moradores. As discussões que se sucederam revelaram que os problemas existentes no Rio de Janeiro "tinham as mesmas causas e se manifestavam de formas diferentes, dependendo da área onde estava inserida a Associação". (...) O que se percebeu na Semana de Debates foi a possibilidade de um trabalho unitário em termos de luta contra as causas que deterioram a qualidade de vida no Rio de Janeiro. Então, era uma Associação da zona sul, de classe média alta (...) se identificando com uma Associação da zona oeste (...) todas duas perfeitamente juntas numa luta contra a especulação imobiliária". De modo a se manter o contato que então se estabelecera entre as entidades e "uma unidade de luta, mas ao mesmo tempo respeitando as características de cada uma das comunidades", e que se decidiu, ao final da Semana de Debates, pela criação de uma federação que as agrupasse, denominada Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro (FAMERJ)<sup>1</sup>.

O seu caráter era o de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, isenta de vinculações político-partidárias e religiosas ademais como constam dos estatutos da maioria das Associações de Moradores.

A FAMERJ foi registrada em 05.01.78 tendo como objetivos principais:

- congregar Associações de Moradores;
- representar e defender os interesses de suas associadas;

<sup>1</sup> PECHMAN, Sérgio José - A construção da Solidariedade - As Associações de Moradores de Classe Média e Alta do Rio de Janeiro (1976-1982). Tese de Mestrado, IUPERJ, 1983, p. 75-76.

Os trechos entre aspas dentro da transcrição referem-se a "Entrevista concedida em 09.01.80 por um dos fundadores da FAMERJ a Tema Pechman, assistente de pesquisa do Projeto Política no Rio de Janeiro, dirigido por Eli Diniz no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, às quais agradecemos a gentileza de nos terem franqueado o acesso à mesma. O entrevistado foi eleito vice-presidente da diretoria permanente desta entidade". Apud Sergio Pechman, op. cit. rodapé 10, p. 75.

- defender a melhoria das condições de vida da população;
- preservar o patrimônio histórico, artístico e paisagístico da cidade;
- estimular, promover e ajudar a criação de novas Associações de Moradores e defender os interesses da coletividade do Estado do Rio de Janeiro.

O último dos objetivos relacionados, a FAMERJ vem perseguindo com dedicação e tenacidade. Elementos de sua diretoria e do conselho de representantes comparecem a quase todos os locais onde estejam se esboçando movimentos pró-associação ou pró-federação, bem como em momentos de crise ou de realização de eventos como congressos, eleições de diretoria, cerimônias de inaugurações e outros. Assim como aconteceu com a formação da UNAMPPI na periferia de Niterói, a FAMERJ foi constituída praticamente antes que o movimento das bases tivesse se consolidado. Ao contrário, estatutariamente, ela se propunha a estimular, promover e ajudar a criação de novas associações, e isto realmente foi feito. Em julho de 1982 já eram mais de duzentas as associações filiadas à FAMERJ. Embora a maioria esteja concentrada na RMRJ, inúmeros municípios do interior já possuem suas entidades fundadas e em pleno funcionamento como Barra do Piraí, Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Angra dos Reis e Cabo Frio. Em outros lugares há movimentos e comissões provisórias<sup>2</sup>.

Há que se registrar a existência de outro grupo numero-

<sup>2</sup> Palestra proferida por Jô Resende, presidente da FAMERJ, em 29.07.82, no SESC da Tijuca, por ocasião do Encontro Nacional de Assistentes Sociais.

so de associações não filiadas à FAMERJ por desconhecimento do processo formal de filiação ou por não disporem do dinheiro que devem recolher mensalmente à tesouraria da federação. Assim sendo, o número de associações de moradores organizadas no Estado do Rio deve ser muito superior às duzentas de 1982, porém difícil de ser precisado. Há suposições de que em 1984 já havia superado a casa das quatrocentas.

Desde a sua fundação até esta data, grandes campanhas têm sido realizadas, abarcando diversos setores que afetam a vida cotidiana dos cidadãos carioca e fluminense. No que diz respeito à saúde por exemplo, merece registro o I Encontro Popular pela Saúde, realizado em setembro de 1980, na Cidade de Deus (uma das maiores favelas institucionalizadas da cidade do Rio de Janeiro), bem como a luta pela reabertura do Hospital Albert Schweitzer, parcialmente vitoriosa, em setembro de 1981.

Ainda no ano de 1981, três campanhas de grande repercussão pública foram implementadas. A da reivindicação do congelamento dos preços dos transportes coletivos, em conjunto com sindicatos de classes, entidades estudantis e com uma imensa participação popular. Além do congelamento, a FAMERJ exigia uma mudança radical na política de transportes, com a participação da comunidade organizada nos órgãos de decisão do Estado. As portas emperradas da Secretaria Estadual de Transportes se abriram para a diretoria da FAMERJ e representantes de dezesseis outras Associações de Moradores, e a luta foi parcialmente vitoriosa. A maioria absoluta das reivindicações não foram atendidas. Ainda no ano de 1981 foi dado início à uma campanha inédita de abastecimento alimentar alternativo, popularmente denominado de "feirinhas comunitárias". Inicialmente as Asso-

ciações de Moradores procuraram buscar o produto diretamente na fonte produtora, localizada na região serrana fluminense e em outros pontos do entorno da Baixada da Guanabara. Eliminava-se assim a intermediação. Mais tarde, em convênio com a CEASA, as feirinhas passaram a ser abastecidas diretamente dessa instituição para centenas de Associações de Moradores da RMRJ, com preços reduzidos e fixos por seis meses. Experiência vitoriosa que perdura por anos em muitas associações<sup>3</sup>.

A terceira campanha iniciada em 1981 foi contra o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Em virtude da majoração dos índices de reajuste das prestações da casa própria muito acima dos índices de reajuste dos salários, criou-se um impasse para os mutuários e a inadimplência se avolumou. Após uma fase de denúncia, de reivindicações para revisão dos índices de reajustes e outros expedientes, a FAMERJ decidiu por realizar atos públicos defronte ao edifício do BNH, no Rio, com a presença de mutuários de outros Estados e passeatas posteriores até a Cinelândia. Milhares de ações judiciais (mandados de segurança) foram impetradas na justiça federal contra a quebra unilateral das cláusulas contratuais e os mutuários tiveram ganho de causa em primeira instância configurando uma das maiores vitórias políticas do movimento associativo de bairro. Pela primeira vez na história as portas do BNH se abriram e os usuários do sistema puderam questionar por dentro o desvirtuamento que este vem sofrendo ao longo da sua existência. Embora não se tenha conseguido os índices de reajustes nos patamares reivindi-

<sup>3</sup> Em dezenas de associações esta experiência perdurou até a edição do Plano Cruzado em 28.2.86, ocasião em que, decretado o congelamento, as feirinhas acabaram.

cados, foi criada pelo Governo Federal uma comissão especial destinada a reestudar todo o Sistema Financeiro da Habitação com a participação de representantes dos mutuários.

Esta tem sido uma das grandes características do movimento associativo de moradores nestes últimos anos: a constante politização das questões confrontando o poder do Estado e alterando, vez por outra, as formas das relações pré-existentes entre o Estado e a sociedade civil.

Em virtude do grande crescimento do número de associações filiadas, a estrutura interna da FAMERJ tem sido modificada e o conselho de representantes por exemplo, se estratifica em dois ou três níveis e, geograficamente, se divide em Zonais. A participação das Associações de Moradores nos Congressos bi-  
-anuais da FAMERJ, (ocasiões em que as diretorias e o Conselho de Representantes são renovados), se dá por Zonais que pode coincidir com uma federação municipal, como é o caso de Niterói, pela FAMNIT.

As eleições, e conseqüentemente os congressos, são marcados por profunda e acirrada disputa ideológica e claramente partidarizada, disputa essa bastante atenuada pela inegável liderança carismática exercida pelo ex-presidente Jô Resende por ocasião das eleições de 1983 e 1985. A entidade cresceu muito. Adquiriu notoriedade e força política. Possui bens patrimoniais nada desprezíveis. A disputa em 1987 é imprevisível, bem como suas conseqüências. A história de muitas associações e federações locais como a UNAMPPI tem mostrado que a partidarização do movimento parece enfraquecer a motivação comunitária (o que há de comum entre os moradores) e acaba esvaziando as entidades. As organizações tendem a morrer.

## 2. A PRIMEIRA TENTATIVA DE ARTICULAÇÃO HORIZONTAL A NÍVEL MUNICIPAL

No dia 26.09.81 reuniu-se pela primeira vez, em uma das salas de aula cedida pelo Instituto Abel<sup>4</sup> representantes de uma dezena ou mais de associações de moradores, centros pró-melhoramentos e comissões pró-associação de moradores. À época muitos dos bairros de classe média ainda não possuíam associações organizadas, porém já havia em vários deles, discussões e tentativas para a sua instituição. No conjunto, mais de 50 pessoas estavam presentes.

A pauta dessa grande reunião compunha-se de dois itens principais: a) a problemática dos posseiros da orla da lagoa de Piratininga e b) a instalação, em Niterói, de uma Secretaria Regional da FAMERJ, para tentar unificar o movimento.

Nesse tempo, o movimento da área de Pendotiba já estava bastante organizado e notava-se, nitidamente, o desejo de algumas de suas lideranças em ver propagadas e multiplicadas as suas experiências mobilizatórias, que já datavam de mais de 2 anos, intimamente ligado ao projeto político de viabilizar seus partidos de massa (PT, PDT).

A composição da mesa diretora dos trabalhos daquela reunião denunciava fortes sintomas de disputa partidária, pois estava posta uma forte polarização entre PT e PDT, materializada nas lideranças mais expressivas. Após acirrada disputa verbal sobre quem dirigiria a reunião e quem faria o relato da traje-

<sup>4</sup> O Instituto Abel é um colégio de grande porte com 1ª e 2ª graus, destinado fundamentalmente a estudantes de classe média e localiza-se no bairro de Icaraí. É mantido pela ordem religiosa dos padres Lassalistas.

tória da luta dos posseiros, venceu o grupo do PT, a quem coube ambas as tarefas.

Iniciados os trabalhos com inflamado discurso do relator (liderança de bairro, não posseiro, mas líder dos posseiros e presidente do Diretório Municipal do PT na época), o relato passou a ser feito. Foi comunicado que já havia sido formada uma "Comissão de Defesa dos Posseiros" e que medidas judiciais haviam sido providenciadas para procurar sustar ações de despejo impetradas contra as 16 famílias atingidas<sup>5</sup>.

Na segunda parte da reunião, a questão tornou-se mais abrangente e inúmeras pessoas se manifestaram sobre a necessidade e a oportunidade de se instalar uma Secretaria Regional da FAMERJ ou qualquer outro órgão com capacidade de coordenação a nível municipal. Após concordância geral ficou decidido que o Sindicato dos Médicos de Niterói ofereceria apoio logístico (local e um funcionário para anotação de recados). Este era presidido na ocasião por um médico com passagem anterior por uma Unidade Médica de Saúde (Posto de Saúde) de bairro periférico (Santa Bárbara) onde havia desempenhado, entre 1979/80, o papel de agente social que coloca os moradores em movimento. Participante da equipe da Secretaria Municipal de Saúde, que na fase democratizante havia incentivado gestão participativa, o presidente do sindicato após essa experiência vivida, havia se filiado ao PDT. A oferta das instalações do sindicato para a eventual instalação de uma Secretaria Regional da FAMERJ

<sup>5</sup> Fato curioso que merece ser registrado foi que, em meio à reunião, duas pessoas recém chegadas solicitaram interrupção para dar um informe. Tratava-se de um convite para um encontro de mulheres do PT a realizar-se em dia próximo e nesse sentido um panfleto foi distribuído, e, a seguir, as citadas militantes partidárias deixaram o recinto.

destinada a lastrear a luta dos posseiros já hegemônica pelo PT do ponto de vista da direção política, significa a busca da ampliação da base partidária através do movimento de associações de moradores. O movimento associativo estava servindo também como meio para se atingir a um fim determinado: a ampliação da base social de alguns partidos políticos.

A tarefa imediata dessa secretaria regional seria a de arrecadar contribuições materiais e financeiras para apoiar a luta dos posseiros. E assim ficou decidido.

Decorrido um ano ou mais, a pretendida secretaria regional não se consolidou. Ao contrário, houve total esvaziamento e o projeto simplesmente ficou na intenção. A luta de resistência dos posseiros continuou a ser travada pelas associações de moradores da periferia, sem uma articulação mais consistente com outros movimentos de bairro emergentes.

### 3. A TRAJETÓRIA PARA SE CHEGAR À FEDERAÇÃO

Por outro lado, nos últimos meses ou durante o 2º semestre de 1981 e início de 1982, realizaram-se, com bastante sistematização, reuniões dominicais de moradores da localidade do Viradouro, nas dependências da igreja católica, após a missa matutina. Nessas reuniões compareciam muitas mulheres, alguns homens, moradores do local para discutirem o crucial problema da posse da terra que afeta aquela comunidade carente. Esse bairro situa-se no fundo de um vale fechado e se limita à sua entrada com o bairro de Santa Rosa e com a parte "moderna" do Viradouro, ocupada pela classe média, ambos em rápido processo de verticalização. O vale onde se assenta a parte favelada é estreito e alongado, sendo circundado por encostas

ingremes em cujo topo e reverso encontram-se outros assentamentos favelados, como o de Souza Soares e parte de Atalaia. Viradouro faz parte de uma área muito mais ampla cuja propriedade é reivindicada pela família Cruz Nunes, portadora de alguns documentos comprobatórios contestados pelos posseiros. No final dos anos 70 no contexto de uma grande valorização da terra urbana no município (relatado no capítulo II), os posseiros começaram a sofrer fortes pressões no sentido de desocuparem a área. As ações de despejo multiplicaram-se em número inusitado e o clima de pânico toma conta da favela. Os supostos proprietários instituíram a cobrança de aluguéis dos moradores por unidade habitacional e não por lotes, já que não há demarcação formal dos mesmos. Este expediente tinha por fim vetar a possibilidade dos posseiros recorrerem ao usucapião urbano, tendo em vista que há famílias com trinta e quarenta anos de moradia no local.

Premidos pela necessidade de resistência e ajudados por paroquianos da Igreja Santuário das Almas que desenvolviam trabalhos de catequese e grupos de reflexão, os moradores começam a mobilizar-se, reforçando as reuniões semanais acima referidas.

Essas reuniões dominicais passaram a contar com a visita de militantes de outros bairros, principalmente de lideranças do PT que, cedo começaram a dar os rumos ao movimento local. Um exemplo mais expressivo foi a proposta colocada pelo presidente desse partido que constava da realização de um cadastro dos moradores a ser feito por uma comissão eleita em uma dessas reuniões. Tratava-se de um "autosenso" na expressão de Paulo Freire, ou de uma pesquisa participante. Um amplo le-

vantamento foi realizado com o objetivo de subsidiar uma estratégia de defesa desses moradores contra as referidas ações de despejo. A comissão para realizar tal tarefa não foi eleita pelos moradores, mas indicada pelo presidente do PT, que também presidia a reunião como "visitante".

No entanto, a instrumentalização do movimento de bairro do Viradouro com fins nitidamente partidários provocou o afastamento de alguns presidentes de associações de moradores que lá compareciam regularmente, como o do CPM-Ilha da Conceição, informado pela ideologia do não confronto radical, que discordava do encaminhamento que vinha sendo adotado. As reuniões começaram a reduzir-se em número, progressivamente, até o tempo em que estas observações foram registradas, ao longo de uns três ou quatro meses, caracterizando-se, nitidamente, um "choque de ideologias".

Importante assinalar que por esta época, compareceu a uma dessas reuniões do Viradouro, um assistente social lotado no SESC-Niterói, oferecendo serviços do SESC às associações de moradores, como atividades de lazer em ruas e praças, cinema, sessões de música, concurso de poesias, competições esportivas, etc. Este assistente social era morador do bairro do Pê Pequeno - um bairro tipicamente de classe média com predominância de residências unifamiliares - onde também se estruturava uma associação de moradores: a AMAPP (Associação de Moradores e Amigos do Pê Pequeno).

Por aqueles tempos, em uma das reuniões semanais dominicais da AMAPP, esta mesma oferta do SESC foi colocada. Nesta ocasião foi feita uma avaliação sobre as causas da frustração da secretaria regional da FAMERJ. Prevalecia a opinião de que,

em setembro de 1981, as associações de classe média não estavam estruturadas minimamente para realizar articulações horizontais, para fora, pois a grande maioria delas estava em fase de organização jurídica e social. Para alguns dos presentes, sobretudo o representante da AMAROSA, mesmo naquele momento (em 1982), ainda era prematuro pensar-se em uma entidade supra-bairro, de caráter federativo. Propunha que certas lutas concretas, como a defesa do mercadinho municipal da rua Presidente Backer, ou os problemas relacionados com os supermercados do Largo do Marron, ambos na área de transição entre Pé Pequeno e Santa Rosa, que a AMAPP e AMAROSA atuassem juntas numa aliança conjuntural. Essa visão localista defendida por um dos militantes não se constituía em questão fechada, e nessa mesma reunião ficou decidido também começar a formalizar uma articulação mais efetiva entre o SESC e as associações de moradores.

Somados os contatos efetuados entre o SESC e o Virarouro, o SESC-AMAPP, o SESC-AMAROSA e possivelmente com outras associações de moradores, finalmente realizou-se a primeira reunião conjunta das partes interessadas, no dia 29 de maio de 1982, nas dependências do SESC de Niterói que passou desde então, a oferecer apoio logístico de fundamental importância: local para as reuniões, serviços de datilografia e mecanografia, divulgação e assessoramento às reuniões. A esta primeira reunião compareceram dez entidades, já formadas ou em formação<sup>6</sup>,

<sup>6</sup> Compareceram as seguintes associações: AMAPP (Associação dos Moradores e Amigos do Pé Pequeno); CPM-IC (Centro Pró-Melhoramentos da Ilha da Conceição); Associação de Moradores do Viradouro; Morro do Estado; AMAROSA (Associação dos Moradores e Amigos de Santa Rosa); AMBAC (Associação dos Moradores do Bairro Chic); ABOV (Associação dos Moradores da Boa Viagem); Associação dos Moradores de Jurujuba; AMAN (Associação dos Moradores e Amigos de Mar a Vista) e AMECP (Associação dos Moradores do Edifício Cidade do Porto).

Do total de 20 moradores presentes 10 eram militantes do PMDB; 5 do PT; 2 do PDT e 1 do PTB; outros 2 sem informação.

sendo duas de favela, duas de periferia e seis de classe média, além de um representante da FEEM. Quanto ao grau de escolaridade, quatorze possuíam grau universitário atuando como as salarizados de alta remuneração, como profissionais liberais ou como empresários. O restante, de escolarização primária ou média, variava entre operário aposentado, ferroviário aposentado, pedreiro e outros.

Desde o primeiro momento (dentro do SESC) a disputa pelo poder estava presente, particularmente entre os grupos do PT e PMDB, revelando muito mais uma competição inter-partidária, e menos uma contradição de classes.

Naquele momento iniciava-se o processo de formação de um movimento pró-entidade municipal, sem que houvesse intenção deliberada nesse sentido e sem a tutela de um determinado partido político, mas com o PT e o PMDB já disputando posição. Como o ambiente favorecia uma troca de experiência, optou-se por conceder, no início da reunião, um tempo para os informes de cada uma das associações de moradores presentes e da FEEM.

Neste contexto começaram a estratificar-se, claramente, os patamares das reivindicações. Enquanto nos bairros de classe média uma das questões cruciais colocadas era a do gabarito<sup>7</sup> - lutas contra a proliferação de edifícios com muitos andares - as associações de moradores de favela e de periferia priorizavam a legalização da posse da terra e o acesso à água.

Fixou-se ao final desta primeira reunião, um calendário de atendimento às associações de moradores por parte do SESC e

<sup>7</sup> Na Boa Viagem, a ABOV lutava junto à PMN para que o gabarito naquele bairro fosse de 5 andares e não de 10 como havia sido autorizado pelo Código de Obras do município.

novos encontros foram programados. Houve convites para inúmeras festas juninas que estavam com datas de realização estipuladas nos diversos bairros, e por esse viés do lazer e da cultura, começavam a erigir-se pontes entre umas associações e outras, tendo o SESC como o agente aglutinador.

Esta instituição, por sua vez, parecia vislumbrar no movimento associativo de bairro um espaço privilegiado de atuação, tendo em vista que as suas atividades tradicionais de assistencialismo poderiam politizar-se como potenciação ao movimento social e mudar radicalmente o seu reconhecimento social. Nas condições embrionárias de organização comunitária certamente o SESC poderia potenciá-la e mais adiante, talvez, colher bons dividendos políticos.

O apoio logístico oferecido pelo SESC foi da maior importância no desdobramento desse processo. Os encontros se sucederam com bastante regularidade. O tempo destinado aos informes passou a ocupar um lugar de destaque e a pauta das reuniões começou a diversificar-se, assumindo rapidamente um conteúdo político.

Em 07.08.82, a AMAROSA informava que havia realizado uma festa comemorativa do primeiro aniversário da entidade, tendo contado com o auxílio do SESC que oferecera um técnico de teatro, um filme e um projetor. A AMAROSA já havia constituído um grupo de teatro composto de seis "artistas" orientado pelo profissional do SESC.

Outras associações haviam realizado diferentes atividades de lazer e o SESC oferecia um curso teórico de teatro para todas as associações de moradores. Caminhava o programa de biblioteca volante denominado "Projeto Caixa Estante". Por este

projeto o SESC transferiria para a comunidade uma caixa contendo vinte ou trinta títulos de livre escolha dos leitores, e a comunidade gerenciaria o seu empréstimo/devolução durante um determinado tempo, findo o qual, os responsáveis devolveriam à biblioteca do SESC.

Além desse "Projeto Caixa-Estante", muitas outras alternativas de lazer e cultura eram oferecidas às associações, porém entre maio e agosto de 1982, o movimento coletivo de associações avançava com irregularidade. Ao invés de crescer, havia uma manifestação de inconsistência e mesmo de declínio, devido, principalmente à quebra de rotina com a aproximação das eleições gerais.

A questão da disputa partidária para hegemonizar a nova fase pela qual passava o movimento associativo em Niterói estava presente, porém mais atenuada do que à época da tentativa de criação da Secretaria Regional da FAMERJ. Possivelmente a maior diversificação de associações participantes e de lideranças filiadas e outras correntes políticas poderiam ser invocadas como uma das causas dessa atenuação. Por outro lado, a mediação do SESC que colocou dois assistentes sociais à disposição do movimento, com uma forte carga de atividades culturais e esportivas, desviava um pouco o curso da luta partidária tão acirradamente travada na fase anterior. Acrescente-se a isso, um esvaziamento provocado pela inserção dos militantes mais ativos nas campanhas políticas com vistas às eleições gerais de novembro daquele ano, relegando o movimento associativo a plano bem secundário.

Estava plantado o embrião para a formação de uma futura federação e não faltaram estímulos da FAMERJ nessa direção. O

presidente dessa entidade<sup>8</sup>, bem como alguns membros da diretoria, compareceram às reuniões no SESC e em algumas Associações nos respectivos bairros, incentivando o movimento associativo e federativo.

### 3.1. O PAPEL DO AGENTE EXTERNO - O SESC

Conforme registro feito no item V.3, o SESC/Niterói sediou várias reuniões de dirigentes de Associações de Moradores deste município durante os meses de maio/junho de 82. O SESC oferecia também a assessoria de técnicos da instituição (particularmente do Sr. Mario Inecco), que não raro dirigiam as reuniões com a devida anuência dos participantes, podendo ser identificado aí um sintoma de institucionalização da prática social. Tais encontros desempenhavam o papel de "forum" privilegiado, onde se dava a socialização de informações e de divulgação das lutas reivindicativas travadas em diversos bairros, de forma isolada.

Decorridas as primeiras semanas de razoável motivação, o mês de julho foi marcado por um forte esvaziamento creditado às férias escolares e a saída de muitas famílias da cidade. Mas as razões do declínio transcendiam as férias e refletiam a inserção de vários dirigentes do movimento na campanha político-partidária, priorizando-a. O representante do SESC tem essa percepção e se preocupa, pois o espaço do movimento de bairro é importante como seu campo de atuação uma vez que prestar assistência à comunidade é um dos seus objetivos institucionais.

<sup>8</sup> Jô Resende eleito pelo PDT Vice-Prefeito do Município do Rio de Janeiro em 11.11.85), sem filiação partidária à época de sua gestão frente a FAMERJ.

Manter a mobilização para ampliar a base social do movimento associativo parecia ser uma aspiração importante para o SESC, e a 07.08.82 o Sr. Mário Inecco que o representa, propõe a realização de um amplo debate sobre os problemas da cidade a ser protagonizado pelos candidatos ao cargo de prefeito municipal em novembro daquele ano. Há a participação das associações de moradores e convite a outras entidades organizadas da sociedade civil.

Os representantes das associações de moradores são tomados de surpresa e reagem com uma certa perplexidade. Passado o susto, vem o pessimismo: não se percebia condições políticas para assumir tal tarefa - uma desmobilização generalizada e inexperiência coletiva para este tipo de tarefa. O "agente externo" insiste e lança um desafio. Coloca a necessidade de se obter um compromisso de campanha aos candidatos com relação ao Conselho Comunitário através do qual os moradores poderiam influenciar no futuro governo da cidade. Responsabiliza-se pela infraestrutura material do evento e aponta a relevância política para o movimento de bairro.

Os militantes presentes deixam sua posição de resistência e assumem compromisso de, no prazo de dez dias, realizar um grande esforço de divulgação da proposta e de chamamento a todas as associações de moradores. Confirmado o comparecimento dos candidatos, estava criado um fato novo que reavivaria o movimento do conjunto das associações aglutinando em torno da iniciativa do SESC, que lhe conferia agora um viés bastante institucionalizado, ausente nos primórdios de 1978 a 1981. A Comissão Organizadora do debate define um temário em 23.08.82, o que deixa transparecer uma forte retomada da mobilização. O

temário contemplava os seguintes assuntos: 1) posse da terra; 2) saneamento; 3) transporte coletivo; 4) educação; 5) ecologia; 6) conselho municipal ou conselho comunitário; 7) abastecimento; 8) uso do solo urbano (a questão do gabarito); 9) saúde; 10) lazer e cultura; 11) política de desenvolvimento do município.

O debate foi marcado para o dia 18.09.82 e no período compreendido entre 23.08 até o debate, o SESC foi o palco de reuniões freqüentes, quase diárias. Foram discutidas as normas a serem seguidas pelos participantes e formas de intervenção dos munícipes eleitores, desejosos de interpelar qualquer um dos candidatos. Os candidatos não deveriam realizar retaliações pessoais entre si. Neste sentido foram baixadas recomendações expressas da Comissão Organizadora do debate.

A campanha de divulgação foi reforçada. Além da imprensa escrita e falada, 4.000 convocatórias foram distribuídas nas horas que antecederam ao debate.

Já às vésperas do debate, uma facção do movimento entendia que se deveria submeter uma carta de princípios a todos os candidatos para subscrição pública e coletiva como medida formal de assunção de compromissos sociais e políticos com a comunidade (vide Anexo V.1). No entanto, essa proposta foi rejeitada pela comissão organizadora, e o debate ficou apenas gravado em fitas cassete, de onde nunca foi transcrito.

Finalmente durante o debate no dia 18.09.82, todos os candidatos<sup>9</sup> comprometeram-se, ou pelo menos expressaram oral-

<sup>9</sup> Do PDS: Waldenir de Bragança, João Batista Sobrinho e Monassa. Do PTB: Álvaro Fernandes, Jourdan Amora e E. da Cruz Nunes. Do PMDB: Coimbra de Mello, Silvio Lessa e Pitombo. Do PDT: Rivo Gianini e Wilson de Oliveira e do PT: Eduardo Travassos. Totalizando 12 candidatos.

mente a importância do Conselho Comunitário. Todos manifestaram intenções de "governar com a comunidade"; todos reconheceram a importância das associações de moradores, etc., enfim, como não poderia deixar de ser, em pronunciamentos de candidatos a postos eletivos em vésperas de eleições. A diferença podia ser detectada na concepção ou na conceituação política do que seja um Conselho Comunitário dentro do aparelho ideológico da PMN. Enquanto os candidatos mais progressistas raciocinavam como conquista das classes populares, os candidatos conservadores o entendiam como fruto de sua concessão ou até de sua criação, isto é, a autoridade constituída tem o poder de criar um conselho comunitário, e permite que os seus representantes compareçam à PMN com dia e hora marcados.

Terminado o debate, o desdobramento mais imediato que resultou para o movimento associativo de bairro, foi a discussão sobre a natureza e definição do Conselho Comunitário. Várias reuniões foram realizadas e optou-se por "ouvir as bases". Cada uma das associações deveria pronunciar-se sobre o assunto, no prazo de dois meses, a partir de uma proposta básica a ser encaminhada pela comissão organizadora.

Esta proposta tinha o objetivo, entre outros, de descompromissar vários militantes desse movimento que não só funcionavam como "cabos eleitorais", mas também participavam como candidatos (a prefeito, vice-prefeito e vereadores).

A direção política do movimento optava por fazer uma parada e nesta passagem nem o Sr. Mário conseguiu reverter o esvaziamento.

Finalmente, em 15.11.82 realizaram-se as eleições, tendo vencido para o governo do Estado, o candidato do PDT, enge-

nheiro Leonel Brizola. Para prefeito municipal de Niterói, apesar da lei eleitoral que obrigava a vinculação de votos, venceu um dos candidatos do PDS, o médico Waldenir de Bragança. Entre a eleição e o término da apuração, um clima de grande expectativa se estabeleceu no Estado do Rio de Janeiro, onde a empresa PROCONSULT que realizava a apuração foi acusada de fraude a favor do PDS.

Compreende-se pois que o movimento associativo caminhava com dificuldades até que, com a posse dos eleitos em 15.03.83, a sociedade civil parece ter voltado a movimentar-se.

Promulgados os resultados da apuração dos votos, o governador eleito aceita participar de um encontro público, em local amplo, com todas as associações de moradores do Estado, ocasião em que receberia dos representantes de cada grupo de associação, as reivindicações mais prementes de cada município ou de cada zonal da FAMERJ. Coube à FAMERJ coordenar esse encontro que se realizou no Campo do Olaria Futebol Clube, na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro, a 27.03.83.

Em Niterói, onde ainda não havia sido formada uma federação de associações a nível municipal, cada vez mais se explicitava a sua necessidade face às circunstâncias concretas que se acumulavam: a necessidade de definir-se o Conselho Comunitário, a necessidade de se elaborar uma carta de reivindicações do conjunto das associações de moradores para ser encaminhada ao novo governo do Estado que neste primeiro momento se mostrava receptivo, e a necessidade de filiação efetiva à FAMERJ, através da sua estrutura de "zonais" ou de "conselhos de bairros". Estas demandas concretas recuperaram para o movimento a questão da federação (frustrada no 2º semestre de 1981) e a

construção do Conselho Comunitário para conquista de espaço junto à Prefeitura Municipal de Niterói.

Num primeiro momento foi elaborada a carta de reivindicações ao Governo do Estado, aproveitando um pouco da experiência vivida na preparação do debate com os candidatos a Prefeito. A "consulta às bases" não foi tão ampla quanto se costumava pregar nos discursos de vanguarda, até porque as bases não responderam à convocação<sup>10</sup>. Com o concurso de pouco mais de duas mãos, foi produzido o citado documento de cujo conteúdo, a "comunidade" (bases) só tomou conhecimento muito posteriormente<sup>11</sup>.

Embutido nesse movimento e já objetivando a construção de uma entidade federativa municipal, politicamente representativa, em cuja discussão estaria contemplada também a criação de Conselho Comunitário, convocou-se um encontro de todas as associações, com vistas ao debate amplo dos problemas que pesam sobre a população deste município, como meio para se atingir aquele fim.

Reuniões específicas para definição da pauta desse en-

<sup>10</sup> Os representantes da AMOROSA, CPM-IC, Viçoso Jardim, AMMAR e AMAI lá estiveram na data marcada para cada um levar a sua contribuição, por escrito, mas não levaram. A representante da Associação de Moradores do Morro da Boa Vista fez uma exposição oral e a do Morro do Estado, levou, mas não quis entregar. Esgotava-se o prazo para a participação das bases (para o exercício da democracia interna).

<sup>11</sup> O documento entregue ao Governador e denominado "Carta de Reivindicações das Associações de Moradores de Niterói" constituiu-se dos seguintes itens: 1. Breve nota sobre o município; 2. A economia municipal; 3. Os equipamentos urbanos; 4. A questão da favelização e da periferização e ao final, as reivindicações constantes de água, posse da terra, esgoto, saneamento básico, preservação do meio ambiente, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, eletrificação, telefones públicos, segurança e violência urbana, transporte, poder judiciário, desenvolvimento econômico e participação das associações de moradores nas decisões políticas a serem tomadas pelo novo governo estadual.

contro, formas de sua organização e campanhas de divulgação-mobilização foram realizadas. Convoca-se, finalmente, para maio/1983 o I Encontro de Associações de Moradores de Niterói (I ENCAMON), como fase preparatória da formação da federação municipal, evento não vinculado a qualquer movimento partidário.

Percebe-se pois, que este processo é bastante diverso daquele tentado em setembro de 1981 quando se pretendeu instalar aqui a Secretaria Regional da FAMERJ. Naquele momento, as associações de moradores da periferia leste estavam com alto grau de mobilização centrada na luta pela posse da terra, contradição esta que não afeta os bairros de classe média, onde, por razões históricas, o acesso à habitação se fez através da apropriação privada. Foram outras as contradições que lastrearam a formação de associações de moradores nestes bairros, destacando-se a irregular distribuição da água, a livre flutuação do gabarito, a falta de segurança, a poluição ambiental e similares. São dois patamares distintos de reivindicações o que contribui também para uma formação mais tardia de entidades representativas nestes bairros de classe média. A primeira tentativa de federalizar as associações em 1981 foi abortada, marcadamente, por contradições de classes que se refletiam nas lutas específicas. Neste segundo momento foi a necessidade de se enfrentar questões gerais, supra-bairros, como a formação do Conselho Comunitário, a filiação à FAMERJ coletivamente e a entrega de uma carta municipal de reivindicações ao Governo do Estado que somou associações de favela, de periferia e de classe média. Esta aglutinação desembocou no movimento concreto pró-federação. O primeiro passo decisivo nessa direção foi representado pelo Primeiro Encontro de Associações de Moradores de Niterói.

### 3.2. O I ENCAMON (I ENCONTRO DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE NITERÓI)

O I ENCAMON foi certamente mais relevante para a consolidação do movimento associativo de bairro do que o debate com os candidatos. Convocado e realizado nos dias 21 e 22 de maio de 1983, este Encontro foi precedido de reuniões preparatórias, destinadas a definir o regimento interno do evento, temário a ser discutido e fixação dos contornos dos principais problemas que afligem a população municipal, circunscritos em um documento que se chamou "Documento Básico do I ENCAMON". Neste constava a caracterização do problema: o estágio atual desse problema em Niterói; hipóteses explicativas e deixava em aberto um campo onde os congressistas deveriam inserir as suas propostas de ação/solução.

O temário proposto pela Comissão Organizadora do I ENCAMON derivava do debate com os candidatos a prefeito e da "Carta de Reivindicações das Associações de Moradores de Niterói" entregue ao Governador do Estado a 27.03.83, e assim se subdividia:

1. O movimento associativo de bairro e a questão democrática.
2. Saúde e Saneamento Básico.
3. Transporte.
4. Abastecimento e Carestia.
5. Educação, Cultura e Lazer.
6. Urbanismo, Uso do Solo e Ecologia.

Cada Associação de Moradores poderia comparecer com doze delegados. Cada um recebia no ato de sua inscrição um exem-

plar do Documento Básico que deveria nortear os trabalhos. Compareceram ao todo 117 delegados pertencentes a 26 associações, o que significa uma média de 6,8 delegado por cada entidade, sintoma de uma débil maturação do movimento. Várias agremiações organizadas da sociedade civil lá compareceram, emprestando o seu apoio<sup>12</sup>. As sessões plenárias, de debates muito complexos, foram presididas pelo presidente da FAMERJ<sup>13</sup> que, por ocasião da abertura da I ENCAMON afirmou:

*A articulação das Associações de Moradores em Niterói já é conhecida em todo Estado. Niterói começa a participar de forma organizada no movimento de moradores (...). O movimento que ora se fortalece e se organiza, juntamente com os sindicatos, partidos políticos e outros segmentos da sociedade civil, é motor de construção de uma sociedade democrática. Não aceitamos mais ditaduras ou reversões no processo de construção de uma sociedade democrática...*

Note-se que as considerações acima foram tecidas em maio de 1983 sob a vigência ainda do regime militar, embora numa fase da história recente denominada de "abertura". Justamente por esta circunstância, o item primeiro do temário mereceu dos participantes uma atenção especial.

Os temas específicos que afetam a maioria dos bairros e dos moradores foram aprofundados nos trabalhos em comissão. O que se percebeu foi que as comissões estiveram cheias, com muitos delegados e observadores analisando os problemas do seu bairro e de suas Associações a partir do Documento Básico, am-

<sup>12</sup> Estiveram presentes entre outras as seguintes entidades: Sindicato dos Engenheiros, FAMERJ, OAB, Niterói, CEASA, AFFEA, Vereadores do PDT e PTB, uma representante do prefeito municipal, MORE (Movimento de Resistência Ecológica), IAB e SESC.

<sup>13</sup> Jô Resende.

pliando-o ou corrigindo-o. Cada grupo elaborou seu relatório que discutido e aprovado em assembléia geral, redundou em um novo documento, validado pelo debate coletivo, que se chamou Teses e Resoluções do I ENCAMON.

Um acontecimento foi facilmente perceptível: se nas discussões das questões concretas, objetivas, a participação dos delegados foi muito intensa, o mesmo não se repetiu durante as plenárias em que se discutiam questões gerais, principalmente aquela dedicada ao item I do Temário: "O movimento Associativo de Bairro e a Questão Democrática". Para uma parte do grupo representativa dos delegados esse tipo de discussão sobre a democracia ou sobre o autoritarismo, passando por dívida externa ou FMI parecia pouco sensibilizá-la.

Muitas decisões vitais para o movimento associativo foram tomadas, como por exemplo a de se propor ao Legislativo Municipal a instituição de uma Tribuna Livre onde a comunidade organizada pudesse se expressar livremente para a audiência dos vereadores, representantes eleitos pelo povo, pelos cidadãos de Niterói. Esta proposta foi transformada prontamente em um ante-projeto de lei a ser submetido à Câmara de Vereadores. Tudo parecia refletir um grande êxito e um avanço considerável do movimento.

Do ponto de vista da construção de uma entidade federativa, assunto tratado com extremo cuidado por parte de cada uma das correntes políticas atuantes no movimento, prevaleceu a corrente que advogava o adiamento do ato formal de se constituir a federação por uns dois ou três meses, tempo necessário para delinear melhor os contornos da entidade a ser criada, inclusive com a preparação de um ante-projeto de estatutos.

Todos foram unânimes em aceitar que o movimento associativo de bairro em Niterói, com o I ENCAMON estava consolidado. A fundação da federação seria apenas uma necessidade legal a ser cumprida.

Ocorre que aquele adiamento encobria já naquele momento uma dificuldade concreta que o movimento enfrentava: a composição da primeira diretoria da federação. Como compatibilizar as forças políticas presentes, contemplando-as ao mesmo tempo em que não se abrisse a guarda para a supremacia de determinados partidos? O adiamento permitia operacionalizar as providências formais necessárias para a assembléia de fundação e garantia também mais um precioso tempo para articulações políticas. O movimento fortalecido pelo I ENCAMON passou também a despertar maior disputa pela sua hegemonia. A unidade do movimento era tentada através da proposta de chapa única. Nas semanas seguintes várias reuniões se realizaram com vistas a preparar a fundação da federação, sempre nas dependências do SESC de Niterói, que oferecia trabalho de datilografia e envio de correspondências pelo correio. O cerne dos debates nesses noventa dias foi o "caráter da entidade", e as formas do seu relacionamento com o poder público municipal, já que este, deliberadamente, vem tentando boicotar a formação da federação nos moldes traçados pelos participantes do I ENCAMON. Ao contrário, a prefeitura municipal patrocinou, antecipadamente, a criação de uma federação denominada F.A.M.N. (Federação de Associações de Moradores de Niterói) reunindo algumas personalidades e associações de bairros balneários como Piratininga, Mar-a-Vista e Itacoatiara - uma federação espúria como seria denominada pelos militantes.

Além do caráter da entidade e formas de relacionamento com o poder público e outras entidades afins, foram privilegiados nos debates da Comissão Organizadora, os critérios a serem obedecidos para a composição da chapa que postularia a primeira diretoria. Ao nível do discurso, o critério maior deveria passar não pela filiação partidária do candidato, mas pela sua representatividade nas suas bases, na sua Associação de Moradores.

Nesse espaço de tempo entre o I ENCAMON e a fundação da federação, um fato novo sacode o movimento de moradores: o aumento de 130% nas prestações da casa própria, a partir de 01.07.83, chamado o "pacotão da habitação". A forte reação dos mutuários ecoa pelo movimento associativo e injeta novo ânimo à temperatura já elevada do clima pró-federação em Niterói. Este pacote afeta essencialmente a classe média.

A Prefeitura Municipal por seu turno vai incentivando a criação de novas associações de moradores em bairros diversos. No Barreto, bairro com características operárias bastante preservadas, a nova associação é composta só de funcionários da prefeitura residentes naquele bairro e o seu presidente de honra, pelos estatutos, era o Prefeito Municipal<sup>14</sup>.

A dificuldade para se selecionar nomes que pudessem compor a primeira diretoria cresce, e há um enorme desgaste de tempo com considerandos, critérios, ponderações. No meio desse impasse, uma proposta básica é colocada por um dirigente da

<sup>14</sup> Informações prestadas a 14.07.83, por Marcos Mello, da Comissão Provisória Organizadora da Assembléia de Fundação da Federação. O Prefeito Municipal era o médico Waldenir Bragança.

AMMAR e presidente regional do PT (Partido dos Trabalhadores)<sup>15</sup>: deixar a tarefa de composição da chapa para as bases, ou seja, para a assembléia de fundação, proposta que afinal acabaria prevalecendo. A própria comissão eleitoral não foi constituída "a priori", e acabou ficando para ser votada durante a assembléia.

#### 4. A FUNDAÇÃO DA FAMNIT (FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE NITERÓI)

Finalmente, a 07.08.83 realizou-se a assembléia de fundação da federação municipal de Associações de Moradores. Marcada para as 9.00 h, sô foi instalada às 11:00 h e novamente presidida pelo presidente da FAMERJ que nesta ocasião teceu, entre outras, as considerações seguintes:

*... um aspecto relevante dentro do movimento associativo é o seu caráter, destacando-se as especificidades locais. Exemplo, o MAB de Nova Iguaçu (...). Que as federações possam se organizar sem a perda da autonomia de cada uma das Associações de Moradores integrantes ... No Congresso da FAMERJ (maio/83) preocupou-se muito com a prática de cada município, buscando fortalecer a unidade do movimento geral, mas procurando preservar o caráter de cada federação local. Hoje mais de vinte municípios fluminenses já possuem ou estão em vias de criar suas federações como ... Uma luta que a FAMERJ está apoiando e coordenando é a dos mutuários. O BNH não sustenta uma política social para a habitação, mas sim a de fortalecer as financeiras. Nós desejamos que dentro de quinze dias duplique o número de seis mil mutuários que já entraram na justiça contra o BNH. Em Niterói há um posto funcionando com todo vigor em dependências cedidas pela OAB... Embora essa luta esteja identificada mais com mutuários de classe média, é extensi*

<sup>15</sup> Benoni Alencar Pereira, jornalista no Rio de Janeiro à época e um dos líderes da luta pela posse da terra no município.

*va também para os muito pobres que recebem até dois salários mínimos e para estes a FAMERJ vai entrar com justiça gratuita...*<sup>16</sup>

Comparando-se com o seu discurso de maio, nota-se no trecho acima que a FAMERJ avançou muito nestes dois/três meses e não se fala em conquista da democracia; contra eventuais acidentes de percurso nesse processo, mas faz referência a ações concretas de confronto com o Estado, acionando, na justiça federal, um dos órgãos oficiais de maior peso na área social: o BNH. Fala também em vinte municípios com entidades federativas já definidas.

Após a sessão de abertura passou-se à composição da Comissão Eleitoral, que deveria contemplar uma distribuição geográfica de Associações assim concebida: Zona Sul, UNAMPPI, Santa Rosa e Zona Norte. Foram propostos doze nomes para se escolher sete. Por modificações sucessivas propostas por candidatos ostensivos à presidência da federação a ser formada, permaneceram apenas militantes de três correntes políticas: PT (4), PC do B (2) e PC (1). Os dois primeiros grupamentos têm atuação muito semelhantes e já no I ENCAMON haviam conseguido a aprovação de várias propostas comuns através do voto em bloco (todos votando da mesma forma, seguindo uma certa liderança).

Os trabalhos em grupo deveriam examinar os estatutos e propor as modificações a serem votadas na assembléia geral e, aprovados, estaria fundada e se conheceria a chapa única para a primeira diretoria.

Ao final do dia a Comissão Eleitoral trouxe o resultado

<sup>16</sup> Palavras não textuais de João Resende em 07.08.83, no auditório do SESC-Niterói.

da consulta prévia que dava como pessoa mais indicada para a cabeça de chapa a presidente da Associação de Moradores do Viçoso Jardim que havia liderado a vitoriosa luta pela desativação da lixeira municipal e com militância recente no PDS. A "coligação" PT-PC do B reagiu fortemente e lançou um nome alternativo do PT, somente para o cargo de presidente e as chapas foram votadas. A primeira chapa venceu por margem ínfima de dez votos, o que evidenciava uma grande cisão subjacente ao movimento. Caía por terra a tentativa de camuflar a cisão em busca da unidade. Embora isso não fosse explicitado, para muitos a unidade parecia significar representatividade, o que foi tentado politicamente até a hora da tomada do poder na entidade e através da entidade.

Estava criada a FAMNIT (Federação das Associações de Moradores do Município de Niterói), cujas finalidades constam do Art. 2º do seu estatuto como segue:

Art. 2º - A FAMNIT tem as seguintes finalidades:

- a) Coordenar, integrar, ampliar e unificar a ação das Associações de Moradores do Município de Niterói nas reivindicações e atividades de interesse do conjunto da população niteroiense, respeitando a autonomia das Associações filiadas;
- b) Lutar permanentemente junto ao Poder Público Municipal, Estadual e Federal, na defesa dos interesses e necessidades da população Niteroiense no termo da saúde, educação, saneamento, habitação, segurança e das condições de vida em geral;
- c) Apoiar e estimular as lutas e atividades específicas ou localizadas de suas associações e de entidades co-irmãs;
- d) Desenvolver e fomentar atividades culturais recreativas, sejam no âmbito municipal, distrital ou mesmo local;
- e) Organizar e manter serviços úteis às suas associadas, tais como assistência jurídica, orientações técnicas, etc.;

- f) Apoiar, estimular e auxiliar na criação de novas Associações;
- g) Manter contato permanente e relacionamento fraternal com Entidades Populares e Democráticas, empenhadas na luta por melhores condições de vida para o povo, zelando pelo espírito de unidade<sup>17</sup>.

O conteúdo da alínea "a" ressalta a necessidade de se resguardar a autonomia de cada Associação, reflexo não só de uma tradição estatutária no sentido de que em todos os estatutos essa preocupação está registrada, mas também como reflexo da prática política que estava posta pela PMN e de alguns militantes de vanguarda.

A alínea "b" define os interlocutores das lutas reivindicativas: O Estado, mas não faz menção à empresa privada e a classe capitalista em geral, contra as quais várias lutas concretas têm sido travadas neste município, como as dos transportes, as da posse da terra, do abastecimento alimentar entre outras.

A alínea "d" sugere uma preocupação da FAMNIT em ser substituta do SESC em tais atividades. Sabe-se que por mais de um ano, o SESC contribuiu decisivamente para manter aceso o processo de articulação entre as associações surgentes, tendo recorrido intensamente ao patrocínio de atividades culturais, esportivas e de lazer. Enquanto isso, a alínea "f" reproduz um dos fins estatutários e práticos da FAMERJ, embora para uma base territorial restringida. A FAMERJ tem demonstrado uma elevada competência no cumprimento desse objetivo, pelo menos nas gestões de 81/83 e 83/85, enquanto que, a FAMNIT na gestão 83/85 não foi capaz de perseguir com afinco tal objetivo.

<sup>17</sup> Federação das Associações de Moradores do Município de Niterói - FAMNIT, ESTATUTO - Capítulo I, Art. 29.

O SESC, conforme já se fez referência inúmeras vezes, desempenhou um papel decisivo nesse processo de formação da FAMNIT, a começar pela cessão do espaço físico para as reuniões; a presença permanente de um funcionário participando das reuniões e fazendo intermediações; a oferta de infra-estrutura de serviços de mecanografia; a cessão da creche e refeitórios por ocasião do I ENCAMON e outras contribuições similares, patrocínio de muitas atividades de lazer volante (atendendo nos bairros) etc. Possivelmente a intervenção mais relevante do SESC na consolidação desse movimento deve ter sido a proposta do debate com os candidatos a prefeito municipal o que revigorou uma articulação embrionária que estava sucumbindo sob o peso da mobilização nacional em torno das eleições de novembro/82, cartada vital que a sociedade civil, sobretudo os partidos políticos de oposição iria jogar com vistas ao enfraquecimento ainda maior do longo ciclo militar no poder.

Entre o I ENCAMON e a fundação da FAMNIT, o projeto da Tribuna Livre encaminhado à Câmara de Vereadores por um vereador do PTB<sup>18</sup> já havia sido arquivado por falta de "quorum" em várias sessões da Câmara. Vereadores do PDS e do PDT principalmente, boicotaram o projeto, sob a alegação de que o movimento associativo de bairro estava minado por "esquerdistas". O Poder Público Municipal não havia atendido a qualquer das decisões do I ENCAMON encaminhadas à PMN em forma de reivindicações, a começar pela audiência semanal que as Associações de

<sup>18</sup> Pedro Siqueira - Vereador do PTB à época, mais tarde transferido para o PFL.

Moradores deveriam ter com o prefeito. Vários pedidos de audiência haviam sido negados<sup>19</sup>.

Embora tenham comparecido somente vinte e seis Associações de Moradores à Assembléia de Fundação, o SESC registrava pelo menos a existência de mais dez movimentos organizados, trinta e seis à época da criação da federação (vide Anexo V.2).

A primeira diretoria exerce o seu mandato com muitas dificuldades. O Conselho de Representantes não cumpriu sua função deliberativa sobrecarregando a diretoria que por sua vez começou a esvaziar-se com o afastamento de alguns dos diretores eleitos. Para tentar atenuar o vazio, organizaram-se em comissões, mas estas também tiveram baixo desempenho, com exceção da Comissão de Saúde. A da posse da terra privilegia só a área de Pendotiba. O prefeito municipal não viabiliza o Conselho Comunitário reivindicado pelo movimento de bairro e este nunca formalizou uma proposta objetiva, estabelecendo-se um grande vácuo entre o poder público municipal e o movimento popular.

Durante a gestão, a presidente da entidade faz a sua travessia partidária e se coloca junto a uma facção populista do PDT, o que acentua o seu isolamento dentro da diretoria, majoritariamente constituída por filiados do PT e do PC do B, dificultando-lhe o exercício da liderança necessária ao seu cargo. A FAMNIT não conquista o reconhecimento público devido nos dois primeiros anos de vida.

<sup>19</sup> Declarações do Prof. Valmir Garcia, presidente da UNAMPPI e da Associação de Moradores do Maceió, na sessão plenária de 07.08.83.

## ANEXO V.1

Era o seguinte teor da CARTA DE NITERÓI, a ser firmada por todos os candidatos:

a) Inclusão de um CC (Conselho Comunitário) integrado pelos setores mais representativos da comunidade, principalmente pelas associações de moradores, entidades de classes e setores organizados da sociedade civil, no esquema político-administrativo da PMN (executivo e legislativo) com funções deliberativas sobre verbas orçamentárias e poder de influência nos demais assuntos da municipalidade;

b) Estatuir uma política de promoção social para os segmentos favelados, priorizando a urbanização de favelas e minimizando os problemas da posse da terra nas áreas ocupadas por posseiros. Para viabilizar essa medida, recorrer-se-á aos preceitos da lei do usucapião ou à desapropriação por interesse social;

c) Empenhar o poder de barganha da PMN junto ao Governo do Estado no sentido de sanar, em definitivo, a questão do abastecimento d'água em todos os bairros;

d) Corrigir as distorções existentes no estabelecimento do gabarito para diversos bairros, respeitando as reivindicações das respectivas associações de moradores desde que baseadas em estudos tecnicamente e politicamente bem fundamentadas. Submeter qualquer alteração da lei que rege o gabarito à apreciação e ao aval do CC;

e) Expandir a rede escolar de 1º grau bem como de creches para filhos de mães trabalhadoras;

f) Criar mecanismos para o barateamento dos custos da

da alimentação criando cooperativas de consumo; estabelecendo articulação com municípios produtores de alimentos no Estado do Rio ou fora dele; exercendo um rígido controle contra a intermediação e tentando minimizar a tendência monopolística do comércio desses gêneros;

g) Instituir uma política de revigoração econômico do município, prestigiando pequenas e médias empresas industriais, comerciais e de serviços com vistas a ampliar o mercado de trabalho;

h) Elaborar, a curto prazo, um plano de desenvolvimento municipal tri-dimensional: espacial, social e econômico a fim de assegurar um crescimento ordenado do território;

i) Implantar uma política de transportes coletivos mais justa para os usuários, incluindo uma tarifa social para os bairros periféricos; sistema de passes para os estudantes de 1ª e 2ª graus e incentivar a construção de ciclovias com vistas a reduzir a poluição ambiental;

j) Contribuir para a preservação do meio ambiente nas áreas de praias, das praças, enfim, de todo o espaço municipal.

Niterói, 18 de setembro de 1982.

## ANEXO V.2

Eram as seguintes as Associações de Moradores ou Comissões Pró-Melhoramentos existentes em Niterói em agosto de 1983 e conhecidas pelo conjunto do movimento:

1. Assoc. de Moradores da Igrejinha
2. Centro Pró-Melhoramentos de Santa Rosa
3. Assoc. de Moradores de Icaraí
4. Assoc. de Moradores de Maruí Grande
5. Assoc. de Moradores de Maria Paula
6. Assoc. de Moradores de Santa Bárbara
7. Assoc. de Moradores do Cantagalo
8. Assoc. de Moradores de Santa Rosa
9. Assoc. de Moradores de Jurujuba
10. Assoc. de Moradores de Mar-a-Vista
11. Assoc. de Moradores de Boa Viagem
12. Assoc. de Moradores e Amigos do Parque Residencial Marquês do Paraná
13. Assoc. de Moradores de Matapaca
14. Assoc. de Moradores do Bairro Chic
15. Assoc. de Moradores da Ititioca, Atalaia e Capim Melado
16. Assoc. de Moradores e Amigos do Jacaré e Cafubá
17. Assoc. de Moradores do Campo Novo
18. Assoc. de Moradores da Rua José Carlos Silveira Nogueira
19. Assoc. de Moradores do Morro da Boa Vista
20. Assoc. de Moradores do Morro do Ingã
21. Assoc. de Moradores do Viradouro
22. Assoc. de Moradores do Viçoso Jardim
23. Assoc. de Moradores do Bairro de Fátima

24. Assoc. de Moradores do Morro do Estado
25. Assoc. de Moradores e Amigos do Ingã
26. Assoc. de Moradores do Preventório
27. Assoc. de Moradores do Maceiô
28. Assoc. de Moradores do Sapê
29. Assoc. de Moradores do Pê Pequeno
30. Centro Prô-Melhoramentos da Ilha da Conceição
31. Assoc. de Moradores da Rua Albino Pereira
32. Assoc. de Moradores de Piratininga
33. Comissão Prô-Associação de Moradores do Conjunto Residencial 7 de Setembro
34. Assoc. de Moradores de Vila Progresso
35. Assoc. de Moradores do Edifício Cidade do Porto
36. Comissão Prô-Associação de Moradores do Barreto

## VI

### JUNTANDO AS PARTES ... E CONCLUINDO

A atual base territorial dos movimentos estudados vem sendo construída desde longo tempo já que a cidade de Niterói tem mais de quatro séculos de existência. Coexistem neste espaço bairros de ocupação antiga, outros de idade intermediária com bairros de ocupação recente. Coexistem também, no interior de um mesmo bairro ou numa mesma rua e quarteirão, o antigo e o novo, ou seja, os casarões de fins do Séc. XIX e início deste, ostentando rica arquitetura do passado, ao lado dos "espigões" com esquadrias de alumínio e vidro fumê, sobre fachadas de mármore. A tendência mais forte é a da substituição do velho pelo novo, já que o novo representa um conteúdo de especulação imobiliária e de valorização do capital. Na maioria dos bairros da zona sul essa substituição tem-se realizado de forma muito forte. O espaço construído em momentos pretéritos tem sido destruído, restando poucos elementos que possam testemunhar o seu passado de chácaras, de fazendolas que se transformaram em bairros de casario baixo. A partir dos anos 30 e 40 deste século, o ritmo de ocupação da cidade como um todo, cresce em consequência do esgotamento da supremacia do período agro-exportador da economia brasileira. Os anos 50, marcados pelo auge da substituição de importações e pela intensificação dos fluxos migratórios de população para a aglomeração me-

tropolitana foram marcados também pelo mais elevado índice de parcelamento do solo no município de Niterói e no conjunto da RMRJ (Quadros II.12 e II.13). No decênio de 1950-60 foram produzidos quase 70% do total de lotes cadastrados no município, segundo registros da FUNDREM.

Sobrevivem ainda hoje muitas das edificações, logradouros, obras viárias e obras de arte que datam, não são, desse período de substituição de importações, mas também de momentos ainda anteriores, como todo o conjunto arquitetônico do cais do porto de Niterói e o seu entorno imediato, marcadamente proletário. Igualmente sobrevivem o desenho proletário da Ilha da Conceição, vinculado a um passado de trabalhadores ferroviários e operários da construção naval e colônia de pescadores. Pode-se encontrar em bom estado de conservação, vilas operárias em algumas áreas da zona norte, construídas outrora por empresários da indústria têxtil como forma de ter garantida uma força de trabalho barata e submetida<sup>1</sup>. As indústrias têxteis estão em fase de extinção no município, mas as vilas operárias permanecem ocupadas por frações dos segmentos populares não mais vinculados às antigas fábricas.

Estas observações visam recuperar a nota 4 do Capítulo I na qual Milton Santos afirmava ser o espaço um testemunho; "ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos"; (1978, p.138). Todavia, em menor proporção, a modernização vai atingindo toda

<sup>1</sup> BLAY, Eva Alterman. *Habitação: a política e o habitante*, in BLAY, Eva A. (Org.) *A luta pelo espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978.

a cidade. Até mesmo o setor comercial tende a se consolidar em redes de lojas de departamentos, redes de supermercados, de açougues, de farmácias, evidenciando a concentração do capital com sintomas de oligopolização. Acompanhando a tendência geral da RMRJ e do país como um todo, a economia urbana de Niterói e o conseqüente arranjo espacial são regidos por um capitalismo monopolista de Estado nesta fase mais recente.

Apesar de já ter passado o período marcado por uma grande vaga migratória, o quadro urbano de Niterói ainda continua a crescer pela inserção de novos migrantes. Reportando-se aos dados do Quadro II.2 e II.10 percebe-se que do total de 397.123 habitantes recenseados em 1980, 245.347 não eram naturais do município e destes, 71.128 entraram no último período intercensitário (entrada bruta). Enquanto isso a população da RMRJ sofreu um incremento global da ordem de 27,3%; a da Baixada Fluminense de 39,8% e a do município do Rio de Janeiro de apenas 19,7%. Na orla oriental da Baía, Niterói e São Gonçalo juntos cresceram 34,2% e desdobrados, 22,5% e 43,0% respectivamente. Os mesmos dados dão conta de um crescimento extremamente grande nos municípios de Magé e Itaboraí - 47,0% e 73,7% no decênio - ambos localizados na franja externa da RMRJ.

Dir-se-ia que no conjunto da RMRJ, o crescimento populacional da cidade de Niterói foi apenas discreto, já que os maiores incrementos têm-se verificado naqueles municípios mais distantes, de ocupação mais recente, onde os loteamentos de tipo periférico têm-se multiplicado a olhos vistos.

Com relação à natureza dos fluxos migratórios que se têm dirigido para os diversos municípios da região metropolitana tornam-se necessárias algumas observações. Sem desprezar ou

tras origens pode-se afirmar que entre as cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, particularmente nos anos 70, ocorreram movimentos populacionais do tipo invasão-sucessão às avessas, impulsionados pelo Milagre e pela sua crise. Num primeiro momento, a fusão e a ponte Rio-Niterói propiciam o fluxo Rio-Niterói, de segmentos de classe média, apoiados em automóveis, mantendo seus empregos no Rio. A brusca elevação dos custos de moradia em Niterói com a demanda em expansão, empurra os mais pobres para a periferia, no caso, São Gonçalo, graças ao sistema de transportes coletivos que se multiplica espantosamente. Por outro lado, com o esgotamento do Milagre e a irreversibilidade da crise, cria-se outro tipo de expulsão para fora, atingindo assalariados de um a três ou mais salários mínimos como ocorria com os milhares de funcionários da Prefeitura Municipal e da Universidade Federal - duas das instituições de maior capacidade de emprego no município.

Aumenta, proporcionalmente, o movimento pendular de população para o trabalho: de São Gonçalo para o Rio e Niterói e de Niterói para o Rio.

Esse rearranjo espacial está submetido a determinações estruturais, ou seja, a um modelo econômico que privilegia as grandes corporações em detrimento das camadas assalariadas e principalmente dos mais pobres, típico de países de capitalismo fortemente monopolizado e onde o Estado se associa à burguesia internacional e nacional.

Todavia há que se registrar também uma manipulação institucional que contribui para reforçar tal processo. Trata-se da Lei 159 de 20.10.78, sancionada pelo Prefeito Municipal de Niterói que restringe (impede) a construção de habitações de

interesse social nos seguintes locais: Centro, Ponta da Areia, Ingã, Icaraí, São Domingos, São Francisco, Charitas, Jurujuba, Piratininga, Cantagalo, Itaipu, Itacoatiara e Fonseca, extensiva às "suas jurisdições". Isto corresponde a quase todo o espaço municipal. Esta lei vinha atender a reivindicação anterior da AEMIN (Associação de Empresas do Mercado Imobiliário) datada de 1975 (SENIDE), e desta forma, reservava-se o mercado de terras de Niterói aos grandes empreendimentos imobiliários como o da VEPLAN-Residência que acabou quase por privatizar a praia de Camboinhas e parte da Lagoa de Itaipu. Para viabilizar tal projeto várias famílias de posseiros e pescadores foram expulsos. Os barracos foram substituídos por mansões; as estradas esburacadas por imponentes avenidas asfaltadas e arborizadas. No novo espaço produzido pelo grande capital não há mais lugar para o pescador.

Durante o processo de expulsão dos posseiros de Camboinhas entre 1977 e 79, aproximadamente, houve várias manifestações contra a VEPLAN, protagonizadas por moradores da zona leste, intelectuais do Rio e de Niterói, ecologistas, movimento de mulheres, de estudantes, parlamentares, etc. que culminou com uma ação popular peticionando o embargo do loteamento. Este loteamento vinha reforçar e acelerar a morte da Lagoa de Piratininga.

O movimento popular conseguiu sensibilizar a opinião pública por pouco tempo. As "autoridades constituídas" - poder executivo e judiciário do município - silenciaram por um tempo e quando os reclamos dos populares caíam no esquecimento, as obras do loteamento fluíam a todo vapor.

Em Icaraí, protótipo dos bairros de classe média, a AMAI

tem tentado influenciar no seu processo de crescimento, reivindicando a fixação de gabarito para os próximos edifícios; postulando o tombamento de determinadas construções pelo Patrimônio Histórico Nacional, inclusive o do Campo de São Bento; obediência a recuos "legais" de edificações; limpeza das ruas; sinalizações em cruzamentos perigosos; maior policiamento e enfim, uma série de medidas que contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida no bairro. No entanto, sem explicações mais convincentes, o poder público municipal não tem respondido às petições, e a associação se esvazia.

Nas favelas que já ultrapassam de meia centena em Niterói, com uma população estimada em mais de cem mil favelados (Quadro II.7) a correlação de forças tem sido, conjuntamente, mais favorável para as associações de moradores. Ocorre que é nessa arena onde se trava uma forte disputa entre governo estadual do PDT e o governo municipal do PDS. Muitas favelas do município têm sido beneficiadas com iluminação pública pelo projeto "Uma Luz na Escuridão". O preço político dessa ação como a do projeto "Cada Família um Lote" que beneficia algumas favelas, tem sido a "brizolização" dos dirigentes das associações, como ocorreu com a do Morro do Estado, as das três favelas do Aterrado de São Lourenço, a do Morro do Ingá, do Morro da Chácara e muitas outras.

Sem desmerecer a capacidade de reivindicação e de organização das associações de favela, na conjuntura pós 82, a produção do espaço favelado, traduzida por maior densidade de serviços parece localizar-se acima dos movimentos e no interior do poder do Estado que é também contraditório e conflitivo. O movimento associativo no caso particular de Niterói participa

como um pilar desse embate e se beneficia, porque, em última instância, aqui e acolá recebe os benefícios materiais da política populista do Estado.

Favelas, periferias, zona sul, zona norte, à par desses grandes traços da segregação urbana ditada pelo modo de produção dominante e relações de classe conseqüentes, nos microcosmos dos bairros ou em mobilizações amplas em torno de um bem ou serviço de consumo coletivo, os moradores, organizados, vêm ganhando/perdendo lutas reivindicativas.

Quando se consegue obter vitória na luta pela preservação de uma figueira (centenária) na Rua Faro - bairro do Jardim Botânico, na cidade do Rio - ou de outras árvores e bosques em locais públicos ou particulares, se está conseguindo senão impedir, pelo menos retardar a transformação de ruas bucólicas em pistas de corrida. Pode-se estar evitando a transformação de antigos casarões, com quintais arborizados, em modernos "espigões" com a mercantilização de muitas unidades imobiliárias. As lutas de resistência dos movimentos populares são ainda muito débeis quando comparadas à força e ao dinamismo do capital imobiliário - que tem formas de realização diferenciadas segundo se trate de bairros da zona sul, zona norte ou periferia de Niterói.

As associações de moradores, têm funcionado como um dos poucos canais de expressão das demandas urbanas emanadas dos diversos bairros, demandas essas que se apresentam estratificadas. No entanto, as associações de moradores de bairros periféricos, de favelas ou de classe média mantêm entre si, além de diferenças próprias de classe, de localização, de tipos e épocas de ocupação, algumas identidades.

Quanto à origem, trata-se de um movimento datado. O período compreendido desde fins dos anos 40 a início dos anos 60, no Grande Rio, surgiram mais de uma centena de associações de bairro. Em Niterói somente duas dessas agremiações sobreviveram ao movimento militar de 64: os Centros Pró-Melhoramentos da Ilha da Conceição e o de Santa Rosa, ambos profundamente descaracterizados. O primeiro transformou-se em órgão de representação do governo no bairro, e o segundo, em clube recreativo.

O renascimento ou a segunda data pode ser localizada no final dos anos 70, numa conjuntura que começa a levantar o véu do regime autoritário e na qual o movimento de massa renasce para tentar ganhar o cenário político nacional. Nesse período, mais marcadamente a partir de 1978, a cidade de Niterói foi tomada por uma reativação do movimento associativo de bairro, cuja explicação pode ser encontrada, pelo menos em parte, nas razões seguintes:

- a) um longo período de silêncio imposto aos movimentos populares por um regime autoritário que os havia desmobilizado;
- b) a eleição do prefeito Moreira Franco em 1976 que, representando o MDB e apoiado, em parte, por forças políticas progressistas do local, abre espaço para a expressão das classes populares, principalmente através de um plano municipal de saúde;
- c) a expressiva vitória do MDB nas eleições de 1974 e 1976 que havia sensibilizado a opinião pública e alertava o poder público nacional e local quanto à iminência de uma mudança;

- d) a participação crescente de entidades representativas da sociedade civil como a ABI, OAB e, em Niterói, uma pequena fração da igreja católica que driblando a orientação conservadora da diocese local, estimula políticas de organizações comunitárias;
- e) degradação geral das condições de vida da maioria da população, aqui incluída a classe média urbana, afetada por inflação crescente e achatamento salarial.
- f) uma aspiração comum pela reconquista da cidadania perdida, a começar pela anistia até o clamor pelas Diretas-Já, passando por várias outras campanhas de menor alcance.

Os fatores acima, de um modo geral, podem ser encontrados na origem do renascimento ou da reativação das associações de moradores, além, obviamente, do grande empenho político da FAMERJ em ampliar a sua representatividade e legitimidade com base na expansão do número de entidades filiadas e do seu conteúdo político (democrático e reivindicativo).

Nas eleições de 1974 elegeu-se por Niterói como um dos deputados federais mais votados o Sr. Wellington Moreira Franco, do MDB, sociólogo de formação, natural do Estado do Piauí, e genro do Almirante Amaral Peixoto, patrono de uma sólida máquina eleitoral enraizada no antigo Estado do Rio de Janeiro: o "amaralismo". Este resultado revelava uma tendência oposicionista do eleitorado niteroiense bem como uma mudança de conduta quanto a rejeitar o processo (voto nulo) substituindo-o por "legitimá-lo", via participação. Optando pela participação, concentra grande quantidade de votos no único partido de oposição.

Em 1974, com a fusão dos dois Estados decretada pelo Governo Federal, foi designado para exercer o mandato de transição na prefeitura de Niterói, o engenheiro Ronaldo Fabrício que prepara o terreno para as eleições de 76, privilegiando claramente os bairros de classe média, até então favorecida pelo Milagre e com potencial de votos para a ARENA, o partido no poder. Volta à cena o então deputado Moreira Franco, candidato à prefeitura municipal de Niterói para a qual seria realizada a primeira eleição em consequência da perda do "status" de capital. E obtém uma vitória expressiva, que deve ser creditada parte à máquina amaralista, e parte ao projeto oposicionista dos eleitores, além, obviamente, da performance do candidato.

Do início do ano de 78 a meados de 80, durante "gestão democrática" do prefeito Moreira Franco alguns bairros são estimulados a participar principalmente na área de saúde, quando médicos são alocados em diversas UMS e passam a funcionar como agentes sociais, destinados a despertar os moradores para as questões do seu cotidiano. A problematização dessas questões e sua posterior politização em movimentos organizados, é, sem dúvida, uma das alavancas-chaves de parte substancial do associativismo que vem animar os moradores de Niterói no final dos anos 70.

Do ponto de vista da organização, o movimento associativo de bairro em Niterói, assim como ocorria na RMRJ em geral, marca uma sensível diferença qualitativa se comparado com outros movimentos espontaneístas que haviam sacudido o espaço urbano-metropolitano nos anos anteriores como os quebra-quebras de transportes coletivos (Moisés, 1978) e dos trabalhadores nas obras do metrô do Rio de Janeiro (Valladares, 1982). Todos

os movimentos estudados surgem e se desenvolvem com base em algum nível de organização e o mais freqüente têm sido as Comissões que precedem a formalização das Associações. A mais notável delas foi a "Comissão dos Enguiçados" que serviu de embrião para a criação de quase todas as associações de moradores da área de Pendotiba e Piratininga, bem como da UNAMPPI (Capítulo IV.1).

Nos bairros de classe média também o processo tem sido semelhante. Depois de constituídas, as diretorias acabam assumindo tanto as funções deliberativas como executivas, desempenhando o papel de "núcleo avançado" a que se refere Borja:

*Este processo exige a existência de um núcleo avançado, mais ou menos formal, que tome iniciativas, de um instrumento com poder de convocatória e representatividade (associações de vizinhos, por ex.) que reúna a população e de um ou vários atos coletivos (assembléias) que cristalizem a manifestação da reivindicação e a decisão da ação<sup>1</sup>.*

Esse núcleo avançado tem substituído até certo ponto, o papel anteriormente desempenhado pelos líderes "carismáticos" dos antigos movimentos associativos de bairro e também dos velhos movimentos operários. O núcleo tem o papel principal de articular o movimento e responde, muitas vezes, pela organização formal ou burocrática das associações.

Frequentemente até o Jornalzinho ou o Boletim da associação é redigido e distribuído pela diretoria, e a existência desse veículo de intermediação entre o "núcleo avançado" e as bases tem sido regra geral nas associações de moradores de classe média e vem sendo quase exceção - pelo menos com regularidade

<sup>1</sup> BORJA, Jordi, *Movimientos Sociales Urbanos*, Buenos Aires, SIAP-Planteos, 1975. p.16.

de - nas associações de periferia e de favela. A periodicidade do boletim tem servido de um bom termômetro para medir o grau de mobilização/desmobilização de uma determinada associação. Nos períodos de esvaziamento, os boletins desaparecem.

Na AMAI tentou-se constituir um Conselho de Ruas que se chamou núcleos e teve curta duração (pouco mais de um ano). A UNAMPPI previu estatutariamente, a criação de um CR (Conselho de Representantes) que nunca chegou a se instalar. Somente ao nível municipal o CR foi instalado e tem funcionado embora precariamente, pois em virtude da maximização da luta pelo poder entre diferentes facções político-ideológicas, o reduzido CR da FAMNIT não tem conseguido imprimir uma direção política clara para o movimento. Em outras palavras, o CR representa pouco as associações e se cristaliza cada vez mais como uma vanguarda descolada das bases.

A FAMNIT não tem conseguido encaminhar as diversas reivindicações do conjunto das associações no sentido de se obter vitórias como nos casos da Tribuna Livre e do Conselho Comunitário, na Câmara dos Vereadores e na Prefeitura Municipal, respectivamente, o que dá indício de uma deficiência organizativa, no dizer de Machado & Ziccardi, 1979, p.15: "Em nosso entender, a organização é a capacidade que tem um determinado conjunto social para articular suas ações no sentido de obter a satisfação de suas demandas". Mais do que o seu aspecto meramente formal de estabelecer papéis e funções aos diversos departamentos da organização, esta "supõe acumulação de experiências comuns entre seus componentes, e permite a superação de uma identidade em geral formada a partir de bases precárias" (Machado & Ziccardi, 1979, p.16). O que subsiste, portanto, co

mo memória da organização tanto na estrutura interna de cada associação como na sua articulação/inserção na FAMNIT, parece ser essa acumulação de experiências que transcende ao instante da sua formação. Assim é que alguns dos dirigentes do movimento associativo nesta fase de renascimento, em fins da década de 70, são aqueles que haviam vivenciado as experiências dos Centros Prô-Melhoramentos dos anos 50 em Niterói ou seus filhos que, herdando-as por via da história oral, participam da sua reedição.

Esta reedição significa também a ruptura com quase duas dezenas de anos marcados por forte controle social desagregador dos movimentos sociais. As classes trabalhadoras de baixos salários e mesmo os segmentos médios urbanos haviam atravessado anos sucessivos de fragilização e mesmo de desmantelamento de suas forças socialmente organizadas o que explica, em boa parte, as limitações dos CR e mesmo das diretorias executivas.

A existência meramente formal de uma organização, com os papéis burocraticamente estabelecidos, não assegura a existência de um movimento social.

Finalmente, algumas das formas de organização que mais frequentemente têm sido utilizadas pelo conjunto das associações para o encaminhamento de suas lutas reivindicativas têm sido as assembléias gerais, abaixo assinados, atos públicos - como aqueles realizados defronte ao edifício do BNH pelos mutuários e diante da prefeitura de Niterói e Palácio Guanabara, pelos posseiros -, passeatas e outros instrumentos similares de pressão. Através dessas formas de manifestação coletiva, vez por outra, tem-se conseguido abrir alguns canais de efetiva comunicação/expressão ou negociação das demandas sociais, bem como obter vitórias.

Quanto à direção política pode-se afirmar que nem sempre ela é determinada, exclusivamente, por moradores ou representantes do próprio bairro onde está sediado o movimento. Um dos exemplos mais elucidativos em Niterói é o da UNAMPPI que mobiliza a área de Pendotiba. Neste caso, cuja base social é heterogênea, mas está submetida a determinados problemas comuns como o dos transportes coletivos, os agentes que contribuem para fazer emergir, organizar e dar a direção política à luta reivindicativa, são basicamente de duas origens: a) um grupo de médicos da Prefeitura lotados na UMS do Largo da Batalha e da Ititioca com seus auxiliares (assistentes sociais e enfermeiras) que, na primeira fase da gestão Moreira Franco (1977-80) realiza um trabalho de "medicina social", ativando a "sala de espera" e outros procedimentos que abrem caminho aos seus usuários para um processo de auto-conhecimento e reflexões em torno do seu cotidiano. Como as UMS referidas atendem a todos os moradores de Pendotiba, Piratininga e Itaipu, a ação conscientizadora do grupo de saúde vinha despertando inquietações e preparando terreno para que necessidades sociais historicamente determinadas se convertessem em reivindicações. Nesse caso os médicos desempenhavam o papel de agentes do Estado, acionando o gatilho que tirava da inércia um grupo numeroso de moradores; b) A segunda origem da UNAMPPI pode ser atribuída à ação de um padre católico, sem maiores vinculações com a diocese de Niterói, a qual, conservadora, não incentiva trabalho de comunidade. O Padre Beto (Roberto Thiago Mayer) se instala na comunidade e desenvolve um intenso trabalho de conscientização, por dois anos (Cap. IV.3) particularmente na localidade de Ititioca. Todos os dirigentes que constituem a primeira diretoria

dessa associação de moradores proviñham do grupo de reflexão do Padre Beto, com exceção de apenas dois deles. O conflito dentro da ação pastoral se dá entre os partidários da Teologia da Libertação, compostos pelo padre e quatro leigos (de fora do bairro) e um grupo de freiras (do próprio bairro), liderado pela Irmã Nilza, de concepção religiosa e prática social mais tradicionalistas. A condenação por parte da diocese das ações pastorais progressistas se concretiza com uma intervenção no bairro mediante designação de padres vicentinos que deveriam frear a virtual formação de uma CEB. Desagregou-se totalmente aquele "núcleo avançado", porém o trabalho político lá iniciado será prosseguido por líderes locais transferidos do grupo de reflexão para a nascente associação de moradores. Estes constituem o núcleo avançado de Ititioca.

A essas duas forças motrizes, de origem externa, acrescenta-se a existência de muitos moradores com grande potencial de luta, alguns com tradição anterior de militância em outros movimentos sociais e partidários, que assumem papel de lideranças expressivas nesse momento novo do movimento associativo de bairro revisitado na periferia. Juntos, apesar das grandes contradições internas, ditam a direção do movimento nessa área.

Na localidade do Viradouro, o processo guarda alguma semelhança. Além das condições objetivas e extremamente difíceis que potencializam o movimento de resistência, alguns paroquianos leigos da Igreja Santuário das Almas, nos anos 70, desenvolviam atividades de reflexão. O presidente da associação de moradores é paroquiano naquela igreja e reforça a intermediação entre o trabalho pastoral da mesma (localizada no bairro de Icarai) e os moradores da favela do Viradouro.

A direção política, embora não ditada de viva voz pelos agentes pastorais, sofre influência no processo de tomada de decisão quanto ao conteúdo das lutas a serem travadas.

No entanto, devido ao caráter conservador do bispo de Niterói, a Igreja Católica tem exercido influência muito modesta no processo de organização popular, podendo-se identificar Viradouro e Ititioca como os dois casos mais expressivos.

Enquanto isso, nos bairros de classe média, a ação dos agentes externos é menos perceptível. As lideranças a quem cabe, geralmente, a definição da direção política, constituem-se, em grande parte, de profissionais liberais, intelectuais e estudantes universitários, com dupla militância: na associação de moradores e nas entidades representativas de suas categorias profissionais e/ou em partidos políticos. A direção política está muito permeada da luta contra o autoritarismo, encarnado preferencialmente pelo Estado, nos anos 70, e contra a pauperização que atinge não só as classes subalternas, mas também as classes médias.

Ao nível da federação, prevalece a orientação de buscar vitórias nas lutas reivindicativas - que nem sempre são alcançadas - e a de questionar o poder do Estado, principalmente a nível municipal (PDS). Com a vitória do PDT para o governo do Estado do Rio de Janeiro em 1982, os anos seguintes são de uma certa ambigüidade no que tange à direção política do movimento associativo, porque o governo inaugura novo estilo de relacionamento constante de um discurso "popular", aberto ao diálogo e propenso a acatar reivindicações. Exemplo disso é o grande encontro em 27.03.83 entre o executivo estadual e a FAMERJ. Todavia, na prática, o encaminhamento das soluções é extrema-

mente lento. A questão da posse da terra, a do abastecimento de água, da iluminação pública e a do esgotamento sanitário são, parcial ou totalmente função do governo estadual, e somente o da iluminação caminha a ritmo perceptível através do projeto "Uma Luz na Escuridão".

Com os partidos políticos a direção do movimento federalizado tem mantido estreitas relações, não tanto por necessidades da FAMNIT mas antes, para atender as demandas dos partidos, uns mais, outros menos reformistas "que solicitam apenas o voto periódico e restringem a atividade política à atividade eleitoral (pela qual, ao fim e ao cabo, as classes populares ajudam a gerir o capitalismo)" (Chauí, 1982 - p.129).

Como a base social mobilizada pela FAMNIT é muito diversificada, diversa também é a inserção dos partidos nos diferentes bairros. Apesar da combatividade oposicionista que tem marcado os núcleos avançados da maioria das associações de moradores, em novembro de 82, vários bairros se revelaram simples "currais eleitorais" de candidatos com forte poder econômico e com o poder da máquina eleitoral. Dentro do próprio núcleo avançado, alguns dos militantes mais ativistas acabaram se candidatando a cargos eletivos, contrariando seus discursos anteriores de "preservar o sagrado espaço das associações contra a contaminação dos partidos políticos".

Terminadas as eleições de 82 a direção política do conjunto do movimento busca estabelecer canais de negociação com o executivo e o legislativo municipais, sem sucesso.

O movimento depara-se com a rejeição à demanda maior do movimento por parte de vereadores do PDS, do PDT e alguns do PMDB: a instalação da Tribuna Livre. A ausência de representan

tes legítimos dos movimentos populares organizados na Câmara de Vereadores expressava o prejuízo para o movimento associativo.

Apesar da representatividade dos agentes sociais anteriormente referidos na direção política dos movimentos estudados, é absolutamente necessário reafirmar a importância dos militantes de partidos políticos - principalmente dos partidos de oposição ao PDS - com atuação também no movimento associativo de bairro. Em quase todas as associações os postos de mando, de poder decisório, de definição da direção política, são exercidos por líderes que são também ativistas nos seus partidos e tentam ganhar posição nos movimentos populares.

No tocante às relações com outros movimentos sociais e com a FAMERJ há muitas variações entre as diversas associações de moradores. Quando da ampla mobilização nacional pela anistia em 1978/9, os moradores dos bairros de classe média proporcionalmente tiveram maior presença nas manifestações públicas. Por outro lado o movimento contra a carestia teve a base social mais ampliada para o conjunto das associações. Já com o movimento sindical, de vigência permanente, o movimento de bairro em Niterói tem mantido articulações intermitentes. Ocorrem somas de esforços somente em momentos de crises como greves nos sindicatos ou grandes mobilizações no movimento associativo de bairro. Apesar da proximidade e de uma real complementaridade entre as contradições urbanas localizadas na esfera da produção e do consumo, as práticas políticas originárias dessas contradições (movimento sindical e movimento associativo de moradores) continuam até certo ponto independentes. Ou pelo menos eles não se fusionam.

Alguns dos dirigentes entrevistados como os presidentes das associações de moradores da Ititioca, Ilha da Conceição, Matapaca e outros, declararam que preferem "não se meter em política". Política no entendimento desses dirigentes é tudo que questiona a ordem estabelecida ou que faz críticas ao poder local.

Teoricamente, a articulação dos movimentos sociais originários da esfera da produção e do consumo se faz pela mediação realizada pela estrutura econômica (modo de produção dominante) e seus reflexos/manifestações na estrutura urbana e pela conjuntura política (correlação de forças). Durante os anos de conjuntura política autoritária que cerceava a prática sindical, parte do papel próprio daquela instância de representação classista passou a ser encarnada e expressa pelo movimento de bairro.

Os movimentos de solidariedade não são muito freqüentes entre as diferentes associações de moradores entre si. Uma exceção importante é, sem dúvida, a luta pela posse da terra contra o fenômeno da grilagem. Nesta luta, a base territorial de cada uma das associações perde suas linhas divisórias, os limites ficam borrados, e a mobilização se horizontaliza, agrupando posseiros de todos os bairros. O direito à moradia é uma aspiração consensual de todos os cidadãos atingidos.

Em termos institucionais a articulação mais forte do conjunto das associações de moradores de Niterói faz-se com a FAMERJ, de cuja estrutura cada associação participa através dos conselhos intermediários. Por ocasião dos congressos bi-  
-anuais nos quais se renova a diretoria, cada associação comparece com um número fixo de delegados.

As associações de classe média de Niterói estreitaram vínculos com a FAMERJ com particular intensidade através da luta dos mutuários contra o SFH/BNH, ocasião em que aquelas, representativas de favelas e periferias ficaram à margem, por razões óbvias. Esta exclusão reflete um caráter classista desse movimento determinado pelas diferentes formas de inserção no mercado de trabalho, na estrutura da renda e do crédito pessoal.

O fio condutor que articula os interesses dos diferentes grupos de associações no interior da FAMNIT e da FAMERJ é a necessidade de vitórias em lutas de aspiração comum, como aquela travada contra o autoritarismo nos fins dos anos 70 e início destes. Confrontar o governo, enquanto representante dos interesses das classes dominantes, é um dos mecanismos pelos quais o movimento tem conseguido atenuar as suas próprias contradições internas.

Por outro lado, determinados organismos da sociedade civil com tradição liberal como a OAB, a ABI, o Sindicato dos Engenheiros e outros, têm, insistentemente, procurado o movimento associativo para alguma forma de articulação e de estreitamento de laços políticos.

O movimento associativo de bairro mantém estreitos vínculos com a conjuntura política. Poder-se-ia afirmar que até o seu caráter cíclico, alternando momentos de alta mobilização/reconhecimento público e pressão sobre os interlocutores da luta, com momentos de esvaziamento, se deve a oscilações conjunturais. Nos diversos casos registrados verificou-se que o processo eleitoral que culminou em 15.11.82 por exemplo, provocou um declínio geral do grau de mobilização em quase todas as as-

sociedades de moradores e no movimento federativo em formação. Por outro lado, o processo eleitoral interno - da primeira e da segunda diretoria da FAMNIT - teve um poder muito acentuado de mobilização. Tanto os candidatos ao governo do Estado do Rio de Janeiro como os candidatos à Prefeitura Municipal de Niterói, para não estender a listagem a outros municípios vizinhos, incluíram em suas plataformas eleitorais, compromissos para com as associações de moradores. Em Niterói, trata-se do Conselho Comunitário a ser reconhecido e considerado no processo de planejamento e tomada de decisões por parte do executivo municipal. A nível estadual o discurso era o de garantir à FAMERJ direito à participação efetiva no processo de gestão da vida pública.

Esgotado o processo eleitoral de 82, o movimento associativo deparou-se com uma nova conjuntura onde precisa se situar com muito cuidado. A nível estadual a sucessão se deu de um governo marcadamente populista - conhecido como o governo das "bicas d'água" nas favelas e periferias - para um governo que se define popular e de cunho socialista. O governador eleito anuncia o cumprimento de uma das promessas de campanha: abrir espaço às associações de moradores a fim de informar o seu governo, para o que se convoca um grande encontro da FAMERJ com o governador e vice-governador empossados, acompanhados de representantes do seu secretariado. Este evento tem um significado político relevante porque inaugura um novo patamar ou um novo estilo de relacionamento entre o Estado e os movimentos sociais no Rio de Janeiro. O desafio agora é o de saber situar-se no interior desse novo jogo de forças.

Enquanto o Chaguismo esteve no poder, o movimento popu-

lar identificava-o facilmente como o opositor, balizado, entre outros, no seu caráter anti-popular. E agora?

A primeira providência tomada pelo governador eleito foi chamar para ouvir o movimento associativo de bairro. O movimento respondeu a essa convocação, e, sem corte oposicionista mais visível, indistintamente passa ao governo que se inicia, um diagnóstico de cada bairro ou grupo de bairro e reivindica providências em ampla reunião pública. O executivo reconhece as carências gerais de meios de consumo coletivo reivindicados pelo conjunto das associações e pede tempo. Tempo para encaminhar e o movimento começa a se esvaziar. Nos três anos que se seguiram, o governo nunca mais chamou as associações, deixou de receber a maioria delas, o que resultou em alguns acampamentos de protesto defronte ao Palácio Guanabara como o dos posseiros de Pendotiba. Muitos dirigentes vão sendo cooptados mediante recebimento de favores. O movimento se depara com muitas dificuldades para avançar ou para manter o nível das lutas, porque o opositor não está claro.

No entanto, no período que está em exame, a questão conjuntural mais relevante foi a mobilização pela votação da Emenda Dante de Oliveira que propunha eleições diretas para presidente da República em 84. A votação marcada pelo Congresso Nacional para 25.04.84 foi precedida de ampla campanha nacional, a qual, na área metropolitana do Rio culminou com o grande comício de 10.04.84, que concentrou perto de um milhão de pessoas clamando pelas Diretas-Já, sinônimo de fim ao regime militar. A campanha das Diretas ocupou boa parte do ano anterior, e várias associações de moradores de Niterói participaram da mesma, seja através de debates, seja em passeatas.

Há que se ressaltar contudo que essa memorável campanha transcendeu de muito o patamar das organizações da sociedade civil, entre outras as associações de moradores, e sensibilizou, profundamente, a nação brasileira. Mas é preciso registrar também que a FAMERJ e a FAMNIT estiveram mergulhadas no processo, vivenciando a campanha, estimulando seus militantes e simpatizantes a endossarem o grito de guerra nacional: Diretas-Já! Nesse sentido várias passeatas e atos públicos foram organizados, com a participação da FAMERJ, nos trajetos que vão do BNH à Cinelândia ou da Candelária ao mesmo logradouro, o "centro nevrálgico da vida política brasileira".

Em momentos conjunturalmente agitados como esse, os movimentos sociais tendem ao revigoramento, reforçando sua representatividade e legitimidade. A base social se amplia e as contradições internas se atenuam pela canalização de esforços em direção a um alvo comum: a derrota do governo militar, adversário de todos.

Após a derrota da Emenda Dante de Oliveira, o movimento associativo de bairro se reacomoda e as divergências ressurgem ou reavivam entre a corrente que apoia a ida do candidato Tancredo Neves (PMDB) ao Colégio Eleitoral, tentar derrotar o candidato civil do PDS (Paulo Maluf), e aquela que considera aquele colégio como algo espúrio, uma excrecência do regime militar. Novamente a polarização se faz grosso modo, entre PMDB de um lado, e o PT/PDT de outro, o que acaba reacendendo disputas pelo poder que significa traçar a direção do movimento, em várias associações de moradores.

No interior da FAMNIT as divergências entre PCB e PC do B até então abrigados ambos no PMDB são incontornáveis e fortes.

lecem cada vez mais, a aliança entre este último e o PT, formando a corrente mais forte dentro da federação. Os militantes do PDT, subdivididos em várias facções, acabam ficando isolados em suas tentativas de defesa da figura do governador e de sua política social. Essa fragmentação político-ideológica da direção da federação e conseqüente disputa interna por posições, enfraquece a entidade que passa os dois anos da primeira gestão pouco presente na vida cotidiana dos bairros e da cidade. Até a representação conquistada pela FAMNIT com um assento no Conselho Universitário da UFF - órgão máximo de deliberação da universidade - acabou sendo abandonado por falta de clareza quanto ao significado político desse lugar.

O conteúdo classista do movimento de bairro ficou evidenciado em algumas passagens, bem como o seu caráter cíclico.

Afinal, apesar de não serem portadores de forte conteúdo transformista, o movimento associativo de bairro, cuja natureza se pode conhecer um pouco mais por meio das observações feitas em Niterói é, como outros MSU uma importante forma de organização da população. Somado a outros movimentos sociais e políticos, o movimento de bairro pode contribuir para a transformação da sociedade, minimizando assim o seu caráter reformista.

Apesar das limitações, o movimento continua.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALÁN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. *Estudos CEBRAP*, 5:5-79, jul./set. 1973.
- BARREIRA, Irllys. A.F. Movimentos urbanos e contexto sócio-político em Fortaleza. *Espaço & Debates* (6):76-87, jun./set. 1982.
- BERNARDES, Júlia Adão. *Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro, s.ed., 1983.
- BONDUKI, Nabil & ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo, reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia, org. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979. p. 117-154.
- BORJA, Jordi. Les mouvements sociaux urbains en Espagne. *Espaces et Sociétés*. (19):37-56, dec. 1976.
- \_\_\_\_\_. *Movimientos sociales urbanos*. Buenos Aires, SIAP-Plan teos, 1979.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madrid*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Movimientos sociales urbanos*. 2.ed. México, Siglo Veintiuno, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de investigación en sociología urbana*. 6.ed. México DF, Siglo Veintiuno, 1976.
- \_\_\_\_\_. *La cuestión urbana*. 5.ed. México DF, Siglo Veintiuno, 1978.
- CASTRO, Pedro. Índícios da teia de mobilização popular: o caso de Acari. In: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ. *Seminário de estudos urbanos*. Rio de Janeiro, 1981. Mimeografado.
- CHINELLI, Filipina. Os loteamentos de periferia. In: *Habitacão em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

- CODESAN/Prefeitura Municipal de Niterói. *Padrões habitacionais de população de baixa renda*. Niterói, 1981. Relatório de Pesquisa.
- CORREA, Roberto Lobato. Da "Nova Geografia" à "Geografia Nova". *Revista de Cultura Vozes*, 74(4):5-12, maio 1980.
- EVERS, Tilmans *et alii*. Movimento de bairro e Estado; lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: Moisés, José Alvaro *et alii*. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra. 1982. p. 110-164.
- FERREIRA, Vitor Martins. *Movimentos sociais urbanos e intervenção política*. Porto (Portugal), Afrontamento, 1975.
- FORTI, Reginaldo, org. *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.
- GODARD, François & CASTELLS, Manuel. O advento de Monopolville: análise das relações entre a empresa, o estado e o urbanismo. In: FORTI, R., org. *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979. p. 93-117.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações urbanas populares: um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo*. São Paulo, Cortez, 1982.
- GONZALES, Elbio N. & BASTOS, Maria I. O trabalho volante na agricultura brasileira. In: SINGER, Paul *et alii*. *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, Hucitec, 1979. p. 25-47.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- JACOBI, Pedro. Movimentos populares urbanos e resposta do estado: autonomia e controle *vs* cooptação e clientelismo. In: BOSCHI, Renato R., org. *Debates urbanos 5; movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. p. 145-179.
- \_\_\_\_\_. Movimentos sociais urbanos no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais* (9): 22-30, 1980.
- JARAMILLO, Samuel. Crisis de los medios de consumo colectivo y capitalismo periférico. México DF, s.ed., 1981. Mimeografado. Trabalho apresentado a 3ª Reunión do Grupo Latino Americano de Investigación Urbana, México, jul. 1981.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. *Espaço & Debates* (8):55-63, jan./abr. 1983.
- \_\_\_\_\_. O preço do progresso; crescimento econômico, pauperização e espoliação urbana. In: MOISÉS, José Álvaro *et alii*. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1982. p. 30-48.

- LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. Paris, François Maspero, 1977.
- LOJKINE, Jean. *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- \_\_\_\_\_. Contribuição para uma teoria da urbanização capitalista. *Cahiers internationaux de Sociologie*, V. III, Paris, 1972.
- LOPES, Juarez R.B. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. *Estudos CEBRAP*, 6:125-142, out./dez. 1973.
- MACHADO DA SILVA, L.A. & ZICCARDI, A. *Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos*. Belo Horizonte, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1979. Mimeografado.
- MARICATO, Ermínia, org. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- MISSE, Michel. *Obstáculos políticos à ação coletiva: a experiência recente na organização das associações de bairro de Pendotiba, Niterói*. Niterói, s.ed., s.d. Mimeografado.
- MIZUBUTI, Satie. *Migrações no Brasil - Magé: um estudo de caso*. Niterói, s.ed., 1975. Mimeografado.
- \_\_\_\_\_. *ITABORAÍ - Estudos de Geografia urbana*. Niterói, 1972. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *O complexo regional do norte fluminense*. Niterói, 1978. Tese para concurso de professor titular. Universidade Federal Fluminense.
- MOISÉS, José Álvaro. *Classes populares e protestos urbanos*. São Paulo, 1978. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. Experiência de mobilização popular em São Paulo. *Contraponto*, 3(2):69-86, set. 1978.
- MOISÉS, José Álvaro et alii. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1982.
- MOISÉS, José Álvaro & MARTINEZ-ALLIER, V. A revolta dos subúrbios ou "Patrão o trem atrasou". In: *CONTRADIÇÕES urbanas e movimentos sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978.
- MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. *Território Livre* (1). 1980, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. *O que é geografia*. São Paulo, Brasiliense, 1981. (Coleção primeiros passos).

- MOVIMENTO de resistência no Rio de Janeiro. *Contraponto*, 3 (3):87-96, 1978.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes*. In: *CONTRADIÇÕES urbanas e movimentos sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978, p. 65-76.
- \_\_\_\_\_. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Elegia para uma re(li)gião*. 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço & debates*. (6): 36-54, jun./set. 1982.
- PECHMAN, José. *A construção da solidariedade - as associações de moradores de classe média e alta do Rio de Janeiro (1976-1982)*. Rio de Janeiro, 1983. Tese de Mestrado, IUPERJ.
- PRADILLA, Emílio. *Mitos y realidades de los llamados "Movimientos sociales urbanos"*. México DF, s.ed., s.d. Mimeografado.
- QUAINI, Máximo. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- QUEIROZ, Leda Lúcia dos Reis Falcão de. *"Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu" - O povo exige passagem*. Rio de Janeiro, 1981. Tese, Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Ana Clara T. *Espaço, interdisciplinaridade e Política*. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*, 4. Rio de Janeiro, AGB, 1980. *Anais* p. 239-244.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos sociais urbanos: registros brasileiros*. Nova Friburgo, s.ed., 1981. Mimeografado. Trabalho apresentado ao IV Encontro da ANPPOCS, Nova Friburgo, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Movimentos sociais urbanos; algumas reflexões*. In: *ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*. 4. *Anais*. Rio de Janeiro, AGB, 1980. p. 49-52.
- RIBEIRO, Ana Clara T. *et alii*. *Infraestrutura e super-estrutura: dois caminhos para uma mesma questão*. Nova Friburgo, s.ed., 1982. Mimeografado. Trabalho apresentado ao VI Encontro Anual da ANPROCS, Nova Friburgo, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Espaço, interdisciplinaridade e política*. In: *ENCONTRO Nacional de Geógrafos*, 4. Rio de Janeiro, AGB, 1980. *ANAIIS* p. 239-244.
- RODRIGUES, Ferdinando de Moura. *Arquitetura dos espaços urbanos como expressão dos processos de organização social*. Rio de Janeiro, 1980. Tese, mestrado, COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. Voltando a pensar em favelas por causa das periferias. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS SOBRE PLANEJAMENTO URBANO E HABITACIONAL. *Anais*. Rio de Janeiro, PUC/NEURB, 1978.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. Por uma Geografia Nova. São Paulo, Hucitec, 1978.
- \_\_\_\_\_. Reformulando a sociedade e o espaço. *Revista de Cultura Vozes*, 74(4):37-48, maio, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A urbanização desigual: especificidade do fenômeno em países subdesenvolvidos*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- SCHMIDT, Benício Vieira. A politização do espaço urbano no Brasil. *Espaço & Debates* (5):5-30, mar./jun. 1982.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- \_\_\_\_\_. Estudos sobre a população brasileira. In: Cadernos CEBRAP n.º 20. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974.
- SINGER, Paul & BRANT, Vinicius C., org. *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.
- TELLES, Vera da S. & CASSIA BAVA, Silvio. O Movimento dos Ônibus: a articulação de um movimento reivindicativo de periferia. *Espaço & Debates* (1):77-101, jan. 1981.
- VALLADARES, Lícia do P., org. *Habitação em questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. Quebra-quebras na construção civil; o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: MOISÉS, José Álvaro et alii. *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1982. p.65-91.
- VALLADARES, Lícia do P. & FIGUEIREDO, Ademir. Habitação no Brasil; uma introdução à literatura recente. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. (11):25-49, 1981.
- VETTER, David Michael et alii. Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos em infraestrutura do município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 41(1/2): jan./jun., 1979.
- VETTER, David M. & MASSENA, Rosa M.R. Quem se apropria dos benefícios líquidos dos investimentos do estado em infraestrutura urbana? Uma teoria da causação circular. In: DEBATES urbanos 1; solo urbano, tópicos sobre uso da terra. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 49-77.

VIEIRA, José Ribas. *A Universidade Federal Fluminense: - de um projeto adiado à sua consolidação institucional*. Niterói, Editora da UFF, 1985.

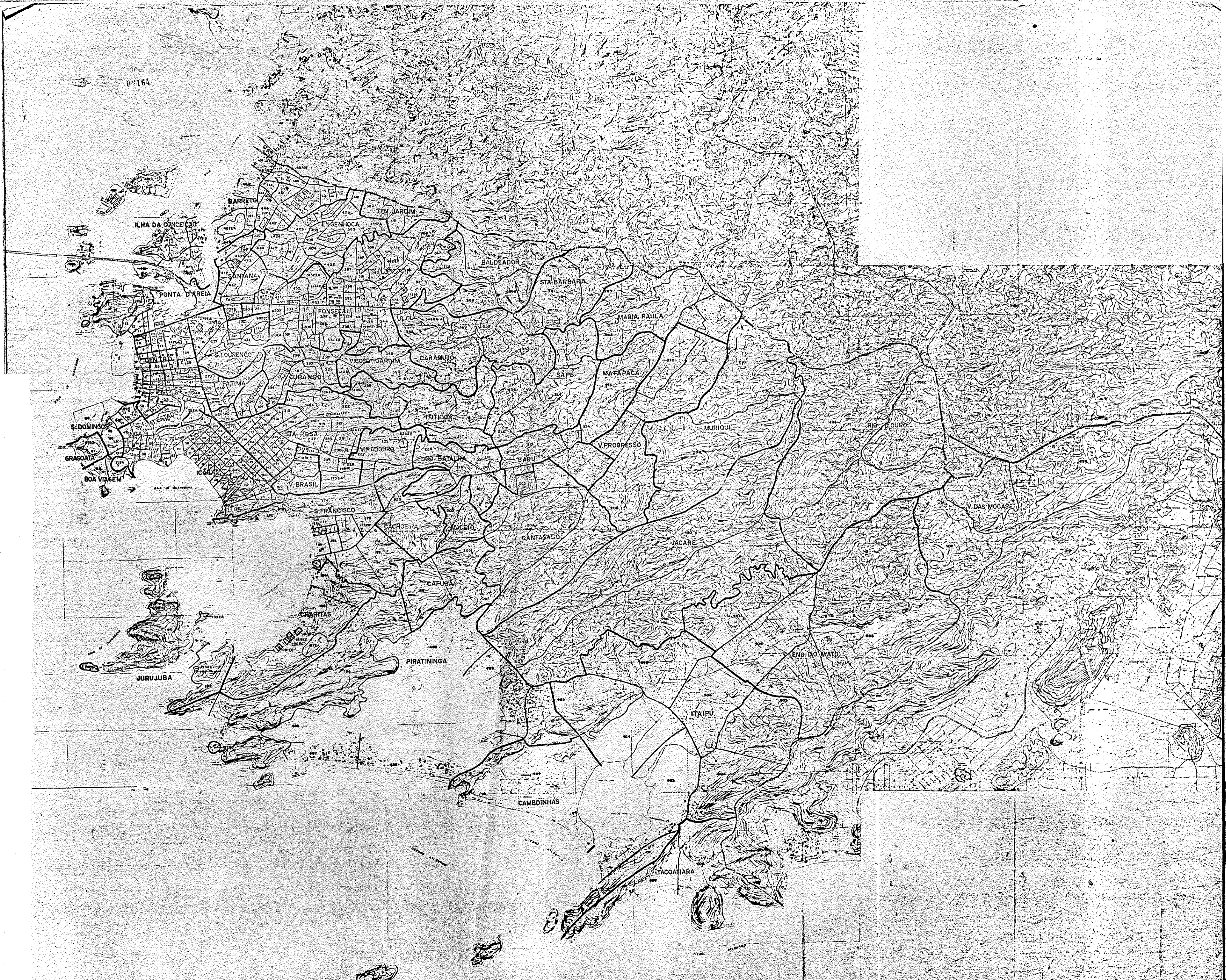
VILLELA, Anibal Villanova & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. Monografia nº 10.

## JORNAIS

O GLOBO, 6, 7, 11 e 12.12.1979.

JORNAL DO BRASIL - várias edições.

MOVIMENTO - 21 a 27.9.81.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 SECRETARIA DE ESTADO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA  
 FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

SECORREN / FUNDREN

TÍTULO  
**BAIRROS  
 MUNICÍPIO DE NITERÓI**

REGIÃO: \_\_\_\_\_ ESCALA: \_\_\_\_\_ DATA DE ELAB.: \_\_\_\_\_  
 Nº: 10000001 PLAN: \_\_\_\_\_ DATA: 1:20.000  
 ANEXO: \_\_\_\_\_


A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.

